

MATILDE SOARES DA SILVEIRA

A VENDA DA VALE E A CRISE DE 2008

A cobertura do jornal *O Globo* em dois momentos do neoliberalismo

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. KLEBER SANTOS DE MENDONÇA

Niterói

2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S587 Silveira, Matilde Soares da.

A venda da Vale e a crise de 2008. A cobertura do jornal *O Globo* em dois momentos do neoliberalismo / Matilde Soares da Silveira. – 2011.
168 f.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Santos de Mendonça.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2011.

Bibliografia: f. 142-148.

1. Jornalismo; aspecto econômico. 2. Crise econômica.
3. Privatização. 4. Companhia Vale do Rio Doce. 5. Neoliberalismo.
6. *O Globo* (Jornal). I. Mendonça, Kleber Santos de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 079.81

MATILDE SOARES DA SILVEIRA

A VENDA DA VALE E A CRISE DE 2008

A cobertura do jornal *O Globo* em dois momentos do neoliberalismo

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Aprovada em agosto de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. KLEBER SANTOS DE MENDONÇA – Orientador

UFF

Prof. Dr. GUILHERME NERY ATEM

UFF

Prof. Dr. RAFAEL FORTES SOARES

UNIRIO

Niterói

2011

Ao meu pai (*in memoriam*), à minha mãe e aos meus
filhos, Tássia e Lucas: os melhores acessos para o
passado e o futuro que Deus poderia me proporcionar.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que tornou possível a realização desta investigação por meio da bolsa de mestrado concedida.

Ao professor Kleber Santos de Mendonça, por seu interesse, incentivo, ideias, paciência infinita, sensibilidade e firmeza, essenciais para que a pesquisa fosse adiante.

Às professoras Larissa Morais e Flávia Viveiros de Castro, pela amizade e incentivo que me trouxeram a esta jornada.

Ao professor Afonso Albuquerque, que em suas aulas despertou o meu olhar para um jornalismo além das redações.

Aos professores Guilherme Atem e Fernando Resende, pelas ótimas sugestões que enriqueceram este trabalho.

Às professoras Ana Lúcia Enne e Marialva Barbosa, que provam que os anos podem sempre nos transformar para melhor.

À professora Ana Paula Ribeiro, pelas aulas e obras que muito agregaram a esta pesquisa.

Ao professor João Batista, que há alguns anos, em um encontro casual, despertou meu interesse pelo PPGCOM.

À equipe da Ciberlegenda, da qual tenho a honra de fazer parte.

A Osvaldo Soares, pela amizade e colaboração nos primeiros levantamentos do material a ser pesquisado.

A Geovane dos Santos, pelas aulas de *power yoga*, que me deram concentração, equilíbrio e força para continuar.

A Sebastião Martins, Ana Maria Andrade, Juliana Galiardi e Célia da Costa, pela amizade e infraestrutura que proporcionaram nesta reta final.

RESUMO

Este trabalho visa analisar comparativamente a cobertura realizada pelo jornal *O Globo* de dois eventos econômicos: a venda da Companhia Vale do Rio Doce, em 6 de maio de 1997, e a crise econômica de 2008, desencadeada a partir de 15 de setembro de 2008, data do pedido de concordata do banco de investimentos americano Lehman Brothers. O primeiro trata-se de um acontecimento nacional que se tornou um marco da implantação do modelo econômico neoliberal no Brasil – a venda de uma empresa-símbolo da então considerada presença “excessiva” do Estado na economia. O segundo refere-se à crise econômica mundial gerada a partir dos Estados Unidos, e que provocou uma busca desesperada por recursos do Estado de algumas das maiores empresas, instituições financeiras e bancárias do mundo, todas à beira da falência, contrariando a máxima do neoliberalismo que condena a intervenção do Estado na economia. A pesquisa pretende, a partir do mapeamento das reportagens realizadas, comparar as condições de produção, as estratégias discursivas utilizadas e os papéis que o jornal e o jornalista desempenharam perante a sociedade nessas duas ocasiões.

Palavras-chave: jornalismo econômico; crise de 2008; privatização da Vale; neoliberalismo; *O Globo*

ABSTRACT

This research aims to comparatively analyze the coverage by the newspaper *O Globo* of two economic events: the sale of Vale do Rio Doce Company on May 6, 1997, and the economic crisis of 2008, triggered from September 15, 2008, when it was requested the bankruptcy of U.S. investment bank Lehman Brothers. The first is a national event that has become the symbol of implementation of neoliberal economic model in Brazil – the sale of a company that represented what was then considered excessive state presence in economy. The second refers to the global economic crisis generated from the United States that provoke a desperate demand by some of the large companies, global banking and financial institutions facing bankruptcy for state resources, contradicting the idea that neoliberalism condemns state economic intervention. This research aims to compare, by mapping of the press reports held, the conditions of production, discursive strategies employed and roles played by newspaper and journalist before society in this two occasions.

Key-words: economic journalism; crisis of 2008; sale of Vale do Rio Doce Company; neoliberalism; *O Globo*

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA, p. 4

AGRADECIMENTOS, p. 5

RESUMO, p. 6

ABSTRACT, p. 7

INTRODUÇÃO, p. 10

1 A PRIVATIZAÇÃO DE UMA JOIA PARA COROAR UM MODELO ECONÔMICO, QUE ERA VIDRO E SE QUEBROU, p. 19

1.1 DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS NA ECONOMIA E NO JORNALISMO, p.20

1.2 A SOBREVIVÊNCIA EM MEIO AO CAOS, p. 25

1.3 PORTAS ABERTAS AO NEOLIBERALISMO, p. 32

1.4 UMA BOLHA PODEROSA, p. 40

1.5 SURPRESA HÁ MUITO ESPERADA, p. 43

2 O PODER DO PAPEL QUE VIROU GRANDE INDÚSTRIA, p. 46

2.1 CONVIVÊNCIA POUCO HARMONIOSA ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE, p. 48

2.2 DOCTRINAMENTO AMERICANO NO JORNALISMO BRASILEIRO, p. 52

2.3 FALA QUEM PODE: A AUTORIDADE JORNALÍSTICA, p. 56

2.4 A MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA, p. 61

2.5 JORNALISMO ECONÔMICO: UMA ESPECIALIDADE AO SABOR DOS VENTOS, p. 67

2.5.1 O JORNALISMO ECONÔMICO NUMA VISÃO FLUSSERIANA, p. 68

2.6 A SOBREVIVÊNCIA ACIMA DE TUDO, p. 72

3 AS MÚLTIPLAS MATIZES INSCRITAS NO PRETO SOBRE BRANCO, p. 82

3.1 O PODER E A MULTIPLICIDADE DAS VOZES, p. 88

3.1.1 A VOZ DO DONO, p. 90

3.1.2 VÍTIMAS OU IRRESPONSÁVEIS?, p. 93

3.1.3 A VOZ E O OLHAR ESTRANGEIROS, p. 100

3.2 VIOLÊNCIA NAS RUAS E NAS PÁGINAS, p. 115

3.3 RAZÃO VERSUS EMOÇÃO, p. 127

3.3.1 PATRIOTISMO À FLOR DA PELE, p.127

3.3.2 A EMOÇÃO QUE TRANSBORDA PELAS PÁGINAS, p. 135

4 CONCLUSÃO, p. 140

4 REFERENCIAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, p. 142

ANEXOS, p. 149

INTRODUÇÃO

Ao iniciar o estudo sobre as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal *O Globo* nas coberturas da venda da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, e da crise econômica de 2008 ficou clara a necessidade de um aprofundamento a respeito da doutrina econômica neoliberal. Era importante entender como esta se disseminou por grande parte do mundo, tornando-se um modelo hegemônico, e a intensidade de sua influência sobre o jornalismo “moderno”, estabelecido nos Estados Unidos e também difundido em grande parte do mundo, tornando-se igualmente hegemônico. Assim, um debate com forte conteúdo histórico se faz necessário a este trabalho, sem o qual a pesquisa ficaria incompleta e até mesmo pouco inteligível.

A pesquisa fará um contraponto entre dois episódios emblemáticos do neoliberalismo. A privatização da Vale é tomada como exemplo do período de ascensão do modelo neoliberal no País, quando o poder constituído propagava que a solução para os problemas associados ao “atraso” nacional estaria na adoção desta doutrina econômica, que já vinha sendo implantada em vários países desde os anos 1970. Já a crise econômica de 2008 foi escolhida por ter sido a mais significativa desde o *crack* de 1929, também com impactos relevantes sobre a economia mundial mesmo após passados três anos de seu marco: a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers.

Através do mapeamento dos textos jornalísticos e da análise da cobertura serão apresentadas as estratégias discursivas utilizadas nos dois eventos. A pesquisa tentará mostrar que, no primeiro caso, o objetivo é provar que para o Brasil não havia salvação fora deste modelo econômico, que defende a redução do tamanho do Estado na economia e recomenda a privatização de estatais como uma das soluções para alcançar eficiência e crescimento. Em 2008, a meta é convencer a sociedade de que a saída para a crise passa pela destinação de um volume gigantesco de dinheiro público – mais de US\$ 1 trilhão de dólares, só nos Estados Unidos – para cobrir os prejuízos causados por operações financeiras complexas, no caso das instituições financeiras privadas, e má gestão administrativa, no caso das empresas privadas.

O Brasil, apesar das tentativas de governos anteriores de implantar o neoliberalismo de forma mais radical, manteve seus mercados e economia em um nível ainda bastante regulamentado e com forte presença do Estado, o que pode ter contribuído para que, pela primeira vez, passasse quase incólume por uma crise econômica mundial. A crise de 2008 provocou mesmo o adiamento de algumas reformas (tributária, trabalhista, previdenciária etc), e evitou o aprofundamento da desregulamentação de vários setores, pleiteados pela elite político-econômico-financeira como fundamentais para garantir um crescimento sustentado. Para os últimos, esta seria a única forma de garantir crescimento de longo prazo na economia nacional e o fim dos chamados “voos de galinha”, experimentados pelo país em períodos recentes, em que os aumentos no crescimento eram invariavelmente seguidos por crescimento baixo ou mesmo estagnação da economia.

A análise dos objetos também traz à tona discussões sobre as contradições do jornalismo praticado no País a partir dos anos 1950, calcado nos valores da objetividade e neutralidade. Este jornalismo mais profissional chegou ao Brasil inicialmente através de reformas no *Diário Carioca* e paulatinamente foi implantado nos principais jornais, cerca de um século após seu surgimento nos Estados Unidos, em meados do século XIX. Jovens jornalistas, depois de passarem temporadas nos EUA, muitos deles patrocinados por bolsas de estudo de instituições governamentais americanas, começaram a introduzir o jeito americano de se fazer jornal não só nas redações como nas escolas de Jornalismo nacionais.

O pensamento neoliberal¹ também tardou a chegar ao Brasil: apenas em 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello, 52 anos após o Colóquio Walter Lippmann e 43 anos depois da histórica reunião no Hotel Mont Pèlerin, na Suíça, onde 37 pensadores², sob a liderança do economista austríaco Friedrich August von Hayek³,

¹ Doutrina político-econômica elaborada em 1938 para adaptar o modelo liberal às novas condições do capitalismo do séc. XX. As bases da doutrina são lançadas durante o Colóquio Walter Lippmann. Fonte: <http://www.faa.edu.br/economia/n.php>. Acesso em 31/03/2011

² O site oficial da sociedade (www.montpelerin.org) cita entre seus fundadores Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig von Mises, George Stigler, mas não traz a lista completa dos 37 presentes à primeira reunião.

³ Publicou, em 1944, *O caminho da servidão*, para combater “o totalitarismo que o controle centralizado da atividade econômica tende a produzir”(1990, p. 13), conforme explica no prefácio da edição norte-americana de 1975. A obra serviu como base para a doutrina posteriormente denominada neoliberal. Disponível em <http://www.livrariaonline.org/wp-content/uploads/2010/08/Friedrich-Hayek-O-caminho-da-servidao.pdf> Acesso em 11/09/2010.

deram origem ao verdadeiro nascimento de um liberalismo econômico (STEWART JR., 1993 *apud* SANTOS, 2004, p. 32).

Nos meios econômicos Lippmann tornou-se conhecido por ter inspirado e seu nome batizado a primeira reunião de defensores do neoliberalismo, em Paris, em agosto de 1938, graças ao lançamento, no ano anterior, de seu manifesto neoliberal *Inquiry into the Principles of the Good Society*⁴. Mas seu nome passou à história da imprensa por ter sido a figura central na construção do ideal da objetividade, ou como prefere Schudson (2010, p.178) por ser “o mais sábio e enérgico porta-voz do ideal da objetividade”, um valor que, apesar de todas as fragilidades que o aproximam mais de um mito, ainda prevalece como o principal do jornalismo. Segundo Schudson, Lippman “acreditava que a busca do método científico no jornalismo tornaria a imprensa não só mais profissional, mas mais liberal e heroica” (2010, p. 182).

A doutrina econômica da qual Lippmann foi inspiração fez sua estreia no Chile, em 1973, quando o professor da Universidade de Chicago, o economista Milton Friedman – um dos participantes da reunião no hotel suíço – foi convidado pelo General Augusto Pinochet a testar o modelo desenvolvido pela Sociedade de Mont Pèlerin para enfrentar as ideias keynesianas de um Estado intervencionista⁵, que predominavam no pós-Segunda Guerra Mundial. Nesta época, o Estado brasileiro também aumentava sua presença na economia, com a criação de duas estatais que seriam estratégicas no processo de industrialização: a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, e a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942.

Foi de Chicago que partiram, liderados por Friedman, os economistas que implantaram o neoliberalismo no Chile, conhecidos posteriormente por Chicago Boys. Os rapazes de Chicago eram estudantes de economia que participaram do Projeto Chile, um programa de cooperação entre as Universidades do Chile e de Chicago (PINTO, 1991, p. 116) e, tal como no caso dos jornalistas brasileiros, também foram patrocinados pelo governo dos Estados Unidos como parte de uma estratégia de difusão do modelo neoliberal.

Em seu significado clássico, o neoliberalismo consiste na redução do papel do Estado na economia, considerado “pesado, oneroso e ineficiente”, para dar lugar aos

⁴Traduzido por: *Investigação dos Princípios da Boa Sociedade*. Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=920>. Acesso em 30/04/2011.

⁵ Essa intervenção consiste na adoção de políticas econômicas anticíclicas, que procuram amenizar os efeitos mais danosos dos ciclos econômicos, como recessão, depressão ou crescimento insustentado.

mercados, “ágeis e eficientes”, na condução das principais atividades econômicas da sociedade. O modelo prega a desregulamentação do mercado, que teria capacidade de se regular sozinho; a privatização das empresas estatais, inclusive das que são consideradas essenciais ou estratégicas para o país; a flexibilização das leis trabalhistas e o consequente enfraquecimento dos instrumentos de representação do trabalhador.

A pesquisa procura mostrar como esses valores foram apresentados pelo jornal *O Globo* durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce que, embora não tenha sido a primeira, foi a mais polêmica e, mesmo 10 anos após a venda, ainda suscitava controvérsias sobre a sua legalidade⁶. A Vale estava entre as estatais mais lucrativas, era detentora de um patrimônio difícil de ser calculado e que inclui minérios estratégicos para o país, sem falar do valor simbólico de sua criação⁷, a partir da nacionalização de empresa inglesa durante o Governo de Getúlio Vargas.

A privatização da Vale revela ainda um momento em que a cobertura econômica atravessava um período de transição/crise. Os jornalistas econômicos, que no jornal *O Globo* haviam tido um papel atuante e de resistência nos anos 1970 durante o regime militar segundo Abreu (2003), após a redemocratização do país teriam passado pela mesma desilusão política que atingiu grande parte da sociedade.

Nesse novo contexto, os jornais passaram a valorizar aspectos mais técnicos, mais profissionais do jornalismo, em detrimento de ideologias políticas. Há uma ascensão dos técnicos, dos *experts*, dos jornalistas que falam sem paixões. Muitos jornalistas engajados nos anos 1970/80 hoje têm uma postura antimilitante, em nome de uma atuação mais profissional. (ABREU, 2003, p. 68)

⁶Plebiscito realizado entre 1 e 9 de setembro de 2007 com 3,7 milhões de brasileiros, em 3.157 municípios, apurou que 94,5% dos consultados contestavam a privatização. Disponível em <http://www.ciranda.net/brasil/diversos/assembleia-popular/article/privatizacao-da-vale-e-contestada>. Acesso em 17/06/2011.

⁷ Empresa de capital misto criada através de decreto-lei pelo presidente Getúlio Vargas em junho de 1942. Com controle acionário do governo federal, a CVRD foi organizada para impulsionar a exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, principalmente o ferro. Coerente com as disposições contidas no Código de Minas - que fazia distinção entre a propriedade do solo e a do subsolo e vedava a exploração do subsolo brasileiro a estrangeiros -, o governo federal implementou a partir da década de 1940 uma política mais agressiva na área da exploração mineral. Com uma nítida postura nacionalista, o governo Vargas eliminou definitivamente as pretensões que a Itabira Iron Ore Company mantinha no Brasil, contestadas por políticos e intelectuais desde a Primeira República. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CVRD> Acesso em 17/06/2011.

Mas a busca por uma “atuação mais profissional” pode ser identificada em várias épocas e lugares, seja no Brasil anterior a Pompeu de Souza, ou nos Estados Unidos, antes e depois de Lippmann, e costuma carregar consigo o ideal de objetividade, que, no entanto, se revela frágil em coberturas jornalísticas simples ou complexas, como a da privatização da Vale.

A venda da Vale aconteceu após um demorado processo judicial em que dezenas de liminares chegavam de todas as partes do país para tentar impedir o leilão, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Para enfrentá-las, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destacou um “exército de 120 advogados” (CARVALHO, p. 329-330)⁸. O acontecimento, investido de importância econômica e simbólica para a sociedade brasileira, mereceu do jornal *O Globo* tratamento especial, numa cobertura jornalística que ocupou 25 edições entre 11/04/1997 e 10/05/1997, levando o noticiário econômico a ocupar com destaque a primeira página em 14 edições.

Para a cobertura do leilão, *O Globo* mobilizou pelo menos 54 jornalistas⁹ entre colunistas, correspondentes (Washington, Londres, Paris, Montevidéu), repórteres de sucursais (Brasília, São Paulo, Curitiba). À equipe de Economia da sede foram agregados repórteres de outras editorias. Além desses, fizeram parte da cobertura 15 repórteres fotográficos e, anonimamente, editorialistas, editores, editores assistentes e redatores. Uma repórter e um fotógrafo foram ainda enviados ao Pará, onde a companhia a ser leiloadada concentrava seus maiores conflitos. A análise vai mapear as lutas entre os defensores e os opositores à venda em um cenário no qual as ideias neoliberais tentavam se firmar em um país recentemente saído de um regime militar, que baseara seu desenvolvimento econômico no capitalismo estatal.

A cobertura da Crise de 2008, também portentosa, arregimentou uma quantidade menor de jornalistas centralizados no Rio, mas no exterior contou com correspondentes

⁸ O autor foi corretor da bolsa, é historiador e escritor. Esta obra tem prefácio de Fernando Henrique Cardoso.

⁹ Adriana Fernandes, Adriana Vasconcelos, Aguinaldo Novo, Ana Magdalena Horta, Ana Paula Macedo, Andréa Dunningham, Antonio Wernek, Ascanio Seleme, Carter Anderson, Cátia Seabra, Cássia Maria Rodrigues, Cecília Costa, Cristina Alves, Christiane Barbieri, Cristina Canas, Denise Luna, Denise Rothenburg, Dicler Simões, Eliane Oliveira, Elza Oliveira, Erick Câmara, Flávia Oliveira, Franklin Martins, Germana Moura, Ilka Telles, Joelmir Beting, José Meirelles Passos, Leandra Peres, Ledice Araújo, Letícia Helena, Líliliana Hage, Luciano Dias, Lucinda Pinto, Luís Costa Pinto, Luiz Antonio Novaes, Marcelo Aguiar, Marcelo Gigliotti, Marcelo Rehder, Márcio Moreira Alves, Marco Antonio Moreira, Maria Luisa Abbot, Marisa Louven, Miriam Leitão, Mônica Gugliano, Múcio Bezerra, Nelito Fernandes, Nelson Vasconcelos, Ramona Ordoñez, Roberto Cordeiro, Regina Alvarez, Rossana Alves, Sergio Fadul, Sergio Pugliese, Walter Huamany.

internacionais, além do abundante material proveniente da redação de parceiros como a *Bloomberg News*, *Agência Reuters*, *New York Times*, *Financial Times*.

Entre os dois períodos estudados (1997 e 2008) crises de proporções variadas abalaram a economia mundial. Foram especialmente atingidos países emergentes que, mesmo após adotarem a doutrina neoliberal, voltavam a entrar em crise e novamente se submetiam a processos dolorosos de ajustes internos na tentativa de retomar o crescimento.

Mas em 15 de setembro de 2008 o mundo econômico-financeiro amanheceu assustado. As manchetes dos principais jornais noticiavam que uma das instituições bancárias mais tradicionais do mundo, o Lehman Brothers, fundado em 1850 e posicionado entre os quatro maiores bancos de investimento dos Estados Unidos, pedira concordata, desmontando uma premissa até então incontestável nesse meio: a de que instituições financeiras ou bancárias quando atingiam determinado porte seriam “grandes demais para quebrar”¹⁰.

Tal pressuposição fora baseada na certeza de que uma mão salvadora sempre viria em socorro da instituição insolvente, para evitar o que os economistas chamam de risco sistêmico, ou seja, de que uma crise de desconfiança se abatesse sobre o mercado, provocando uma quebra no sistema financeiro de proporções inimagináveis neste mundo globalizado.

Os dias que se seguiram transformaram as notícias da crise em principal destaque nos jornais do mundo, e a cobertura no jornal *O Globo* também deu amplo destaque ao assunto, levando o noticiário econômico para as principais manchetes durante vários dias, tal como acontecera em 1997 com a privatização da Vale. Um clima de insegurança e pânico passou a fazer parte das reportagens da editoria de economia, expressado em manchetes e fotos dramáticas, numa linguagem muito diferente da que se costuma observar nessa especialidade jornalística, que em seus textos adota, além dos tradicionais valores do jornalismo, vocabulário técnico e um tom de seriedade e sobriedade.

¹⁰ Expressão com origem na língua inglesa (*too big to fail*) usada nos meios econômicos para se referir a empresas, bancos ou instituições que estariam imunes à quebra, dada a sua importância para a economia e as consequências graves que a falência poderia desencadear para a sociedade. Curt Hanson dirigiu filme de mesmo nome, lançado em 2011, contando algumas histórias da crise de 2008, centradas no secretário de Tesouro Henry Paulson e sua equipe. Pesquisa realizada na internet no buscador Google, em 06/07/2011, encontrou 2.610.000 referências a esta expressão em sites de notícias, sindicatos, universidades, agências de notícias e do governo, entre outros.

A hipótese central é que durante a crise de 2008 foi necessária uma “adaptação” nas argumentações utilizadas pelos defensores do modelo neoliberal, até então centradas em valores como eficiência do mercado, redução dos gastos públicos, Estado mínimo, desregulamentação do mercado, dentre outros, para justificar perante a sociedade a necessidade de uma injeção gigantesca de dinheiro público em instituições financeiras e empresas privadas tecnicamente quebradas como sendo a única solução possível para que o mundo não entrasse em profunda recessão.

O que a pesquisa tentará descobrir é: quais recursos narrativos/discursivos o jornal utiliza para mostrar os interesses dessa doutrina econômica? Como a argumentação neoliberal se apresenta nas páginas de *O Globo* em um e noutro caso? De que maneira as contradições do capitalismo são expostas pelo jornalismo econômico? Quais estratégias discursivas o jornal utilizou e de que forma estas contribuíram ou não para justificar: 1) as motivações que levaram o Governo a privatizar a Companhia Vale do Rio Doce neste momento em que o discurso neoliberal se apresentava ao mundo como o único capaz de atender às demandas da sociedade; e 2) a distribuição de dinheiro público para a iniciativa privada como sendo a única alternativa capaz de evitar um agravamento maior da crise.

A pesquisa pretende mostrar que por trás da capa de imparcialidade do jornal há direcionamentos de sentido e interpretações particulares que se chocam com o principal valor do jornalismo. Será traçado um paralelo entre os efeitos de verdade que *O Globo* produziu na cobertura desses dois casos e momentos distintos: em 1997, o neoliberalismo está em plena expansão em todo o mundo; quando a crise de 2008 eclode, atingindo o coração do capitalismo mundial, como essa verdade hegemônica construída nas décadas anteriores é ameaçada e vai se transformar perante as contradições que se exacerbam e põem em xeque a propalada eficiência dos mercados? Como os jogos de silêncio e efeitos de sentidos são redirecionados nas reportagens? O que se pretende responder é como as estratégias discursivas do jornal se modificam para “atender” a estes novos/mesmos argumentos diante da reconfiguração do real, onde o que parecia “verdade sólida” – a hegemonia neoliberal – deixou de sê-lo, evanescendo-se.

Será estudado de que forma essa estratégia se configura em tempos de expansão e de crise do capitalismo na mídia impressa, devido ao seu papel como formadora de opinião, pois à medida que o modelo hegemônico sofre abalos, os sentidos deslizam forçando a novas re-significações.

Nos casos estudados – a privatização da Vale do Rio Doce e a Crise de 2008 – o conteúdo noticioso recupera sua importância para a empresa jornalística, dada a relevância que representam naqueles momentos para a sociedade brasileira e mundial, respectivamente. E o volume de textos produzidos nos dois momentos corroboram esta afirmação: entre 11 de abril de 1997 e 10 de maio de 1997 a venda da estatal ocupou 99 páginas, além de 14 manchetes de primeira página, enquanto a cobertura da Crise de 2008, apenas no período pesquisado, entre 1º/09/2008 e 21/09/2008, resultou em 76 páginas e 12 manchetes. A pesquisa utilizará os textos considerados mais emblemáticos das estratégias discursivas utilizadas pelo jornal *O Globo* para veicular as suas mensagens.

Ao definir o *corpus*, optou-se por analisar as matérias informativas e interpretativas, os textos opinativos e os editoriais, abarcando inclusive o que foi publicado em editorias que não a Economia, como será visto no capítulo 3, pois essa diversidade de textos poderá ajudar a compreender as condições de produção nos dois momentos. Além disso, em um jornal, o que é expresso como opinião explícita pode acabar por se refletir na cobertura jornalística. Ainda em relação aos textos interpretativos, nos jornais os colunistas assumem o papel de mediadores da informação, reproduzindo muitas vezes o papel dos jornalistas franceses, que no século XIX praticavam um jornalismo opinativo, reflexivo, que influenciou grandemente o jornalismo brasileiro até meados do século XX.

Este modelo é essencialmente diferente do anglo-americano (CHALABY, 1996), objetivo e informativo, que passou a predominar nas redações brasileiras a partir dos anos 1950, mas que também comporta espaços predeterminados aos textos claramente opinativos. No caso do jornalismo econômico, esta mediação ativa é, frequentemente, crucial para tornar inteligível a informação para o leitor, por ser rotina a cobertura de assuntos técnicos e complexos, embora muitas vezes na prática ela não se concretize, como será visto no capítulo 3.

No intervalo entre esses dois momentos focalizados pela pesquisa ocorreram algumas mudanças substanciais nos cenários nacional e internacional, dentre as quais destaca-se a posição político-econômica ocupada no mundo pelo Brasil, que em 1997 era mais um país emergente lutando contra o “atraso”, politicamente irrelevante, e que tentava solucionar sérios problemas econômicos com a adoção do receituário neoliberal. Em 2008, o país conquistara maior peso político e econômico no xadrez mundial, tornara-

se membro do Bric¹¹, e sua resistência à crise o promoveu aos olhos da comunidade internacional de “país com economia altamente regulamentada e com forte presença do Estado” a exemplo a ser seguido por outras nações. Juntamente com China, Rússia e Índia, passou também a ser apontado pelas economias centrais como importante peça para a atenuação da crise mundial.

A pesquisa será dividida em três capítulos. No primeiro, serão analisadas as condições que propiciaram o nascimento da doutrina neoliberal e como se estruturou a sua disseminação por grande parte do planeta, a partir de sua implantação no Chile, em 1973, e sua chegada ao Brasil, nos anos 1990. Serão abordadas também as crises nos países emergentes, que antecederam a crise mundial de 2008.

No capítulo 2, serão apresentadas as relações entre o jornalismo e o poder econômico, seu desenvolvimento nos Estados Unidos e França, e a influência das duas escolas sobre o jornalismo brasileiro. Aspectos como a autoridade jornalística, as estratégias discursivas utilizadas pelos jornalistas e o desenvolvimento do jornalismo econômico no país, a partir dos anos 1970, também serão abordados.

No capítulo 3, serão analisadas as matérias mais emblemáticas dos casos pesquisados, usando-se diversas teorias que ajudam a compreender como a estratégia discursiva usada pela doutrina neoliberal e veiculada pelo jornal é utilizada para alcançar seus objetivos e interesses.

¹¹ Sigla criada em 2001 pelo economista Jim O’Neill, da Goldman Sachs, para designar os quatro países emergentes que, por suas características de rápido crescimento econômico, seriam os novos motores do desenvolvimento econômico mundial: Brasil, Rússia, Índia e China.

1 A PRIVATIZAÇÃO DE UMA JOIA PARA COROAR UM MODELO ECONÔMICO, QUE ERA VIDRO E SE QUEBROU

O capítulo pretende traçar um mapeamento histórico de como as forças que apoiavam o modelo neoliberal se articularam para alcançar o maior número possível de economias e assim torná-lo hegemônico. Esta articulação foi facilitada pelos avanços tecnológicos, que potencializaram a velocidade de movimentação dos capitais; pelo fim da União Soviética e o modelo socialista de desenvolvimento; e pelo apoio dos meios de comunicação, que se beneficiavam das novas tecnologias e da concentração de capitais, que propiciavam, nesta como em qualquer indústria, as fusões e incorporações que rentabilizavam ainda mais os negócios, através da maximização de resultados.

Será apresentado o cenário em que o neoliberalismo se desenvolveu até chegar ao Brasil, um dos poucos países democráticos que ainda mantinha, às vésperas do século XXI, uma economia fechada e com grande intervenção estatal, traços fortemente associados ao baixo crescimento de sua economia. No Brasil, a vitória de um governo comprometido com os ideais neoliberais na eleição de 1994, trazia a expectativa de que o maior país da América Latina retomasse o processo de reformas do Estado para, finalmente, fazer parte do bloco de países afinados com o modelo hegemônico que já alcançara a Europa e o Sudeste Asiático. Dentre as reformas, a que mais receberia destaque seria a redução do tamanho do Estado na economia, que seria levada a cabo através da privatização de vários setores da economia.

A escolha da Companhia Vale do Rio Doce para a retomada das privatizações das estatais não foi feita ao acaso pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que assumira em 1º de janeiro de 1995. Naquele momento, ele precisava mostrar ao país e ao mundo que o processo de implantação do neoliberalismo, iniciado em 1990 por Fernando Collor de Mello – e praticamente interrompido pelo vice-presidente Itamar Franco, que chegara

à presidência após o *impeachment* de Collor – agora seria para valer. Afinal, boa parte do mundo ocidental já seguia as regras do modelo neoliberal.

As promessas de crescimento e desenvolvimento via neoliberalismo eram muitas e os exemplos de prosperidade também, embora volta e meia acontecessem crises em países periféricos já sob a influência da doutrina neoliberal. Como as crises não afetavam as economias centrais, ficava a sensação de que os países atingidos não tinham feito a lição de casa direito. Até que, em 2008, a maior crise desde 1929 chegou aos Estados Unidos, coração do capitalismo e, ao lado da Inglaterra, principal difusor do modelo neoliberal. Uma crise de proporções tão grandes que, passados mais de três anos, não só não foi debelada como até o momento da conclusão desta dissertação continua a arrastar nações como Grécia, Irlanda, Bélgica, Portugal, Espanha, Itália, entre outras, apesar da injeção de centenas de bilhões de dólares que os bancos centrais vêm despejando nessas economias.

Da mesma forma, será mostrado como este modelo até então considerado insuperável para atender as demandas de consumo da sociedade e do capital especulativo expôs, da noite para o dia, suas fragilidades com a quebra de uma sucessão de empresas e instituições a partir do pedido de concordata do banco Lehman Brothers, e como a cobertura jornalística de *O Globo* conduziu as justificativas apresentadas pelos defensores do modelo neoliberal para recorrerem ao Estado nessa hora de verdadeiro terror para o mercado.

1.1 DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS NA ECONOMIA E NO JORNALISMO

Friedrich August von Hayek, fundador da Sociedade Mont Pèlerin, plantara as sementes do modelo neoliberal (também chamado neoconservador) em pleno pós-guerra, quando se discutia a reconstrução de Europa, Japão, além dos demais países formados pelo recém-criado bloco soviético. Na ocasião levantou-se um enorme aparato de propaganda ideológica, de política acadêmica e de coordenação de políticas econômicas para combater, entre outras ideias, a hegemonia do pensamento keynesiano, o modelo soviético e especialmente os economistas dispostos a apresentar planos de desenvolvimento nacionais.

Dentre os valores defendidos pelo modelo neoliberal, o da redução da presença do Estado na economia é um dos mais evidentes e contestáveis, segundo alguns autores. Santos (2004) assinala que os países que adotaram o modelo defendido pela Escola de Economia de Chicago, na qual Milton Friedman estudou e lecionou e onde Hayek também ministraria aulas a partir dos anos 1950, não alteraram a tendência ao crescimento do gasto público¹².

Para Sodré (2005), neoliberalismo é uma simples denominação, dentre outras possíveis, para a ideologia liberal *aggiornata*, isto é, para a consolidação do capital monopolista em sua fase de apogeu imperial ou de globalização:

Uma prática da Realpolitik contemporânea, portanto, que busca consolidar ideologicamente (em discursos e ações) a nova substância política reguladora das trocas globais, resumida por mais de um autor na palavra “império”. (SODRÉ, 2005, p. 27)

O autor assinala que uma palavra consegue unificar “o múltiplo remanejamento dos dispositivos liberais”: mercado (2005, p. 28). Em nome da liberdade de mercado “a mídia cauciona a desregulamentação financeira e cambial, que vem resultando, na América Latina, em verdadeiros paroxismos de ganância especulativa”. Estratégias discursivas são utilizadas para transformar as significações neoliberais em senso comum, ensejando mecanismos “que Roland Barthes chamou de ‘ex-nominação’: o neoliberal denega o nome próprio, diz que é social-democrata ou qualquer outra coisa, (...) uma espécie de luxo de todo discurso hegemônico”, afirma Sodré (2005, p. 35).

Esse discurso começou a ser montado ainda nos anos pós-Segunda Guerra, quando o economista Milton Friedman e outros pensadores que participaram da histórica reunião em Mont Pèlerin transformaram-se em difusores do modelo econômico neoconservador com a criação de institutos liberais espalhados pelo mundo. No Brasil, o representante do pensamento neoliberal é o Instituto de Estudos de Política Econômica – Casa das Garças, no Rio de Janeiro, que agrega economistas adeptos do “liberalismo ortodoxo, avesso a qualquer forma de intervenção do Estado na economia”¹³, alguns deles

¹² Nos EUA de Reagan o gasto público subiu de 31,8% do PIB, em 1980, para 33,5% em 1994, enquanto no Reino Unido de Thatcher a participação das despesas públicas no PIB caiu de 43%, em 1980, para 39,9% em 1990, voltando a 42,9% em 1994 (SANTOS, 2004, p. 106).

¹³GASPAR, M. No ninho dos liberais. *Exame*, 10 ago. 2006, Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0874/noticias/no-ninho-dos-liberais-m0093113> Acesso em 22/07/2010. Em seu site, o IEPE/CdG informa que seu “Seu objeto é promover estudos, pesquisas, seminários, debates, cursos e publicações, visando a discutir a realidade sócio-econômica do País, bem como gerir programas de bolsas de estudos e pesquisas”. Disponível em <http://www.iepecdg.com/> Acesso em 08/09/2011.

responsáveis, a partir de 1994, pelo aprofundamento e implantação das políticas econômicas desta doutrina no país.

Apesar desses esforços, o avanço do neoliberalismo não foi rápido. O modelo só veio a ganhar impulso e visibilidade na imprensa mundial com a eleição de Margaret Thatcher para o cargo de Primeiro Ministro da Grã Bretanha, em 1979, reforçados pela eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos, em 1981, após as ideias neoliberais terem sido testadas no “laboratório Chile”, por Friedman e os ex-alunos chilenos, os Chicago Boys.

O convênio entre a Universidade de Chicago e a Universidade Católica do Chile, que concedia bolsas de estudos a jovens estudantes de economia, não era novidade, pois programas de cooperação como este sempre fizeram parte da estratégia de dominação das potências estrangeiras na demarcação de suas áreas de influência.

No Brasil, esta manifestação ocorreu em alguns setores¹⁴, um dos quais nos interessa diretamente: o jornalismo, que a partir de 1950 sofreu profundo domínio do modelo americano, que passou a predominar nas redações brasileiras. Da mesma forma que a implantação do neoliberalismo contou com a forte colaboração dos doutrinados Chicago Boys, esta nova etapa do jornalismo só pôde ser constituída a partir da incorporação pelas redações de jovens profissionais que, após passarem temporadas nos Estados Unidos, voltavam ávidos para introduzir aqui o jeito americano de se fazer jornal, como analisa Ribeiro (2007).

Influenciada pelo modelo norte-americano, a imprensa começou a estabelecer novos padrões de produção discursiva, se autonomizando em relação às esferas literárias e políticas, que até então a dominaram. No cerne desse processo, estava a incorporação do ideal da objetividade, que se formalizou numa série de procedimentos técnicos de redação (*lead*, pirâmide invertida, *copy desk*, *style book* etc). As novas regras se impuseram aos chamados gêneros informativos (notas, notícias e reportagens) e passaram a marcá-los pela impessoalidade, pelo anonimato, pelo distanciamento enunciativo em relação ao universo de referência. (RIBEIRO, 2007, p. 344)

Pinto (1991, p. 117-118), ao analisar o Projeto Chile, recupera a história da influência estrangeira sobre a economia chilena que, desde meados do século XIX,

¹⁴Durante o século XX a América Latina ainda teve a influência de programas como a política do *Big Stick*, implantada pelo governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), a Política da Boa Vizinhança (1933-1945), que vigorou antes e durante a Segunda Guerra Mundial, e a Aliança para o Progresso (1961-1970), que ao longo da Guerra Fria visava resguardar a região da influência russa, via Cuba. MALAN (1986, P.76-77) aborda este tema no artigo Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964).

trouxera dos países economicamente avançados o que ele chama de produto peculiar de exportação: o *expert* econômico ou assessor. Ele cita o economista francês Courcelle-Seneuil, que considera o Milton Friedman da época e “o mais precoce protótipo desse gênero”, cuja carreira no Chile revestiu-se de características que se tornaram típicas de numerosos representantes posteriores. Em sua passagem pelo país, Courcelle-Seneuil introduzira uma série de medidas liberalizantes nos setores bancário, monetário e aduaneiro, além de ter influenciado seus discípulos a entregarem a extração de salitre à iniciativa privada e, posteriormente, às empresas estrangeiras.

Klein¹⁵ afirma que os jovens chilenos foram levados à Escola de Chicago para estudar com bolsas do governo dos Estados Unidos como parte de uma estratégia deliberada para orientar a direita latino-americana:

Tratou-se de um programa ideológico financiado pelo governo dos EUA, parte do que o ex-ministro do exterior chama de “um projeto de transferência ideológica deliberada”, ou seja, levar esses estudantes a uma escola distante, na Universidade de Chicago, e doutriná-los num tipo de economia que era marginal nos EUA na época e enviá-los de volta para casa como guerreiros ideológicos. (KLEIN, 2007)

Naomi Klein argumenta que esta doutrina é uma filosofia de poder que sustenta que a melhor oportunidade para as ideias radicais do livre mercado é logo após um grande choque, seja uma catástrofe econômica, um desastre natural, um ataque terrorista ou uma guerra, pelo simples fato de que esses choques abrandam as sociedades, abrindo-se uma possibilidade para introduzir a “terapia do choque econômico”, na definição dos economistas, obtendo o consenso da sociedade com muito mais facilidade. Esta aceitação torna-se ainda mais acentuada quando se vive em regimes de exceção, como no caso do Brasil pós-1964 e do Chile pós-1973, em que a censura à imprensa é uma das providências mais eficazes para a condução do poder.

No Chile, os Chicago Boys assumiram o controle da economia logo após o golpe de Estado de Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973, a morte do presidente eleito Salvador Allende e a implantação da censura no país. As “aventuras dos Chicago Boys” acabaram por quebrar a economia do país no início da década de 80 (SANTOS, 2004, p. 109), mas este fato não impediu que no mercado-teste das ideias neoliberais o processo

¹⁵ Entrevista concedida originalmente para o site La Haine, em 27 de setembro de 2007, por ocasião do lançamento do livro *A doutrina do choque – A ascensão do capitalismo do desastre*, publicada no portal *O estrangeiro* em 30/07/2007. Não há menção ao nome do entrevistador. Disponível em http://www.oestrangeiro.net/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=127 Acesso em 28/09/2010.

de venda do patrimônio público fosse adiante: entre 1973 e 1990, quando Pinochet deixou o poder após ser derrotado em plebiscito, 725 empresas e 10 mil imóveis foram privatizados¹⁶.

No Brasil, os jovens que ajudaram a mudar a imprensa nacional, até então fortemente dominada pelo modelo francês, também haviam sido precedidos por outros americanófilos, que há muito almejavam implantar no país um jornalismo “moderno”, que se baseava não mais em conceitos subjetivos, típicos da imprensa opinativa, literária, boêmia, e sim no “ideal da objetividade” e na profissionalização da atividade.

Embora em maio de 1926 o I Congresso Panamericano de Jornalistas, realizado em Washington, tenha atraído a participação de 14 brasileiros, entre os quais Gilberto Freyre, do *Diário de Pernambuco*, e Nestor Rangel Pestana, de *O Estado de S. Paulo*, (SILVA, 1990, p. 76), somente nos anos 1950 Pompeu de Souza e Danton Jobim, após passarem uma temporada nos EUA, deram o passo definitivo que mudaria a fisionomia do jornalismo nacional.

Pompeu de Souza, que trabalhara entre 1941 e 1943 na “Voz da América”, a partir de 1951, como chefe de redação do *Diário Carioca*, ao lado de Danton Jobim (diretor de redação) e Luís Paulistano (chefe de reportagem), realizou uma grande transformação no jornalismo, implantando mudanças que aproximariam, definitivamente, a imprensa brasileira da americana. Essa influência acabou por contagiar os mais importantes jornais e o modelo americano tornou-se hegemônico na imprensa nacional.

Mas o processo de implantação desse jornalismo não ocorreu de forma homogênea, tendo sido perpassado por conflitos, disputas e ambiguidades, registra Ribeiro (2007, p. 346), devido aos limites encontrados pelo modelo na configuração histórico-cultural da sociedade brasileira e na própria estrutura das empresas de comunicação.

Enquanto a imprensa americana ainda no século XIX ia se transformando numa indústria poderosa, no Brasil, um país com baixo índice de alfabetização, indústria e comércio incipientes e incapazes de sustentar comercialmente a publicação de periódicos até grande parte do século XX, manteve forte dependência política para sua viabilização, repetindo um modelo originado na França. Ao comparar a imprensa anglo-americana à francesa, Chalaby (1996) destaca o fato de que enquanto os escritores americanos foram

¹⁶ EL SAQUEO de Chile. *El Periodista*. Año 3. No. 86, Viernes, 22 de julio de 2005. Disponível em <http://www.elperiodista.cl/newtenberg/1790/article-69669.html>. Acesso em 05/06/2010.

incapazes de impor seus valores e normas literários aos jornalistas, na França figuras e celebridades literárias sempre estiveram envolvidas no jornalismo até o final do século XIX, quando os jornais foram se tornando grandes empresas.

Em parte da Europa, a transformação de uma atividade até então movida por “discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas” aconteceria a partir da segunda metade do século XIX e foi chamada por Marcondes Filho (2002, p. 12-13) de “a grande clivagem” na imprensa. Os donos de jornais europeus começaram a transformar os jornais feitos de forma quase amadora em grandes empresas capitalistas, substituindo o romantismo da primeira fase por uma “máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas”, para colocar em funcionamento um modelo que exigia grande capacidade financeira para sustentar sua modernização e substituiria uma atividade até então “praticamente livre de pensar e de fazer política”.

1.2A SOBREVIVÊNCIA EM MEIO AO CAOS

As políticas neoliberais ganharam velocidade em sua implantação a partir do Consenso de Washington¹⁷, que recomendava que os países latinoamericanos passassem por reformas estruturais (ou institucionais), como a desregulamentação de setores como o financeiro e o do trabalho. A privatização, a abertura comercial e a garantia do direito de propriedade – seja nos serviços, como a propriedade intelectual, seja das terras, sobretudo na zona de fronteira – eram outras recomendações, que ainda incluíam a abertura dos países às multinacionais, garantidas por empréstimos subsidiados e isenções de impostos por períodos de até 20 anos. Por trás dessas medidas estava a promessa de mais produtividade, eficiência e aumento da oferta de bens de consumo.

Muitas das transformações de ordem política e econômica que redundaram no processo de globalização tornaram-se possíveis graças a avanços técnico-científicos que permitiram a interconexão de mercados econômicos e financeiros, favorecendo ainda o crescimento do comércio mundial, através do aumento de produtividade. O jornalismo também se beneficia desse avanço tecnológico, que possibilita otimizar o trabalho nas

¹⁷ Ver texto completo em Anexos.

redações, reduzindo pessoal e custos, além de permitir acordos, parcerias e a concentração cada vez maior dos meios de comunicação.

Mas como lembra Hall, citando Giddens e Wallerstein, a globalização não é um fenômeno recente: “A modernidade é inerentemente globalizante” (GIDDENS, 1990, p. 63 *apud* HALL, 1992, p. 68). E ainda:

[o capitalismo] foi, desde o início, um elemento da economia mundial e não dos estados-nação. O capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais” (WALLERSTEIN, 1979, p. 19 *apud* HALL, 1992, p. 68).

A tecnologia, na verdade, teria acelerado um processo que já vinha sendo desenhado e desejado há décadas pelos defensores do modelo capitalista e a globalização da economia foi uma consequência “natural” desse processo.

Sodré (2003, p. 29) assinala que as tecnologias da informação, como geradoras de uma ideologia da comunicação universal, adequam-se bem à fase em que os mercados financeiros constituem o principal modelo de funcionamento da vida social: velocidade, probabilidade e instabilidade ou caos tornam-se parâmetros de aferição do “mundo da vida”.

A ideia de caos para a etapa posterior à queda do Muro de Berlim também está em Bauman (1999), que considera que o conceito de globalização – cujo significado mais profundo “é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais, sem um centro de controle para comandá-lo” – ganhou força a partir da perda de totalidade que o mundo apresentava antes do fim da União Soviética, quando o bloco socialista compunha a outra metade dos dois blocos de poder “presos e colados um ao outro em combate total” e em equilíbrio, mesmo que precário.

Com o Grande Cisma fora do caminho, o mundo não parece mais uma totalidade, e sim, um campo de forças dispersas e díspares, que se reúnem em pontos difíceis de prever e ganham impulso sem que ninguém saiba realmente como pará-las. (BAUMAN, 1999, p. 66)

As sucessivas crises nos países periféricos são um exemplo claro desse descontrole. E as ferramentas tecnológicas que possibilitaram a retirada massiva de investimentos de um mercado para outro em poucos segundos, como até então jamais havia acontecido, desnortearam completamente autoridades econômicas e políticas locais, que assistiam a todo o movimento completamente impotentes, já que qualquer tentativa de conter os fluxos de dinheiro era impossível, pois a onda liberalizante dos mercados não deixava mecanismos para evitar a debandada de dólares.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, o diretor da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, Alain Torraine, argumenta que globalização significa muito mais que internacionalização: que nenhuma instituição política, social ou religiosa é capaz de controlar um sistema econômico globalizado, “o que significa o próprio fim da sociedade”. Torraine afirma que o que restou é o mercado puro e que se vive agora em uma não-sociedade, na qual as pessoas estão interessadas em coisas sem significado.

Eliminar significados tem sido a aventura da Europa nos últimos 20 anos. Por exemplo, o desenvolvimento industrial sendo eliminado para dar lugar ao mercado financeiro: dinheiro pelo dinheiro. Na vida privada, teorias românticas do século XIX deram lugar ao erotismo, à pornografia, ao sexo sem comunicação, emoção ou intenção. Interesse e desejo são a mesma coisa. Minha pergunta é se é possível reconstruir uma vida social a partir de nenhum elemento social, pois eles desapareceram ao longo do caminho. (*O Globo*, 15/11/2010, p. 4)

Torraine não chega a citar a importância do avanço tecnocientífico na propagação desse processo de banalização do ser humano. Mas as novas tecnologias, ao permitirem a realização da promessa de velocidade, casam-se adequadamente com a demanda de integração dos centros mundiais de decisão financeira, por exemplo, que possibilita a circulação instantânea dos capitais e das informações, num processo de aceleração que gera cada vez mais incerteza.

As crises dos anos 1990, já sob o signo da velocidade proporcionada pelas tecnologias da informação, tiveram como uma das principais características a volatilidade dos mercados, em que megaspeculadores transferiam, em segundos, centenas de milhões de dólares de uns mercados para outros.

A dos países asiáticos, iniciada em 2 de julho de 1997 com a decisão do governo tailandês de deixar a moeda local, o *baht*, flutuar perante o dólar, levou a uma sequência de quebras. Além de Tailândia, Filipinas, Malásia, Indonésia e Coreia do Sul, nesta ordem, assistiram a uma forte desvalorização de suas moedas em relação ao dólar e a queda do preço dos ativos em seus mercados acionários, provocadas pelas fortes saídas de capital e conseqüente redução das reservas externas (CANUTO, 2000, p. 26).

Entre junho e dezembro de 1997, a rupia da Indonésia desvalorizou-se 140%, o *baht* tailandês e o *won* coreano tiveram desvalorizações de mais de 80% e o *ringgit* da Malásia e o peso filipino caíram em torno de 50%. Apenas Hong Kong resistiu aos chamados ataques especulativos, mantendo a paridade com o dólar americano (CANUTO, 2000, p. 27). Todas as economias emergentes da região, mesmo as que

escaparam dos ataques às moedas, tiveram quedas de cerca de 50% nos preços de suas ações negociadas em bolsa de valores até o fim de dezembro.

A crise econômica sucedeu à crise financeira e esses países, apelidados de Tigres Asiáticos e notabilizados pelo prolongado crescimento ao qual a região estava associada após adotarem o receituário neoliberal, viram seu PIB encolher drasticamente: Tailândia e Malásia, com queda de 10%, Coreia, -3% e Indonésia com redução de 15% do PIB.

O que impressionou na ocasião foi a velocidade de movimentação dos capitais, que derrubou cada uma dessas economias como numa sequência de pedras de dominó. O fluxo de capitais para a região mudou de um ingresso de US\$ 96 bilhões, em 1996, para uma saída de US\$ 12 bilhões em 1997, representando 11% do PIB da região (CANUTO, 2000, p. 26).

As novas tecnologias proporcionaram uma integração mais veloz e imediata de movimentos que haviam sido gestados em décadas anteriores, o que foi constatado também durante as demais crises ocorridas na década de 1990 nos países periféricos. Nem mesmo a Grã-Bretanha escapou de ataque do capital especulativo, vitimada pelas operações de George Soros, nos anos 1980, como lembra Sader:

Mas todo ataque especulativo tinha os EUA como beneficiário, toda fuga de capitais tinha a Bolsa de Valores de Nova York como refúgio. Sabia-se que essa farra especulativa só poderia encontrar um limite no momento em que o principal beneficiário dela fosse também vítima. Esse momento chegou (*Blog do Emir*, 26/09/2008)¹⁸.

Sader comenta ainda que as medidas emergenciais, com intervenções diretas e maciças do Estado, feriam a doutrina neoliberal, mas que não havia novidade neste tipo de ação, que ocorrera desde a crise mexicana de 1994. A imprensa e os defensores do modelo neoliberal ajudavam a naturalizar as intervenções sempre que estas se mostravam necessárias. Com a crise de 2008, esta estratégia discursiva volta a se repetir.

Em 14/09/2008, entrevista de Cristina Alves com “um dos mais consagrados economistas do país, o professor Aloisio Araújo, da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto de Matemática Pura Aplicada”, apresenta como um dos temas a estatização das agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac pelo Governo americano, feitas na semana anterior para tentar conter a crise, e as especulações sobre um suposto “fim do

¹⁸O neoliberalismo acabou?

Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=210 Acesso em 07/07/2011.

neoliberalismo”. A entrevista – publicada no domingo, mesmo fim de semana em que as autoridades americanas ficaram ocupadas em tentar encontrar uma solução para evitar a quebra do banco Lehman Brothers, que seria anunciada na segunda-feira – ocupa dois terços da página 34.

Título: **“Os EUA vão ficar mais parecidos com a Europa”**

Subtítulo: *Economista do FGV e do Impa diz que, após crise, expectativa é que americanos passem a regular mais mercados*

O Globo: O banco central americano e o Tesouro injetaram US\$ 200 bilhões para salvar as duas gigantes da hipotecas. É o fim do liberalismo?

Aloisio Araújo: **Estas grandes questões ideológicas acabaram há muito tempo.** O que estamos vendo no mundo é uma **economia de mercado** mais regulada – e **regulada de forma inteligente**. Milton **Friedman**, que era um ícone do liberalismo, **quando se tratava de questão financeira, sempre foi favorável a um controle total.** Justamente porque ele viu como a crise bancária provocou o desastre de 1929. Mas é difícil regular bem. O sucesso das economias modernas é quão elas bem regulam.

- Em que as autoridades econômicas erraram?

Araújo: **Houve grandes erros e um dos principais foi o das garantias implícitas.** A Fannie Mae e a Freddie Mac (as duas empresas de hipotecas estatizadas na semana passada) ficaram com garantias implícitas grandes. **Outro erro regulatório foi imaginar que se podia ter liberdade para os produtos derivativos.** Os bancos acabaram tendo perdas fortes. A autoridade monetária não se preocupava porque, aparentemente, aquelas operações estavam fora do risco dos bancos. As empresas de hipotecas tinham lucros, pagavam muito bem aos seus executivos.

- O senhor está pessimista?

Araújo: **Acho que não há indícios graves de que a crise esteja se espalhando.** O Bernanke (Ben Bernanke, presidente do BC americano), é um especialista em Grande Depressão. O Henry Paulson (secretário do Tesouro) enviou ao Congresso projeto de lei dando mais poderes ao Fed para atuar (...) em caso de risco sistêmico. **O mercado se sofisticou muito e exige novo marco regulatório.** Provavelmente os **Estados Unidos vão ficar** mais parecidos com a Europa, **mais contido e regulado.**

- Então regular ou não mercados é hoje um falso dilema?

Araújo: Numa economia moderna, **o sistema regulatório é importante** e tem que ser bem feito. **Não existe o modelo puro de Hayek** (Friedrick August von Hayek, economista da escola austríaca que defendia que os sistemas são complexos demais para serem planejados por uma instituição central e devem evoluir espontaneamente).

- O mundo vai viver uma recessão?

Araújo: **Acho que é um ciclo natural. Crescemos muito,** principalmente de 2001 para cá. Estamos num novo ciclo e as projeções do FMI mostram isso. Os países desenvolvidos vão crescer menos. E os emergentes vão crescer mais que os desenvolvidos. (*O Globo*, 14 set. 2008, p. 36)

Nas declarações do especialista podem ser percebidos vários indícios de uma nova estratégia discursiva em curso para defender os valores neoliberais até então consagrados como os mais adequados na gestão de uma economia moderna. Conceitos até então considerados pétreos são relativizados, como a desregulamentação dos mercados. No trecho inicial da entrevista Araújo afirma que Milton Friedman sempre fora favorável à regulação das questões financeiras, uma declaração que vai contra a toda argumentação neoliberal que a partir dos anos 1980 promoveu o aprofundamento da desregulamentação da economia nos EUA.

Mais à frente, em resposta à questão de que regular ou não regular seria um falso dilema, responde que “numa economia moderna, o sistema regulatório é importante e tem que ser bem feito”, destacando que “não existe o modelo puro de Hayek”. O que não fica claro é por que só após a crise instalada a máxima de Hayek é considerada impura. Se à época de Hayek os sistemas já eram considerados complexos demais para serem regulados, como repentinamente esta regulação não só se torna possível como importante em um mercado ainda mais complexo?

Araújo afirma também que um dos erros cometidos foi as agências hipotecárias ficarem com “garantias implícitas”, “grandes garantias implícitas”, frisa, e a entrevista prossegue sem uma explicação para o leitor do que isso realmente significa, repetindo um velho ranço do jornalismo econômico de falta de transparência nas informações (QUINTÃO, 1987, p.102).

Outro erro regulatório, diz, “foi imaginar que se podia ter liberdade para os produtos derivativos. Os bancos acabaram tendo perdas fortes. A autoridade monetária não se preocupava porque, aparentemente, aquelas operações estavam fora do risco dos bancos”. Aqui há um silenciamento sobre a atuação dos bancos nessas perdas, aqui tratados como vítimas, quando foram responsáveis indiretos pela formação desses produtos financeiros complexos. Enquanto a festa durou, esses produtos proporcionaram lucratividade alta às instituições financeiras e pagamento de bônus milionários a seus executivos. Quanto à justificativa usada para a falta de preocupação do Fed, há novamente silenciamento para uma atitude que poderia ser resumida na palavra *omissão*.

Outra estratégia usada pelo economista é a naturalização das crises. O recado que parece estar sendo dado à sociedade é: as crises fazem parte de um processo normal, inexorável, e nada é possível fazer para evitá-las, tal como um tsunami ou um atentado

terrorista¹⁹. Ao citar o crescimento, a mensagem embutida é: agora é a hora de (a sociedade) pagar a conta.

Entrevista concedida à Débora Berlinck, e publicada em 21/09/2008, com Philippe D'Arvisenet, principal executivo do maior banco da França, o PNB Paribas, também trata de maneira fatalista essas crises, como mostra o título “Haverá outra bolha dentro de alguns anos”, cujo subtítulo é “Economista-chefe do PNB Paribas cita como exemplo a crise da internet, que seguiu-se à débâcle da Ásia”.

Ainda na página 34, logo abaixo da entrevista de Araújo, uma notícia da correspondente Marília Martins informa que “Crise americana se prolonga e já se alastra para além do setor financeiro”, cujo subtítulo é “Fundos agressivos perdem investimento. Indústria automobilística perde US\$ 50 bi”, dando mostras de que a economia real já estava sendo atingida pela crise econômica. No entanto, na terceira resposta de Araújo a Cristina Alves, ele afirma que “não há indícios graves de que a crise esteja se espalhando”, um exemplo de estratégia de negação tentada inicialmente por alguns especialistas, embora no mercado circulassem há mais de um ano as informações de que uma grave crise estivesse a caminho, como afirmou Rogério Studart, diretor de Brasil e mais sete países no Bird, em entrevista à Flavia Oliveira, que será analisada no capítulo 3:

Esta é a crise mais cantada da história das crises financeiras mundiais. A percepção de que a situação do mercado imobiliário era insustentável existe há mais de um ano (*O Globo*, Negócios & Cia, 17 set. 2008, p.28)

Nesta como em outras crises, os últimos a saber foram os mais afetados pela crise: trabalhadores e contribuintes que dependem da mediação da imprensa para ter acesso a informações que, enquanto não vazam para os grandes jornais, acabam ajudando a alimentar especulações e lucros.

Mas se em pleno 2008, com a internet já fazendo parte da rotina de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, a dificuldade de acesso a informações plurais ainda permanecia, o que dirá nos anos 1990, em um país recém saído de um governo militar e com infraestrutura precária de comunicação, o qual a TV era a única janela voltada ao mundo externo para milhões de brasileiros. Foi neste Brasil que Fernando Collor de Mello elegeu-se presidente e daria início ao processo de liberalização e modernização da

¹⁹ Ver em Anexos e as análises das manchetes: Maior administrador de fundos alerta para ‘tsunami financeiro’, à p. 59, e O novo 11 de setembro do mercado, à p. 127.

economia, que passava, necessariamente, pela redução do tamanho do Estado, com a privatização das estatais.

1.3 PORTAS ABERTAS AO NEOLIBERALISMO

A primeira eleição direta após o fim do regime militar coincide com a chegada do modelo neoliberal ao Brasil, em 1990. Collor elegeu-se com a bandeira de modernização do país e assumiu o governo prometendo dar fim à hiperinflação com a implantação das reformas econômicas contidas no Plano Brasil Novo, popularmente conhecido como Plano Collor, divulgado em 16 de março²⁰. As principais medidas de estabilização da inflação foram acompanhadas por programas de reforma de comércio externo, a Política Industrial e de Comércio Exterior e um programa de privatização intitulado Programa Nacional de Desestatização (PND), que previa a liquidação de uma série de autarquias, fundações e empresas públicas.

O PND conseguiu iniciar o processo de privatização de estatais com a venda da Usiminas, em 24 de outubro de 1991 – uma empresa saudável, a mais lucrativa das siderúrgicas (CARVALHO, 2009, p. 88), escolhida a dedo como parte da estratégia de comunicação, para causar impacto na sociedade.

Mas Collor não conseguiu acabar com a inflação e seu envolvimento em uma série de denúncias levou a Câmara Federal a aprovar o seu afastamento da presidência com pouco mais de dois anos de governo. Em 2 outubro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência da República²¹ e em sua gestão reduziu drasticamente o ritmo das privatizações.

Numa nova tentativa de estabilizar a economia, em junho de 1994 Itamar aprovou a criação do Plano Real, cujo sucesso no combate à inflação contribuiu decisivamente para a eleição à presidência de seu ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, que se desincompatibilizara do governo em abril de 1994, quando o Plano Real estava em elaboração²².

²⁰ COLLOR bloqueia o dinheiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1990. Caderno 1, p. 1-26

²¹ Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil90.htm> Acessado em 17/09/2010.

²² LIMA, M. Itamar lança candidatura a presidente em julho, quando deixar a embaixada na OEA: Ex-presidente reivindica a paternidade do Real e se diz decepcionado com FH. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1997. Caderno 1, p.5.

Com a eleição de Fernando Henrique, a retomada das privatizações aconteceria em grande estilo: desta vez, seria oferecida em leilão uma das joias da União – a Companhia Vale do Rio Doce. O processo fora iniciado poucos meses após a posse do presidente, quando Fernando Henrique tomara a decisão formal de desestatizar a Vale do Rio Doce ao assinar, em 1º de junho de 1995, o Decreto 1.510²³.

Um leilão bem-sucedido poderia tornar-se um marco da “modernização” do país e uma prova ao mundo de que o programa de liberalização da economia estava sendo realmente implantado, após uma quase paralisação por mais de dois anos, abrindo as portas para novos investimentos estrangeiros. Também a adesão do emergente Brasil aos valores neoliberais não deixava de ser uma importante conquista na extensa lista de países já sob os auspícios desse pensamento econômico, tornado único após o esfacelamento da União Soviética, em 1989.

Em 1997, apesar de vários países convertidos ao neoliberalismo não terem conseguido resolver seus problemas econômicos, afundando em novas crises, Fernando Henrique Cardoso manteve seu programa de liberalização da economia, cujo foco estava voltado para a privatização de empresas estatais. Para não deixar dúvidas de que o processo agora seria irreversível, a estreia seria com uma das mais lucrativas estatais, a Companhia Vale do Rio Doce. Fernando Henrique repetiria assim a estratégia de comunicação usada por Collor na venda da Usiminas, além de por em prática a linha de governo que anunciara em seu discurso de despedida do Senado²⁴. Como afirmara uma semana antes da venda a então funcionária do Banco Bear Stearns e ex-diretora de desestatização do BNDES, Elena Landau, a privatização da Vale significava “o símbolo máximo da reforma do Estado, por estar sendo privatizada uma empresa que dá lucro”²⁵.

Parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo Collor, o PND foi instituído com a Lei nº 8.031, de 12/04/1990²⁶. Até 1994 o governo havia privatizado 33 companhias, sendo 18 empresas controladas e 15 participações minoritárias da Petroquisa e Petrofértil, além de ter realizado oito leilões de participações minoritárias no âmbito do Decreto nº 1.068. Essas vendas produziram uma receita de US\$ 8,6 bilhões

²³ Disponível em <http://www.cnb.org.br/CNBV/decretos/dec1510-1995.htm>. Acesso em 08/09/2011

²⁴ Disponível em www.planalto.gov.br/publi04/colecao/despded.htm. Acesso em 16/09/2011.

²⁵ ORDÓÑEZ, R. Corpo a Corpo – Elena Landau: Símbolo da reforma do Estado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1997. Economia, p.20.

²⁶ Os números relativos ao PND que serão citados nesta e na próxima página foram extraídos do documento *Privatização no Brasil – 1990-1994 / 1995-2002* e estão disponíveis em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Estudos_Especiais/200207_3.html. Acesso em 30/03/2011.

que, somada aos US\$ 3,3 bilhões de dívidas que foram transferidas ao setor privado, alcançou o resultado de US\$ 11,9 bilhões. Este período caracterizou-se por pequena participação do investidor estrangeiro, de apenas 5% do total arrecadado (US\$ 398 milhões), contra 36% (US\$ 3,116 bilhões) das empresas nacionais, 25% (US\$ 2,2 bilhões) das instituições financeiras), 20% (US\$ 1,701 bilhão) de pessoas físicas, 14% (US\$ 1,193 bilhão) de participação dos fundos de pensão.

Três setores concentraram as privatizações nesta fase: o siderúrgico, com oito empresas e arrecadação de US\$ 8,167 bilhões, o petroquímico, com 15 companhias e US\$ 2,178 bilhões, e o de fertilizantes, com cinco empresas e resultado de US\$ 493 milhões. Esses valores eram simbólicos, pois, na verdade, 81% dos meios de pagamento utilizados foram as chamadas moedas de privatização – títulos representativos da dívida pública federal, também conhecidas por “moedas podres”. Apenas US\$ 1,634 bilhão foram pagos em moeda corrente.

Fernando Henrique Cardoso inicia uma nova fase no processo de desestatização, com a inclusão do PND em seu programa de Governo, que prevê a transferência de serviços públicos à iniciativa privada. Entre os setores incluídos no programa de privatização estão o elétrico, o financeiro e as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos, a maioria dos bancos estaduais (considerados à época os responsáveis por grande parte do déficit público) e telecomunicações.

Assegurou-se do prosseguimento de seu projeto através da aprovação de várias emendas à Constituição, como a que garantiu a reeleição para presidente, governadores e prefeitos, e as que facilitaram a entrada de empresas estrangeiras no Brasil. A aprovação, à toque de caixa, do projeto de lei das sociedades por ações, que alterou a Lei das Sociedades Anônimas, contribuiu decisivamente para garantir “ao governo continuidade no processo de privatização”, como informa reportagem²⁷ de 11/04/1997, a 18 dias da data inicialmente marcada para o leilão da Vale do Rio Doce.

Entre 1995 e 2002, as privatizações nos setores industrial e de infraestrutura/serviços e os leilões de participações minoritárias renderam US\$ 78,614 bilhões, dos quais US\$ 74,340 bilhões (95%) em moeda corrente e US\$ 4,274 bilhões (5%) em moedas de privatização. A participação do capital estrangeiro nesse período atingiu 53% do total arrecadado com todas as desestatizações realizadas (US\$ 41,737 bilhões). As

²⁷ CORDEIRO, R. Aprovado no Senado projeto que muda a Lei das S/A: Alterações garantem continuidade no processo de privatização, ao evitar disputas judiciais com acionistas majoritários. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1997. Economia, p. 23. A reportagem será analisada no capítulo 3.

empresas nacionais responderam por 26% da receita (US\$ 20,777 bilhões), cabendo 8% às pessoas físicas (US\$ 6,316 bilhões), 7% às entidades do setor financeiro nacional (US\$ 5,158 bilhões), e 6% às entidades de previdência privada (US\$ 4,626 bilhões).

O documento do BNDES que trata do tema, *Privatização no Brasil – 1990-1994/1995-2002*, despende poucas linhas para descrever o processo de venda da Companhia Vale do Rio Doce:

Em maio de 1997 foi privatizada a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, uma das maiores empresas produtoras e exportadoras de minério de ferro do mundo. No leilão do controle da empresa foram alienadas 99 milhões de ações ordinárias nominativas, correspondendo a uma arrecadação de US\$ 3.131 milhões. A oferta aos empregados totalizou US\$ 167 milhões.

Já a cobertura do leilão realizada pelo jornal *O Globo* acabou se transformando em um grande evento jornalístico, revelando a importância desta privatização para a sociedade, o governo e o próprio jornalismo. O acontecimento, investido de relevância econômica e simbólica para a sociedade brasileira, mereceu do jornal *O Globo* tratamento especial, com extensas edições nos dias anteriores e posteriores à realização do leilão, levando o noticiário econômico a ocupar com destaque a primeira página, como o trecho que segue abaixo, da principal manchete publicada em 1º de maio de 1997.

Título: Vale: Justiça impõe novo adiamento

Subtítulo: STJ pede até dez dias para analisar recurso, mas BNDES remarca o leilão para amanhã

O Governo manteve a Bolsa do Rio mobilizada ontem o dia inteiro, mas novamente não conseguiu fazer o leilão de privatização da Vale. O ministro Demócrito Reinaldo, do Superior Tribunal da Justiça (STJ), **pediu** pelo menos dez dias para julgar o recurso sobre conflito de competência que cassaria todas as liminares. Ele considerou que as informações do processo eram insuficientes. Mesmo com mais essa derrota jurídica, o Governo resolveu **deixar claro**, segundo o ministro Antônio Kandir, **que tem pressa** e, por isso, **remarcou para amanhã** o leilão da mineradora.[...] Em encontro com governadores do PMDB, anteontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que **nenhuma ação judicial fará seu governo desistir do leilão**. Ele reclamou do partido, que fez campanha contra a privatização na televisão, e **avisou que a Vale será vendida de qualquer maneira**.
Páginas 17 a 21.

Percebe-se na notícia o antagonismo que se estabeleceu entre o Governo, determinado a vender a empresa, e as forças da sociedade contrárias à privatização, que por meio de liminares haviam conseguido impedir na Justiça a realização do leilão, previsto inicialmente para 30/04/1997. O jogo de forças aparece já no título por meio da

escolha lexical, com o uso do verbo impor, ou seja a Justiça força o adiamento do leilão, contrariando as regras do edital, que estabelecia a data de sua realização. No subtítulo, o verbo **pedir** denota a fraqueza da Justiça, e será repetido no texto, quando a escolha mais adequada e precisa seria o uso da palavra **determina**. O subtítulo contém ainda uma oração adversativa que revela a pouca importância dada por uma instituição do Governo, o BNDES, à decisão da Justiça, ao insistir em remarcar o leilão para o dia seguinte.

A estratégia discursiva do jornal apresenta outras demonstrações de força dos governantes, ao destacar a fala do ministro Kandir, que **deixa claro** que o Governo **tem pressa**. A manchete prossegue com uma declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que nada fará seu governo desistir do leilão. Por fim, em tom de ameaça, vem um **aviso** do próprio presidente: a Vale será vendida **de qualquer maneira**.

Todo o caso Vale envolveu grandes números. Carvalho (2009, p. 83) lembra que das 942 ações judiciais contra as desestatizações promovidas pelo governo federal nos anos 1990, mais de 250 medidas legais foram intentadas contra a privatização da Vale.

Mas a privatização da Vale e de outras estatais, assim como a adoção de várias medidas liberalizantes da economia, não trouxeram a solução mágica para problemas como aumento do endividamento público e privado, juros estratosféricos, volume alto de capitais especulativos, desvalorização do real, baixo investimento, estagnação do crescimento econômico, entre outros que não serão discutidos neste trabalho. Na verdade, o Brasil em breve entraria para o clube dos países que, mesmo adotando o modelo neoliberal na gestão de suas economias, em pouco tempo viam-se novamente mergulhados em crise. Afinal, desde 1989, com o fim da União Soviética, este modelo vinha sendo apresentado como o único capaz de dar solução para as demandas de um mundo cada vez mais globalizado.

A derrocada do modelo socialista soviético, simbolizada pela queda do muro de Berlim e a desilusão em relação à utopia socialista, forneceu ao capitalismo terreno fértil para disseminar o pensamento neoliberal. Quando se fala em derrocada, aborda-se a percepção que o Ocidente teve, a partir dos meios de comunicação, a respeito do que se define como o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas como um movimento que partiu de fora para dentro – pressões econômicas e políticas do Ocidente sobre o governo soviético – e pressões econômicas internas, com as dificuldades enfrentadas pelos soviéticos para acompanhar o ritmo de gastos militares dos Estados Unidos, especialmente a escalada bélica provocada ao longo do governo Reagan.

Santos tem uma visão menos simplista do que teria provocado a “implosão” da URSS. Segundo ele, não foi à toa que o plebiscito realizado em 1990 para decidir sobre o destino da União Soviética “mostrou o centro do ‘império’ votando por sua dissolução e a ‘periferia’ votando por sua conservação” (SANTOS, 2004, p. 309). Para o autor, o imperialismo soviético era contrário aos interesses do Centro (Rússia), que arcava com o peso de sustentar grande parte das repúblicas deficitárias. Assim, a independência do Leste Europeu e o fim da União Soviética não teriam sido um produto da oposição externa, mas do desejo político e dos movimentos culturais, econômicos e sociais internos.

Mas para a percepção ocidental, o que acabou prevalecendo é que o modelo socialista havia falhado e que o único modelo que se apresentava como capaz de dar conta das demandas da sociedade seria o modelo hegemônico da doutrina neoliberal, ou neoconservadorismo.

O passar dos anos tornou abundantes os exemplos de ineficiência das políticas econômicas adotadas por essa versão atualizada do liberalismo, em crises como as do México, em 1994, a asiática, em 1997, a da Rússia, em 1998, a do Brasil, em 1999, e a da Argentina, em 2002-2003, todos países que seguiram à risca o receituário neoconservador (SANTOS, 2004, p. 60).

Aqui, torna-se necessário fazer uma síntese de como a doutrina neoliberal foi implantada nos países periféricos e o resultado colhido nos anos subsequentes à sua implantação. Resende²⁸ (2008, p. 4) explica a forma como essas crises de modo geral são geradas e eclodem, com a ocorrência de poucas variações nos países em que elas se desenvolvem. Afinal, apesar das diferenças históricas, culturais e sociais, esses países guardam em comum a adoção do modelo neoliberal de gestão de suas economias. Para o economista, a partir dos anos 1980, quatro elementos passam a constituir uma “boa gestão macro”: política monetária ativa, conduzida por um banco central independente e com base em metas de inflação; livre movimento internacional de capitais; câmbio flutuante, com mínima intervenção; e política fiscal que estabilize a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto²⁹, em nível não muito além de 50% do PIB.

²⁸ André Lara Resende, economista, ajudou na formulação dos planos Cruzado e Real. Foi diretor do Banco Central e presidente do BNDES no governo FHC. Fonte: http://www.agendaprincipiosbrasil.org.br/arquivos/A_crise_Brasil_Lara_Resende_Valor.pdf Acesso em 22/01/2011.

²⁹ Bens e serviços produzidos por um país ao longo de um ano.

A confiança incondicional dos investidores internacionais é que daria a solidez necessária para que os elementos dessa síntese macroeconômica funcionem, mas Resende admite a instabilidade inerente desses pilares que, na prática, são incapazes de sustentar o modelo, devido às contradições que guardam entre si. Ele explica que, uma vez adotados os quatro pilares, a confiança é estabelecida e a economia passa a ir bem. Os investimentos aparecem, a economia cresce e o emprego aumenta. Num círculo virtuoso, o processo se auto-alimenta: o crescimento acelerado leva ao déficit externo e às pressões inflacionárias.

Num primeiro momento esses “sintomas” são interpretados como sinais de saúde: economias dinâmicas atraem poupança externa que financiam seus déficits em conta-corrente. Mas para evitar que a inflação saia de controle, a política monetária torna-se mais restritiva. Os juros altos atraem capitais de curto-prazo, a moeda se valoriza, o que auxilia no controle da inflação, mas agrava o déficit externo, pois os produtos exportados ficam menos competitivos no mercado internacional.

A partir de certo ponto o déficit em conta corrente³⁰ passa a ser visto como insustentável e a valorização da moeda, excessiva. É quando a confiança desaparece e o fluxo de capitais de curto-prazo se reverte, provocando a fuga de capitais. A desvalorização da moeda torna-se brusca e inevitável, encerrando definitivamente o período de prosperidade.

Uma vez desencadeada a crise, a instabilidade do quarteto macro adquire um aspecto perverso, que agrava os elementos recessivos do fim do ciclo de expansão. A brusca desvalorização da moeda excede a necessária para a recomposição do equilíbrio externo e agrava as pressões inflacionárias. A síntese macroeconômica exige que as políticas monetária e fiscal sejam restritivas. O objetivo prioritário é conter as pressões inflacionárias e restabelecer a confiança, quando a economia, desorganizada, enfrenta uma recessão, quase sempre de grandes proporções. (RESENDE, 2008, p. 4)

O modelo só funcionaria a contento, ainda segundo Resende, nas economias centrais, nas quais a confiança seria irrestrita: Estados Unidos, União Europeia, Japão e, em menor escala, Inglaterra e Suíça. No caso americano, a “confiança irrestrita” permitiu que o país crescesse por quase 30 anos apesar do déficit público crescente, pois um dos

³⁰ É o resultado das transações comerciais do país com o mundo (incluindo as exportações e as importações), mais os serviços e as chamadas transferências unilaterais. Reflete a quantia, em dólares, que falta ao governo para quitar seu saldo negativo na balança comercial. Fonte: <http://economia.uol.com.br/glossario/index-d.jhtm>. Acesso em 30/03/2011.

principais indicadores que atestava a saúde da economia era a inflação sob controle desde os anos 1970. Ou quase: o modelo neoliberal de medição da inflação falha por abarcar apenas as variações de preços de bens e serviços, desconsiderando a alta de preços dos chamados ativos, “um fenômeno setorial, descontínuo, com fim brusco independente da ação da política econômica”, comumente chamadas de “bolhas”, que implodem por si só (RESENDE, 2008, p. 4).

Este foi o caso da bolha das empresas pontocom, em 2000, conhecida como Bolha da Internet, após uma corrida pelas ações das empresas de alta tecnologia, que, mesmo sem receita, despertaram o interesse de milhões de investidores no lançamento de suas ações em bolsa, num movimento chamado posteriormente de “exuberância irracional” pelo presidente à época do Federal Reserve (Fed), o banco central americano, Alan Greenspan. Enquanto inflação de bens e serviços

é um processo, uma doença longa e generalizada, que exige intervenção médica para interromper sua progressão, a inflação de ativos é uma doença curta e localizada. Nem por isso as inflações de ativos – e uso do plural é mais adequado – são menos perigosas do que a inflação de bens e serviços. Estamos aprendendo a duras penas (RESENDE, 2008, p. 7).

Foi a inflação dos ativos imobiliários nos Estados Unidos e o complexo sistema de financiamento desses ativos que deram origem à quebra das tradicionais casas de financiamentos de hipotecas Fannie Mae e Freddy Mac e a alguns dos principais bancos de investimentos americanos, como o Lehman Brothers, desencadeando a crise de 2008, gestada há tempos numa economia que a partir do Governo Reagan foi sendo rapidamente desregulamentada, deixando os agentes de mercado livres para criar instrumentos de financiamento de alto risco, que com a conivência de agências de controle de risco, eram “carimbados” como títulos seguros. Tal e qual um sistema de pirâmide financeira, a descoberta da fraude dependia apenas de uma quebra da corrente, no caso, um aumento mais intenso da inadimplência entre os tomadores de empréstimo, o que acabou acontecendo quando o Fed decidiu elevar a taxa de juros americana para tentar conter a inflação e as hipotecas foram ficando impagáveis.

Um problema talvez tão grande quanto a crise passava a ser como explicar ao mundo que este modelo econômico, que vencera resistências nas mais diversas culturas para a sua implantação, poderia ter parado de funcionar em sua própria matriz e estar fazendo estragos que poderiam comprometer sua afirmação hegemônica.

Como parte integrante e fundamental da cultura de massa as mídias, em grande parte empresas moldadas no modelo capitalista, haviam tido participação ativa no processo de difusão da doutrina neoliberal. Para Atem (2009, p. 9-10), as condições de criação de textos que defendem a lógica capitalista passam pela produção de arquivos/discursos fundadores de determinadas posições ideológicas, discursivas e de sujeito “em um mundo que parece não ter grandes narrativas (aparência esta forjada pela própria lógica do discurso capitalista)”, possibilitando que toda narrativa aparentemente coesa e coerente tenha grande chance de obter sucesso.

A Análise do Discurso nos ensina que um discurso só ganha relevância social depois que o terreno no qual ele cria raízes se preparou para ele. É preciso entender as condições de possibilidade da eclosão de determinados discursos, bem como seus efeitos pragmáticos. A prática discursiva da atualidade é aquela que se formou a partir de afetos e signos legitimadores da lógica do capitalismo de produção e consumo, e seus valores. E isso se deu ao ponto de qualquer discurso contrário, de índole crítica, ser rotulado de moralista ou idealista. (ATEM, 2009, p. 10)

A estratégia discursiva da doutrina neoliberal teria que ser alterada, ou ao menos adaptada, para fazer frente aos questionamentos sobre verdades naturalizadas há várias décadas. Nesta operação, os meios de comunicação, aliados de outras ocasiões, seriam acionados novamente.

1.4 UMA BOLHA PODEROSA

Uma nova estratégia discursiva foi montada a partir da eclosão em 2008 da chamada bolha imobiliária americana³¹, resultado de um processo iniciado a partir de decisões tomadas muitos anos antes pelo banco central americano, em manter a taxa de juros baixa por um longo período, como forma de estimular a economia. Com os juros baixos, os americanos foram às compras: de bens de consumo a imóveis, tudo era financiado ou refinanciado a perder de vista. Muitas instituições financeiras, querendo maximizar seus ganhos, passaram a emprestar sem exigir garantias, o que alavancou a indústria imobiliária e os preços dos imóveis. Mas como estes contratos de crédito estavam condicionados a juros pós-fixados, quando o presidente do Fed, Alan Greenspan, iniciou um processo rápido de elevação dos juros para conter a inflação, houve um

³¹NAIMES, L. Entenda a bolha imobiliária dos EUA. Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL11182-9356,00.html. Acesso em 18/09/2011.

aumento histórico na inadimplência das dívidas hipotecárias. Donos de imóveis que os haviam usado como garantia de dívidas, no afã de quitá-las, colocaram suas casas à venda, e os preços despencaram, estourando a bolha.

Bolhas como esta de tempos em tempos surgem nos países capitalistas e provocam crises: em 1929, a especulação com as ações provocaram o *crack* da Bolsa de Nova York; em 2000 houve o estouro da bolha da internet ou empresas pontocom, também resultado de especulação com as ações de empresas ligadas à rede mundial de computadores. Vários teóricos já estudaram essas crises cíclicas do capitalismo, em que períodos de prosperidade são seguidos por períodos de recessão mais ou menos profunda.

A bolha imobiliária foi a primeira das muitas bolhas de ativos que se disseminaram não só pela economia americana como pelas economias de vários países, tornando-se um problema generalizado. Paralelamente à formação da bolha imobiliária, houve as altas no mercado acionário, no preço da energia, no preço das *commodities*. Quando uma bolha importante como a do setor imobiliário americano explodiu, com a abrupta restrição ao crédito fácil para financiamento dos imóveis, produziu-se um efeito cascata nas demais economias centrais que vivenciavam uma exuberância econômica amparada na premissa irreal de que os déficits públicos seriam refinanciados *ad infinitum* e o preço dos ativos iria se valorizar continuamente para todos que participavam dessa euforia.

O que se viu é que a “confiança irrestrita” nas economias dos países centrais não era tão incondicional assim e um movimento que o mundo havia se acostumado a assistir apenas nos países periféricos – de venda desenfreada de ativos de risco em busca de investimentos tradicionais, como dólar e títulos do governo americano – trouxe pânico aos mercados mundiais, e instituições aparentemente sólidas desmoronaram por falta de lastro, desencadeando uma desconfiança geral nos agentes de mercado.

O Estado, até então desprezado como mero coadjuvante no teatro da economia, estava de volta ao palco, sob fortes refletores, agora como principal ator de uma peça cujo papel já estava definido: o de salvador do sistema financeiro. A estatização das refinanciadoras de hipotecas imobiliárias americanas Fannie Mae e Freddie Mac, dias antes da quebra do Lehman, mostra neste momento que o mercado, apesar de mais poderoso que o Estado, não podia prescindir deste que, mais uma vez, vai socorrê-lo.

Paralelamente à intervenção, foi iniciado um movimento de reconfiguração do discurso até então utilizado pelos defensores do neoliberalismo, para tentar justificar a

estatização de empresas privadas por um governo capitalista republicano que trabalhara desde a Era Reagan pela desregulamentação da economia, deixando para o mercado a tarefa de se auto-regular, conforme recomendação de um dos mentores desta doutrina, Friedrich von Hayek.

Já na primeira grande intervenção de setembro, Henry Paulson tratava de “explicar” em que consistiria o “socorro” às agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac, como mostra a reportagem do correspondente José Meireles Passos.

Título: Pacote jumbo nos EUA

Subtítulo: Governo assume controle de gigantes de hipotecas e poderá injetar até US\$ 200 bi

Como era esperado, o governo americano assumiu ontem o controle da Fannie Mae e Freddie Mac, gigante do setor de hipotecas que também vem sendo tragadas pela crise financeira nos EUA. Ao anunciar a iniciativa, o Departamento do Tesouro sinalizou ao mercado que está disposto a injetar até US\$ 200 bilhões para manter ambas as empresas em operação. Se isso for necessário, será a maior operação de resgate federal da História do país. Juntas, Fannie e Freddie têm US\$ 5,2 trilhões de títulos em hipotecas, metade do mercado americano.³² O secretário do Tesouro, Henry Paulson, **fez questão de dizer que não se tratava de uma estatização**. Mas, na prática, as empresas ficarão sob o controle do governo. Elas passarão a ser custodiadas, por tempo indeterminado, pelo Departamento do Tesouro, **ficando sob a tutela** da Agência Federal de Financiamento Habitacional (FHFA, na sigla em inglês), que fora criada pelo Congresso Nacional, em julho passado, com a tarefa de monitorar ambas as empresas.

Paulson limitou-se a dizer que **o Tesouro vai fornecer tanto dinheiro quanto for necessário**. Segundo ele, **o governo não tinha outra saída**: - Fannie Mae e Freddie Mac são tão amplas e estão tão interligadas ao nosso sistema financeiro que **a falência de uma delas poderia causar um grande tumulto nos mercados financeiros**, tanto aqui (nos EUA), quanto ao redor do mundo.

A justificativa para, mais uma vez este ano, utilizar dinheiro dos contribuintes para salvar empresas privadas **foi a de que o impacto financeiro da quebra de Fannie e Freddie seria muito mais sério**:

- Isso afetaria a capacidade dos americanos em obter hipotecas, empréstimos para a compra de veículos e outros créditos, tanto ao consumidor quanto para financiar negócios – disse Paulson. (*O Globo*, 8 set. 2008, p.15)

Ao tratar das medidas que determinaram o controle, pelo governo americano, das agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac, Henry Paulson faz questão de dizer que **não se trata de uma estatização**, embora no texto fique claro que as empresas ficarão sob o controle do Governo por tempo indeterminado. Paulson também prefere não falar em

³² O PIB americano na ocasião era de US\$ 13 trilhões. LEITÃO, M. O debate perdido. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 set. 2008. Economia, p.34

gasto de US\$ 200 bilhões de dinheiro público, mas sim em **fornecimento** da quantia que for necessária para evitar um problema muito mais sério: o comprometimento da capacidade de compra a crédito dos americanos. Neste ponto, a estratégia discursiva utilizada provoca um deslocamento de sentido, atribuindo ao pacote uma conotação completamente distinta: os gastos não são para livrar da falência duas empresas que concederam empréstimos sem as garantias habituais, mas medidas necessárias a preservar o bem estar do povo americano.

Esta matéria será analisada sob outros pontos de vista no capítulo 3, quando serão evidenciadas e analisadas outras estratégias discursivas utilizadas pelos adeptos da doutrina neoliberal, visando preservar das críticas este modelo econômico cujas contradições ficam expostas durante a crise.

1.5 SURPRESA HÁ MUITO ESPERADA

As notícias econômicas que começaram a ganhar destaque nas edições de setembro podem ter deixado surpresos os leitores de *O Globo*, mas a crise do sistema de crédito americano vinha sendo acompanhada pelo mercado financeiro e pelo jornalismo econômico como uma novela há pelo menos um ano. Alguns poucos economistas vinham há tempos alertando sobre a crise, o mais notável deles Nouriel Roubini, que na reunião anual do Fórum Econômico Mundial³³, em janeiro de 2007, previra que o forte crescimento da economia mundial daria lugar a uma profunda crise, contrariando a opinião de seus pares em torno de um cenário otimista.

O colunista do *Wall Street Journal*, Joelly Perry, recorda em artigo³⁴ publicado a oito meses do estouro da crise, durante realização do Fórum de Davos, que Roubini fora o único pessimista entre os cinco economistas que discursaram no painel inaugural de 2007, chocando-se com seus colegas, que previam um futuro auspicioso para a economia mundial.

³³ Reunião realizada todo mês de janeiro em Davos, na Suíça, entre executivos, economistas, ministros e governantes para discutir temas econômicos. A primeira edição ocorreu em 1971, quando o professor de política empresarial da Universidade de Genebra, Klaus M. Schwab, convidou mais de 400 executivos europeus para participar do Simpósio Europeu de Gestão, com o objetivo de difundir as práticas de gestão americana em empresas europeias. Ao longo do tempo, foi ampliando sua temática e os países participantes até, em 1987, ter o nome alterado para World Economic Forum. Fonte: <http://www.weforum.org/history-0>. Acesso em 01/05/2011.

³⁴ PERRY, J. Pessimista de um ano atrás prevê mais perdas. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 jan. 2008. Caderno 1. Artigo originalmente publicado em *The Wall Street Journal*. Ver texto completo em Anexos.

Na ocasião, esses economistas apelidaram o período próspero de “Goldilocks”, numa alusão à personagem Cachinhos Dourados da história infantil, ao que Roubini objetou que a menina estava sendo ameaçada “por três ursos feios”, prevendo um colapso do mercado de *subprimes* (crédito hipotecário de alto risco), um fim ao crédito barato e um aumento do petróleo, que travaria o consumo das famílias americanas.

Os “ursos feios” de Roubini provocaram à época mais riso que preocupação nos participantes do fórum econômico. No artigo, Perry afirmava que dos três, dois ursos já haviam sido encontrados por Cachinhos Dourados e que o terceiro – na forma de uma queda acentuada no consumo das famílias americanas – poderia aparecer em breve.

Na entrevista concedida a Perry, em janeiro de 2008, Roubini parecia muito pessimista em relação à economia americana, acreditando que a recessão seria extremamente grave, com as condições do mercado financeiro piorando bastante:

Quando se somam todas as perdas, não apenas no ‘*subprime*’ mas também em breve em financiamento de automóveis, cartões de crédito, crédito estudantil, empréstimos alavancados e títulos de dívida de empresas, estamos diante de US\$ 1 trilhão em perdas no sistema financeiro (PERRY, 2008).

Essas enormes perdas, argumentava o economista no artigo de Perry, implicam “um sério risco de uma crise financeira sistêmica. Não apenas nos EUA, mas em todo o mundo”. Quando ocorreu a quebra do Lehman Brothers Roubini foi transformado de “profeta do pessimismo” a “visionário” pela imprensa e ainda escreveu, com Stephen Mihm, um livro que já no título se propõe a ser um “curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional”³⁵.

Os dois economistas afirmam que enquanto outras obras sobre a crise financeira se concentram em sua maior parte nos EUA, este livro aborda o problema como uma crise muito mais ampla no capitalismo do século XXI. Vê muitas semelhanças entre a crise deflagrada em 2008, a que chama de Grande Recessão, e a Grande Depressão, a partir de 1929. “As mesmas forças que propiciaram a Grande Depressão estiveram em ação nos anos que levaram a nossa própria Grande Recessão”, afirma Roubini, que fornece algumas ideias de “como reformar um capitalismo que em vez de produzir bens de modo consistente e estável produziu crises em série” (MIHM e ROUBINI, p. 21-22).

³⁵ MIHM, Stephen e ROUBINI, Nouriel. *A economia das crises – Um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

Alguns autores registram que, especialmente após o fim da União Soviética, pensadores e economistas não conseguiram produzir um modelo que fosse capaz de oferecer uma alternativa ao neoliberalismo, mesmo com suas limitações e contradições.

Foi um modelo absolutamente hegemônico, logrando estender-se da forma mais universal possível: da Europa Ocidental aos EUA, da América Latina à China, da Europa Oriental à África, da Rússia ao sudeste asiático. Teve crises precoces – ao longo da década de 1990, no México, no sudeste asiático, na Rússia, no Brasil, na Argentina – mas se manteve hegemônico, sem nenhum outro projeto alternativo que lhe disputasse hegemonia. (SADER, 26/09/2008)

Neste artigo (*O neoliberalismo acabou?*³⁶), Sader comenta que as propostas existentes são híbridas, como a da China e do Brasil, mas que mesmo estas giram sempre em torno de adequações às políticas de livre comércio. Não por acaso, essas duas economias, ainda muito regulamentadas e com forte presença do Estado, foram capazes de absorver as consequências da crise e retomar o crescimento poucos meses após setembro de 2008. Os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, continuam lutando contra as consequências da crise: baixo crescimento, desemprego, descontrole das contas públicas e desconfiança nos mercados, que podem empurrar o mundo para uma nova depressão, como a dos anos 1930.

³⁶ Blog do Emir. Carta Maior. 26/09/2008. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=210. Acesso em 07/07/2011

2 O PODER DO PAPEL QUE VIROU GRANDE INDÚSTRIA

São muitas as semelhanças entre as trajetórias do capitalismo e do jornalismo, observação já realizada por alguns autores e que aparece nesta pesquisa. A fórmula encontrada pelo jornalismo americano, baseada na venda do espaço publicitário, possibilitou o surgimento não só da imprensa de massa dos *penny-papers*, nos anos 1830, mas também da imprensa “séria”, em fins do século XIX, que passavam a se viabilizar financeiramente sem precisar recorrer a patrocinadores únicos que ditavam a linha dos jornais antes dessa estruturação comercial (SCHUDSON, 2010), transformando-se, mais tarde, em grandes empresas nos moldes capitalistas.

Para Marcondes Filho (1986), o jornalismo é uma instituição tão ligada ao capitalismo, que se torna difícil pensar o capitalismo sem imprensa da mesma forma que pensar numa imprensa sem capitalismo. Assim, o jornalismo satisfaria tanto a necessidade de difusão pública e pseudo-social de alguns monopolistas de classe, que dele se utilizam para “representar” a voz social, como à necessidade ideológica de “multiplicidade de opiniões” para sustentar o modelo. Na verdade, diz,

As únicas opiniões diversificadas que têm livre acesso aos grandes monopólios de comunicação são as dos próprios membros dos poderes a ela associados e dos que em torno deles circulam (MARCONDES FILHO, 1986, p.12).

A seguir este raciocínio, pode-se deduzir sem muito esforço que a construção de uma imagem positiva para as políticas implantadas pelas ideias neoliberais, muitas delas impopulares, podem ter contado com espaço amplo nos meios de comunicação para sua difusão de forma controlada por meio de estratégias discursivas que destacassem o que fosse mais atrativo e silenciassem tudo o que pudesse comprometer a sua propagação e, enfim, transformação em modelo econômico hegemônico.

O conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, de dominação exercida pela classe dominante sobre a classe dominada, por meio da moldagem do consentimento popular com a utilização da religião, da educação e dos meios de comunicação com a qual garante

a estabilidade do sistema econômico, é retomado por Gitlin (1980) em sua teoria do enquadramento da notícia. Para o autor americano, as pessoas que dirigem as instituições dominantes “garantem seu poder direta e *indiretamente*, em grande parte, inculcando suas definições da situação sobre aqueles a quem dirigem (...), limitando bastante significativamente o que é pensado por toda a sociedade.”

A ideologia hegemônica penetra em tudo o que as pessoas fazem e pensam como “natural” – ganhar a vida, amar, se divertir, ter fé, obter conhecimento, e até se rebelar. Ela se entrelaça, em todas as esferas da atividade social, ao “senso comum” pelo qual as pessoas fazem o mundo parecer inteligível; ela tenta *tornar-se* esse senso comum (GITLIN, 1980, p.11-12)

Gitlin argumenta que as rotinas jornalísticas colaboram com a ideologia dominante na administração das contradições de seus valores na sociedade capitalista liberal: liberdade versus igualdade, democracia versus hierarquia, direitos públicos versus direitos de propriedade, reivindicações racionais pela verdade versus as arrogâncias e mistificações do poder. Para Gitlin, o noticiário é administrado rotineiramente, à medida em que os repórteres incorporam as definições de noticiabilidade advindas dos editores e das esferas institucionais, e em que eles aceitam os enquadramentos analíticos de funcionários do governo mesmo quando estão assumindo posições contrárias.

O autor afirma ainda que os *media*, ao trazerem um universo público manufaturado para o espaço privado, acabam orquestrando a consciência do dia-a-dia, graças a sua capacidade de difusão, à acessibilidade e sua capacidade simbólica centralizada. As pessoas se descobrem confiando nos *media* para formar conceitos, imagens de seus heróis, informação orientadora, responsabilidades emocionais, reconhecimento dos valores públicos, símbolos em geral, e mesmo, linguagem.

Os *media* dão nome às diversas partes do mundo, atestam a realidade enquanto realidade – e quando seus atestados são postos em dúvida e contestados, como infalivelmente acontece, são esses mesmos atestados que limitam os termos de uma oposição ativa. Dito de modo mais simples: os meios de massa tornaram-se o coração dos sistemas para disseminação da ideologia (GITLIN, 1980, p.1).

Ao compactuar com a disseminação da ideologia, muitas vezes o jornalismo expõe demasiadamente um dos seus valores mais caros, a credibilidade, e entra em crise, como ocorreu nos anos 1920, antes de o ideal da objetividade ter se constituído e antes de os jornais se transformarem em grandes indústrias.

2.1 CONVIVÊNCIA POUCO HARMONIOSA ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

Em seu estudo comparativo sobre o desenvolvimento do jornalismo francês e do anglo-americano de 1830 a 1920, Chalaby (1996, 10-11) assinala uma série de fatores que contribuíram para as acentuadas diferenças entre esses modelos, que, cada um em sua época, influenciaram profundamente o jornalismo brasileiro. Segundo o autor, nos Estados Unidos e Inglaterra a imprensa desenvolveu-se independentemente da literatura porque os escritores não conseguiram impor seus valores e normas literários aos jornalistas, propiciando o surgimento de um discurso com estrutura totalmente nova.

Chalaby (1996, p.1) afirma que a profissão do jornalista e o discurso jornalístico decorrem do surgimento, durante o século XIX, de um campo de produção discursiva especializado e cada vez mais autônomo, o campo jornalístico. Segundo ele, os agentes no campo jornalístico desenvolveram suas próprias normas e valores discursivos, tais como objetividade e neutralidade, e o modo jornalístico de escrever tornou-se caracterizado por estratégias e práticas discursivas específicas, despidas de caráter literário ou político. Esses textos adquiriram características filológicas distintas e os mesmos fenômenos discursivos podiam ser identificados nos textos que formavam o discurso jornalístico, quando na França o envolvimento de escritores franceses com o jornalismo acabou moldando as práticas discursivas desse meio.

Jovens franceses eram atraídos para a atividade, na esperança de se transformarem em escritores tão bons quanto seus modelos, que podiam ser os românticos, como Alexandre Dumas e Victor Hugo, ou os realistas, como Émile Zola, ativos jornalistas no século XIX. A influência cultural da França sobre o Brasil, com destaque para a literatura, contribuiu fortemente para o modelo de jornalismo aqui adotado ao longo do século XIX e até a metade do século XX.

Marcondes Filho (1986, p. 63) assinala que a maior revolução da história do jornalismo na Europa se dá em meados do século XIX, quando acompanhando a expansão industrial do início do século, a produção de bens em massa e a ampliação do mercado, o crescimento da exploração colonial e a afirmação política e econômica da burguesia, a imprensa começa a se transformar de empresa artesanal a indústria que passa a produzir jornais em massa.

De forma semelhante ao que acontecia na França, no Brasil os jornais tinham forte envolvimento político e eram editados por políticos ou apoiados por partidos, que patrocinavam discussões acaloradas, geralmente entre liberais e conservadores, enquanto Machado de Assis, Manuel Antonio de Almeida, Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias, para citar alguns escritores, expunham suas ideias em artigos e publicavam seus poemas, romances e novelas em capítulos (SODRÉ, 1999, p. 194-195), dadas as dificuldades para a impressão de livros no país durante o século XIX, ainda preso economicamente ao modelo de desenvolvimento baseado na cultura agrária.

A informação noticiosa anglo-americana era organizada em torno de fatos, enquanto o artigo francês de jornal era moldado por práticas discursivas mais orientadas pela opinião dos jornalistas franceses. Qualquer movimento que se aproximasse das práticas desenvolvidas pelos americanos era criticado pelos autores estabelecidos como “*américanisation*” do jornalismo francês, para o qual as notícias e a informação tinham pouca relevância. Só com a fundação do *Le Matin* por uma equipe de jornalistas americanos, em 1896, é que a técnica americana chegou à França, inaugurando um negócio com foco na informação e na grande oferta de notícias locais e internacionais (CHALABY, 1996, p.15), além promover para além da cultura anglo-saxônica um modelo comercial de imprensa que acabaria por se tornar hegemônico.

Este modelo começou a ser moldado ainda nos anos 1830, na chamada revolução comercial proporcionada pelo surgimento da *penny-press*, que por apenas um centavo levava aos leitores notícias muito mais próximas do seu dia-a-dia. Schudson (2010, p. 25-26) esclarece que até 1830 o diário típico publicava quatro páginas, sendo a primeira e a quarta ocupadas por anúncios, as páginas dois e três traziam notícias comerciais, “artigos” às vezes retirados de outros jornais e o editorial, que representava a opinião do editor ou de seu partido. Os periódicos eminentemente políticos eram sustentados pelos partidos ou candidatos, que ditavam sua política editorial, e eram dispendiosos, custando seis centavos (*six penny*) de dólar. O sucesso dos *penny-papers*, que alcançaram grandes tiragens consolidando-se por meio de sua grande circulação e da publicidade, racionalizou a estrutura econômica da edição de jornais, que ganharam independência de seus antigos mantenedores.

Os *six-penny* acusavam os *penny-papers* de sensacionalismo, pelo fato de esses jornais, por exemplo, ao cobrirem um julgamento de assassinato, publicarem a

transcrição literal do processo na primeira página. Para a imprensa *six-penny*, um julgamento de assassinato nunca deveria ser reportado (SCHUDSON, 2010, p. 34).

Esse jornalismo sensacionalista prosperou por décadas seguidas e só a partir de 1896, quando Adolfo Ochs adquiriu o desmoralizado *New York Times*, é que um outro jornalismo começou a ser desenvolvido paralelamente a esta imprensa popular. À época, o *Times* tinha uma circulação de 9 mil exemplares contra 600 mil do *World* e 430 mil do *Journal*, os maiores *penny-papers* americanos.

Já adotando o mote “Toda notícia que se deve publicar”, que enfatizava tanto a respeitabilidade quanto a precisão, Ochs iniciou nesse mesmo ano uma “guerra moral” contra os prósperos jornais “marrons”. Sua estratégia consistia em ser uma publicação diferente dos líderes, ao cobrir transações imobiliárias, finanças, oferecer análise dos assuntos financeiros, além de assumir um tom político conservador – uma estrutura editorial que passou a ser adotada pelo jornais econômicos tempos mais tarde. O resultado foi que na virada do século o *Times* não somente contava com maior volume de notícias financeiras como também de publicidade financeira, caindo nas graças da classe alta, para quem esse tipo de notícia era, afinal, o seu negócio (SCHUDSON, 2010, p. 129-133).

Na virada do século e até os anos 1920, a objetividade não era um termo usado por jornalistas ou críticos do jornalismo: os jornais eram criticados por não se manter fiéis aos fatos, à informação, mas não havia a inquietação em relação à subjetividade na imprensa americana. Ao fazer uma detalhada investigação da sociedade americana no início do século XX para tentar mapear o nascimento do ideal da objetividade no jornalismo, Schudson descreve esse período como uma época em que a crença na democracia e no mercado, tão cara aos americanos, estava estremecida.

Os sistemas não funcionavam, as corporações, e não indivíduos, controlavam a oferta e a procura; as máquinas, não os eleitores, controlavam as eleições; as editoras poderosas e as necessidades do entretenimento de massa, não a busca da verdade, governavam a imprensa. Na política e nos negócios, pensadores liberais chegavam à conclusão de que as coisas só poderiam funcionar dessa forma. Quem acreditava no progresso passou a duvidar dele. “O ideal da objetividade no jornalismo, como os ideais associados no direito e nas ciências sociais ao mesmo tempo, havia sido fundado na convicção de que a perda da crença era irrecuperável”, afirma (2010, p. 187).

Para Schudson, os jornalistas passaram a acreditar na objetividade porque foram forçados pela aspiração humana comum a buscar uma fuga de suas próprias convicções profundas acerca de dúvida e direção. Mesmo admitindo que a objetividade como um ideal seja usada como uma camuflagem para o poder, ele afirma que o ideal da objetividade tem origem mais profunda e surgiu de uma necessidade de encobrir não a autoridade e os privilégios, mas a decepção no olhar moderno.

A participação de Walter Lippmann na formulação desse ideal é decisiva para a reconstrução da imagem da imprensa. Lippmann acreditava que a profissionalização e a busca do método científico seria um bom antídoto contra a perda de credibilidade da imprensa nos anos 1920. O cientificismo tornaria a imprensa não só mais profissional, como também mais liberal e heroica. “A pessoa que assume o espírito liberal faz um esforço ‘para se manter desembaraçada e livre de seus pré-julgamentos irracionais, irrefletidos e inadmitidos’”, dizia (LIPPMANN, W., 1931, p. 170 *apud* SCHUDSON, M., 2010, p. 182).

Schudson assinala que a sofisticada base lógica para a objetividade como um ideal no jornalismo desenvolvida por Lippmann poderia ser associada à aplicação de um novo rótulo para o empirismo ingênuo chamado “realismo” dos repórteres da década de 1890. Só que desta vez os jornalistas comprometidos com a objetividade reconheciam que a reportagem objetiva era, em última análise, uma meta inatingível. Outros autores, como Leo C. Rosten, argumentavam, já em 1937, que a “‘objetividade’ no jornalismo não é mais viável do que a objetividade nos sonhos” (ROSTEN, L.C., 1937, p. 351 *apud* SCHUDSON, M. 2010, p. 183).

O termo estava sempre presente nos debates entre as revistas *Time* e *Fortune*, na década de 1930, e foi tema de uma ação trabalhista em que a Associated Press alegara a demissão de um repórter por ele escrever notícias tendenciosas pró-trabalhistas, em 1937. Mas desde o início, afirma Schudson, o mito da objetividade tem acompanhado a sua enunciação:

A objetividade no jornalismo parece ter sido destinada a se tornar tanto um bode expiatório como uma crença, e mais uma defesa inábil do que uma afirmação direta. A crença na objetividade é menos central para o jornalismo norte-americano do que a base em que se enraizou. Essa base, na qual tanto os defensores como os opositores da objetividade no jornalismo se erguem, é o relativismo, uma crença na arbitrariedade dos valores, a sensação do profundo silêncio da modernidade, para o qual o ideal da objetividade foi a única resposta (SCHUDSON, 2010, p. 185-186).

Este conceito já um tanto desgastado pelas críticas e pelo tempo é que foi adotado pela imprensa brasileira como novidade, em plena década de 1950.

2.2 DOCTRINAMENTO AMERICANO NO JORNALISMO BRASILEIRO

Para o jornalismo brasileiro da época, as técnicas desenvolvidas pelos americanos em sua busca por um jornalismo focado em uma metodologia científica, no qual predominasse a isenção e o distanciamento de seu objeto, funcionaram como uma verdadeira revolução. O período coincide com a modernização do país³⁷, que começava a trocar um modelo econômico agrário por outro que privilegiava a industrialização e o desenvolvimento urbano, e que possibilitava a entrada de novos jogadores na economia e na política nacional, mais sintonizados com o tipo de capitalismo que começava a se desenvolver no país.

A combinação de fatores como as liberdades democráticas, a efervescência política e econômica ajudam a compor o contexto propício à consolidação dessa nova imprensa, que possuía admiradores há pelo menos 25 anos, vários deles tendo participado do I Congresso Panamericano de Jornalistas, em 1926. No entanto, nos anos 1920 e 1930 o que predominava era uma aversão à influência americana entre intelectuais-jornalistas com grande ascendência sobre a opinião pública, como Alceu Amoroso Lima, Antonio Torres e Agripino Grieco.

Só em 1951, com o trio formado por Pompeu de Souza, na chefia de redação, Danton Jobim, como diretor de redação, e Luís Paulistano, na chefia de reportagem do *Diário Carioca*, o modelo americano de jornalismo chegava ao Brasil, trazendo entre as “novidades” o *lead*³⁸ e o manual de redação.

No Brasil de meados do século XX acontecia uma clara disputa de espaço e influência entre um jornalismo considerado antiquado e um jornalismo “mais dinâmico, mais moderno e menos nariz-de-cera”, conforme Pompeu de Souza classificou as modificações que introduziu no *Diário Carioca*. Para Danton Jobim, após 1945, as

³⁷ MALAN, (1986, p. 80-83) e MARANHÃO (p. 260-261) abordam as contradições político-econômicas desse período em que o Brasil começava a trocar seu modelo de desenvolvimento econômico.

³⁸ GARCIA (1992, p. 23) considera tosca a definição aportuguesada de *lide*, no dicionário Aurélio (resumo das informações contidas numa matéria) e prefere *lead* por significar “guia” e por expressar “exatamente a função das primeiras linhas do texto de jornal: guiar o leitor, atraí-lo, num processo bem próximo da sedução.”

críticas de jornalistas brasileiros ao avanço da influência americana sobre a brasileira deve-se ao fato de que os americanos “reconhecem a verdade – que produzir um jornal diário nesta era é um negócio” e não um sacerdócio, mentalidade esta remanescente do tempo em que o jornalismo de opinião ou de doutrina, tipicamente francês, ainda predominava na imprensa nacional (SILVA, 1990, p.78).

Roxo (2008, p. 62-63) analisa que no Brasil a questão da objetividade foi um instrumento de luta, fundamental para um grupo que queria se distinguir dos demais jornalistas. Por isso, ao lado da exaltação da memória das reformas dos anos 1950 há a produção de um conjunto de adjetivações negativas sobre o jornalismo do passado, visto sempre de maneira atemporal e não histórica, e que deveria ser enterrado. Este grupo de jornalistas se apropriou do passado, reconfigurando-o, e passou a proferir um discurso de auto-referência, exaltando seus feitos na construção de uma nova imprensa.

O que é silenciado pelo grupo fundador do novo jornalismo é que o financiamento da modernização da imprensa brasileira pelo governo americano era farto e considerado como esforço de guerra no setor ideológico. Sua dimensão pode ser medida pela verba destinada pelo “*Office of the Coordinator of Interamerican Affairs*”, coordenado por Nelson Rockefeller, em diversas atividades, entre as quais a distribuição de artigos à imprensa latino-americana e patrocínio de viagens de jornalistas aos EUA. Em 1940, data de criação do escritório, a verba vinculada à imprensa foi de US\$ 3,5 milhões e dois anos depois, de US\$ 38 milhões (SILVA, 1990, p. 79).

O World Press Institute, ao distribuir bolsas de estudos, e os seminários da Sociedade Interamericana de Imprensa são outras importantes fontes de influência para a formação de jornalistas brasileiros nos moldes americanos.

Além desse treinamento prático, instituições como a Associação Brasileira de Imprensa desde as primeiras décadas do século XX simpatizavam com a ideia de se formalizar o ensino do jornalismo, tomando como inspiração a escola americana. Durante o mandato de Raul Paranhos Pederneiras, entre 1915 e 1917, esse desejo foi claramente expressado. Nessa época, já funcionavam, nos Estados Unidos, escolas de jornalismo junto às universidades de Missouri e Arizona, sendo famosa a que funcionava em Nova York, anexa à Universidade de Columbia, criada por iniciativa de Joseph Pulitzer (RIBEIRO, 2007, p. 292).

Apenas em 1958, o Conselho Nacional de Educação concedeu autonomia para o curso de Jornalismo, que até então estava subordinado à Faculdade de Filosofia. Segundo

Ribeiro (2007, p. 295), as escolas se multiplicaram velozmente, tornando-se centros de recrutamento de mão de obra, formados “nas novas técnicas de redação e na ideologia da objetividade, contribuindo largamente para a afirmação e o desenvolvimento do novo estilo da imprensa diária”. A literatura escassa sobre o tema levava à procura natural de autores americanos pelos estudantes, para complementar o que se aprendia nos manuais de redação, realimentando o processo.

Roxo avalia que nos anos 1950 vivia-se um quadro paradoxal em que a forte industrialização e urbanização e a generalização da sociedade de mercado era contida pela ação intervencionista do Estado populista, deflagrando nos jornalistas um dilema vivido pelas atividades culturais em geral que, contaminadas pela rotinização de suas atividades impostas pela industrialização, perderam seu impulso criativo.

O senso do profissionalismo estaria agora associado ao método e à organização racional. Assim, para se sobreviver economicamente no campo cultural, os jornais teriam de adaptar seus valores, como o improvisado, o gosto pela polêmica e o espírito missionário aos valores do mercado (ROXO, 2008, p. 41).

O dinamismo dessa sociedade expandiu o consumo, atraindo agências de publicidade estrangeiras, e as verbas publicitárias cada vez maiores destinadas à imprensa alavancaram o modelo americano, reduzindo o comprometimento político que os jornais mantinham com os governos, que mantinham a prática de distribuição de benesses para os jornais aliados, como subsídios ao papel, câmbio favorecido para importação de equipamentos, empréstimos subsidiados etc. No entanto, o direcionamento das verbas publicitárias também provocava distorções, pois das “menos de três por cento das agências de publicidade controlavam quase 45% dos recursos publicitários gastos no país. Esta série de irregularidades que ainda persistiam na “nova” imprensa acabou por deflagrar duas Comissões Parlamentares de Inquérito, em 1963, para investigar estes e outros fatores que comprometiam a independência da imprensa nacional. (SODRÉ, 1999, p.402-404 e 434), pois para além de toda a argumentação em torno de “velho” e “novo” jornalismo, o que predominava eram os interesses econômicos dos donos dos jornais, seja em um regime democrático ou no regime militar que se instalaria no país no ano seguinte.

Nos Estados Unidos, a influência que comprometeu a credibilidade e a independência da imprensa na década de 1920, levando os jornalistas a “suspeitar e duvidar dos fatos” foi provocada pelo avanço dos serviços de relações públicas, conhecidas no Brasil como assessorias de imprensa. Segundo Edward Bernays, “foi o

sucesso surpreendente da propaganda durante a guerra que abriu os olhos de uns poucos inteligentes em todos os setores da vida para as possibilidades de arregimentação da opinião pública” (BERNAYS, p.27, *apud* SCHUDSON, 2010, p.166).

Mesmo em um governo democrático, no qual a liberdade de imprensa imperava, jornalistas americanos se descobriram vítimas da censura militar ou de serem usados como agentes da máquina de propaganda durante a Primeira Guerra Mundial. Alguns dos principais nomes do jornalismo colaboraram com o Governo de Woodrow Wilson, como Lippmann, que como capitão da inteligência militar dirigiu o setor editorial de propaganda norte-americana em Paris; e James Kelley, editor executivo do *Chicago Tribune* e do *Chicago Herald*, que representou os EUA na Comissão Interaliados para Propaganda. O presidente Wilson utilizava ainda os depoimentos de voluntários autorizados, que proferiam breves discursos sob a orientação do Comitê de Informação Pública em locais públicos de todo o país, para criar uma ponte entre o governo e os cidadãos e gerar apoio à guerra.

Esta estratégia discursiva, elaborada pela equipe de relações públicas do presidente e que tem por objetivo apelar às emoções do cidadão para conquistar seu apoio à alguma causa, continua a dar bons resultados: George W. Bush já a utilizara com sucesso para justificar a invasão do Iraque, em 2003, ao evocar o patriotismo americano após o atentado às Torres Gêmeas, e voltaria a repeti-la ao anunciar o pacote de medidas para tentar deter o agravamento da crise, descrito na matéria “Governo dos EUA anuncia maior plano de ajuste financeiro desde os anos 30”, que será analisada no capítulo 3.

A impossibilidade de se obter uma total isenção no exercício da profissão, detectada pelos próprios defensores do ideal da objetividade, era ironizada por jornalistas como Henry Luce, um dos fundadores, em 1923, da revista *Time*: “Mostre-me alguém que pensa que é objetivo e eu mostro a você alguém que está enganando a si mesmo” (SCHUDSON, 2010, p.176).

Para tentar acomodar os interesses por trás da objetividade e da subjetividade no jornalismo são criados espaços predeterminados e gêneros discursivos. Os americanos inventam práticas jornalísticas centradas-no-fato, como a reportagem e a entrevista (CHALABY, 1996, p. 8), em que o princípio organizador das matérias era tecido em torno de fatos e não de ideias e cronologias (STEPHENS, 1988, p. 253 *apud* CHALABY, 1996, p.9), como no modelo francês. O exercício livre da subjetividade fica reservado aos editoriais, destinados à opinião do dono do jornal, às colunas, que publicam

as análises e interpretações dos fatos. Além disso, algumas vozes autorizadas, como articulistas, colaboradores e leitores, obtêm um espaço restrito, que é negociado conforme os interesses do jornal.

Apesar de o ideal da objetividade ser exigido para o grosso da produção noticiosa e ser a principal bandeira da profissão, os jornalistas são obrigados a conviver com a contradição de que o prestígio e os mais altos salários sempre ficam para quem exerce a profissão sem precisar policiar a subjetividade. A *syndicated column* do principal mentor da objetividade no jornalismo, Walter Lippmann, era publicada em 155 jornais em 1937, a de Arthur Brisbane, em 180, a de David Lawrence, em 150, a de Frank Kent, em 125 (SCHUDSON, 2010, p. 177), numa clara demonstração de interesse do público por um determinado tipo de jornalismo subjetivo.

Com seu prestígio, os colunistas têm ainda o poder de atrair leitores, que costumam segui-los quando mudam de periódico. Na cobertura do leilão da Vale, por exemplo, Joelmir Betting, Miriam Leitão, George Vidor, Silvia Faria, além dos colunistas de política Franklin Martins e Marcio Moreira Alves, deixaram registradas em suas colunas opiniões e impressões distintas sobre o acontecimento, enquanto os repórteres corriam atrás dos fatos, das fontes e da objetividade na apuração das notícias de um evento na época definido como a maior privatização da América Latina³⁹.

2.3 FALA QUEM PODE: A AUTORIDADE JORNALÍSTICA

A cobertura jornalística do assassinato do presidente americano John Kennedy e a maneira como os jornalistas contaram e recontaram inúmeras vezes o episódio, transformando-se em “porta-vozes confiáveis, legítimos e privilegiados da história do assassinato” foi a inspiração para Zelizer (1992) discutir a autoridade jornalística. Zelizer utiliza o conceito de autoridade cultural a fim de explorar o modo como – e a razão pela qual – grupos como os de jornalistas se esforçam em promover suas próprias versões dos eventos públicos.

Em outras palavras, a autoridade é importante não apenas devido ao seu efeito sobre o público mas também por causa do seu efeito sobre os

³⁹ A MAIOR privatização da América Latina. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1997. Economia, p. 48. Página inteira produzida pela editoria de arte mostra como será o leilão no pregão da Bolsa do Rio.

comunicadores. A autoridade cultural ajuda os jornalistas a utilizarem suas interpretações dos eventos públicos de modo a se constituírem em comunidades autorizadas. Isto é especialmente relevante na medida em que muitos grupos – os jornalistas, os políticos, os historiadores – se valem de construções da realidade para moldar os eventos externos nos seus próprios termos. (ZELIZER, 1992, p. 3)

Zelizer analisa ainda a importância da memória coletiva para as discussões sobre a autoridade cultural, por esta possibilitar a emergência dos padrões de autoridade através do tempo. Após analisar os conceitos correntes desta “capacidade dos jornalistas de se afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis dos eventos da ‘vida real’” (ZELIZER, 1992, p. 11), avalia que a autoridade jornalística é entendida como um caso específico de autoridade cultural através da qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo. A autoridade jornalística se situa no contexto das práticas jornalísticas nas quais os repórteres têm se valido de recursos tecnológicos, narrativos e institucionais que servem de fundamento para a pronta circulação das suas versões particulares acerca das atividades da “vida real”.

Entre as práticas comuns no jornalismo está a de apresentar os eventos através de enquadramentos explanatórios que constroem a realidade, mas sem revelar os segredos, as fontes ou os métodos de tal processo. A proteção das fontes de informação às quais se prometeu anonimato, por exemplo, faz parte dos deveres éticos de todo jornalista, proteção essa que será mantida até mesmo diante de interpelação judicial, assumindo a empresa jornalística os ônus pela defesa de seus profissionais que se recusarem a identificar suas fontes (GARCIA, 1992, p. 90). No jornalismo econômico, muitas vezes ocorrem abusos com o uso deste dever ético e o jornalista torna-se porta-voz de interesses que violam inclusive o tão propalado interesse público que deveria defender, fato corriqueiro nos anos 1970, segundo Quintão (1987), e que subsiste ainda hoje no jornalismo.

Para Zelizer (1992), as pressões sofridas pelos jornalistas, tanto vindas do público quanto do evento a ser descrito, são capazes de construir aquilo que lhes parece ser preferível e estrategicamente importante graças à pressuposição de que eles dispõem de alguma autoridade acerca das matérias que narram.

Albuquerque e Fortes (2004), ao analisarem as notícias publicadas sobre *Notícias do Planalto*, do jornalista Mario Sérgio Conti, identificam duas estratégias de autoridades distintas: no *jornalismo de rotina*, o jornalista reivindica promover um relato objetivo dos fatos e, nesse sentido, tende a procurar fontes “em condição de saber”, o que significa que

quanto maior for a posição social, política ou econômica da fonte, mais ela parecerá ser confiável (GANS, 1979 *apud* ALBUQUERQUE E FORTES, 2004, p. 142), o que traria um tom oficialista para temas do cotidiano, “traíndo” o *ethos* da objetividade. No *jornalismo investigativo*, os jornalistas assumem um papel vigilante – principalmente em relação ao Governo – na defesa da moralidade pública (GANS, 1979; ETTEMA & GLASSER, 1998 *apud* ALBUQUERQUE E FORTES, 2004, p. 142). Aqui, o jornalista se investe de uma autoridade de natureza populista, além de alimentar uma desconfiança quanto ao funcionamento das instituições públicas.

No jornalismo econômico, o que vai prevalecer é a busca por fontes credenciadas, que em tese são *experts* na realidade complexa da macroeconomia, que estuda o sistema bancário, mercados financeiros, políticas econômicas do Governo Federal e tudo o que diz respeito ao ambiente econômico. O jornalista, por sua vez, em seu contato com essas autoridades, deveria ser capaz de entender o que apurou para transmitir as informações de forma clara para o seu leitor. Quanto aos temas relacionados à microeconomia, que envolve preços e mercado – uma realidade mais próxima da vida real do leitor médio – não costumam despertar muito o interesse desse jornalismo, que em geral se pauta por temas que reforçam o modelo hegemônico. No Brasil, a microeconomia só veio a receber mais atenção da imprensa durante os períodos de hiperinflação, entre os anos 1980 e meados de 1990, quando a profusão de pacotes econômicos heterodoxos obrigavam os jornalistas econômicos a se deterem sobre os reflexos que os planos produziam na vida dos leitores.

De modo geral, a linguagem do jornalismo econômico, caracterizado pela difusão de fatos e temas relacionados com os problemas macroeconômicos ou de economia de mercado, introduz no discurso noticioso uma linguagem acadêmica e tecnicista, além de um vocabulário recheado de estrangeirismos, neologismos, siglas, o que acaba por torná-la hermética. O uso de gráficos, estatísticas e balanços também é comum para encorpar e transmitir credibilidade às matérias, mesmo quando pouco elucidativos. E no contato com suas fontes – economistas, empresários, banqueiros, ministros, analistas de mercado etc – o jornalista adquire um conhecimento superficial mas suficiente para reforçar sua autoridade sobre temas que a maioria das pessoas desconhece. Esse hermetismo é sentido

até pelos colegas de redação, que não raro zombam das notícias que os editores tentam sugerir para a primeira página do jornal⁴⁰.

Mas o que de modo geral caracteriza as matérias de economia, mesmo em um jornal como *O Globo* cujo público é heterogêneo⁴¹, é a naturalização de um vocabulário que apenas o público especializado domina. Para Marcondes Filho (1986, p. 48), a utilização de termos técnicos desconhecidos da maior parte dos leitores, assim como o uso de gráficos e tabelas, pelos quais as informações são, na verdade, quase encobertas pela própria mensagem, dificultam seu entendimento e são facilmente manipuladoras. Outras vezes a decisão do editor de simplesmente reproduzir o que foi dito pelas fontes torna o texto ininteligível para a média dos leitores.

No exemplo abaixo, publicado em 05/09/2008, Bill Gross, administrador do Pacific Investment Management Co. (Pimco), o maior fundo de títulos de países emergentes do mundo, faz um alerta sobre a crise em formação.

Maior administrador global alerta para um ‘tsunami financeiro’

O governo americano precisa usar mais de seu dinheiro para ajudar os mercados a impedirem um “tsunami financeiro”, que vem se formando rapidamente, afirmou ontem Bill Gross, administrador do Pacific Investment Management Co. (Pimco), o maior fundo de títulos de países emergentes do mundo. Bancos, corretoras e **fundos hedge** estão se desfazendo de **ativos**, derrubando os preços de **bônus**, imóveis, ações e **commodities**, escreveu Gross no site da Pimco.

“Sem controle, uma fogueira de acampamento pode se transformar em um incêndio florestal, um **ligeiro mercado de urso** pode se tornar um tsunami financeiro”, afirmou Gross. Se queremos prevenir uma **liquidação de ativos** em proporções históricas, precisamos de **políticas que abram os balanços** do Tesouro americano”.

Segundo Gross, o governo precisa assumir o lugar de investidores privados que não têm recursos para comprar **novos ativos**. Ele reconheceu que tanto a Pimco como os bancos centrais e os **fundos soberanos** estão relutando em bancar financeiras depois das perdas já registradas desde o início da crise, no ano passado. Os maiores bancos e corretoras do mundo levantaram um capital de US\$ 364,4 bilhões.

para tentar compensar as **baixas contábeis** de mais de US\$ 500 bilhões.

⁴⁰ Suely Caldas relata que era comum os dois editores de economia do *Estado de S.Paulo*, Ari Schneider e Cida Damasco, depois de descreverem suas matérias da forma mais inteligível possível durante as reuniões de fechamento ouvirem a mesma gozação dos colegas: “Tudo bem, mas o que temos para ler amanhã?” O diretor de Redação, Sandro Vaia, cobrava matérias que interessassem mais à vida do cidadão, com menos aridez e mais leveza. (CALDAS, 2003, p. 87).

⁴¹ Pesquisa aponta que 30% dos leitores de *O Globo* estão na classe A, 50% na classe B, 18% na C e 2% na classe D; mais de 60% possuem o curso superior, 24% o Ensino Médio, 14% o Ensino fundamental; 55% são mulheres e 45% homens; a faixa entre 20 e 29 anos concentra 22% dos leitores, a de 40 a 49, 19%, mesmo percentual dos que têm mais de 60 anos; entre 30 e 39 são 17%, entre 50 e 59, 12%, e entre 10 e 19 anos, 11% dos leitores. Fonte: Ipsos-Marplan, jul.2008-jun.2009. Disponível em <http://www.infoglobo.com.br/Anuncie/perfilLeitores.aspx> Acesso em 11/07/2011.

“Há uma relutância cada vez maior da parte do **mercado privado** de arriscar o seu capital”, afirmou Cross. “A **liquidez está secando**, o apetite por risco ficou anorético; os preços de **ativos**, apesar de uma melhora temporária no mercado acionário, estão caindo; agora, até os preços do petróleo e outras **commodities** estão caindo”.

Para Gross, o governo não deveria ajudar apenas as gigantes hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac, mas as financeiras pequenas, de estrutura familiar, subsidiando os juros. Segundo ele, a queda nos preços dos imóveis é a maior desde a **Grande Depressão**. Em junho, cerca de 61% das aplicações de Gross eram **lastreadas em hipotecas** garantidas por Fannie e Freddie, segundo o site da Pimco. (*O Globo*, 5 set. 2008, p. 26) [grifos meus]

A matéria, recheada de termos técnicos econômicos, se ancora apenas no sensacionalismo produzido pela metáfora escolhida pela fonte: a ameaça de um “tsunami financeiro” que se aproxima; o texto, em nada faz lembrar os conceitos de objetividade e clareza que se deveria esperar de um “jornalismo moderno”. Ao contrário: apenas reproduz, em português, o texto original, publicado pela *Bloomberg News*, numa linguagem apropriada a um site especializado em notícias de negócios e informações financeiras. Em toda a matéria não se percebe qualquer tentativa de se explicitar as informações, cifradas no mais tradicional “economês”.

O recurso de concentrar as explicações à parte da matéria, em um *box*⁴², também foi “esquecido” pelo editor, impossibilitando ao leitor médio compreender claramente a metáfora utilizada pela fonte para a catástrofe (incêndio florestal, tsunami) que está prestes a acontecer. Entre as palavras destacadas e de uso apenas no meio econômico há expressões ainda mais específicas, como **ligeiro mercado de urso**, usada pelos investidores em Wall Street como analogia a um movimento de baixa não muito acentuada da bolsa, em contraposição ao “mercado de touro”, que simboliza alta nas ações. A menção à **Grande Depressão**, sem qualquer referência ao *crack* da Bolsa de Nova York e à Crise de 1929, também contribui para deixar o leitor confuso. Ao longo deste trabalho poderá ser percebido facilmente que o jornalismo econômico ainda não introjetou em sua rotina o hábito de traduzir o “economês”, para tornar a leitura mais palatável. Mesmo quando tenta explicar, incorre em vícios de linguagem que dificultam o entendimento do que está sendo dito.

⁴²Espaço graficamente delimitado que normalmente inclui um texto explicativo ou sobre assunto relacionado à matéria principal.

2.4 A MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA

Uma das estratégias utilizadas pelo jornalismo para facilitar a compreensão da realidade pelo leitor é a de recorrer à memória, por meio da utilização de metáforas e imagens já conhecidas. Na análise dos textos mapeados por esta pesquisa, a memória será acionada em várias ocasiões, pois aqueles são abundantes em fornecer referências a outros momentos históricos, que transbordam no discurso e nas estratégias discursivas usadas pelo jornal. Rouso (2006), ao falar de memória como a presença do passado, amplia esta definição para uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, “um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.

Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas [...]; em suma ela [a memória] constitui [...] um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Mas essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de toda uma nação. (ROUSSO, 2006, p.94-95)

Pensar a memória também é refletir sobre a relação entre o moderno e o obsoleto nos objetos pesquisados. Em 1997, o projeto de reforma do Estado proposto pelo Governo embutia uma ruptura com o passado representado pelo gigantismo do Estado, iniciado no Governo Vargas. Em seu discurso de despedida do Senado, em 14/12/1994, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso indica claramente o tipo de desenvolvimento que deseja para o país:

Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda trava o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas — ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista. Esse modelo, que à sua época assegurou progresso e permitiu a nossa industrialização, começou a perder fôlego no fim dos anos 70. (...) Neste ponto a política de estabilização cruza com outro item da agenda para um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de levar adiante a abertura da economia brasileira — incluindo (...) os setores financeiro e de serviços — e sua integração ao mercado mundial⁴³.

⁴³*Discurso de Despedida do Senado Federal - Filosofia e Diretrizes de Governo*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/desped.htm. Acesso em 16/09/2011.

A privatização da Vale trazia em si um recado para a sociedade, os adversários políticos e a comunidade internacional que o Brasil, agora sim, estava se tornando um país moderno, ao abandonar velhos conceitos de nacionalismo e ao ingressar num mundo globalizado ao adotar as propostas neoliberais de gestão de sua economia.

Para os que discordavam dessas premissas, restava um lugar pouco confortável, na sociedade e nas páginas de *O Globo*, como o reservado a Barbosa Lima Sobrinho, na edição de 30/04/1997, dedicada ao fracasso do leilão na véspera. O jornalista, que já nos anos 1920 resistira à adoção do modelo americano no jornalismo brasileiro, que se tornara um símbolo de resistência durante o regime militar, desta vez, aos 100 anos de idade, participava do movimento de resistência à privatização da estatal. Barbosa Lima Sobrinho, que até então mal fora mencionado nas edições sobre o processo de venda da Vale, aparece duas vezes no noticiário, na página 23⁴⁴ e na página 25.

⁴⁴ As imagens apresentadas neste trabalho foram adquiridas na Fundação Biblioteca Nacional e geradas a partir de arquivos digitalizados de seu acervo.

LEILÃO SUB JUDGE: *Estratégia do BNDES é transferir todas as ações contra a privatização para o 1º TRF, com sede em Brasília.*

Mendonça de Barros marca venda da Vale para hoje

Presidente do STJ indeferiu cassação de liminar pedida pelo Governo, que espera uma decisão favorável do tribunal hoje

Marco Antônio Moreira, Eliane Oliveira e Flávia Oliveira

BRASÍLIA e RIO. O Governo saiu derrotado pelo Judiciário na tentativa desesperada de privatizar a Vale do Rio Doce ontem. Mas a batalha continua: o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, anunciou à noite que o leilão de privatização da estatal foi transferido para hoje, às 10h, quando o Governo espera já ter cassado todas as liminares que impediram a venda da empresa. Às 21h de ontem, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Romildo Bueno de Souza, acabou com a última esperança do Governo de realizar o leilão ontem, ao indeferir um pedido de cassação de liminar concedida Tribunal Regional Federal (TRF) de São Paulo.

A estratégia jurídica do BNDES é obter decisão favorável de um ministro do STJ, na ação impetrada ontem, questionando conflito de competência. Ou seja, pede que todas as ações contra a privatização sejam transferidas para o 1º TRF, com sede em Brasília, que em menos de 24 horas cassou 11 liminares que impediram o leilão. Antes dessa transferência, o primeiro juiz que concedeu liminar contra o leilão, no Pará. Como o Pará está sob jurisdição do TRF do Distrito Federal, as liminares poderiam ser cassadas em Brasília. Atése, inclusive, é endossada em parte pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Sepúlveda Pertence.

Dez a Constituição que as causas contra a Vale podem ser propostas no Distrito Federal, no âmbito do foro ou no domínio do autor. F. claro que isso foi pensado para ações individuais, para o caso de ações coletivas, não se poderia admitir que um ato de natureza coletiva, que atropelado por um veículo da Vale, causasse esse tipo. Quando a essas ações coletivas, é preciso pensar numa fórmula constitucional que evite essa dispersão de competência por numerosos juízes federais, ao mesmo tempo, garantindo às vezes soluções contraditórias — explicou Pertence. O ministro disse que o assunto vem sendo muito discutido e que a ideia é criar que se possa ter uma



BARBOSA LIMA Sobrinho (à esquerda), com Oscar Niemeyer: autor de uma das ações derrubadas ontem pela Justiça

Indústria de liminares dá prejuízo

Em 92 e 93, Governo perdeu US\$ 12 bi por ano com esses recursos

A obstrução das ações do Governo por liminares, sobretudo a contestação de impostos federais, causou ao Tesouro, em 1992 e 1993, perda US\$ 12 bilhões por ano, o equivalente a três meses da arrecadação da Receita Federal. O ex-presidente Romão Franco tentou lutar contra isso editando, no fim de 1993, a Medida Provisória 277, que regulava a concessão de liminares que atingissem a economia. Itamar estava preocupado com os problemas que poderia ter o Plano

Real, a ser anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

A medida provisória impedia que os juízes concedessem liminares antes de ouvir, em 72 horas, o representante do órgão público que tivesse sua decisão questionada. Também limitava a vigência das liminares a 30 dias, em vez de 90, prorrogáveis por mais 90. A OAB entrou com ação direta de inconstitucionalidade no STF, irronicamente aceita também por liminar.

solução poderia ser limitar a competência do juiz de primeiro grau a sua área territorial, mas existem casos em que não existe uma delimitação clara.

—É o caso da Vale do Rio Doce, pela extensão das ações de competência — pela multiplicidade de

Os principais setores do Governo fizeram um esforço conjunto para derrubar as liminares que impediram que o leilão da Vale se realizasse ontem, como estava marcado. Mas esse esforço não foi em vão. O comando das ações foi entregue ao presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de

Barros, que passou a manhã inteira reunido com o gerente jurídico da instituição, Geraldo Magalhães, na representação do banco em Brasília. O presidente do BNDES foi em seguida para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), acompanhado do advogado-geral da União, Geraldo Quintão. Como

TRAZUIDO O JURIDÍQUOS

A linguagem dos tribunais

- **Por ser a Vale uma empresa estatal**, com atuação em vários estados, a briga judicial em torno da privatização da empresa acontece no âmbito da Justiça Federal. Os principais instrumentos da batalha nos tribunais são os seguintes:
 - **Liminar:** Decisão que antecede o julgamento final de uma ação e tem por objetivo preservar um direito. Depende de dois requisitos: os prejuízos que podem ser causados pela demora da decisão final e a relevância dos argumentos.
 - **Ação:** Meio processual pelo qual se pode reclamar à Justiça o reconhecimento, a declaração, a atribuição ou a extinção de um direito.
 - **Ação popular:** Pode ser proposta à Justiça por qualquer cidadão que pretenda anular atos lesivos ao patrimônio da União, Distrito Federal, estados e municípios, autarquias, sociedades de economia mista, fundações e quaisquer entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
 - **Ação civil pública:** Tem os mesmos objetivos da ação popular e normalmente é proposta pelo Ministério Público.
 - **Agravo regimental:** Recurso contra decisão individual, despacho do presidente de tribunal ou de relator, que causa prejuízo ao direito de uma das partes do processo. Esse recurso solicita que o assunto seja submetido ao colegiado.
 - **Recurso especial:** Dirigido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), é um recurso utilizado quando a parte prejudicada considera que a decisão tomada pelos Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos estados contraria a lei federal, julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal ou ainda der a lei interpretação diversa.

de hábito, Mendonça de Barros não fez declarações, retirando-se apressadamente do local. —Creio que não há um modo de por enquanto se apresentar recurso ao STJ — limitou-se a informar Quintão.

Essa versão seria desmentida necessária para a apresentação de dois recursos: um pedindo a suspensão da liminar concedida pelo TRF de São Paulo, proposto pela Advocacia-Geral, e outro com base no conflito de competência, que será despachado hoje.

Six liminares foram cassadas ontem pelo TRF do Rio ontem, entre elas a proposta pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho e a dos procuradores regionais. Dessas, duas foram concedidas no fim da tarde pela juíza da 3ª Vara, Valéria Medeiros de Albuquerque e cassadas devido a recurso do BNDES.

Das duas outras ações, uma foi proposta por Mozart Schmidt, através de seu advogado, Paulo César de Oliveira, junto à 18ª Vara. O juiz José Ricardo Regueira anunciou sua decisão hoje. A outra ação foi proposta pelo Sindicato dos Advogados do Rio exatamente às 21h15m junto à 7ª Vara, onde a juíza Salete Macaloz também se encontrava de plantão, disposta a decidir ontem mesmo. A ação do Sindicato dos Advogados do Rio foi a 111ª em todo o país.

Mais quatro pedidos de liminar deram entrada na Justiça Federal do Rio desde ontem: duas na 23ª Vara e duas na 7ª Vara. Essas ações foram cassadas após recurso do BNDES.

Outras quatro ações chegaram do Espírito Santo, onde a Justiça Federal local se considerou incompetente para examiná-las. Em pelo menos um dos casos não chegou a haver distribuição até o fim do expediente da Justiça. ■

COLABOROU: Maria Luiza Abbott

Na página 23, a manchete “Mendonça de Barros marca venda da Vale para hoje” informa no *lead* que o governo saiu derrotado na tentativa de privatizar a Vale, na véspera. A notícia ocupa seis colunas de aproximadamente 30 centímetros com informações sobre os esforços do Governo para derrubar as liminares que impediram a venda da estatal no dia 29. Apenas no nono parágrafo, de um total de 12, aparece o nome de Barbosa Lima Sobrinho, para informar que “seis liminares foram cassadas (...), entre elas a proposta pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho (...). A edição reservou uma foto para “ilustrar” a matéria, em que o jornalista está ao lado do comunista histórico, o arquiteto Oscar Niemeyer, e traz a seguinte legenda: “Barbosa Lima Sobrinho (à esquerda) com Oscar Niemeyer: autor de uma das ações derrubadas ontem pela Justiça”. Os velhos combatentes de outras lutas e suas ideias ultrapassadas são derrotados pela Justiça, é o que parece estar sendo informado.

Na página 25, ele aparece em uma pequena entrevista, no canto inferior direito: “Venda da Vale é criminoso”. O restante da página é ocupado pela matéria “Discurso de paz, munição bem pesada”, que será analisada no item 3.5, e um *box*, “O esguicho do Brucutu”, sobre o blindado da PM, muito usado na época do regime militar.

Brigas e correria no protesto contra a privatização

Apesar da suspensão do leilão, manifestantes e policiais se enfrentam na Praça Quinze, deixando várias pessoas feridas

Sérgio Pugliese, Andréa Dunningham e Ika Telles

Além da batalha jurídica travada por advogados na Justiça, a privatização da Vale do Rio Doce detonou um novo embate entre a Polícia e manifestantes no Centro do Rio. Por volta das 10h30m de ontem, um grupo de jovens carecas, que se intitulava “skinheads” (cabeças raspadas) anarquistas, agrediram um PM com um chute na perna e, a partir daí, incluiu-se um tumulto que durou 15 minutos e deixou 29 pessoas feridas. Algumas foram atingidas por pedradas, outras a golpes de cassete e muitas pelos estilhaços espalhados, quando cinco bombas de efeito moral foram atiradas por policiais contra a multidão.

Os cinco skinheads cercaram um soldado na esquina das ruas Primeiro de Março e Assembleia e, antes de chutá-lo nas costas, começaram a singá-lo de “bandido de farda” e de “assassino de Diadema”. Um manifestante com cassetete do Sindicato dos Metalúrgicos tentou apartar, mas foi empurrado por um dos skinheads. O soldado gritou por socorro e, no tumulto, cinco policiais, com escudos e capacetes, foram de encontro ao grupo.

Policiais reagiram com bombas de efeito moral e cassete.

Foi o bastante para o tumulto começar. Centenas de manifestantes cercaram os policiais, que se juntaram aos carecas e jogaram tudo que encontraram pela frente na direção dos soldados: garrafas de vidro, pedras portuguesas, bambus, pedaços de pau de bambu e até tijolos.

— “Policiais, recuem!” Nossa briga não é com a Polícia, mas com o FHC — se espelava, em vão, do alto do carro de som do Sindicato dos Rodoviários, Carlos Maldonado, tesoureiro da CUT.

Os soldados reagiram com mais violência: bateram nos manifestantes com golpes de cassete e atiraram cinco bombas de efeito moral. Uma delas explodiu ao lado da repórter da TV Globo, Ana Paula Araújo, que saiu carre-



UM POLICIAL E UM MANIFESTANTE se enfrentam no tumulto contra a privatização da Vale. O efetivo de 800 PMs não foi suficiente para evitar muitas cenas violentas durante a manhã de ontem

gada por amigos para o hospital.

A poucos metros, um tijolo atingiu o fotógrafo João Cerqueira do Jornal do Brasil, que teve que ir ao hospital. Outros cinco jornalistas foram feridos e receberam atendimento no posto médico da Bolsa de Valores.

Segundo a PM, no tumulto, um jovem deixou cair uma arma e desapareceu no meio da multidão. — Eles estão armados — gritou o soldado que pegou a arma no chão, um revólver Rossi, calibre 38, com cinco balas intactas.

Os manifestantes, por sua vez, gritavam que havia muitos poli-

ciais à paisana armados no meio da multidão.

— Meu medo é que um desses pague uma bomba aqui para dispersar — disse o estudante paulista Otávio Barbosa, de 17 anos.

Do alto do carro de som, Maldonado continuava a pedir calma, mas ninguém o ouvia. Com o rosto ensanguentado, o estudante José Adailton, de 17 anos, corria de um lado para o outro acusando a polícia de assassina.

— Eu não estava fazendo nada e level com um cassete na cabeça — explicou ele.

Dos manifestantes, um teve ferimento grave: Anderson Silva, de

30 anos, da CUT de Minas Gerais, foi atingido por estilhaços de bomba na mão esquerda e teve três dentes reimplantados no Hospital Souza Aguiar. Outros quatro manifestantes foram atendidos ali: César Sabrino, de 20 anos, ferido por estilhaços nas pernas e braços; Romildo Fernandes, de 21 anos, que disse ter sido agredido por um policial; Mayron Márcio Araújo Jacundo de Oliveira, de 34 anos, ferido por estilhaços de bomba; e Daniela de Oliveira Rodrigues, de 17 anos, que caiu e foi pisoteada no meio do tumulto.

Os policiais também foram

atingidos. Oito deles ficaram feridos. Todos levaram pedradas e foram socorridos por uma ambulância da PM. O tenente Agnaldo Araújo e os soldados Ubiraci Damasceno e Ricardo Pereira foram removidos ao Hospital da Polícia Militar e passaram o dia em observação, já que o ferimento deles foi na cabeça.

Na hora do confronto, a correria foi geral. As pessoas se protegiam atrás dos postes, dentro dos bares e até a Faculdade Cândido Mendes serviu de abrigo. A Polícia chegou a acionar o Brucutu — carro blindado que usa um jato d'água para dispersar manifes-

tantes — na tentativa de controlar a situação, mas a operação foi suspensa em cima da hora pelo sub-comandante do Batalhão do Choque, tenente-coronel Carlos Varella. O tumulto acabou sendo contornado pela turma do delatado, que formou um escudo humano e dispersou a confusão.

De acordo com estimativas do Coronel Pedro Patrício, da PM, aproximadamente 4 mil pessoas estavam na área durante o tumulto. A Polícia Militar contava com um efetivo de 800 homens para controlar as proximidades da Bolsa, mas não houve novo tumulto. À tarde foi pacífica. ■

Discurso de paz, munição bem pesada

Manifestantes atacam policiais com pedras portuguesas, paus e bolas de gude

Os discursos do alto dos carros de som tinham o ar que a manifestação seria pacífica. Mas do lado de baixo, a situação era bem diferente. Deste lado, vários jovens, sindicalistas e estudantes circulavam pela Praça Quinze e conversavam em rodinhas com pedras portuguesas nos bolsos. Escondidos atrás das árvores, pedaços de paus e de bambus.

— Com a Polícia que temos é bom ficar prevenido — explicava o estudante Márcio Alívio Santos, de 19 anos, que circulava de um lado para o outro com uma pedra portuguesa em cada mão.

Soldado acha um revólver calibre 38 no chão

E foram justamente as pedras que levaram oito soldados para o hospital. Só o estudante de Biologia da UFRJ, Marcelo Vale, de 21 anos, arremessou quatro contra o grupo de soldados do Batalhão de Choque.

— Senti algo esquisito. Uma vontade incontrolável de acertar os soldados. De repente, vi aqueles homens correndo na direção das pessoas e reagi — disse o rapaz.

Seu amigo, Daniel Cabral, de 23 anos, também da UFRJ, chegou atirando e ficou chateado.

— Quería acertar uns tijolos nos PMs. Eles são covardes e não se importam se acertam mulheres ou velhos com seus cassetes — desabafou o rapaz, com corpo de halterofilista.

Mas a arma mais curiosa dos

manifestantes estava nas mãos dos skinheads, estilhaços que atiravam bolinhas de gude.

As varas de bambu e os mestres de bandeiras também foram muito usados. Um revólver Rossi, calibre 38, foi encontrado no chão por um soldado, mas nenhum tiro foi disparado durante a manifestação.

— O pior mesmo foram as pedradas. Mas não tem jeito, em manifestações sempre acontecem esses acidentes — disse a cabo Cristina Ferreira de Andrade, uma das paramédicas da Polícia Militar, enquanto medicava um soldado que havia sido atingido no joelho por um pedra portuguesa. ■

O esguicho do Brucutu

PM aciona e logo depois desiste de usar jato d'água do carro blindado

A arma mais pesada que a Polícia Militar (PM) tinha ontem não chegou a ser utilizada no tumulto do leilão da Vale: o Brucutu, carro blindado que lança jatos d'água para dispersar tumultos e foi cedido pelo Exército à PM, ficou estacionado durante todo o tempo próximo à Bolsa de Valores. Era uma atração à parte e alguns estudantes chegaram a perguntar aos soldados detalhes de seu funcionamento.

— Quería vê-lo em ação — confessou o estudante Leonardo Fabrício de Almeida, de 15 anos, dizendo-se um colecionador de carrinhos em miniatura.

Às 11h, o Brucutu chegou a ser acionado. Mas no momento em que o jato d'água ia ser disparado contra os manifestantes, o subcomandante do Batalhão de Choque, tenente-coronel Carlos Varella, ordenou que a operação fosse cancelada. O resultado foi que em vez de um jato com pressão saiu apenas um esguicho. Uma frustração para os que gostariam de vê-lo em ação, como o estudante Leonardo Fabrício. Rapidamente o jovem mudou de opinião sobre o poderoso e temido Brucutu.

— Ué, mais isso não é Brucutu, um esguichinho de nada. Isso é o Zé Golinha — ironizou.

CORPO A CORPO

BARBOSA LIMA SOBRINHO

A venda da Vale é criminoso

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, tem 100 anos de idade e é considerado o guardião do movimento contra a privatização da Vale do Rio Doce. De seu gabinete na ABI, ele acompanhou as ações judiciais e as reações no país contra a venda da terceira maior mineradora do mundo.

■ Mas há empresas que prometem desvalorizá-la...
SOBRINHO: Quando se descobre a possibilidade de venda, vem a cobija. Está se privatizando sem motivo algum. Aliás, estamos num Governo que diz: "Esqueçam o que foi dito antes".

■ Como o senhor avalia a atuação da PM?
SOBRINHO: A repressão é absurda. Os interesses do país foram alcançados muito mais com manifestações que com a força física.

■ O que o senhor recomendaria aos físicos que estão julgando os linhantes?
SOBRINHO: Apelar para que eles tenham amor pelo Brasil. Quem está em causa não é a Vale, é o Brasil. É Minas Gerais, o Amazonas...

Ledice Araújo

O GLOBO: Como o Senhor analisa as ações judiciais e as manifestações públicas contra a venda da Vale?

BARBOSA LIMA SOBRINHO: Como um exemplo de patriotismo em defesa do país. Considero a venda uma coisa criminosa. A Vale pertence a todos e o povo não foi consultado.

O INHÊS diz que a Vale privatizada poderá se tornar ainda mais lucrativa, como já aconteceu com outras empresas...
SOBRINHO: A Vale foi formada em 1942, no Governo Ge-

Em outro exemplo de utilização da memória como estratégia discursiva, em 2008, a expressão usada por Bill Gross, “tsunami financeiro” (05/09/2008, p. 26), que remete à catástrofe natural que quatro anos antes deixara 280 mil mortos nas Ilhas Maldivas, foi capturada e usada intensamente pela imprensa. Outra alusão à tragédia de grandes proporções foi a manchete “O novo 11 de setembro do mercado” (16/09/2008, p.1), que se refere à data do atentado às Torres Gêmeas, que matou mais de 3 mil pessoas em 2001. Apesar de a metáfora do tsunami ser muito boa pela dimensão da tragédia (matou quase 100 vezes mais pessoas que o atentado) e ter ocorrido mais recentemente, a data do atentado trazia um significado maior para o mundo financeiro pois a terrível tragédia nas Maldivas não provocara qualquer estrago nas bolsas, enquanto a destruição das torres produziu um abalo de grandes proporções em Wall Street em 2001. Mas a referência mais utilizada pelos jornalistas e fontes continua sendo a Grande Depressão americana ou a Crise de 1929, um episódio que deixou consequências durante anos por todo o mundo.

A evocação dessas lembranças dramáticas também podem ter um objetivo ardiloso: produzir um efeito “didático” e que interessaria diretamente aos defensores do modelo econômico hegemônico que agora atravessava sua maior crise em quase 70 anos: provocar na sociedade o medo de reviver experiências indesejáveis. E uma das “soluções” para evitar a repetição dessas dolorosas experiências poderia ser o Governo aceitar as sugestões indicadas por “especialistas” do mercado, como o administrador do Pacific Investment Management Co., que vimos em 2.3: usar mais de seu dinheiro para ajudar os mercados; adotar políticas que abram os balanços do Tesouro americano; assumir o lugar de investidores privados que não têm recursos para comprar novos ativos e não ajudar apenas as agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac, mas também as financeiras pequenas, subsidiando juros.

“Conselhos” como os de Bill Gross foram se tornando mais frequentes, à medida que a crise se agravava, corroborando a opinião do economista Dean Baker, crítico da imprensa de economia nos EUA e autor do livro *The Conservative Nanny State. How the wealthy use the government to stay rich and get richer (O Estado babá conservador. Como os ricos usam o Governo para permanecer ricos e ficar mais ricos)*⁴⁵, publicada na coluna *Panorama Econômico*. A tese dele, diz Leitão, é que, numa de economia de mercado, os empreendedores sabem que nem sempre as coisas acontecem como se

⁴⁵LEITÃO, M., Babá do mercado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 set. 2008, Economia, p.24.

previu. “Ninguém espera que o governo vá garantir a demanda por um produto ruim, mas quando são tomadas decisões erradas na concessão de crédito, os conservadores, sim, esperam que o Governo vá resgatá-los”, afirma Baker.

A pressão por uma operação de socorro, inicialmente visando apenas salvar as agências hipotecárias, surtiu efeito, como mostra a reportagem “Pacote jumbo nos EUA⁴⁶”, publicada em 08/09/2008, na página 15, e que será analisada no capítulo 3. E mereceu o aplauso entusiástico do mercado na matéria “FMI e analistas elogiam intervenção em Fannie Mae e Freddie Mac”⁴⁷, na página seguinte. A matéria traz as opiniões de sete especialistas, sendo três brasileiros, três americanos e o francês diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, que, à exceção de um, Carlos Thadeu de Freitas Gomes, estão muito otimistas e acreditam que as medidas tomadas pelo Tesouro americano vão tranquilizar o mercado e contribuir para conter a crise. Além de terem sido bem recebidas, as consideraram “inevitáveis”.

Strauss-Kahn “elogiou a ‘atitude decisiva’, que ajudará a apoiar os mercados e a perspectiva econômica e financeira”; o professor da FGV, Aloisio Araújo “afirmou que ‘este socorro foi importante porque acalma a economia americana e sinaliza para o mundo que a crise está sob controle’”; o economista-chefe do WestLB no Brasil, Roberto Padovani, “acha que a ‘intervenção é boa’ e que se afetar o Brasil, ‘será apenas a curto prazo, com a valorização do dólar pressionando o real’”; Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC, “acredita que as medidas venham a afetar negativamente o Brasil e avalia que a crise está longe de terminar”; o candidato democrata a presidência Barack Obama “afirmou que se tratava de uma ‘medida necessária’, mas destacou que era preciso preservar os contribuintes”; o candidato republicano John McCain “avaliou a medida como ‘um passo na direção correta’, mas disse que no futuro Fannie ou Freddie deveriam ser privatizadas”; e o presidente americano George W. Bush “afirmou que o socorro era necessário para evitar que Fannie e Freddie fossem à falência, o que seria um ‘risco inaceitável’”. Ou como Paulson explicitou na ocasião do lançamento do pacote: “o Tesouro vai fornecer tanto dinheiro quanto for necessário”⁴⁸, porque não há outra saída.

Os depoimentos reforçam a ideia de que deslocar dinheiro público para evitar a quebra de duas empresas privadas era não só a melhor como a única solução, deixando

⁴⁶ Matéria apresentada em 1.4.

⁴⁷ Ver em Anexos.

⁴⁸ Matéria apresentada em 1.4.

claro que a atitude tinha por objetivo deter um mal muito maior que estava a caminho – e que provocava lembranças dolorosas para a sociedade: um tsunami, um incêndio florestal, um atentado terrorista ou uma depressão econômica nos moldes da que sucedeu a crise de 1929.

2.5 JORNALISMO ECONÔMICO: UMA ESPECIALIDADE AO SABOR DOS VENTOS

É dado como ponto pacífico por muitos autores que o jornalismo econômico ganhou importância na imprensa brasileira a partir da perda de espaço editorial submetida à editoria de política durante o regime militar instaurado em 1964. Para preencher os espaços deixados vazios pelo silenciamento forçado da censura, jornalistas foram deslocados para uma editoria até então pouco prestigiada nas redações, a economia, que passou a dar destaque à política econômica do governo, especialmente profícua em pautas nos anos 1970, durante o período que passou à história como “milagre econômico”. Mas, talvez, o que o regime autoritário tenha proporcionado, com a censura política, foi a aceleração de um processo de cobertura jornalística que já estava em curso em muitos países, para dar conta da ampliação da importância da economia sobre a política em todo o mundo.

Enquanto no jornalismo genérico o objeto da informação jornalística é quase sempre algo que foge à normalidade, no jornalismo econômico processos e sistemas são os principais objetos de interesse, e fatos e episódios singulares precisam ser interpretados à luz de processos, leis ou relações econômicas, muitas vezes conflitantes, o que dificulta ainda mais as condições de produção do jornalista, sempre pressionado pelos mais diversos fatores. Para Kucinski (2000, p.21), um dos problemas centrais do jornalista econômico é a tendência a fazer ilações simplistas e tirar conclusões sem fundamento nos fatos ou razão, por desconhecer as sutilezas das relações econômicas, baseadas em precárias teorias econômicas e suas múltiplas escolas de pensamento, que por sua vez manejam seus axiomas “como instrumentos de persuasão ideológica” ficando a maioria delas “cada vez mais distante do objeto central das ciências humanas, o próprio homem”.

Ele acredita que a prática do jornalismo econômico nasceu com um defeito de origem: uma baixa autonomia ideológica do jornalista em relação às classes proprietárias na abordagem dos principais temas da agenda político-econômica.

O predomínio da ideologia neoliberal levou a uma ideologização da cobertura macroeconômica, simultaneamente a uma expansão do jornalismo de negócios. (...) No entanto, ao mesmo tempo, houve queda na qualidade da reportagem e uma degradação da imagem do repórter perante suas fontes e perante os entrevistados. Quase todo o espaço crítico no campo econômico é ocupado por economistas e sociólogos e não mais do que meia dúzia de jornalistas notáveis, que se tornaram *griffes* jornalísticas, vendendo suas matérias simultaneamente a um grande número de jornais de cidades diferentes em todo o país. (KUCINSKI, 2000, p. 16)

Ainda hoje, este é o jornalismo econômico que se pratica no país. O tom que habitualmente prevalece no noticiário econômico é o técnico, que se utiliza de números, tabelas, estatísticas, além de declarações de “especialistas”, que ajudam a corroborar uma suposta exatidão da informação, em que predominariam os conceitos de objetividade e neutralidade. Ao acompanhar uma especialidade que lida permanentemente com números, valores, cifras e percentagens – temas geralmente pouco gratos à maioria das pessoas – esses profissionais ganharam uma espécie de aura, que os distingue de seus pares.

A técnica jornalística os respalda com os conceitos de objetividade, precisão, imparcialidade, fazendo-os crer que ao responder às cinco perguntas mágicas do *lead* (o quê/quem, quando, onde, como e por quê) os problemas de levar a informação ao leitor estariam totalmente resolvidos, dando conta de todo o cenário em que a notícia transcorre. E ao lidar com uma especialidade complexa, o jornalista econômico assume com desenvoltura o papel de mediador-facilitador entre o leitor e o obscuro universo da economia, encontrando na recepção espaço livre para uma assimilação maior da visão de mundo que o jornal quer difundir. Sua autoridade é ainda reforçada pelo nome no alto de toda matéria, pois raramente os textos de economia não são assinados.

2.5.1 O JORNALISTA ECONÔMICO NUMA VISÃO FLUSSERIANA

Flusser em seu estudo sobre o universo das imagens técnicas (2008), conduz uma visão crítica original sobre a realidade, que pode ser tomada emprestado para uma tentativa de descobrir um pouco do mundo que cerca o jornalista econômico. Para

adentrar nesse universo, é necessário compartilhar alguns de seus conceitos presentes em obra anterior (1985), na qual ele desenvolve uma filosofia que utiliza a fotografia como base para a explicação do mundo atual.

Flusser afirma que a imagem, definida como superfícies que pretendem representar algo, deve sua origem à capacidade de abstração específica que pode ser chamada de imaginação, que por sua vez é a capacidade de fazer e decifrar imagens. De acordo com o olhar do fotógrafo, que é a pessoa que procura inserir na imagem informações imprevistas pelo aparelho fotográfico, a imagem amplia suas possibilidades. A imagem técnica só foi possível a partir da invenção de *aparelhos*, que permitem capturar essa imagem, e que simboliza uma evolução na forma de ver e pensar esta imagem. Como prolongamento dos olhos do fotógrafo, o *aparelho* (câmara fotográfica) também é definido como um produto capaz de gerar produtos. O aparelho fotográfico para Flusser serve de modelo para todos os aparelhos característicos da atualidade e do futuro imediato: desde os gigantes (como os administrativos) até os minúsculos (como os chips), que se instalam em toda parte (1985, p. 13). Em seguida, ele compara o gesto de fotografar à caça de imagens significativas, que realmente informem, que tenham significado. Outro conceito importante é o de *programa*, definido como jogo de combinação com elementos claros e distintos, que poderia ser entendido como regras a se seguir.

Tal qual o fotógrafo de Flusser e talvez mais que um jornalista de outra especialidade, o jornalista econômico tem seu trabalho limitado pelo programa que ele assimila ao ser contratado pelo veículo de comunicação: sabe que há pautas e assuntos proibidos, interesses que não podem ser contrariados. Esse programa faz parte de seu aparelho, o jornal. Mas como lembra o filósofo, “é preciso utilizar os aparelhos contra seus programas. É preciso lutar contra sua automaticidade” (FLUSSER, 2008, p.28).

Seria possível ao jornalista econômico lutar contra esta automaticidade ditada pelo programa? Esses profissionais seriam menos livres ainda que os demais, já que devido às implicações econômicas mais evidentes em sua atuação a sua liberdade em apertar teclas seria menor? Em seu tatear diário sobre as teclas, certamente ele não goza “da sensação existencial indisfarçável de liberdade” (2008, p.35). As teclas que o jornalista aperta não são libertadoras, pois seu limite “criador” e “publicador” está claramente pré-definido pelo programa do jornal para o qual escreve, e que o induz a não produzir informação nova.

Ao redefinir “imaginar”, Flusser toca em uma questão central para o jornalismo: na situação atual, para captar o clima espectral do mundo não caberiam neste novo mundo mais critérios históricos como “verdadeiro” e “falso”, “dado” e “feito”, “autêntico” e “superficial”, “real” e “aparente”, além de outros como “objetivo” e “subjetivo”, “factual” e “ficcional”, ainda hoje tão prezados pelo jornalismo, e mais ainda pelo jornalismo econômico, que apesar de se sustentar em teorias econômicas precárias, como frisa Kucinski, tenta buscar uma concretude que se torna a cada dia mais anacrônica.

Escapar da concretude e buscar a densidade, uma receita de Flusser para este mundo que se forma, seja talvez a saída para o jornalismo em sua crise atual, em que qualquer pessoa pode usar as pontas dos dedos para publicar, informar o novo e apontar algo. Contrariamente, o jornalista vem mantendo a postura de homem histórico, permanentemente inclinado sobre o mundo-texto, na tentativa de decifrá-lo. Mas não percebe que o mundo pós-imagens técnicas se reconfigurou de maneira que essa leitura linear não basta para ler esse novo mundo e muito menos explicá-lo. A relação emissor-receptor já não atende ao leitor, que há muito deixou sua passividade para também interagir (2008, p.70-71) com esse mundo em construção.

Mas como os jornalistas poderiam descobrir e desprogramar o programa? Não o fazem porque o interesse é nulo: eles se apegam à segurança do programa e como funcionários ao escolherem quais teclas apertar o fazem de forma pré-programada pelo aparelho. No caso, o aparelho econômico-político que continua funcionando completamente fora do controle humano. No entanto, os jornalistas continuam acreditando que apertam teclas para controlar os aparelhos, quando, na verdade, não têm qualquer controle sobre a produção de seus textos⁴⁹.

Para Flusser, nossa dificuldade para imaginar o desaparecimento das coisas antigas, como jornais, é maior que imaginar coisas novas. Os “diálogos telematizados” tal como vistos hoje – quantidades enormes de informações redundantes ou “conversa fiada” na internet, não são solução porque não trazem informação nova, apenas divertem. No entanto, é disto que os jornalistas mais se ocupam atualmente, seja nos meios tradicionais ou eletrônicos.

⁴⁹ WOLF (1999) aborda detalhadamente o processo de produção da notícia e os critérios do *newsmaking*, adotados pelos meios de comunicação e que determinam a noticiabilidade dos fatos em um “mundo [] constituído por superabundância de acontecimentos” (1999, p.188).

Uns poucos jornalistas quando postam em seus *blogs* talvez estejam ensaiando, ainda que inconscientemente, uma tentativa de ir contra o programa, passando a “jogar” com seu leitor, em vez de simplesmente manter o programa em funcionamento. A imposição de regras de publicação também para os *blogs*, adotada pelos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* em 2009, revela que esta tentativa de fuga do programa pode ter provocado algum incômodo na programação predeterminada pelo aparelho. E pode ser uma pista que indique qual caminho o jornalista deverá seguir para modificar a relação com seu leitor, numa tentativa de desprogramar o programa e produzir informação nova, de tecer um novo tecido com o outro e, quem sabe, alcançar a liberdade. Hoje o jornalista apenas “cava” a notícia e não joga com a sociedade a qual pertence, nem se aventura na produção lúcida de informações.

Mas para que essa “revolução telemática” se processe, conceitos históricos como a autoria deixam de fazer sentido, o que é perturbador para o aparelho jornal, pois que o principal patrimônio do jornalista é o seu nome, sua reputação, que ele se esmera em construir. Mesmo o conceito de sucesso atribuído a esta profissão decorre da capacidade do jornalista de obter isoladamente informações “exclusivas”, processá-las e fazê-las circular de maneira que fique bem clara a sua autoria, não se importando muito com a recepção. Só eventualmente o jornalista joga com seus pares, e o programa do aparelho não permite que haja uma produção dialógica de informação.

Contrariamente ao pensamento de Flusser, para quem a dúvida precisa ser protegida para que não percamos a qualidade de ser críticos – uma de nossas mais marcantes características humanas – o modelo de jornalismo americano, adotado pelas empresas jornalísticas brasileiras há mais de 50 anos, pretende com sua técnica montar uma narrativa que não deixe dúvidas ao leitor de que ali está a “verdade dos fatos”.

No jornalismo econômico os números são utilizados para reforçar o caráter de imparcialidade, objetividade, clareza, exatidão. Mas os jornalistas econômicos não só podem manipular esses dados como serem manipulados pelos verdadeiros especialistas que são suas fontes (programa fora do programa) e que muitas vezes tentam tirar proveito da falta de conhecimento profundo sobre os temas a que os jornalistas são obrigados a cobrir.

2.6 A SOBREVIVÊNCIA ACIMA DE TUDO

Maior conglomerado de comunicação do país, as Organizações Globo⁵⁰ tiveram sua origem no jornal *O Globo*, fundado por Irineu Marinho em 1925, e que permaneceu pouco expressivo entre os muitos jornais na então capital federal durante anos. A primeira grande modernização em sua gráfica, impetrada por Roberto Marinho, que herdara o jornal pouco mais de um mês após sua fundação, tornou-se possível graças a empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, entre outubro de 1950 e dezembro de 1952 (SODRÉ, 1999, p. 401-402), para a compra de impressoras e outras máquinas destinadas à impressão do jornal e de revistas da empresa.

Nesta época, a imprensa carioca começaria também sua modernização técnica, com as novidades trazidas dos Estados Unidos por Pompeu de Souza para o *Diário Carioca*. Com a crise da imprensa carioca nos anos 1960 (BARBOSA, 2007, p. 210) e a concentração empresarial que se seguiu ao regime militar, somente *O Globo* conseguiu manter sua tiragem em torno de 200 mil exemplares. É, também, o único jornal a contar com o apoio de uma rede de televisão, a Globo, inaugurada em 1965. A reforma de 1971, tendo à frente da chefia de redação Evandro Carlos de Andrade, significou a implantação de uma série de mudanças editoriais e administrativas que levaram o jornal à liderança do mercado carioca (BARBOSA, 2007, p. 209). Abreu (2003) detalha essa reestruturação:

Uma das primeiras inovações introduzidas por Evandro Carlos de Andrade no jornal foi a contratação, no início de 1972, do jornalista Ismar Cardona, para organizar a editoria de economia. O setor de economia do jornal contava nesse momento com 2 ou 3 repórteres sob a chefia de Pery Cotta. (...) [Cardona] Montou uma equipe que era constituída de 22 jornalistas qualificados e que tinha orientações

⁵⁰ Fazem parte do conglomerado: Televisão ([Rede Globo](#), [Endemol Globo](#), [Projac](#), [Globo Internacional](#), [Globosat](#), [Globosat HD](#), [Globo News](#), [SporTV](#), [Telecine](#), [Megapix](#), [GNT](#), [Multishow](#), [Universal Channel](#) (50%), [Canal Brasil](#), [Futura](#), [Premiere Futebol Clube \(PFC\)](#), [Premiere Combate](#), [Premiere Shows PFC Internacional](#), [Sexy Hot](#), [For Man](#), [Private Gold](#), [Tele Monte Carlo](#)), cabo e satélite ([NET](#) ([NET Digital](#), [NET Virtua](#), [NET Fone via Embratel](#)) (75%), [SKY Brasil](#) (24%), Revistas ([Editora Globo](#), [Época](#), [Época Negócios](#), [Galileu](#) (antiga [Globo Ciência](#)), [Auto Esporte](#), [Casa & Jardim](#), [Crescer](#), [Criativa](#), [Globo Rural](#), [Marie Claire Brasil](#), [Pequenas Empresas & Grandes Negócios](#), [Quem](#), [revista fantastico](#), [Gráfica Globo Cochrane](#)), internet ([Globo.com](#), [G1](#), [Globo Online](#), [GloboEsporte.com](#), [GloboRadio.com](#), [Blogger.com.br](#), [Kit.net](#), [Globomail](#), [Globolog](#), [Globovox](#), [EGO](#), [Zoom](#), [8P](#), [Zap](#) (50%), [Baixatudo](#), [Paparazzo](#), [BlogLog](#)), rádio ([Sistema Globo de Rádio](#), [Rádio Globo AM](#), [Rádio Globo FM](#), [CBN](#), [BH FM](#), [98 FM \(Curitiba\)](#), [BEAT98](#), [Multishow FM](#), [Rádio SporTV](#), [Rádio GNT](#)), além de outras empresas e iniciativas ([Criança Esperança](#), [Amigos da Escola](#), [Fundação Roberto Marinho](#), [Globo Filmes](#), [Globo Marcas](#), [Inbasa](#), [Imobiliária RoMa](#), [Som Livre](#), [Globo Vídeo](#), [Loja Globo Marcas](#)), e jornais (*O Globo*, *Extra*, *Expresso*, *Diário de S.Paulo* e *Valor Econômico* (50%). Fonte: [memóriaglobo.globo.com](#). Acesso em 11/07/2008. Em 2011, este endereço estava indisponível e não foi possível atualizar os dados.

políticas e engajamentos em partidos ou movimentos de esquerda. (ABREU, 2003, p.41-42)

Além da ampliação da cobertura jornalística em pleno “milagre econômico”, *O Globo* passou a circular aos domingos, buscando atrair o público dos jornais que deixaram de circular na época ou que entraram em decadência, e reduziu o peso da reportagem policial, deslocada para a reportagem geral. No entanto, isso não significa que a opção pelo jornalismo informativo baniu de suas páginas o sensacionalismo, que continua e continuará atraindo leitores de todas as classes sociais. A diferença é que o sensacionalismo de *O Globo* passou a ser dirigido para a política, a economia e crimes ocorridos nas classes média e alta. Para Marcondes Filho, o sensacionalismo é parte intrínseca do jornalismo:

Para mim, a aparência de valor de uso no jornalismo leva-o, necessariamente, a sensacionalizar a vida política, econômica e social de determinada formação histórica. O que caracteriza o jornalismo não é somente vender fatos e acontecimentos (que seriam puramente o valor de uso da informação), mas, ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender a sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato (MARCONDES FILHO, 1986, p.30)

Assim, por mais que se esforce para distanciar-se de um jornalismo que teve origem na *penny-press*, seja por motivos políticos ou mercadológicos, o jornalismo “sério” não deixa de recorrer às técnicas redacionais desenvolvidas no século XIX, para atrair público, e à tecnologia, para embalar melhor a sua mercadoria.

Foi o que fez *O Globo*, com a aquisição de novas impressoras *off-set*, em 1978, que dinamizaram ainda mais o processo de produção e proporcionaram ao mercado um jornal com melhor impressão, satisfazendo o leitor e as agências de publicidade, que contavam com um novo padrão gráfico para veicular seus anúncios, o que afetava diretamente o *Jornal do Brasil* e *O Dia*. Outra inovação ocorreria em 1986, com a informatização de sua redação, o que permitiu acelerar ainda mais o processo industrial.

Em São Paulo, o Projeto Folha, implantado entre 1984 e 1987 (SILVA, 2005), lançou os princípios editoriais adotados posteriormente por diversos diários da imprensa brasileira, o que contribuiu para que a *Folha de S.Paulo* se tornasse líder em circulação nacional a partir de 1986⁵¹.

⁵¹A *Folha de S.Paulo* só veio a perder esta posição em 2010, para o jornal popular *Supernotícia*. Disponível em:

Soa natural, pois, que os dirigentes das Organizações Globo, inspirados no modelo de sucesso introduzido pelo jornal paulistano, tenham resolvido implementar também um modelo análogo no Rio de Janeiro, resguardando, porém, as características editoriais e regionais de seu então único diário.

O *Manual de Redação e Estilo*, lançado em 1992, embora não tenha a mesma abrangência do *Manual de Redação da Folha de S.Paulo*, ajudou a padronizar os textos e transferiu ao repórter maior responsabilidade sobre suas matérias. No capítulo cinco, o manual aborda as “Questões Éticas”. Depois de assinalar que ética não é mordaça e o que ela pede não é menos notícia, mas melhor notícia “a informação correta, completa, digna”, o manual lembra que a atividade jornalística tem critérios éticos próprios. “É a própria imprensa que, por sentimento de dever e interesse próprio (uma vez que não sobrevive sem a estima e o respeito da coletividade), escolhe suas regras específicas de conduta” (GARCIA, 1992, p. 83). Alerta para que o jornalista não caia na tentação de abusar desse poder experimentado nos vários momentos em que tem que lidar com o processamento da informação.

É inaceitável que o processamento da informação seja posto a serviço de *fins políticos, ideológicos* e pessoais. Mas existe o abuso não deliberado: ninguém consegue despir ideias e sentimentos como quem tira um paletó antes de começar um dia de serviço. Ainda assim, mesmo sabendo que a isenção total é impossível, o jornalista tem que tentar, permanentemente, *ser tão isento quanto possível*. (GARCIA, 1992, p. 84) [grifos meus]

Mas onde ficam as fronteiras desse *possível*? Em pleno regime militar, segundo Abreu (2003, p. 56-57), os jornalistas tinham independência para abordar temas em geral censurados, como o surgimento de novas lideranças sindicais. O jornal, ao aparentemente fazer uma opção pelo enfrentamento à censura de determinados temas proibidos pelo regime militar, poderia, na verdade, estar pondo em curso naquele momento uma estratégia empresarial para assegurar sua própria sobrevivência econômica em um cenário posterior à ditadura. Vejamos como o manual prossegue ao discorrer sobre a linha editorial e como o noticiário vai se adequar às suas determinações:

Quase todo veículo de informação segue uma linha editorial – conjunto de convicções que defende em seus editoriais – e é praticamente inevitável que ela tenha *alguma influência* no tratamento das notícias. *O jornal, ao reconhecer essa contingência, não pode se acomodar a ela:*

deve zelar para que a influência seja mínima, sem jamais se aproximar da fraude, que é a deturpação ou a ocultação dos fatos. O leitor deve perceber sempre, com nitidez absoluta, qual é a posição do jornal quanto aos fatos que relata. Em outras palavras, se a isenção olímpica é inalcançável, o jornal tem de ser sempre honesto com o leitor (GARCIA, 1992:84). [grifos meus]

É de se perguntar a que “entidade” o manual se refere quando afirma que o jornal não pode se acomodar a esta contingência e ainda deve zelar para que a influência seja mínima. À empresa? Aos editores? Aos redatores? Aos colunistas? Aos repórteres? E como definir este grau de influência permitido, usando-se palavras tão imprecisas quanto *alguma* e *mínima*, a primeira inclusive coodenada pelo próprio manual por atentar quanto à precisão da linguagem? (GARCIA, 1992, p. 24). Mais adiante, o manual aborda as áreas em que dilemas éticos são comuns, e como *O Globo* age, por exemplo, no caso do interesse público:

Interesse público – O dever de noticiar pode produzir conflitos com o interesse público. Algumas diretrizes:
- Interesse do governante não é sinônimo de interesse do Governo. E interesse do Governo não é sinônimo de interesse público. Não raramente, são antônimos. (GARCIA, 1992, p. 85)

No ocaso do regime militar, os interesses do jornal, que durante muito tempo haviam coincidido com os do Governo, começavam a mudar e a aproximação com os empresários tornava-se um movimento necessário em busca de sua sobrevivência econômica, uma prioridade de qualquer empresa capitalista. A adesão ao governo militar já havia sido um movimento consciente em torno desse pragmatismo empresarial. Abreu (2003, p.24) assinala que os órgãos de imprensa de maior circulação e prestígio no país tiveram participação fundamental na queda do regime constitucional em 1964, por seu apoio à ação dos militares. Os proprietários dos jornais analisados em sua pesquisa⁵² “encampavam as ideias do liberalismo econômico e se identificavam com o ideário dos liberais da União Democrática Nacional (UDN)”, entre os quais ela destaca a família Mesquita, de *O Estado de S.Paulo*, o proprietário da *Gazeta Mercantil*, Herbert Levy, “um dos fundadores da UDN em 1945, e um dos articuladores do movimento militar”, e Roberto Marinho, de *O Globo*.

Antes de 1964, os jornais alertavam para os perigos do “estatismo” na economia e das restrições ao capital estrangeiro, o que impediria o país de avançar no seu processo de industrialização. Mas diante do “perigo

⁵² *O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Gazeta Mercantil* (ABREU, 2008, p.32)

comunista”, aceitaram o reforço do poder estatal como meio de evitar a perda de controle do Estado para os grupos de esquerda. Abdicaram de suas ideias e crenças na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares como a única alternativa para impedir a “subversão” ou a ascensão dos grupos de esquerda ao poder (ABREU, 2003, p. 24)

Quando a censura recrudesciu, os jornais encontraram na cobertura da economia uma solução a um só tempo política e econômica para sua sobrevivência. Para Quintão (1987), o jornalismo econômico é fruto de um impulso transformador da imprensa brasileira em direção à consolidação do desenvolvimento econômico capitalista no Brasil. Ele traça um retrato detalhado do período de expansão do jornalismo econômico no país e do aprimoramento do repórter, geralmente pinçado da reportagem geral para a cobertura especializada.

Mas o processo de especialização deu origem a outros fenômenos, segundo Quintão (1987, p. 100-101): a tecnocratização e a cooptação deste profissional ao longo dos anos 1970. Este processo também pode ser entendido como um aprofundamento, na editoria de Economia, do adiestramento de jornalistas iniciado nos anos 1950. A incipiente formação nos temas a serem cobertos gerava a recomendação de que os jornalistas aprendessem as noções básicas que a especialidade exigia em cursos rápidos em institutos ligados ao Governo, como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). Esses cursos se proliferaram e eram ministrados pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, Banco Central, Conselho Nacional de Siderurgia, Conselho Nacional de Energia Nuclear, Ministérios do Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio, Departamentos Econômicos das Universidades (com o apoio financeiro do Estado), Instituto de Pesquisas e Estudos Aplicados (Ipea), pelas Federações dos Bancos e as Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo, moldando adequadamente o profissional para o tipo de cobertura que começava a ser realizada.

Os professores desses cursos eram técnicos com experiência em suas áreas de atuação ou professores brasileiros pós-graduados em universidades norte-americanas e inglesas em sua maioria.

Esse pessoal, altamente especializado no exterior ou na atividade econômica, opera com um discurso ritualizado nas teorias e práticas da análise da economia, que se expressa numa linguagem eivada de categorias ou conceitos econômicos, palavras estrangeiras, neologismos, jargões, siglas e índices, que contêm em si o sentido da dependência de um mundo que não corresponde exatamente à realidade do País, mas que vem de Tóquio, Londres, Nova York, Chicago, grandes centros do capitalismo internacional. A legitimação desse

discurso se dará, de um lado, pela adesão ao seu conteúdo de banqueiros, economistas, administradores, engenheiros e outras categorias profissionais e, por outro lado, pela disseminação desse conteúdo na imprensa. (QUINTÃO, 1987, p. 101-102)

Segundo Abreu (2003, p. 40), a abertura política foi utilizada pelo jornal *O Globo*, e em especial por sua editoria de economia, para mudar a imagem do jornal, desgastada e muito associada ao apoio ao regime militar, e renovar seu público leitor, com idade média de 47 anos, segundo pesquisa encomendada pelo jornal. O caderno anual *Panorama Econômico*, por exemplo, criado em 1974 para competir com a *Revista Econômica do Jornal do Brasil*, continha uma orientação favorável a posições nacionalistas muito maior que a do seu principal concorrente. Através de sua editoria de economia, *O Globo* tomou posição contrária aos chamados contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo na plataforma continental do país. Esse contraditório apoio ao estatismo e ao nacionalismo, pouco usual numa empresa capitalista liberal, pode ter sido produto de uma estratégia mercadológica, tanto para captar mais espaço publicitário da estatal para suas páginas como para conquistar mais leitores, como parte da renovação de público pretendida.

Além dos temas “proibidos” já citados, a Economia trazia temas vetados à política, como a reorganização do movimento sindical, a opinião de sociólogos e cientistas sociais com posições contrárias ao regime, como Paul Singer, Leôncio Martins Rodrigues, Francisco de Oliveira, que faziam análises críticas sobre a concentração de renda no Brasil e as desigualdades regionais. Esses temas sofriam a autocensura nos jornais comerciais de maior circulação da região centro-sul do país (ABREU, 2003, p.56).

É provável que o que começava a surgir nas páginas dos jornais brasileiros era tão-somente o reflexo de um movimento que já ocorria nas sociedades democráticas: de uma ingerência, cada vez maior, dos fatores econômicos sobre os políticos (SINGER, 1986).

Os excluídos do poder, do proletariado à burguesia, dos sindicatos às academias, da Igreja aos meios de comunicação de massa, começaram a reagir a esta estrutura de dominação, sobretudo quando a fase de alta do ciclo de conjuntura terminou. (...) A piora da situação econômica exacerbou o descontentamento. A burguesia embarcou em vigorosa campanha antiestatizante, cobrando dos donos do poder o cumprimento dos postulados liberais. Os assalariados passaram a se rebelar contra a imposição pelo Estado dos índices de reajustamento salarial. Os intelectuais, estudantes, bispos jornalistas e outras categorias sociais começaram a se mobilizar pela redemocratização do país. Em pouco tempo a perda de bases de apoio social ao regime militar ficou evidente,

sendo periodicamente confirmada pelos resultados das consultas eleitorais (SINGER, 1986, p. 242-243).

Talvez o regime militar no Brasil tenha dificultado a percepção de que a economia começava a preponderar sobre a política, pois o modelo de desenvolvimento adotado aqui era calcado em um aumento do tamanho do Estado, que acabou por se tornar insustentável e contribuiu para o abreviamento da permanência dos militares no poder, obtida, em grande parte, pelo sucesso do modelo de desenvolvimento adotado, centrado no capitalismo de Estado.

Embora Quintão e Abreu discordem em aspectos importantes em suas avaliações sobre o jornalismo econômico praticado nos anos 1970, para ambos, a partir da abertura política o que passa a prevalecer é o jornalista com perfil técnico. Esta observação, longe de ser uma exclusividade do jornalismo, corrobora uma tendência de segmentação e especialização que perpassa a maioria das profissões e que é o resultado tanto da complexificação das atividades humanas como também do mundo cada vez mais fragmentado em que se vive, e em que cada vez menos se compreende o todo.

Para Kucinski (2000), a chegada dos anos 1980 marca o período em que a economia vai para o centro da temática jornalística, enquanto a cobertura política e o embate ideológico se esvaziam, o que será intensificado após o fim da Guerra Fria. Os fatores econômicos passam então a “comandar o processo de formação ideológica do jornalismo”:

Doutrinas econômicas passam a ter mais importância do que as teorias políticas. Os fundadores do pensamento neoliberal, Milton Friedman e Friedrich Hayek, são usados de forma simplista, para justificar a tese de que preocupações éticas com a distribuição de renda não só nada têm a ver com teoria econômica, como levam ao efeito contrário. *Por essa tese só uma economia na qual os empresários tenham a total liberdade de ação produz bons resultados.* Assim, a teoria econômica não só desumanizou-se como tornou-se ela própria um instrumento de maior desumanização da economia e do jornalismo econômico (KUCINSKI, 2000, p. 187).[grifos meus]

Esta constatação fica perceptível quando se recupera o período de redemocratização do país, época em que o modelo hegemônico neoliberal já se mostrava consolidado em boa parte do mundo. O que ocorreu nos países centrais – e também sucederia com menos força no Brasil, a partir de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello – foi uma hipertrofia do mercado, e um aumento de sua capacidade de ultrapassar as políticas nacionais, paralelamente a uma atrofia do Estado, instado a se

afastar de setores da economia antes considerados estratégicos, para dar espaço a esse mercado, que teria capacidade de se autorregular, segundo uma das premissas do neoliberalismo defendida por Hayek. Esse modelo possibilitaria não só a expansão como a globalização do capitalismo.

Os frequentes períodos vividos sob ditadura no país podem induzir a pensar que a censura à imprensa é privilégio dos regimes de exceção. Mas mesmo na “maior democracia do mundo” o controle mais ou menos explícito sobre o que é publicado sempre fez parte do negócio. Breed (1999, p. 152-153) aborda o controle exercido sobre a redação pelo *publisher* norte-americano (o dono do jornal), que é quem dita a política editorial seguida pelos jornalistas da redação. Assinala que as principais áreas de orientação envolvem a política, os negócios e o trabalho, pontos nevrálgicos no jornalismo econômico, explicitando que a orientação política é disfarçada devido à existência de normas éticas de jornalismo mas que, mesmo assim, estas normas são transgredidas muitas vezes.

O conformismo, afirma, é obtido de maneira sutil e paulatinamente, de maneira que um novo jornalista pode começar a trabalhar em determinado jornal sem que lhe seja dita qual a sua política editorial. O aprendizado é feito “por osmose” (BREED, 1999, p. 155), num processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações de seu estatuto, bem como as suas normas e valores, aprendendo a antever aquilo que se espera dele, para obter recompensas e evitar penalidades. Ao tentar “adivinhar o que o patrão quer” o jornalista também visa a sua ascensão profissional, pois lutar contra a orientação política pode constituir-se em um importante obstáculo para a obtenção deste objetivo (BREED, 1999, p. 158).

Já Bourdieu (2007) problematiza esse mecanismo descrito por Breed em sua concepção de *habitus* como disposições socialmente adquiridas por processos diversos (pedagogia, cultura, imitação) e que se manifestam em ações e representações.

Essas disposições, agindo como estruturas estruturadas e estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante. (BOURDIEU, 2007, p. 191)

Esta concepção aplica-se bem ao tipo jornalistas, espécies de escritores empobrecidos, também dependentes materialmente da burguesia e politicamente

impotentes (BOURDIEU, 2007, p. 192), pois são obrigados a seguir a política editorial de seus jornais, cujos donos pertencem à classe dominante. Embora a maioria pertença à classe dos dominados, este profissional mantém uma relação ambígua com as classes dominantes e as dominadas. No caso dos jornalistas econômicos, a proximidade com as classes altas é ainda mais intensa, pois são suas fontes primeiras na cobertura diária e a preservação desta boa relação é fundamental para sua sobrevivência na profissão.

Esta aproximação um tanto perigosa pode transformar o jornalista econômico em um porta-voz, consciente ou não, dos interesses de suas fontes. Marcondes Filho (2002), em sua saga para localizar “os cães perdidos”, reconstitui o *habitat*, as formas de comportamento e de relacionamento social dos jornalistas. Ao abordar os deslizamentos éticos de personalidade, definidos como identificação e convivência com o poder, a perda de distância e autonomia, cita as formas com que a corrupção jornalística se manifesta: querer ganhar tanto dinheiro como o entrevistado, sentir inveja do luxo em que as fontes vivem, receber presentes que corrompem, aceitar o tratamento benévolo que pode conduzir à convivência etc. (2002, p. 140-141). Na cobertura do leilão da Vale do Rio Doce é possível perceber em alguns repórteres um entusiasmo pouco recomendável nas reportagens ou que vai muito além da liberdade de opinar dos colunistas (GARCIA, 1986, p. 34) e que será mostrado no capítulo 3.

A abordagem de Flusser (2008), de que o ser humano viveria as restrições impostas por uma “sociedade puramente informacional” emergente, ordenada por *aparelhos programados*, em que toda ação se daria por obediência a um programa ou roteiro previamente inscrito em esfera infra ou supraindividual, é aplicável a qualquer atividade, mas no jornalismo este controle ganha uma dimensão maior, pelo poder que os meios de comunicação têm de influenciar a sociedade.

Mendonça (2002) analisa o impacto que a atual era da convergência multimídia vem produzindo na sociedade, que, ao ancorar-se nas novas tecnologias e na composição de conglomerados transnacionais para dominar a indústria do entretenimento global, acaba por gerar transformações nos conteúdos do principal produto do jornalismo, a informação.

A delimitação deste cenário econômico poderá contribuir com subsídios para percebermos melhor de que maneira esta nova configuração da empresa produtora de "informação" também utiliza a notícia jornalística como ferramenta para atender a seus interesses econômicos e até mesmo buscar um modo sutil e refinado de regulação social. Mesmo que, para isso, as organizações comunicacionais tenham que utilizar

uma noção cada vez mais ampla do que seria um fato jornalístico (MENDONÇA, 2002, p.19).

A estruturação desses conglomerados, que centralizam as decisões e dispersam as operações comerciais e industriais, tornam a nova empresa horizontal, descentralizada, como nós em uma rede, uma arma fundamental na divulgação de produtos, informação e entretenimento. No entanto, ressalta Mendonça, essa descentralização da empresa não se reflete na geração, nem pode ser tomada como liberdade de escolha e produção de conteúdos.

Não se pode esquecer que a oligopolização da mídia cria um cenário de forte concentração de comandos estratégicos e de mundialização de conteúdos, mercadorias e serviços sob o controle das mega-companhias, que acabam por reforçar enormemente a hegemonia dos EUA como pólo de produção e distribuição de conteúdos (MENDONÇA, 2002, p. 21).

Mendonça cita Ramonet, que alerta que, atualmente, vive-se sob uma doutrina do pensamento único “autorizado por uma invisível e onipresente polícia de opinião pública” (RAMONET, 1998, *apud* MENDONÇA, 2002, p.22), caracterizando os dias atuais como “um outro tipo de totalitarismo”, em que os dogmas da “globalização” ditam as políticas econômicas. Com os media sob seu controle, o pensamento hegemônico usufruiu durante décadas do modelo econômico neoliberal, mas a crise de 2008 veio embaralhar as pedras de um jogo que parecia estar ganho para sempre. Nessa nova circunstância, uma movimentação rápida de seus defensores vem tentando readequar sua estratégia discursiva para retomar uma partida que, ao menos por enquanto, parece não ter adversários.

3 AS MÚLTIPLAS MATIZES INSCRITAS NO PRETO SOBRE BRANCO

Embora o jornalismo não admita a utilização da linguagem da persuasão, em suas relações com os indivíduos o ser humano vem se utilizando da linguagem como um mecanismo de ação repleto de intencionalidade. A própria produção jornalística trabalha sua técnica visando chamar e reter a atenção, através de títulos, fotos, diagramação e do texto, que deve ter um *lead* que atraia o leitor, “num processo bem próximo da sedução”.

Antes de iniciar a análise, é importante esclarecer alguns conceitos que serão usados, como a noção de discurso, que se distancia do modo como o esquema básico da comunicação dispõe seus elementos, definindo o que é mensagem, e que vai além do esquema que se constitui de emissor, receptor, código, referente e mensagem. A esse respeito, Orlandi (1999) afirma que o discurso não se trata de transmissão de informação apenas, pois no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, existe um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos.

São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 1999, p. 21).

A autora assinala ainda que na interpretação e apreensão dos processos de significação presentes no texto é que será possível “escutar” outros sentidos que ali estão, não intencionais e carregados de significado, compreendendo como eles se constituem a partir das questões que são levadas para a análise. Ao colocar a interpretação em questão, são trabalhados seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação,

sabendo-se de antemão que não existe um sentido verdadeiro que possa ser apreendido através de uma chave de interpretação.

A leitura mostra-se como não transparente o que, já de início, revela o desafio que envolve a análise dos objetos escolhidos para esta pesquisa, pois se tratam de textos jornalísticos. E no Brasil, a partir dos anos 1950, o jornalismo passou a se fundamentar nos valores do jornalismo americano, de objetividade e neutralidade, para elaborar esta produção textual. Mendonça (2002) assinala que a construção do mito da informação jornalística está ancorada no mito da transparência da linguagem. O equívoco da transparência da linguagem e o esquecimento⁵³ de que a verdade é sempre produzida vão estar permanentemente presentes na constituição do discurso jornalístico.

O lugar de ‘explicador’ dos fatos, pretendido pelo jornalismo, só poderá ser ocupado (como é) na medida em que o leitor aceite como verdade a “informação” que está recebendo. E o acatamento desse efeito de sentido só será conseguido a partir da crença na transparência da linguagem. Por isso, (...) será sua função social informar ao leitor [por exemplo] os danos causados pelo último temporal na cidade (MENDONÇA, 2002, p. 16).

Para o leitor comum, esta aceitação quase passiva fica subentendida através do pacto de leitura, mas para o analista do discurso é fundamental que ele perceba e atribua sentidos outros quando a reportagem, por exemplo, se limitar a descrever a lista dos danos provocados por um temporal. Ao “culpar” as forças da natureza o repórter pode estar se “esquecendo” de apontar as omissões do poder público, que tem meios de evitar tragédias através de ações preventivas, lembra Mendonça.

A análise do noticiário da privatização da Companhia Vale do Rio Doce e da Crise de 2008 utilizará conceitos de vários autores, alguns deles já estudados até aqui e outros que serão apresentados à medida que possam contribuir para a compreensão das relações complexas que se estabelecem nos textos jornalísticos pesquisados. Optou-se por esta metodologia com o objetivo de tornar as análises mais dinâmicas. A pesquisa englobou os períodos entre 11/04/1997 e 10/05/1997, no caso da privatização da Vale, cuja cobertura ocupou 99 páginas, além de 14 manchetes de primeira página, e entre

⁵³ Segundo Michel Pêcheux, o esquecimento no discurso ocorre de duas maneiras: o esquecimento número um, ou esquecimento ideológico, que é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. O esquecimento número dois é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e ao longo de nosso dizer formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro (PÊCHEUX, 1975 *apud* ORLANDI, 1999, p. 35).

1º/09/2008 e 21/09/2008, no caso da Crise de 2008, com um total de 76 páginas e 12 manchetes.

Entre os textos mapeados foram selecionados os exemplos mais emblemáticos, que pudessem apresentar as principais estratégias discursivas utilizadas pelo jornal *O Globo* nessas coberturas, e dentre estes estão matérias informativas e interpretativas, editoriais e textos opinativos, publicadas nas editoriais de Economia, Política, Mundo e Rio. As matérias informativas são aquelas nas quais se concretizaria o que se costuma chamar de função social do jornalismo: informar, de forma objetiva e neutra, a “verdade dos fatos” aos leitores; no segundo grupo estão os colunistas, para quem “a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar” (GARCIA, 1992, p. 34); no terceiro, os editoriais, espaço no qual “o jornal diz o que pensa” (GARCIA, 1992, p. 34); e, por fim, os textos de articulistas colaboradores, que ao lado das cartas (que não serão analisadas) funcionam como “índice da liberdade democrática” praticada pelo jornal (MENDONÇA, 2002, p. 8) e que, não por acaso, estão localizadas nas páginas de opinião do jornal. Para Mendonça, “as vozes dos leitores são limitadas a este espaço [...] e são obrigadas a ‘dizer’, junto com sua opinião, que o jornal é democrático ao deixá-los falar o que pensam”. A mesma premissa vale para os colaboradores.

A análise não obedecerá a uma cronologia, pois os textos serão apresentados pela riqueza que guardam em seus grupos. O desafio está em buscar nos exemplos falhas, esquecimentos, silenciamentos, direcionamentos de sentidos e interpretações particulares que possam apontar as estratégias discursivas do jornal para manter em funcionamento a argumentação veiculada pela hegemonia neoliberal nesses dois momentos. É nesse espaço que poderão despontar as contradições que colocam em xeque os valores defendidos pelos jornalistas, vale repetir, de objetividade e neutralidade, e que podem se chocar contra outros interesses.

Serão analisadas as tensões entre as paráfrases e polissemias presentes nos textos das duas épocas, para tentar perceber que efeitos de verdade *O Globo* produziu em um e noutro tempo. Os textos, como lembra Eni Orlandi (1999, p. 64), não são documentos que ilustram ideias preconcebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras. O que vai interessar é:

sua materialidade, que é linguístico-histórica, logo não se remete a regras mas às suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si mas o seu

funcionamento no discurso. É este funcionamento que procuramos descrever e compreender. (ORLANDI, 1999, p. 64-65)

A análise sobre a cobertura da privatização da Vale será iniciada a partir da notícia, publicada em 11/04/1997, sobre a aprovação no Senado de um projeto de lei que altera a chamada “lei das S/A”⁵⁴, cujo objetivo é reduzir obrigações dos futuros controladores de empresas a serem privatizadas para com os acionistas minoritários. Principal matéria da página 23, foi diagramada com outras duas notícias: “Rio fecha acordo que vai viabilizar venda do Banerj” e “BNDES faz primeiro empréstimo externo desde a moratória”, que embora não sejam o foco da pesquisa, ajudam a contextualizar o período em estudo, quando os bancos estaduais estavam sendo vendidos e o país, após 15 anos, acabara de sair da lista negra de devedores do mercado bancário internacional. O texto será analisado parágrafo a parágrafo, dado o material rico que apresenta.

Título: Aprovado no Senado projeto que muda a lei das SA

Subtítulo: Alterações garantem continuidade no processo de privatização, ao evitar disputas judiciais com acionistas

BRASÍLIA – O Senado aprovou, ontem, o projeto de lei das sociedades por ações, que altera a Lei das Sociedades Anônimas e **garante ao Governo a continuidade do processo de privatização**, pois **elimina o questionamento de acionistas minoritários na Justiça**. O projeto deve ser sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso nos próximos dias. A partir do projeto inicial, o ministro do Planejamento, Antonio **Kandir, incluiu modificações de interesse do Executivo e removeu um dos últimos obstáculos** para privatizar a Vale do Rio Doce, no fim deste mês, e demais estatais que estão na pauta para serem transferidas ao setor privado.

Os trechos acima denotam o direcionamento que envolveu a redação do projeto de lei, feito sob medida para atender aos interesses do Governo na venda da Vale, prevista para acontecer em 18 dias, ao subordinar um interesse geral a um caso particular, manobra esta muito comum em regimes autoritários. A reportagem apenas relata o fato, *objetivamente*, sem deixar transparecer qualquer estranhamento sobre a aprovação de um projeto, à toque de caixa, que vai mudar a fisionomia econômica do país. Em seguida, a matéria utiliza linguagem técnica para “explicar” detalhes do aperfeiçoamento que o senador José Serra afirma que fará no projeto.

O senador José Serra (PSDB-SP), que foi o relator do projeto, disse que no futuro haverá necessidade de aperfeiçoar a lei e anunciou que apresentará projeto acolhendo sugestões de outros senadores, em

⁵⁴ Ver em Anexos.

especial no que se refere à **emissão de debêntures** por estados e municípios e ao maior **rigor da contabilidade das empresas**. Pela lei atual, os controladores são obrigados a comprar as ações dos minoritários **em caso de cisão, fusão e incorporação da empresa**, procedimento eliminado no novo texto.

Como lembra Quintão (1987, p.102), a linguagem técnica do jornalismo econômico “está caracterizada pelo uso de dezenas de palavras que pouco ou nada significam para o público leitor e que por isso tornam também a leitura do texto de Economia excessivamente hermética e elitista”. No parágrafo acima, há várias expressões grifadas que nada informam ao leitor médio, e o jornalista apenas descreveu o conteúdo do projeto. “Esqueceu-se”, por exemplo, de explicar que as mudanças contribuam para enfraquecer o mercado de ações, por trazerem prejuízos para os minoritários de todas as empresas listadas em bolsa, e de tentar saber a que futuro o senador se refere. No trecho a seguir, a estratégia do Governo para conseguir seu intento é exposta por um aliado político.

O líder do Senado, Élcio Álvares (PFL-ES), **admitiu a artimanha do Planalto, mas assegurou que as mudanças eram necessárias para dar tranquilidade ao processo de privatização**. Ele informou que o projeto recebeu o **pedido de urgência** – a matéria foi referendada na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – para dar maior **agilidade às privatizações**. O texto **deveria passar pela Comissão de Constituição e Justiça**, mas devido ao pedido de urgência, recebeu parecer no plenário pelo senador **Ramez Tabet** (PMDB-MS), que **considerou a matéria constitucional**.

Élcio Álvares procura justificar o aqodamento com que a matéria foi apresentada, atropelando os trâmites normais de um projeto de lei, em nome da tranquilidade e da agilidade que se pretende no processo de venda da Vale. O pedido de urgência teve parecer positivo por meio da atuação de outro aliado político. No trecho seguinte, o Governo, através do senador Álvares, se defende de possíveis ataques do principal partido opositor:

- **Serra até lembrou** ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que a **proposta inicial foi** do Fortunati, que era deputado **do PT** e hoje é vice-prefeito de Porto Alegre. Mas o projeto resolve apenas uma **necessidade atual**, e o próprio Serra deve apresentar outro, admitindo sugestões apresentadas por Suplicy – disse Álvares.

Ao recordar que o projeto original foi elaborado por um deputado do PT, o líder do Senado exime o PSDB da responsabilidade pela concepção inicial do projeto. Embora

admita o casuísmo embutido na aprovação da lei, para atender a uma necessidade atual, procura demonstrar “espírito democrático” ao deixar em aberto a possibilidade de agregar sugestões do senador Suplicy, que criticou o projeto. A matéria informa a seguir que o texto aprovado preserva a União de quaisquer ações judiciais futuras vindas de minoritários:

O texto aprovado **elimina o direito de retirada nos casos de cisão clássica**, ou seja, quando não são atingidos os direitos dos acionistas. Com isso, a **União poderá dividir estatais sem pagar direitos aos minoritários, o que apressa o processo de privatização**.

O que à primeira vista poderia parecer zelo para com os interesses da União pode sugerir outra leitura. O que foi silenciado é que, na verdade, o projeto visa proteger os futuros compradores, tornando as próximas privatizações mais atrativas, especialmente no caso da Vale do Rio Doce que, por sua grandiosidade⁵⁵, pode despertar nos compradores o interesse em dividi-la e, sem custos extras, repassar adiante os negócios que não sejam considerados promissores. O parágrafo adiante mostra que a pressa deixou fora da discussão até mesmo quem mais entende do assunto:

Suplicy protestou na CAE e no plenário, mas **foi voto vencido**. Ele queria que o projeto fosse discutido por mais três meses, com a **participação de especialistas do mercado de capitais**. **Serra lembrou que a proposta inicial surgiu no PT** e prometeu, no futuro, apresentar um novo projeto que atendessem às **sugestões de Suplicy**. Uma das modificações que este reivindicava era **a inclusão de um dispositivo obrigando as empresas a dar mais transparência a seus balanços**.

O trecho destaca a derrota de Suplicy, que, entre outras modificações silenciadas pela matéria, reivindicava mais transparência dos futuros compradores em seus balanços. O texto volta a lembrar, desta vez através do senador Serra (PSDB), que a proposta surgiu no PT, em mais uma tentativa de eximir o PSDB de qualquer acusação posterior de seu maior adversário político, contrário às privatizações.

A luta simbólica entre os dois partidos é levada pela edição para um lugar de destaque, a legenda da foto, que por sua vez ocupa três colunas de 20cm: “Senador José Serra, relator do projeto: será preciso no futuro aperfeiçoar a lei, que nasceu de uma proposta do PT”, na qual novamente é lembrada a origem da lei que entrará em vigor. A

⁵⁵ RECEITA da Vale com minério atinge R\$ 1,6 bi. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 abr 1987, Economia, p.29. O grupo é formado por mais de 50 empresas e tem sociedade com 25 companhias mineradoras que só existem no papel: foram criadas com o objetivo de garantir direitos minerais.

legenda também serve para mostrar que Serra estaria preocupado com o aprimoramento da lei, o que poderá ser feito num futuro indeterminado, mas certamente não antes da privatização da Vale.

A página inclui ainda um *box* intitulado “As novas regras”, no qual estão listadas as alterações que entrarão em vigor, em linguagem técnica, sem quaisquer informações mais detalhadas para que o leitor possa entender a abrangência e a importância da mudança nas regras a poucos dias do início do leilão, o que não condiz com um jornal generalista, cujo público é heterogêneo.

Eis alguns exemplos de informações que nada informam, fazendo lembrar o jornalismo econômico de que fala Quintão (1987, p. 102), praticado nos tempos do regime militar e que, muitas vezes, tinham o objetivo de desinformar:

Dissidentes: o desembolso para acionistas dissidentes pode ser estipulado com base no valor econômico da empresa; **Fusões:** volta o direito de retirada em caso de fusão ou incorporação; **Oferta:** deixa de ser obrigatória a oferta pública de compra de ações, com tratamento igual de acionistas controladores ou não.

A opção por apenas descrever em vez de esclarecer não foi, provavelmente, por falta de espaço na página, pois a diagramação optou por um “boneco”⁵⁶ do senador José Serra, que ocupa três colunas de cerca de 20 cm⁵⁷. Além disso, a foto não tem valor jornalístico significativo, pois é de arquivo (10/08/1996) e não registra o momento da aprovação do projeto.

3.1 O PODER E A MULTIPLICIDADE DAS VOZES

Entre os conceitos a serem trabalhados, tom e entonação são valiosos na abordagem dos objetos, pois oferecem a oportunidade de poder extrair melhor os significados presentes nas vozes inseridas nos textos e de se vislumbrar sentidos outros que possam passar despercebidos na leitura descuidada, corrida, própria da que é feita dos textos jornalísticos.

⁵⁶ Foto em close.

⁵⁷ As medidas de altura das matérias não são precisas porque foram usadas imagens digitalizadas das páginas do jornal.

Bakhtin (2010, p.284), ao aplicar o conceito de tom em seus estudos dos gêneros do discurso, trata inicialmente do tom aplicado à comunicação discursiva oral, na qual a entonação torna-se mais evidente nos enunciados, mas que também é válida na leitura muda de um discurso escrito, como atesta nota da edição russa (2010, p. 290). Para o autor, não se pode falar de aspecto expressivo das unidades da língua, ou seja, das palavras e orações, que só adquirem aspecto expressivo em um enunciado concreto.

Um dos meios de expressão da relação emocionalmente valorativa do falante com o objeto de sua fala é a entonação expressiva, que soa nitidamente na execução oral⁵⁸. A entonação expressiva é um traço constitutivo do enunciado. No sistema da língua, isto é, fora do enunciado, ela não existe (BAKHTIN, 2010, p. 290).

Lembra que em cada época, em cada círculo social em que o homem cresce e vive existem enunciados investidos de autoridade, que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam e seguem (2010, p. 294). Outro traço essencial (constitutivo) do enunciado destacado por Bakhtin é o seu direcionamento a alguém. Diferentemente das palavras e orações, que são impessoais, o enunciado tem autor (e expressão) e destinatário. Em nosso caso, o leitor de *O Globo*. Embora não esteja entre os objetivos desta pesquisa o estudo das recepções, é necessário que não se perca de vista que os textos jornalísticos são produzidos para um determinado leitor. A estratégia discursiva do jornal estará, assim, sempre atrelada aos seus próprios interesses e aos dos envolvidos nesse processo comunicacional.

Ao ampliar o conceito de tom, Maingueneau (1997, p. 45) entende que o discurso é inseparável daquilo que poderia ser designado muito grosseiramente de uma “voz”. Esta era uma dimensão bem conhecida da retórica antiga que entendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que diziam a propósito deles mesmos, “mas o que *revelavam pelo próprio modo de se expressarem*”. Para a Análise do Discurso, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Assim, “*o que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis*” (1997, p. 46). [os grifos são de Maingueneau]

O tom está necessariamente associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O “caráter” corresponde a este conjunto de traços

⁵⁸ Nós, evidentemente, a assimilamos como fator estilístico e na leitura muda de um discurso escrito. (N. da ed. russa.)

“psicológicos” que o leitor ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer.(...) Deve-se dizer o mesmo a propósito da “corporalidade”, que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. Os discursos se opõem sobre essa dimensão como sobre as outras; há “caracteres” e “corporalidades” específicas dos enunciadores do *Figaro*, de *l’Humanité* ou *Libération*, para tomar exemplos simples, e estas divergências remetem aos próprios fundamentos destes discursos (MAINGUENEAU, 1997, p. 46-47)

Maingueneau (2002, p. 98) afirma ainda que o *ethos* não diz respeito apenas, como na retórica antiga, à eloquência judiciária ou aos enunciados orais: é válido para qualquer discurso, mesmo para o escrito. O texto escrito possui, mesmo quando contesta, um tom que dá autoridade ao que é dito e é esse tom que permitirá ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador, e não, do corpo do verdadeiro autor. A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.

O poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificado. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse fiador que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. Paradoxo constitutivo: é por meio de seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer. O reconhecimento dessa função do *ethos* permite novamente que nos afastemos de uma concepção do discurso segundo a qual os “conteúdos” dos enunciados seriam independentes da cena de enunciação que os sustenta. Na verdade, não podemos dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala (MAINGUENEAU, 2002, p. 99).

Em 1997, era fundamental para o jornal demarcar sua posição naquele momento histórico em que representantes do capitalismo se organizavam para assumir a parte que lhes cabia na nova ordem econômica que se instalava no país.

3.1.1 A VOZ DO DONO

Tomando-se os editoriais como o principal (mas não o único) lugar de fala da opinião de um jornal, veremos como *O Globo* manifestou a sua posição durante o

processo de privatização da Vale no editorial publicado na primeira página, em 01/05/1997⁵⁹.

O álibi de não pensar

O leilão da Vale do Rio Doce marca, provavelmente, a última presença em cena de **uma ideia que faz carreira bem mais longa do que merecia**, a de que alguma coisa só “é do Brasil” se pertencer ao Estado.

As estatais proliferaram, na década de 70, com base nesse conceito que tem honestas raízes no temor de multinacionais onívoras e na falta de confiança na empresa nacional incompetente.

A realidade, hoje, é um tanto mais complicada. Mas, **parando para pensar**, não é difícil perceber que **a Vale é do Brasil enquanto aqui pagar impostos e criar empregos. E aqui investir para cá trazer os dólares do que vender lá fora. E aqui tiver sua sede e forem brasileiros os seus principais acionistas.**

De certo, qualquer estatal também é nacional. Mas **o que interessará** então saber será **qual empresa brasileira que melhor serve os brasileiros: a que está livre para crescer e gerar mais recursos que ajudem o país, ou a que está manietada pela escassa capacidade de investir do Estado.**

Qual é, por exemplo, **a melhor Companhia Siderúrgica Nacional?**

A estatal, quase parada, devendo uma fortuna de ICMS ao Rio de Janeiro, ou a particular, com fôlego para comandar um dos grupos habilitados a comprar a Vale?

Talvez não se possa pedir a um *skinhead* da Praça XV que chegue às conclusões a que estas indagações conduzem. Mas só tem direito a esse álibi confortável quem, por opção de vida, não se acha obrigado a pensar no que faz.(*O Globo*, 1º mai.1997, capa)

O editorial, que geralmente é publicado na página 6, foi editado na capa, logo abaixo da manchete “Vale: Justiça impõe novo adiamento”, que trata da segunda tentativa frustrada do Governo de realizar o leilão. Inicialmente, o editorial critica o tamanho do Estado brasileiro na economia, ao dissociar o nacionalismo (“é do Brasil”) do estatismo. Reconhece as razões que nos anos 1970 levaram à adoção deste modelo de desenvolvimento (pelo Governo militar, apoiado pelo jornal desde a primeira hora, mas estas informações são silenciadas) e em seguida “para para pensar”: desfia uma série de argumentações para justificar a privatização, que no parágrafo seguinte são reforçadas pelas qualidades atribuídas às empresas privadas e aos defeitos de uma empresa nas mãos do Estado. Mais adiante, aponta a CSN como um exemplo concreto de sucesso das

⁵⁹ Ver em anexos.

privatizações até então realizadas, silenciando-se sobre os fracassos da privatização. O editorial termina comparando os adversários da privatização aos *skinheads* que tumultuaram a manifestação ocorrida dois dias antes, acusando-os de não pensarem no que fazem.

Na crise de 2008, durante o período pesquisado houve apenas um editorial abordando o tema, “Reflexos da crise”, publicado em 16/09/2008, na página 6, que trata da quebra do Lehman Brothers, da crise de confiança que tomou o mercado financeiro e da situação atual do Brasil, frente à crise. Comenta a atitude das autoridades americanas, que sinalizaram que “a ajuda a instituições financeiras tem limite”, “as ‘soluções negociadas’ para outras instituições – como a megasseguradora AIG”, que naquele mesmo dia seria estatizada. No entanto, nada menciona sobre a estatização ocorrida dias antes das também mega-agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac. Admite que “a crise é séria, talvez a maior em meio século” e passa a falar da situação do Brasil: que “não está a salvo” mas reúne condições favoráveis para enfrentar as turbulências. Relata as medidas neoliberais adotadas pelas autoridades nacionais, com destaque para o volume de reservas, de cerca de US\$ 200 bilhões, cujo custo havia sido criticado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em matéria publicada em 13/09/2008, na página 34.

No mesmo dia, na página 7, também destinada à opinião, o artigo “Crises e excessos”, de Ilan Goldfajn, trata deste assunto e, como já foi afirmado anteriormente aqui, nesta página são publicados artigos que muitas vezes têm por objetivo reforçar a opinião do jornal. Goldfajn é apresentado como professor da PUC-Rio, mas em sua página pessoal no site da universidade⁶⁰ estão outras informações sobre sua trajetória profissional, como por exemplo, diretor do Banco Central do Brasil, do Fundo Monetário Internacional e do Instituto de Ensino e Pesquisa em Economia da Casa das Graças, considerado “ninho dos liberais” no país⁶¹.

Classifica de exagero comparar a crise em curso com a de 1930 e em seguida enumera uma série de medidas que poderiam ter sido tomadas pelas autoridades americanas, no melhor estilo “tranca em porta arrombada”, muito utilizado pelos especialistas em economia. Goldfajn afirma, por exemplo, que os reguladores deveriam atuar de forma contracíclica, exigindo mais prudência em momentos de bonança, silenciando-se sobre uma das premissas básicas da doutrina neoliberal, de

⁶⁰Disponível em www.econ.puc-rio.br/goldfajn/. Acesso em 28/06/2011.

⁶¹ Ver referência em 1.1.

desregulamentação dos mercados, implantada radicalmente nos Estados Unidos, e que impossibilitou as autoridades de manter uma vigilância sobre “operações financeiras complexas” criadas pelas instituições financeiras e responsáveis pela formação da crise.

Outro ponto que se destaca em seu artigo é o uso da palavra *resgate*, em substituição à *estatização*, tanto para falar das agências hipotecárias quanto do Bear Stearns, que se torna frequente no noticiário, num processo de deslocamento de sentido que visa vitimizar as instituições que, na verdade, foram responsáveis por sua própria ruína, como veremos a seguir.

3.1.2 VÍTIMAS OU IRRESPONSÁVEIS?

Ao estudar a influência das relações de poder sobre o conteúdo e a estrutura dos textos, sobretudo os midiáticos, Fairclough (2008, p. 105) assinala que o vocabulário pode ser investigado de muitas maneiras, e lembra que um ponto a ser esclarecido é que tem valor limitado conceber uma língua com um vocabulário que é documentado “no” dicionário, “porque há muitos vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas”.

Um foco de análise recai sobre as lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica sobre questões, tais como a ‘relexicalização’ dos domínios da experiência como parte de lutas sociais e políticas (...). Outro foco é o sentido da palavra, particularmente como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas: quero sugerir que as estruturações particulares das relações entre as palavras são formas de hegemonia. Um terceiro foco recai sobre a metáfora, sobre a implicação política e ideológica de metáforas particulares e sobre o conflito entre metáforas alternativas (FAIRCLOUGH, 2008, p.105)

A característica principal das matérias escolhidas para as próximas análises é a tentativa de transformar as empresas e instituições envolvidos em vítimas da crise financeira, com a utilização de palavras como socorro, no lugar de intervenção, por exemplo, invertendo o hábito enraizado no jornalismo econômico de sempre recorrer a termos técnicos em seus textos, como já observado. Dentre as matérias mapeadas entre 04/09/2008 e 21/09/2008, foram encontradas mais de 20 com este tipo de enfoque, das quais foram selecionados os trechos das quatro mais emblemáticas.

Título: **Pacote jumbo nos EUA**

Subtítulo: *Governo assume controle de gigantes de hipotecas e poderá **injetar** até US\$ 200 bi*

José Meireles Passos – correspondente – Washington

Como era esperado, o governo americano assumiu ontem o controle da Fannie Mae e Freddie Mac, gigantes do setor de hipotecas que **também vêm sendo tragadas pela crise financeira nos EUA**. Ao anunciar a iniciativa, o Departamento do Tesouro sinalizou ao mercado que está disposto a **injetar até US\$ 200 bilhões para manter ambas as empresas em operação**. Paulson limitou-se a dizer que o Tesouro vai fornecer tanto dinheiro quanto for necessário. Segundo ele, **o governo não tinha outra saída**:

- Fannie Mae e Freddie Mac são tão amplas e estão tão interligadas ao nosso sistema financeiro que a falência de uma delas poderia causar um grande tumulto nos mercados financeiros, tanto aqui (nos EUA), quanto ao redor do mundo.

A justificativa para, mais uma vez este ano, utilizar dinheiro dos contribuintes para **salvar empresas** privadas foi a de que o impacto financeiro da quebra de Fannie e Freddie seria muito mais sério. (*O Globo*, 08/09/2008, p.15)

Logo no *lead*, fica clara a estratégia discursiva a ser usada para vitimizar as casas hipotecárias: o uso da voz passiva é um ardil para afastar de Fannie Mae e Freddie Mac quaisquer responsabilidades no processo da quebra: o texto afirma que elas vêm sendo tragadas pela crise, assim como o mar tragou as 280 mil vítimas do tsunami nas Maldivas. Na verdade, como será esclarecido, as duas empresas ajudaram a construir as crises, com a farta oferta de empréstimo hipotecário de alto risco, os *subprimes*, valendo-se da garantia sem limites que o Governo lhes proporcionava. Em seguida, a matéria revela que o Tesouro vai injetar (em vez de *gastar*) US\$ 200 bilhões para manter as empresas em operação, numa abordagem que remete a um tratamento médico para manter o paciente vivo. No último parágrafo, volta-se a usar o argumento de que o impacto da quebra (*morte*) das empresas seria muito sério, e que não havia outra saída, a não ser o uso de um *tratamento especial*, a ser pago com o dinheiro do contribuinte.

A matéria seguinte aborda a quebra do Lehman Brothers, que foi editada com dois títulos diferentes: na primeira edição, “Em Wall Street, novo 11 de setembro”, e na segunda, “Wall Street arrasta mercados”. Os textos tiveram ligeiras modificações, que não interferem no processo de análise.

Antetítulo: Wall Street arrasta mercados

Título: **Após quebra histórica de banco, bolsas têm pior queda desde o 11 de Setembro**

Wall Street foi ontem o epicentro de um abalo global, com **o colapso** do banco de investimentos Lehman Brothers, depois **de três dias de discussões entre representantes do governo e banqueiros**, e a compra

do Merrill Lynch pelo Bank of America (Bofa), por US\$50 bilhões. A Bolsa de Nova York teve seu pior dia desde o atentado ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001. O índice Dow Jones caiu 501 pontos, ou 4,41% em pontos, foi a maior queda em sete anos, e percentualmente, desde 19 de julho de 2002. O S&P 500 recuou 4,71%, e o Nasdaq, 3,60%. A Bolsa de São Paulo registrou a maior queda global: 7,59%, o pior desde o 11 de Setembro. (...)

Foi a maior falência da História americana em volume de ativos, dizem Bankruptcydata.com e Bloomberg News. O Lehman tem US\$ 639 bilhões, seis vezes mais que a Worldcom e dez vezes mais que a Enron. As ações da Lehman despencaram 94% ontem, para US\$ 0,21.

O Lehman é a mais nova vítima do estouro da bolha imobiliária. A crise das hipotecas de alto risco (*subprime*) começou quando o Fed elevou os juros básicos de 1% para 5,25% anuais, entre maio de 2004 e junho de 2006. As prestações subiram e a inadimplência disparou. Fundos de bancos que tinham investido em papéis lastreados em *subprime* começaram a **enfrentar problemas de caixa.**

Paulson e os presidentes da Securities and Exchange Commission (SEC, que regula o mercado acionário), Christopher Cox, e do Fed de Nova York, Timothy Geithner, passaram **o fim de semana reunidos com banqueiros para achar uma saída para o Lehman. Mas, no domingo, potenciais compradores desistiram,** e o BofA fechou a compra do Merrill. (*O Globo*, 16 set.2008, p.21)

A notícia relata o abalo provocado pela quebra do Lehman, cuja “operação salvadora” realizada no fim de semana – em que algumas das principais autoridades americanas estiveram reunidas, como uma junta médica – não foi capaz de encontrar uma solução, pois o mercado não quis bancar o tratamento do “paciente terminal”. Logo na primeira linha a quebra do banco é tratada como “colapso”, que entre suas várias acepções estão falência (de empresas, órgãos humanos), perda de sentidos, desmaio, ataque (cardíaco). A matéria detalha o impacto provocado no mercado pela quebra do Lehman para depois informar que o banco é a mais nova vítima do estouro da bolha e explicar como se formou a crise dos *subprimes*, atribuindo ao Fed a responsabilidade maior pelo acontecimento e minimizando o fato de que os fundos de bancos passaram a enfrentar problemas de caixa por terem investido em papéis de alto risco. O Lehman, ao lado do Merrill Lynch, que teve melhor sorte ao ser comprado pelo Bank of America, era um grande negociador desse tipo de papel.

Uma nota editada na mesma página utiliza novamente os verbos salvar e injetar para provocar os efeitos de sentido desejados:

Fed pede a Goldman e JP que salvem AIG

A AIG conseguiu ontem autorização do estado de Nova York para tomar US\$20 bilhões emprestados com suas subsidiárias, mas não uma linha de US\$40 bilhões do Fed. Segundo o "Wall Street Journal", o BC americano pediu que Goldman Sachs e JPMorgan colocassem à

disposição da AIG entre US\$70 bilhões e US\$75 bilhões em empréstimos. As ações da seguradora despencaram 61%.

O Fed **injetou** ontem mais US\$70 bilhões no sistema bancário, o maior volume desde o 11 de Setembro. Na abertura dos mercados asiáticos hoje, fim da noite de ontem no Brasil, a Bolsa de Tóquio caía 4,5%. (*O Globo*, 16 set.2008, p.21)

Desta vez, a operação de salvamento, que também não atraiu a iniciativa privada, acabou sendo feita pelo Tesouro, que não parecia muito certo sobre qual atitude tomar em relação às empresas em processo falimentar, ora deixando-as à própria sorte, como o Lehman, ora intervindo diretamente, estatizando-as, como Fannie & Freddie e, como será visto a seguir, AIG.

ECONOMIA

ABALO GLOBAL

Super-resgate para AIG

Fed vai injetar US\$ 85 bi para evitar falência de seguradora e ficar com 80% de seu capital

Do New York Times*
NOVA YORK e WASHINGTON

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) foi ao socorro ontem de mais uma empresa: American International Group (AIG), a maior seguradora dos Estados Unidos. Ontem à noite, o Fed negociava um empréstimo de US\$ 85 bilhões para a empresa, em troca de uma fatia de 80%, segundo pessoas próximas às negociações. Todos os ativos da AIG seriam usados como garantia desse empréstimo.

Os papéis em mãos dos acionistas seriam diluídos, mas não eliminados, como ocorreu na estatização das gigantes hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac, há dez dias. Quando surgiram os rumores de uma intervenção federal, as ações da AIG despencaram 48% no pregão eletrônico. No dia, fecharam em queda de 21%.

A empresa é hoje a terceira maior seguradora do mundo, atrás da holandesa ING e da alemã Allianz. Mas, por vários anos, a AIG foi a maior do setor. Em 2007, seus ativos eram de US\$ 1,06 trilhão. Nos dois primeiros trimestres deste ano, ela acumulou perdas de US\$ 13,16 bilhões. A AIG tem 116 mil funcionários em 130 países e 74 milhões de clientes.

Uma fonte disse que o acordo não precisa da aprovação dos acionistas. Se o Fed assumir o controle da AIG, deve substituir todo o Conselho de Administração e seu diretor-executivo, Robert Willumstad.

A decisão do Fed foi revelada depois de o secretário do Tesouro, Henry Paulson e o presidente do BC americano, Ben Bernanke, reunirem-se com líderes da Câmara e do Senado. O Fed estava tentando alinhavar, com Goldman Sachs e JP Morgan Chase, um empréstimo de US\$ 75 bilhões para a AIG, para garantir a liquidez da empresa.

'WSJ': Barclays levará parte do Lehman

■ Sem o socorro, esperava-se que a AIG tivesse de pedir falência. As principais agências de classificação de risco rebaixaram a nota da AIG, o que forçaria a seguradora a apresentar garantias maiores para os operadores de derivativos, agravando sua situação financeira.

Até este momento, era impensável que o Fed socorresse uma seguradora — semana passada, o pedido de ajuda da AIG ao Fed foi rejeitado. Mas, com a perspectiva de uma falência gigante — com consequências imprevisíveis para o sistema financeiro —, o Fed acabou abrindo um precedente.

No fim de semana, o governo americano se recusou a entrar com recursos públicos para resgatar o banco de investimentos Lehman



A AIG, terceira maior seguradora do mundo, precisava de recursos depois de ter sido rebalçada pelas agências de classificação de risco, o que dificultou a obtenção de crédito

Unibanco pode assumir AIG no Brasil

Empresa começou a enviar correspondência tranquilizando clientes

Ronaldo D'Ercole

■ SÃO PAULO. O presidente da Unibanco AIG Vida e Previdência, José Rudge, disse ontem que, caso a matriz americana da AIG não consiga se recuperar financeiramente e tenha de se desligar dos ativos no país, o Unibanco deverá adquirir sua participação na empresa. Segundo ele, pelo contrato firmado entre ambos, o banco teria o direito de preferência no negócio.

— Estamos bastante atentos às oportunidades que possam surgir neste momento. Seria obviamente o caminho natural — disse o executivo.

Ele reiterou ontem que não há risco de os negócios no país sofrerem contágio da crise enfrentada pela seguradora nos EUA. Mas, para tranquilizar os clientes, a Unibanco AIG começou ontem a enviar correspondência aos segurados explicando a real situação da empresa. A Unibanco AIG, insitiu ele, é uma empresa independente e os recursos de seus clientes (as reservas técnicas) estão aplicados majoritariamente em títulos da dívida pública brasileira.

— Somos proibidos pela Superintendência de

Seguros Privados (Susep) de ter qualquer papel ou título no exterior — afirmou.

De acordo com o balanço do primeiro semestre, as reservas técnicas da Unibanco AIG somavam R\$ 10,96 bilhões, dos quais R\$ 8,46 bilhões captavam na área de previdência privada, e R\$ 2,5 bilhões na de seguros. Nos primeiros seis meses do ano, a empresa teve lucro de R\$ 195 milhões. Ela é uma *joint-venture* criada em 1997, na qual o Unibanco detém 52% do capital e é o gestor do negócio. A participação da AIG é meramente societária.

— Nossa relação é estratégica e sempre foi baseada na definição de produtos para o mercado. Quem tem seguro ou plano de previdência não corre risco nenhum — disse Rudge.

A Unibanco AIG é a quarta maior seguradora do Brasil, com 600 mil clientes de planos de previdência e outros três milhões com apólices de seguro de vida. No ramo de veículos, são 700 mil clientes segurados e no residencial, 400 mil.

■ EM DOIS DIAS, SOCORRO DE BCS DE EUA, EUROPA E ÁSIA SOMA US\$ 352 BILHÕES, na página 26

Por que salvar a seguradora

- **CAUSAS DA CRISE:** As seguradoras resgataram o dinheiro que recolheram em prêmios em diferentes investimentos. A ideia é fazer mais dinheiro e manter o valor dos prêmios baixo para atrair clientes. A AIG apostou pesado em títulos atrelados em empréstimos subprime (de alto risco). Com a magnitude nos financiamentos, o valor desses papéis caiu. Até setembro, seu prejuízo superou US\$ 18 bilhões no ano.
- **FALÊNCIA:** A AIG é a terceira maior seguradora dos EUA, quando uma empresa de seguros cassou por não se manter em condições o antigo regulador — que nos EUA é estadual — e assume o controle e se responsabiliza pelos apólices. Além de ativos da empresa, utiliza um fundo garantidor formado por diversas seguradoras, cujos recursos têm um teto que varia em cada estado. Isso também se aplica a planos de previdência.
- **MERCADOS:** As ações da AIG estão em muitos fundos de investimento e nos índices S&P 500 e Dow Jones (a Bolsa de NY). A AIG também é ativa em negociações de títulos de dívidas de má qualidade, assumindo a responsabilidade do pagamento. O Lehman era outro grande negociador deste tipo de papel. Se ambos quebrassem, faltaria crédito para consumidores e empresas.

Brothers, que acabou pedindo falência na segunda-feira.

O site do "Wall Street Journal" afirmou ontem que o Barclays acertou a compra de algumas das principais operações do Lehman e que cerca de nove mil funcionários deste passariam a trabalhar para o banco britânico. A operação estaria ava-

liada em US\$ 2 bilhões e, segundo a Reuters, inclui a área de ações, renda fixa, assessoria em fusões e aquisições e outros ativos. O anúncio oficial deve ser feito hoje de manhã.

Outros dois grandes de Wall Street anunciaram ontem queda nos lucros trimestrais. O resultado do Goldman Sachs despencou 70%, pa-

ra US\$ 845 milhões. Já o Morgan Stanley registrou queda de 7%, para US\$ 1,43 bilhão. Apesar do ganho menor, o resultado ficou acima das estimativas de analistas, pois o lucro por ação foi de US\$ 1,32, contra previsões de US\$ 0,78. ■

(* Com agências internacionais)

Em 17/09/2008, a matéria que noticia a estatização da seguradora AIG foi publicada com algumas alterações entre a primeira e a segunda edições. O título inicial, "BC americano resgata AIG", é substituído por "Super-resgate para a AIG", mantendo o mesmo subtítulo: "Fed vai injetar US\$ 85 bi para evitar a falência da seguradora e ficar com 80% do seu capital". Seguem alguns trechos da reportagem:

O Federal Reserve (Fed, banco central americano) foi ao **socorro** ontem de mais uma empresa: a American International Group, a maior seguradora dos Estados Unidos. Ontem à noite, o Fed negociava um

empréstimo de US\$ 85 bilhões para a empresa, em troca de uma fatia de 80%, segundo pessoas próximas às negociações. (...)

Sem o **socorro**, esperava-se que a AIG tivesse que pedir falência. (...) Até este momento era impensável que o Fed **socorresse** uma seguradora – semana passada o pedido de **ajuda** da AIG ao Fed foi rejeitado. (*O Globo*, 17 set. 2008, p. 25)

A estratégia de vitimização é mais uma vez utilizada, com os mesmos recursos linguísticos. Na segunda edição, porém, houve uma alteração no título de um *box*, de “Saiba mais” para “**Por que salvar** a seguradora”, na forma afirmativa. Em tópicos, explica o processo que levou a “terceira maior seguradora do mundo” à situação de falência:

Causas da crise: As seguradoras reaplicam os recursos que recolhem em prêmios em diferentes investimentos. A ideia é fazer mais dinheiro e manter o valor dos prêmios baixo para atrair clientes. A AIG apostou pesado nos fundos rastreados em empréstimos *subprime* de alto risco. Com a inadimplência dos financiamentos o valor desses papéis caiu. Até setembro, seu prejuízo superou os US\$ 18 bilhões no ano.(...)

Mercado: As ações da AIG estão em muitos fundos de investimentos. E nos índices S&P 500 e Dow Jones (da Bolsa de NY). A AIG também é ativa em negociação de títulos de má qualidade, assumindo responsabilidade no pagamento. O Lehman era outro grande negociador desse tipo de papel. Se ambos quebrassem, faltaria crédito para consumidores e empresas. (*O Globo*, 17 set. 2008, p. 25)

As informações do *box* mostram que a AIG teve ativa participação na condução de sua própria crise, ao arriscar-se em operações de alto risco, desconstruindo a estratégia de transformá-la em vítima. Talvez um título mais adequado seria: Por que salvar a seguradora?

A última matéria a ser analisada neste bloco é “Fusão tenta salvar o 5º maior banco britânico”, do correspondente em Londres Fernando Duarte, que mostra o avanço da crise na Europa.

Antetítulo: Operação pode resultar no corte de 40 mil empregos e fechamento de mil agências no Reino Unido

Título: Fusão tenta salvar o 5º maior banco britânico

Subtítulo: Com a bênção do primeiro-ministro Gordon Brown para evitar a quebra do Halifax, instituição se une a Lloyds TSB

Uma **operação** que em tempos normais seria considerada polêmica em termos de competitividade no setor financeiro surgiu como **tábua de salvação** para o Halifax, um dos principais bancos do Reino Unido, em meio ao caos dos últimos dias. A instituição, cujas ações na Bolsa de Londres despencaram desde segunda-feira e que vinha sendo cotada

como **próxima vítima** da crise de crédito, fundiu-se ontem com o outrora Lloyds TSB, criando um superbanco avaliado em US\$ 60 bilhões.(...)

A preocupação com o Halifax justifica-se não só por ele ser o quinto maior banco do país, mas principalmente por liderar o mercado de crédito imobiliário, com fatia de 20%.

Segundo o jornal “Times”, a fusão teve a **bênção** do primeiro-ministro Gordon Brown. Na segunda-feira, Brown teria encontrado Victor Blanck, presidente do Lloyds, em jantar no centro financeiro de Londres, e feito *lobby* por uma **solução** para o Halifax. (...)

O medo foi alimentado por um parecer da agência de cálculo de risco Standard & Poor’s dizendo que o Halifax estava em posição mais frágil que a de concorrentes para lidar com a crise. Foi preciso que a Autoridade de Serviços Financeiros (FSA) emitisse uma **espécie de atestado de saúde público** para a situação se estabilizar um pouco. (...)

O novo banco concentrará quase 30% das hipotecas do Reino Unido, o que poderá gerar objeções do Office of Fair Trading, agência antitruste. Mas Brown já teria informado às partes que usará seu poder de veto para a fusão seguir adiante. Ao contrário do que aconteceu há um ano na crise do Northern Rock, outro banco de crédito imobiliário, o governo britânico desta vez **não hesitou em ajudar** numa articulação. (...)

Desta vez, o Lloyds poderá fazer uso de um **fundo de emergência** do Bank of England e do Tesouro britânico. (*O Globo*, 18 set.2008, p.27)

A crise provocou estragos rapidamente no Reino Unido, significativamente o primeiro país que, pelas mãos de Margareth Thatcher, deu visibilidade às ideias da doutrina neoliberal, em 1979, sendo seguida por Ronald Reagan. O Halifax, que chegou à situação falimentar pelo mesmo processo que as demais instituições citadas – exposição exagerada ao risco – conseguiu escapar da quebra por meio de uma *operação* cujas primeiras providências anunciadas são *o corte de 40 mil funcionários*, que serão extirpados do organismo doente no processo de salvamento (ou *salvação*, no sentido religioso, já que contou com a “*bênção*” do premiê britânico). A tábua de *salvação* de um Halifax mergulhado em um mar de dívidas incluiu, entre as inúmeras providências que atropelaram as esperadas objeções da agência antitruste britânica, até mesmo a emissão de um atestado de saúde financeira, emitido por uma instituição especializada, e um fundo de emergência para ser usado em alguma eventual recaída.

Como visto, a estratégia discursiva apresentada nos textos analisados pode ter ajudado a justificar o gasto de dinheiro público com instituições privadas que tomaram decisões temerárias na condução de seus negócios, “esquecendo-se” de uma das mais conhecidas premissas econômicas: grandes ganhos estão associados a grandes riscos.

3.1.3 A VOZ E O OLHAR ESTRANGEIROS

Numa profunda e histórica relação dialógica, os olhos do Brasil sempre estiveram voltados para os países estrangeiros mais “evoluídos”, em busca de inspiração – para desenvolver sua imprensa, por exemplo – e de modelos – para incrementar sua economia, em outro exemplo. Essas nações também sempre retribuíram os olhares, só que não tão lisonjeiros: de modo geral, estavam vinculados à dominação – pela força e/ou pelas ideias –, à cobiça – associada à extração de matérias-primas como ferro, ouro etc –, ou ao lucro – proporcionado pelos altos juros pagos pelo país nas últimas décadas aos bancos e organismos financeiros internacionais. Sem esquecer o olhar estigmatizador, sintetizado pela frase atribuída ao General Charles De Gaulle, de que este não é um país sério.

Em 1997, um sociólogo com prestígio no meio acadêmico nacional e internacional, ex-senador e ex-ministro, eleito presidente pelo voto direto, resolveu que era hora de o país se “modernizar”, adotando o modelo econômico em voga em boa parte do mundo. Seu governo iniciou uma série de medidas liberalizantes, retomou o PND privatizando várias estatais, enfrentou *déficits*⁶² da balança comercial, dívida crescente, fuga de capitais, mas manteve a inflação sob controle, apesar das diversas crises internacionais, e conseguiu passar a faixa presidencial a um político da oposição, também eleito pelo voto direto, como não ocorria há décadas. Em 2008, este país, governado pela segunda vez por este presidente, um ex-metalúrgico com grande popularidade nacional e prestígio internacional, tinha pago sua dívida ao FMI, mantinha reservas de mais de US\$ 200 bilhões de dólares, economia estável, desemprego em níveis baixos, balança comercial superavitária, num cenário de economia mundial em crescimento, quando eclodiu a maior crise mundial desde 1929. Este quadro dos dois momentos pesquisados foi propositalmente simplificado, numa tentativa de reproduzir o olhar estrangeiro sobre o Brasil. As próximas análises tentarão mostrar como este olhar foi registrado nas páginas de *O Globo*.

⁶² Reflete a diferença entre o que o país arrecadou com as exportações e o que gastou com as importações. Quando o resultado é negativo (as importações são maiores que as exportações) denominamos déficit comercial. Se o resultado for positivo, chamamos de superávit comercial. Fonte: http://www.economiabr.net/dicionario/economes_d.html Acesso em 04/08/2011.

No caso da cobertura da Vale, a hipótese é que o jornal, como parte de sua estratégia de cobertura, estruturou a aparição desses olhares de forma a “ajudar” o seu leitor a formar uma opinião sobre a privatização da estatal. A matéria de Ana Magdalena Horta ilustra o exemplo clássico de uma mentalidade ainda presente em grande parte das classes dominantes, sintetizado na frase de Juracy Magalhães, em 1964: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil⁶³ e que aqui é ampliada para os “aliados” no combate ao estatismo: França, Alemanha, Itália, Espanha e Argentina.

Título: Mundo vive uma onda de privatizações

Subtítulo: França, Alemanha, Itália, Espanha e Argentina também estão vendendo estatais

A ideia de privatizar a Vale não saiu do nada. **Em todo o mundo a ordem é reduzir a presença estatal na economia e abrir as fronteiras para o livre-comércio.** Este ano, junto com o Brasil, países como **França, Itália, Alemanha, Espanha e Argentina também estão transferindo gigantes para mãos privadas e abrindo mercados, em nome da eficiência e da competição saudável.**

A grande estrela do momento são as telecomunicações. **O governo brasileiro deu a largada para a privatização da banda B da telefonia celular no momento em que todas as estatais europeias do setor também estão sendo vendidas.** A British foi a primeira, e está sendo seguida até o fim do ano pela France Telecom e pela italiana Stet. **Uma desregulamentação determinada pela União Europeia – todo o mercado do continente deverá estar aberto em 1º de janeiro de 1998 – foi o impulso que faltava para a desestatização.**

A Deutsche, a maior companhia telefônica de toda a Europa e a terceira maior do mundo, começou a ser cotada em bolsa, e já rendeu ao Governo alemão o equivalente a US\$ 11,7 bilhões. O objetivo agora é vender os 72% da participação, que continuam nas mãos do Governo, por cerca de US\$ 35 bilhões.

O Governo francês espera arrecadar US\$ 2 bilhões com a venda em bolsa de, numa primeira etapa, 20% da France Telecom. Já a Stet deve ser privatizada em outubro deste ano. O Governo italiano vai se desfazer de toda a sua participação, conservando apenas uma *golden share*. Fechando o grupo de venda em telefonia na Europa está a Retevisión, segunda maior empresa do setor na Espanha. O Governo vai vender 60% das ações, a um preço mínimo de US\$ 325 milhões.

Os ventos da privatização, porém, também sopram para outros lados. Em 1997, acompanhando a mineradora brasileira, está, por exemplo, o **Metrô de Londres, inaugurado em 1863 e um dos últimos serviços públicos da Grã-Bretanha a ser privatizado.** Valor estimado: R\$ 3,2 bilhões. O investimento previsto para a modernização é de R\$ 2 bilhões. A alemã **Lufthansa, a segunda maior companhia aérea da Europa, terá 36% de suas ações vendidas pelo Governo por US\$ 1,8 bilhão ainda**

⁶³ Perguntado por um repórter, em junho de 1964, com que espírito assumia seu novo posto, o então embaixador designado do Brasil em Washington foi cândido: "O Brasil fez duas guerras como aliado dos Estados Unidos e nunca se arrependeu. Por isso eu digo que é o que bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil" (cf. Juracy Magalhães, em depoimento a J. A. Gueiros, *O Último Tenente*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 325). Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos/frase-eua-brasil/frase-eua-brasil.shtml> Acesso em 04/08/2011.

este ano. Na **Argentina** a vez é da companhia de energia da província de Buenos Aires. **O governo vai vender 90% da Eseba**, enquanto os 10 restantes ficarão em mãos dos trabalhadores da empresa. O preço estimado é de US\$ 1 bilhão. (*O Globo*, 29 abr. 1997, p.29)

O foco da matéria são as privatizações nos países europeus, modelos inspiradores de desenvolvimento, cultura, modernidade, à exceção da vizinha Argentina, que na ocasião rivalizava com o Brasil pela liderança na América do Sul e também passava por um processo de liberalização da economia.

A primeira linha do *lead* já procura justificar a validade da ideia da venda de estatais (e da abertura ao livre-comércio), ao afirmar que esta opção foi baseada em uma ordem que está sendo acatada em todo o mundo. O texto silencia o autor dessa ordem: os defensores do modelo neoliberal. A partir daí, inicia-se a argumentação baseada em eficiência e competitividade, dois preceitos que dificilmente encontram vozes contrárias à sua implantação.

O segundo parágrafo revela mais uma ordem visando acelerar a redução da presença do Estado na economia, e que tem data para ser acatada: 1º de janeiro de 1998. Desta vez, o autor é parcialmente identificado, embora a matéria não especifique de qual instituição representativa da UE partiu a determinação para a desregulamentação da telefonia.

Alguns valores estimados para a privatização das estatais europeias podem surpreender o leitor, como os quase US\$ 47 bilhões que a Deutsche Telecom espera arrecadar com a privatização, ainda mais se comparados aos cerca de R\$ 3 bilhões pedidos pelo Governo por todas as 50 empresas e reservas da Vale. Mas logo se passa para os parágrafos seguintes, no qual outros processos de privatização são informados, entre os quais o Metrô de Londres, “acompanhando a mineradora brasileira”. Aqui a repórter força um pouco o estilo, porque dificilmente Thatcher tomaria uma decisão dessas inspirada no modelo brasileiro. A única semelhança entre as duas privatizações é o valor pedido, sendo que a estatal de transporte inglesa ainda demanda um investimento de R\$ 2 bilhões e terá suas ações oferecidas em bolsa, principal modelo de venda escolhido pela premiê, talvez porque não exponha as empresas britânicas a um processo de desnacionalização, e silenciado pela reportagem.

No último parágrafo, o modelo argentino é descrito em poucas palavras, que indicam que será muito semelhante ao da Vale, ao reservar 10% para os trabalhadores.

A matéria seguinte, do correspondente em Washington, José Meirelles Passos, revela que, apesar do adiamento da venda, os investidores americanos estavam tranquilos. A reportagem inclui a passagem pela capital americana do ministro Pedro Malan, que comenta o andamento da privatização.

Título: **Investidores dos EUA não se abalam**

Subtítulo: *Ações da Vale negociadas no mercado americano mantêm sua cotação*

Os **investidores americanos donos de ações** da Vale do Rio Doce permaneciam ontem **tranquilos em relação ao futuro** da empresa, **apesar do impasse** no seu processo de privatização. **Corretores e analistas do setor, porém, diziam que uma longa demora pode prejudicar tanto a Vale quanto outras estatais na lista das que serão privatizadas.** (...)

Os protestos no Brasil contra a venda da Vale e a série de ações judiciais que tentam impedir a transação **ganharam pouco espaço na imprensa americana**, até aqui. O “**New York Times**” tocou no assunto pela primeira vez ontem, com uma **pequena nota** – significativamente publicada na seção internacional, onde habitualmente ganham mais destaque os assuntos políticos, e não na de economia e finanças.(...)

O ministro **Pedro Malan criticou o sistema judiciário** brasileiro numa entrevista em Nova York. Ele interrompeu sua viagem a Washington para uma breve passagem por Nova York, onde fez uma palestra no The Lotos Club, para membros Council on Foreign Relations, instituição privada formada por grandes empresas com interesses no mercado estrangeiro. (...)

Os jornalistas internacionais abordaram a questão do déficit comercial brasileiro. Malan disse que ainda não tem um número para 1997 mas que ele **provavelmente será maior que o de 1996, mas menor que os US\$ 50 bilhões citados por uma jornalista de uma agência latino-americana.** Ele afirmou que **não há razão para voltar a usar “velhos mecanismos”** para controlar o déficit, frisando que está mais preocupado com medidas a longo prazo e mudanças estruturais. (*O Globo*, 1º mai. 1997, p. 17)

O repórter relata o clima de tranquilidade entre os investidores, que contrasta com a tensão de corretores e analistas, mais preocupados com as consequências que o atraso poderá provocar em futuros negócios. Os protestos são minimizados pela imprensa americana, e apenas o *New York Times* lhes concedeu uma nota. Malan, que passara em Washington para, com dizem os economistas, “vender” o Brasil a investidores, aproveitou para criticar o sistema judiciário, mas os repórteres estrangeiros estavam mais interessados em saber novidades sobre o déficit comercial brasileiro, um problema crônico à época.

Na coluna “Panorama Econômico”, sob o título “A emoção Vale”, Miriam Leitão faz um balanço das opiniões dos que estão contra e a favor da privatização, e também cita a perspectiva estrangeira sobre o momento.

“A Vale é um símbolo para os dois lados”, constatou ontem um alto funcionário do Palácio do Planalto. É exatamente isso que torna o momento atual mais difícil.

Para quem não quer vender a Vale ela é um símbolo, a própria essência da nacionalidade. Todo o imaginário do país sobre as preciosas riquezas do subsolo aflorou: vender para o setor privado seria perdê-las, neste ponto de vista.

Para os privatistas ela também é símbolo: Qualquer adiamento poderia, como se diz no mercado, “**reverter toda a expectativa internacional em relação ao Brasil**”. (...)

No pé da coluna, em meio a várias notas:

De um banqueiro sobre a **opinião dos estrangeiros** a respeito das idas e vindas da Vale: “**O que eles estão achando? Exótico!**” (*O Globo*, 1º mai.1997, p.18)

Miriam Leitão toca no ponto que mais preocupava o Governo na ocasião, a expectativa do mercado internacional, que estava ansioso por uma solução. Este argumento se repete em várias matérias ao longo da cobertura.

A matéria a seguir reforça a imagem preconceituosa de muitos estrangeiros sobre o Brasil, nas palavras de um dos candidatos à compra da Vale.

Antetítulo: *BNDES já avisou à Bolsa do Rio que privatização sai hoje*

Título: **Atraso no leilão da Vale irrita presidente do Votorantim e seus sócios estrangeiros**

Subtítulo: *Antônio Ermírio diz que Brasil está dando um “show de Terceiro Mundo”*

(...) Hoje a rotina se repetirá novamente, mas o empresário já sabe que assistirá às cenas do próximo capítulo e não ao epílogo. (...) Diante disso, Ermírio acredita que o Brasil está dando um **show de país de Terceiro Mundo**.

- É uma situação muito desagradável. Com a Valecom ganhando ou perdendo, **seria bom que se chegasse logo ao final dessa novela** – afirmou o empresário ao GLOBO, na tarde de ontem.

(...) **Meus parceiros japoneses e sul-africanos dispensam o turismo forçado**, que estão sendo obrigados a fazer aqui no Rio. Turismo é bom com a cabeça fria e não com a cabeça quente – disse o presidente do Votorantim. (*O Globo*, 5 mai.1997, p.18)

Antonio Ermírio de Moraes, líder do grupo favorito à compra da Vale, critica a demora do processo, que classificou pejorativamente de novela, e reclama das idas e vindas entre Rio e São Paulo para acompanhar o leilão, adiado várias vezes. A expressão *show de Terceiro Mundo*, que associa o Brasil ao subdesenvolvimento neste momento de

esforço do Governo em modernizar o país através das reformas, reforça a visão pouco séria sobre o país que os sucessivos adiamentos podem ter provocado. O anfitrião dos sócios japoneses e sul-africanos extravasa o preconceito sobre seu próprio país como mostra de sua visão crítica sobre as suas “deficiências”. Talvez uma forma de acalmá-los para que “a cabeça quente” não os faça desistir de investir em um “país de Terceiro Mundo”, que não consegue sequer fazer um leilão rapidamente.

Uma pequena matéria após a venda, “Leilão vai melhorar imagem com investidores”, de Regina Alvarez, resume as expectativas do Governo em relação à privatização da estatal.

A venda da Vale **rende muito mais ao** Governo que os R\$ 3,3 bilhões obtidos no leilão de ontem. A ideia é **mostrar aos investidores nacionais e estrangeiros que o Governo não blefou ao prometer reformas e resolver o problema fiscal, que vai determinar o futuro do Real.** A Vale é o divisor de águas da privatização e sua venda deve **melhorar as expectativas dos investidores em relação ao produto Brasil, apesar da situação delicada das contas externas,** que já está afugentando os investimentos de curto prazo.

O Governo transformou a privatização da Vale em uma de suas principais bandeiras, prevendo o impacto que isso teria nos mercados. **Ao fazer o leilão, espera passar para o mundo uma imagem de liberal, moderno, atuante.** Mas isso não anula o interesse da equipe econômica nos recursos da Vale. O ministro Pedro Malan queria usá-los para abater a dívida. (*O Globo*, 7 mai.1997, p.27)

A repórter enumera os ganhos do Governo ao vender a estatal, que iriam muito além dos R\$ 3,3 bilhões, valor contestado pelos opositores como muito baixo. A estratégia do jornal é mostrar que o lucro obtido no leilão é mais subjetivo e envolveria até mesmo o futuro do Real e de tudo o que o plano simboliza, mas principalmente a vitória contra a inflação – conquista da sociedade inquestionável até pelos adversários do Governo. A matéria reafirma a seriedade do Governo, que “não blefou ao prometer reformas e resolver o problema fiscal”. Neste trecho há um exagero, pois tanto as reformas quanto o problema fiscal ainda estavam longe de ser resolvidos. A tentativa de melhorar as expectativas pode ser interpretada como uma oportunidade para mostrar que o país é sério, embora os investidores japoneses não tenham ficado com esta impressão, como visto na matéria anterior. A estratégia discursiva do jornal mostra ainda a força do Governo, ao obter sucesso na defesa de uma de suas principais bandeiras, e reafirma a imagem de um governo liberal e moderno, capaz de reunir as credenciais necessárias para transportar o país a uma nova etapa em seu desenvolvimento, com a ajuda da tão esperada chuva de dólares dos investidores. A matéria menciona que estes se preocupam

com a “situação delicada das contas externas, que já está afugentando os investimentos de curto prazo”, mas silencia sobre o que isto significa exatamente.

Em “Venda da Vale tem boa repercussão nos mercados da França e Inglaterra” (8 mai.1997, p.33) a técnica jornalística fornece em poucas palavras a informação mais

Quinta-feira, 8 de maio de 1997

PRIVATIZAÇÃO

Venda da Vale tem boa repercussão nos mercados da França e Inglaterra

Jornal 'Financial Times' destaca o ágio de 20% na sua primeira página

Cassia Maria Rodrigues e
Ascânio Seleme

Correspondentes

• LONDRES e PARIS. A privatização da Vale do Rio Doce teve repercussão positiva nos principais mercados europeus. Em sua edição de ontem, o jornal "Financial Times" destacou na primeira página a venda da estatal com ágio de 20%. As reações da oposição e a batalha judicial para impedir a venda da estatal também foram registradas pelo jornal. "A venda da Vale é peça-chave do ambicioso programa de privatizações do Governo e parte importante de sua estratégia para cortar o déficit fiscal", disse o jornal.

Em Londres, corretoras de valores e bancos, de investimento souberam da venda da Vale ao Consórcio Brasil, liderado pela CSN, minutos depois de o leilão ser realizado no Rio. A batalha em que se transformou o processo de privatização foi acompanhada passo a passo.

Executivo do HSBC destaca continuidade das reformas

Jeffrey Noble, analista internacional de mercados do banco BBV Latininvest, disse que a venda da Vale contribuiu para esclarecer um antigo equívoco no mercado de investimentos externos.

— Esse leilão foi bastante democrático e quebrou o velho receio popular de que privatização é vender ativos ou a pátria para estrangeiros — disse Noble.

Peter Heap, executivo do Hongkong Shanghai Bank Corporation-James Capel (HSBC) e ex-embaixador britânico no Brasil, interpreta o sucesso do leilão como um importante sinal de que o Governo brasileiro está disposto a concluir as reformas.

— O presidente Fernando Henrique provou ser capaz de superar as dificuldades do processo, apesar de todas as tentativas judiciais para impedir o leilão. Uma demora mais prolongada ou mesmo o cancelamento da venda da empresa repercutiriam negativamente na comunidade internacional — disse Heap.

— Foi muito bom para o Brasil — resumiu Peter West, do West-merchant Bank.

Empresários franceses mostram mais confiança no país

Na França, os meios financeiros e econômicos também reagiram bem à privatização da Vale. Empresários que têm interesses no Brasil ou que avaliam oportunidades de investimentos no país entenderam que o sucesso da operação mostra que a economia nacional e o sistema brasileiro estão maduros.

— Parece claro que o negócio realizado informa ao mundo que a economia do Brasil vai bem e que as coisas funcionam — disse um assessor do Banco Francês de Comércio Exterior.

Para a Câmara Francesa de Comércio e Indústria (ACFCI), em nenhum momento se duvidou do resultado. Os empresários franceses, disse um assessor da ACF-CI, mostram confiança no Brasil na medida em que seus investimentos no país não param de crescer.

Não se ouviu na França qualquer consideração de ordem política. O impasse jurídico que atrasou o leilão da Vale por alguns dias foi considerado normal. O processo de privatização francês também sofreu sobressaltos desde que foi deslançado, em 1989. No ano passado, a privatização da Thomson foi adiada após inúmeras críticas contra o preço e a forma da venda do conglomerado que atua na área aeroespacial e de defesa. Ontem, o jornal econômico "La Tribune" deu uma pequena nota sobre o impasse na venda, já que na hora em que a Vale foi vendida (23h de Paris), a redação já estava fechada. Na véspera, o "Le Figaro" também fizera uma breve menção ao processo, noticiando que o atraso do leilão estava sendo causado por entraves jurídicos. ■

A reportagem quer mostrar que dois países, considerados modelos de desenvolvimento e cultura, aplaudem a atitude tomada pelo Governo brasileiro de resistir às pressões e levar a cabo a privatização de uma de suas estatais mais importantes. *O Globo* reúne nesta matéria as impressões de algumas fontes credenciadas e outras nem tanto, como dois assessores franceses que sequer foram identificados. No habitual estilo de auto-referência usado pela imprensa, *O Globo* cita o *Financial Times*, principal jornal econômico da Inglaterra, que concedeu uma chamada de primeira página ao leilão, na qual chamou a venda da Vale de estratégica para cortar o déficit fiscal e peça-chave no ambicioso programa de privatização do Governo. No *lead* é destacado ainda o ágio de 20%, uma forma de sugerir que o FT considerou o preço vantajoso, quase um atestado do sucesso da venda, que ajuda a rebater as críticas dos opositores ao valor estipulado.

Na pequena lista de executivos que elogiam o Governo, está o analista internacional de mercados do banco BBV Latininvest, que considerou o leilão “bastante democrático”, além de ter quebrado “o velho receio popular de que privatização é vender ativos ou a pátria a estrangeiros”, que os correspondentes Cássia Maria Rodrigues e Ascânio Seleme chamam de esclarecimento “de um antigo equívoco no mercado de investimentos”, silenciando a infomação de que o resultado do leilão foi considerado surpreendente⁶⁴. As edições do jornal apresentaram uma cobertura pouco equilibrada dos dois consórcios participantes, dando mais espaço e melhor localização às matérias geradas pelo Valecom, liderado por Antonio Ermírio de Moraes, ficando o Brasil, de Benjamin Steinbruch, com menor exposição. Apostava-se na vitória do grupo liderado por Antônio Ermírio de Moraes, que tinha a participação de sul-africanos e japoneses.

Em seguida, *O Globo* destaca o depoimento de Peter Heap, ex-embaixador britânico no Brasil e executivo do Hong-Kong Shanghai Bank Corporation-James Capel, banco que no mesmo ano chegou ao Brasil usando apenas suas iniciais – HSBC – para comprar o Bamerindus⁶⁵. Os franceses também elogiam o “sucesso da operação que mostra que a economia nacional e o sistema brasileiro estão maduros”, declaração essa atribuída a “um assessor do Banco Francês de Comércio Exterior”, além de outro elogio de um “assessor da Câmara Francesa de Comércio e Indústria”, numa atitude que poderia

⁶⁴ VALE é vendida com ágio de 20% e terá controle de capital nacional. *O Globo*, capa, 07/05/1997. “Foi uma surpresa. Após uma batalha judicial que durou o dia inteiro (...) o Governo conseguiu enfim vender a Vale do Rio Doce. O vencedor não foi o favorito Antônio Ermírio de Moraes, que tinha como aliados a Nippon Steel e a Anglo American. Quem levou a Vale (...) foi o consórcio Brasil, liderado pela CSN e por fundos de pensão.

⁶⁵Fonte: <http://www.tudoemfoco.com.br/banco-hsbc.html> Acesso em 04/08/2011.

parecer pouco profissional dos correspondentes, já que *O Globo* têm regras bem claras sobre o uso de declarações em *off* e nenhuma delas admite seu uso para uma informação banal (GARCIA, 1986, p.31). O que pode ter levado o jornal a incluir essas falas foi a necessidade de encorpar a matéria com as “repercussões positivas” internacionais. A matéria ainda traz a informação de que o processo de privatização na França também sofreu sobressaltos desde que foi deslanchado, em 1989, numa tentativa de naturalizar para o leitor este tipo de reação por parte da sociedade nos processos de desestatização.

Em 2008, à medida que a crise imobiliária se agravava nos Estados Unidos, provocando um efeito dominó nos mercados financeiros mundiais, a expectativa era que, mais uma vez, o Brasil sofreria o impacto já conhecido de outras crises: fuga de capitais, desvalorização da moeda, queda no crescimento, aumento do desemprego, disparada na taxa de juros. Mas a repercussão da crise, desta vez, foi diferente, a começar pelas declarações de especialistas externos, que atestavam que o país estava bem preparado para enfrentar a tormenta. As informações positivas sobre a situação do Brasil chegaram nove dias antes da quebra do Lehmann, como mostra a matéria publicada em 06/09/2008, na página 29, “Bird: Brasil é ‘foco de estabilidade’: Diretor diz que país vai bem, apesar de turbulências externas”.

Bird: Brasil é 'foco de estabilidade'

Diretor do banco diz que país vai bem apesar de turbulências externas

Bruno Villas Bôas

• Em meio a novas turbulências na economia internacional, o Brasil tornou-se um "foco de estabilidade" no mundo, avaliou ontem o diretor do Banco Mundial (Bird) para o Brasil, John Briscoe. Embora tenha citado desafios nas áreas de educação, tributação e gastos públicos, ele destacou que o empenho em cumprir metas fiscais e a continuidade da política econômica em diferentes governos fizeram com que o país ficasse menos suscetível a crises externas.

— Quem poderia imaginar, há dez anos, que o mundo estaria em crise e, por enquanto, tudo bem no Brasil. Antes, o primeiro que pegava uma pneumonia era o Brasil — disse o diretor do Bird, que participou de um fórum promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), no BNDES.

Briscoe frisou que o recru-

descimento da crise mundial certamente afetaria a economia brasileira, assim como a de outros países inseridos no comércio global. Segundo ele, o Bird está preocupado, sobretudo, com a situação de países latino-americanos que dependem do desempenho da economia americana.

— Houve toda essa engenharia financeira e ninguém sabe muito bem onde as coisas estão — disse Briscoe, referindo-se à crise do mercado hipotecário americano de alto risco (*subprime*, em inglês).

Reis Velloso vê semelhanças entre crise atual e a de 29

O diretor do Banco Mundial destacou ainda o desempenho do país entre os integrantes do Bric, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia e China, considerados os emergentes com maior potencial econômico global. Segundo ele, o Brasil teria tudo para se tornar o

integrante com "mais equilíbrio, problemas menos profundos" do grupo nos próximos 20 anos. Briscoe citou a ausência de conflitos étnicos e de escassez de recursos naturais no país, mas ponderou que a carga tributária brasileira chega a ser duas vezes maior que as de Índia e China.

A decisão, quinta-feira, do Banco Central Europeu (BCE) de manter inalterada sua taxa básica de juros em um momento de menor crescimento econômico foi recebida com preocupação por João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento. Ele afirmou que o BCE comete o mesmo erro do Federal Reserve (Fed. banco central americano) em 1929, que transformou a recessão dos EUA em uma depressão.

— No meio de uma recessão, seria um pouco difícil a inflação subir, como acredita o Banco Central Europeu — afirmou o ex-ministro. ■

Apesar do olhar generoso sobre o país, o diretor do Bird, John Briscoe, não deixa de demonstrar sua surpresa, ao lembrar que há dez anos, o Brasil era "o primeiro a pegar uma pneumonia"⁶⁶. Briscoe alerta para os desafios que o país ainda tem que enfrentar, nas áreas de educação, tributação e gastos públicos, e diz que o Bird está preocupado com "a situação de países latino-americanos que dependem do desempenho da economia americana". A matéria silencia uma informação relevante: entre esses países está o México, que ao assinar o Nafta, Tratado Americano de Livre Comércio com EUA e Canadá, tornou-se extremamente dependente da economia americana, sofrendo fortemente as consequências da crise, caminho evitado pelo Brasil, ao protelar sua adesão ao Acordo de Livre Comércio das Américas⁶⁷, Alca. A matéria traz ainda uma avaliação

⁶⁶ A frase original é "America sneezes and the world is germ-free", traduzida por "Quando os EUA espirram o mundo pega uma pneumonia". Disponível em <http://democraciapolitica.blogspot.com/2009/05/eua-espirra-mas-o-mundo-nao-pega.html> Acesso em 06/08/2011.

⁶⁷ CARMO, M. Lula diz que só discute Alca depois da reunião da OMC. *Folha.com*, São Paulo, 5 nov. 2005. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que não é possível discutir a Área de Livre Comércio

do momento pelo ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, o primeiro economista a associar nas páginas de *O Globo* a crise que estava para estourar à crise de 1929.

Em entrevista (18/09/2008) a Juliana Rangel, Juan Pablo Fontes, responsável pela cobertura de América Latina no site *Economy.com*, braço de análise da agência classificadora de risco Moody's, reafirma esse novo olhar sobre o país. A matéria, reproduzida a seguir, foi editada na página 28, ao lado e ocupando o mesmo espaço de uma notícia sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que também dá suas impressões sobre a crise.

As duas matérias foram editadas abaixo da principal, cuja fonte, a Associação de Comércio Exterior do Brasil, não governamental, projeta um saldo negativo de US\$ 3 bilhões na balança comercial do país “já em 2009”, ou 6,6% do total, que acabou não se confirmando⁶⁸.

das Américas, a Alca, antes da reunião da Organização Mundial do Comércio, OMC, em dezembro, em Hong Kong. Lula deixou claro que o Mercosul não pretende ficar de fora de uma integração deste tipo, mas insistiu que antes será preciso derrubar os subsídios agrícolas nos países ricos. Numa entrevista à imprensa brasileira, pouco antes de embarcar de volta para Brasília, neste sábado, Lula descartou que o Mercosul corra riscos de ficar isolado, caso seja concretizada a sugestão do presidente mexicano, Vicente Fox. Na sexta-feira, Fox disse que a Alca poderia ser formada sem o bloco, já que os outros 29 países das Américas – à exceção de Cuba – concordam com a definição de prazos para sua realização. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u47831.shtml> Acesso em 05/08/2011.

⁶⁸BALANÇA comercial fecha 2009 com superávit de US\$ 24,615 bilhões. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9553> Acesso em 06/08/2011.

Queda em 'commodities' prejudica o Brasil

AEB prevê saldo comercial negativo em US\$ 3 bi já em 2009 por causa de recuo dos preços de mercadorias

Bruno Villas Bôas

Com a piora da crise americana e o temor que a maior economia do mundo caminhe para uma recessão, os preços das commodities no mercado internacional entraram em forte trajetória de queda a partir de agosto deste ano e devem empurrar a balança comercial brasileira — que tem 65% de sua pauta formada por produtos primários — para baixo. Segundo cálculos da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a balança caminha para um déficit de aproximadamente US\$ 3 bilhões já no próximo ano — o primeiro saldo negativo anual desde 2000, quando foi negativo em US\$ 384 milhões.

O cenário da associação considera que o país exportará US\$ 184 bilhões no próximo ano, uma queda de 6,6% na comparação aos US\$ 197 bilhões projetados para 2008. Já as importações tendem a crescer, segundo a AEB, para cerca de US\$ 187 bilhões, uma alta de 7,5% na comparação aos US\$ 174 bilhões estimados para 2008.

'Commodities' caíram 11,5% desde 1º de agosto

Para o vice-presidente da AEB, José Augusto de Castro, a projeção pode ser considerada conservadora. Já que trabalha com as atuais cotações das commodities, que tendem a cair ainda mais nos próximos meses. Ele lembra ainda que a associação trabalhou com um volume de exportações em 2009 igual ao estimado para este ano, embora a tendência seja de queda nos embarques no próximo ano.

As economias dos EUA, do Japão e da Europa caminham para uma forte desaceleração ou recessão no próximo ano. Elas vão demandar menos commodities. Neste cenário, o Brasil tende a exportar menos em volume e a preços menores — explica Castro, para quem a valorização do dólar

difficilmente deverá compensar as outras perdas.

A balança comercial apresentou saldo de US\$ 40,039 bilhões no ano passado, queda de 13% frente ao saldo de US\$ 46,007 bilhões de 2006. Para 2008, a projeção da AEB é de saldo comercial de US\$ 23 bilhões.

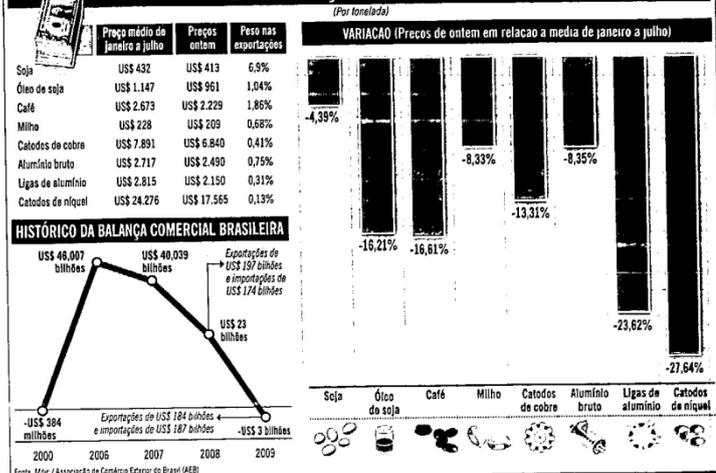
Para Castro, a queda registrada nos preços das commodities de agosto até agora ainda não reflete a desaceleração da economia mundial. Castro diz acreditar que a baixa de preços tem origem na liquidação de posições nos mercados de futuros, após uma bolha especulativa que transformou contratos de commodities em ativos financeiros. Desta forma, os preços no mercado Internacional registraram queda acumulada de 11,5% de 1º de agosto deste ano até ontem, de acordo com o índice Research Bureau (CRB), que lista preços das principais boias.

Segundo dados da AEB, algumas commodities fundamentais da pauta de exportação brasileira tiveram significativamente queda no período. É o caso da soja e do óleo de soja, que representam, juntos, quase 8% do total das exportações brasileiras, em valores. A soja caiu de US\$ 432 a tonelada — preço médio entre janeiro e julho deste ano — para US\$ 413 ontem, baixa de 4,39%. Já o óleo de soja recuou, na mesma comparação, de US\$ 1.147 para US\$ 961, uma desvalorização de 16,21%. As quedas também foram sentidas em outros produtos, como milho (8,33%), café (16,61%), alumínio bruto (8,35%) e catodos de níquel (27,64%).

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, explica que o déficit comercial prejudicaria o nível das reservas em moeda estrangeira, necessitaria para pagamento de dívidas e de produtos importados. Ele lembra, no entanto, que o país tem outras fontes de captação de dólares, como a compra direta do Tesouro. Para Agostini, o déficit comercial é esperado, mas deve ocorrer apenas em 2010.

Efeitos do solavanco nos mercados

QUEDA NO PREÇO DAS 'COMMODITIES'



O Brasil tende a exportar menos em volume e a preços menores

José Augusto de Castro, vice-presidente da AEB

Socialismo do século XXI

Floyd Norris

Na terça-feira, o governo nacionalizou a American International Group (AIG), a seguradora gigante que não conseguiu encerrar ninguém que lhe emprestasse os bilhões de dólares de que precisava para se manter longe das dificuldades.

Essa não é a versão oficial. Funcionários do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que deram uma rápida coletiva aos jornalistas, às 21h15m de terça-feira, não queriam sequer que nós dissessemos que o governo vai controlar a AIG. O governo vai nomear uma nova administração e terá poder de veto sobre todas as decisões importantes. E terá o direito de preferência para adquirir 79,9% das ações da seguradora na hora em que quiser. Mas aqueles funcionários sustentavam que não há controle até que o direito de preferência seja exercido.

O presidente Truman uma vez tentou nacionalizar a indústria do aço, argumentando que uma greve que paralisasse a produção nos tempos de guerra desencadearia uma situação de emergência nacional. A Corte Suprema decidiu que a greve era ilegal. Desta vez, porém, a empresa concordou com a nacionalização. Foi a única forma de conseguir o dinheiro de que ela precisava desesperadamente.

O Federal Reserve e a administração Bush acreditam que a ameaça de colapso por parte da AIG em uma série de contratos de derivativos desregulados cria uma situação de emergência nacional. É muito ruim que eles não tenham pensado assim quando eles se opunham a qualquer esforço para regular aqueles mercados. Aquilo teria interferido na livre iniciativa privada. A atual medida, de alguma forma, não.

tribuinte também não está em risco, já que o crédito de US\$ 85 bilhões tem boas garantias. Nenhum grupo de bancos se dispôs a conceder esse empréstimo, logo, você deve se perguntar a si mesmo se tais garantias são realmente tão boas. E o governo não dirá se ele concederá novos empréstimos, caso eles sejam necessários para evitar que a AIG entre em colapso.

Já foi dito que só um conservador anticomunista como Richard Nixon poderia enfrentar a oposição doméstica a manutenção de conversas com o que era então chamada de China Vermelha. Talvez algo parecido esteja acontecendo agora. Você pode imaginar o que conservadores diriam se um democrata liberal decidisse nacionalizar grandes empresas do setor financeiro?

FLOYD NORRIS é colunista do "New York Times".

FH recomenda que Mantega ponha as 'barbas de molho' por causa da crise

Meirelles, do BC, passa o dia em conversas no Fed em Nova York

Tatiana Farah e Marília Martins

NOVA YORK e SÃO PAULO. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) afirmou ontem que o Brasil deve colocar as "barbas de molho" porque a crise econômica internacional só teve precedente com o crash de 1929. Na gravação do "Programa do Jô", marcado para ir à arda ontem à noite pela TV Globo, Fernando Henrique disse que as reservas de US\$ 200 bilhões do Brasil não garantem que o país resista à crise.

— A crise vai diminuir o ritmo do crescimento. Estamos melhor agora, com uma boa reserva, de US\$ 200 bilhões. Mas eu vi uma reserva de US\$ 70 bilhões ser queimada. Era uma crise de outra natureza. É verdade. Mas tem de pôr as barbas de molho. O ministro (Guido Mantega, da Fazenda), não tem barba, mas tem de ficar um pouco mais alerta antes que a barba cresça. Fernando Henrique apontou a queda de preços das commodities como outro fator de risco para o país: — Estamos exportando muito e o valor das commodities está caindo. Espero que não tenha um efeito tão dramático como o que chamou a crise de tempestade: — Lá fora está uma



FERNANDO HENRIQUE: "A crise vai diminuir o ritmo do crescimento"

tempestade financeira e só teve algo semelhante em 1929. Não gosto de agourar coisas ruins, mas nunca vi, lá fora, algo tão ruim. Eles (os bancos centrais) fizeram a socialização das perdas, mas, mesmo assim, não estão seguros.

Presidente do BC foi discutir a extensão da crise

Em Nova York, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, teve ontem uma série de reuniões com analistas de mercado do Federal Reserve para fazer uma avaliação da extensão da crise financeira em Wall Street e de seus potenciais efeitos sobre economias emergentes como o Brasil. Meirelles chegou à sede do Federal Reserve em Nova York por volta das 9h. Segundo a assessora do Fed, a viagem não estava previamente programada e a agenda de reuniões, a portas fechadas, foi feita a pedido de Meirelles.

A proposta das reuniões foi promover a troca de informações sobre instituições financeiras e de seus negócios internacionais. De tarde, Meirelles participou de encontros com investidores americanos e brasileiros, também a portas fechadas, para discutir os efeitos da crise americana.

Meirelles chegou à sede do Federal Reserve em Nova York por volta das 9h. Segundo a assessora do Fed, a viagem não estava previamente programada e a agenda de reuniões, a portas fechadas, foi feita a pedido de Meirelles.

CORPO A CORPO

JUAN PABLO FUENTES

'Brasil viveu bolha que agora se esvazia'

Responsável pela cobertura da América Latina no site *Economy.com*, braço de análise da agência classificadora de risco Moody's, o economista Juan Pablo Fuentes diz que o "Brasil viveu uma pequena bolha, na época de bonança, que agora se esvazia". Ele prevê que 2009 mais difícil, mas nada como uma crise.

Juliana Rangel

O GLOBO: Como o senhor avalia a intervenção do Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) na AIG? Os mercados reagiram mal. JUAN PABLO FUENTES: Sem nenhuma empresa privada disposta a ajudar, o Fed não tinha nada a não ser resgatar a AIG. O problema é que essa ação ressaltou a gravidade da crise.

A Bolsa, no Brasil, já caiu 28% no ano, mais que Dow Jones, Nasdaq e outros mercados americanos e da América Latina. Por quê? FUENTES: Não há nada de errado com o Brasil. Este movimento de venda a que estamos assistindo é global. A única razão para a Bovespa estar caindo mais rápido é que, no período de bonança, também subiu mais. A Bovespa ainda tem ganhos de 44% (em dólar) na comparação com o fim de 2005, e o Dow tem alta de apenas 1%. A Bovespa viveu um pequeno período de bolha, agora está se esvaziando.

Em quanto tempo a Bolsa se recupera? FUENTES: Não esperamos uma correção muito severa, apesar de acharmos que os mercados não chegaram às suas mínimas. Assim que os custos se estabelecerem, as ações no Brasil irão subir nos próximos meses, mas não antes de 2009.

Qual é a melhor forma de os brasileiros lidarem com a crise? FUENTES: Com a alta dos juros no Brasil, os

títulos do governo parecem uma boa opção para investidores locais. Eles devem ter em mente que o movimento de venda na Bovespa é causado por investidores estrangeiros que estão fugindo de ativos mais arriscados. Eles não distinguem o Brasil do Chile ou do México. Para eles, todos são emergentes e, conseqüentemente, oferecem maior risco. Já os brasileiros devem lidar com isso de forma diferente, pois entendem melhor a economia do país.

O diretor do FMI Dominique Strauss-Kahn disse que esta crise não tem precedentes... FUENTES: Essa realmente é uma crise sem precedentes. Em 2001, o que aconteceu, foi uma leve recessão. A crise atual tem características similares à de 1929, mas não deverá provocar uma depressão como a de 1929.

O crescimento dos países da América Latina ficará comprometido? FUENTES: A região continua com força, em sua maior parte. O crescimento de países como Brasil, Chile e Peru continua surpreendentemente robusto. As más notícias: o cenário externo está se deteriorando muito rápido. Isso vai pôr muita pressão sobre a América Latina, já que os preços das commodities vão cair e a demanda externa diminuir. Adicionalmente, o custo de financiamento para a região vai subir. 2008 será ainda um ano para a região e para o Brasil, em particular. O de 2009 será mais difícil. Mas não estamos prevenindo uma crise.

O ministro Mantega disse que, se fosse alguns anos atrás, o Brasil agora estaria de quatro. O senhor concorda? FUENTES: Absolutamente. O Brasil está em excelente forma para encerrar a turbulência atual dos mercados. Mas o desafio será muito maior nos próximos meses.

O ex-presidente alerta para o fato de que embora as reservas estejam em um nível bom, de US\$ 200 bilhões, já vira “uma reserva de US\$ 70 bilhões ser queimada”, aludindo a uma das crises ocorridas durante o seu governo, e aconselha Guido Mantega a “ficar um pouco mais alerta antes que a barba cresça”, em mais uma crítica às declarações otimistas do ministro da Fazenda, dias antes. Fernando Henrique analisa o preço em queda das *commodities*, que representam o principal peso na balança comercial brasileira, o que reforça o discurso da matéria principal.

Fuentes inicia sua análise da situação brasileira afirmando que “não há nada de errado com o Brasil” e a queda maior na Bovespa deve-se ao fato de que ela subira mais do que as outras bolsas internacionais e que sofrera um “pequeno período de bolha, [que] agora está se esvaziando”. Perguntado sobre o crescimento da América Latina, afirmou que no “Brasil, Peru e Chile continua surpreendentemente robusto”, e também faz um alerta sobre o preço das *commodities*. Na última pergunta, a repórter pede para que avalie a afirmação de Mantega, de que se fosse há alguns anos atrás, o Brasil agora estaria de quatro, a que Fuentes responde que “o país está em excelente forma para encarar a turbulência atual dos mercados, mas que o desafio será muito maior nos próximos meses”.

A estratégia utilizada pelo jornal, ao editar as declarações do ex-presidente, credenciado pela experiência de oito anos de governo e várias crises internacionais, ao lado das de Fuentes, é tentar neutralizar as afirmações positivas de mais um especialista estrangeiro sobre o país, que consubstanciavam declarações anteriores de autoridades do Governo, que ainda no início da crise afirmaram que o Brasil não seria afetado.

A seguir, o olhar de um brasileiro radicado no exterior, o economista Rogério Studart, diretor do Bird, em entrevista publicada em 17/09/2008.



NEGÓCIOS & *cia*

Flávia Oliveira

'Há elementos reais de otimismo'

• O economista Rogério Studart se dedicou anos a fio a estudar o sistema financeiro mundo afora. De Washington, onde é diretor de Brasil e mais sete países no Bird, ele testemunha o agravamento da crise americana. Para ele, o mundo deve esperar surpresas (negativas) em outros grandes bancos internacionais, especialmente

européus, em razão da interconexão com instituições americanas. Studart só festeja a boa fase da economia e do sistema financeiro brasileiros, ancorados no mercado interno e no crédito bancário, respectivamente. Ele falou à "Negócios&Cia" no início da noite de ontem, por telefone. A seguir, os principais trechos da entrevista:

• **CRISE:** "Esta crise é a mais cantada da história das crises financeiras mundiais. A percepção de que a situação do mercado hipotecário americano era insustentável existe há mais de um ano. O que preocupa agora são os sinais de que os instrumentos do Tesouro (dos EUA) para lidar com a crise acabaram. Vai ser difícil o Congresso autorizar o governo a se endividar ainda para socorrer o sistema em pleno processo eleitoral".

• **OUTROS BANCOS:** "Não ficarei surpreso se vir, num futuro próximo, outros bancos internacionais com graves problemas. Os mercados mundiais tornaram-se muito conectados. Não é à toa que bancos cen-



STUDART: "Faltam instrumentos"

Diretor do Brasil no Bird teme crise mundial, mas diz que mercado interno pode salvar o país

trals de todo o mundo estão promovendo ações coordenadas para evitar a queda maior dos ativos".

• **BRASIL:** "O sistema financeiro brasileiro e da maioria dos países é dominado pelo crédito bancário. Mas nos EUA — e depois em Inglaterra, Alemanha, França e Espanha — a base do sistema é a securitização. A emissão de títulos financeiros depende da confiança dos agentes. Se ela desaparece, não se vende nem se compra nada. Assim a crise chega na economia real. O Brasil deve sentir os efeitos da queda das *commodities* e das exportações, mas o mercado doméstico pode nos salvar. Há elementos reais para sermos otimistas".

Além de afirmar que a crise foi "a mais cantada da história das crises financeiras" e que a situação do mercado hipotecário americano era considerada insustentável há mais de um ano, Studart faz previsões sobre a quebra de vários bancos internacionais e a economia brasileira, "em boa fase". Ao comentar os efeitos que os preços em queda das *commodities* e uma esperada queda nas exportações poderia trazer para o Brasil, afirma que "o mercado doméstico pode nos salvar". E conclui "Há elementos reais para sermos otimistas". A previsão de Studart acabou se confirmando e o Brasil, após uma queda no PIB de 0,2% em 2009, cresceu 7,5% em 2010⁶⁹.

⁶⁹ PIB brasileiro tem queda de 0,2% em 2009, diz IBGE. Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1524746-9356,00.html. Acesso em 06/08/2011. e NO ACUMULADO no ano de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, o PIB variou 7,5%. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1830&id_pagina=1. Acesso em 06/08/2011.

3.2. VIOLÊNCIA NAS NAS RUAS E NAS PÁGINAS

O conceito de polifonia, introduzido por Bakhtin para o estudo da literatura de romance, aplica-se para a análise de enunciados nos quais várias “vozes” são percebidas ao mesmo tempo no texto. A técnica jornalística utiliza-se naturalmente de várias vozes, claramente perceptíveis ou não, na formulação dos textos. No texto jornalístico informativo, embora o jornalista não manifeste o seu “eu” no enunciado, ele é um enunciador que se utilizará de outros enunciadores, suas fontes, e co-enunciadores, fontes secundárias que o ajudarão a compor a matéria. Outro recurso muito utilizado é a modalização em discurso segundo, que permite ao jornalista indicar que apoia sua enunciação sobre outra enunciação (MAINGUENEAU, 2002, p. 139), uma forma prática para informar ao leitor que o responsável pelo enunciado é outra pessoa, e não ele, além de permitir comentar esta fala, usando palavras modalizadoras como talvez, provavelmente, felizmente, parece etc que podem atenuar, reforçar ou mesmo distorcer a fala do enunciador/fonte jornalística. Uma técnica também usada pelo jornalismo é o discurso direto, que se apresenta às vezes como a exata reprodução das palavras do enunciado citado e é usado para reforçar o mito de objetividade, criar autenticidade, distanciar-se.

Mesmo quando o discurso direto relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma encenação visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador (MAINGUENEAU, 2002, p.141).

Maingueneau lembra que como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O discurso direto não pode, então, ser objetivo, pois que é sempre um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal.

Em “Discurso de paz, munição bem pesada” (30/04/1997, p.25), a reportagem entrevista alguns estudantes que participaram da manifestação ocorrida na véspera e utiliza o discurso direto em todas as declarações, como pode ser visto abaixo:

Discurso de paz, munição bem pesada

Manifestantes atacam policiais com pedras portuguesas, paus e bolas de gude

• Os discursos do alto dos carros de som faziam crer que a manifestação seria pacífica. Mas do lado de baixo, a situação era bem diferente. Desde cedo, vários jovens, sindicalistas e estudantes circulavam pela Praça Quinze e conversavam em rodinhas com pedras portuguesas nos bolsos. Escondidos atrás das árvores, pedaços de paus e de bambus.

— Com a Polícia que temos é bom ficar prevenido — explicava o estudante Márcio Altivo Santos, de 19 anos, que circulava de um lado para o outro com uma pedra portuguesa em cada mão.

Soldado acha um revólver calibre 38 no chão

E foram justamente as pedras que levaram oito soldados para o hospital. Só o estudante de Biologia da UFRJ, Marcelo Vale, de 21 anos, arremessou quatro contra o grupo de soldados do Batalhão de Choque.

— Sentí algo esquisito. Uma vontade incontrolável de acertar os soldados. De repente, vi aqueles homens fardados correndo na direção das pessoas e reagi — disse o rapaz.

Seu amigo, Daniel Cabral, de 23 anos, também da UFRJ, chegou atrasado e ficou chateado.

— Queria acertar uns tijolos nos PMs. Eles são covardes e não se importam se acertam mulheres ou velhos com seus cassetetes — desabafou o rapaz, com corpo de halterofilista.

Mas a arma mais curiosa dos

manifestantes estava nas mãos dos *skinheads*: estilingues que atiravam bolinhas de gude.

As varas de bambu e os mastros de bandeiras também foram muito usados. Um revólver Rossi, calibre 38, foi encontrado no chão por um soldado, mas nenhum tiro foi disparado durante a manifestação.

— O pior mesmo foram as pedradas. Mas não tem jeito, em manifestações sempre acontecem esses acidentes — disse a cabo Cristina Ferreira de Andrade, uma das paramédicas da Polícia Militar, enquanto medicava um soldado que havia sido atingido no joelho por uma pedra portuguesa. ■

O esguicho do Brucutu

PM aciona e logo depois desiste de usar jato d'água do carro blindado

• A arma mais pesada que a Polícia Militar (PM) tinha ontem não chegou a ser utilizada no tumulto do Iellão da Vale: o Brucutu, carro blindado que lança jatos d'água para dispersar tumultos e foi cedido pelo Exército à PM, ficou estacionado durante todo o tempo próximo à Bolsa de Valores. Era uma atração à parte e alguns estudantes chegaram a perguntar aos soldados detalhes de seu funcionamento.

— Queria vê-lo em ação — confessou o estudante Leonardo Fabrício de Almeida, de 15 anos, dizendo-se um colecionador de carlinhos em miniatura.

Às 11h, o Brucutu chegou a ser acionado. Mas no momento em que o jato d'água ia ser disparado contra os manifestantes, o subcomandante do Batalhão de Choque, tenente-coronel Carlos Varella, ordenou que a operação fosse cancelada. O resultado foi que em vez de um jato com pressão saiu apenas um esguicho. Uma frustração para os que gostariam vê-lo em ação, como o estudante Leonardo Fabrício. Rapidamente o jovem mudou de opinião sobre o poderoso e temido Brucutu.

— Ué, mais isso não é Brucutu, um esgulquinho de nada. Isso é o Zé Gotinha — ironizou.

Os títulos dão uma ideia do que será lido no corpo da matéria: apesar de o discurso dos manifestantes sugerir um protesto pacífico, usaram “munição bem pesada” para atacar os policiais: pedras, paus e bolas de gude.

O *lead* informa que enquanto do alto dos carros eram feitos discursos cujo teor não é informado, mas que se presume que tivessem tom moderado, embaixo, “desde cedo, vários jovens, sindicalistas e estudantes (...) conversavam em rodinhas com pedras portuguesas nos bolsos. Escondidos atrás das árvores, pedaços de paus e bambus”. Ou seja, os manifestantes tinham como estratégia parecer pacíficos mas, na verdade, conspiravam e preparavam uma ação violenta. A seguir a fala de um dos estudantes:

- Com a polícia que temos, é melhor ficar prevenido — explicava o estudante (...), que circulava de um lado para o outro com uma pedra portuguesa em cada mão.

O estudante procura se justificar por estar com uma pedra em cada mão, atribuindo o fato ao histórico violento da polícia em manifestações de rua.

A matéria em seguida faz a associação das pedras exibidas pelo estudante com o saldo de oito soldados que foram parar no hospital naquele dia, para então apresentar a

declaração de um estudante da UFRJ, “que arremessou quatro contra o grupo de soldados do Batalhão de Choque”.

- Senti algo esquisito, uma vontade incontrolável de acertar os soldados. De repente, vi aqueles homens fardados correndo na direção das pessoas e reagi – disse o rapaz.
- Seu amigo (...) também da UFRJ, chegou atrasado e ficou chateado.
- Queria acertar uns tijolos nos PMs. Eles são covardes e não se importam se acertam em mulheres ou velhos com seus cassetetes – desabafou o rapaz com corpo de halterofilista.

O texto informa que um dos estudantes, de uma universidade pública bancada pelo governo federal, foi capaz de, num ato impulsivo, agredir servidores públicos “que corriam na direção das pessoas”, mas o texto, na boca do entrevistado, não diz por quê. Podemos arriscar algumas hipóteses. Será que os policiais corriam para organizar as pessoas? Para contê-las? Reprimi-las? Ou bater nelas?, mas a reportagem silencia esta informação. O amigo do agressor, também citado como estudante da UFRJ, lamenta por ter chegado atrasado e não ter podido “acertar uns tijolos nos PMs”. É este estudante que menciona, no fim da matéria, que os policiais não estavam desarmados, como poderia parecer para o leitor, pois portavam cassetetes. Seu depoimento termina com a observação do repórter: “desabafou o rapaz com corpo de halterofilista”, para acentuar para o leitor que ali estava um manifestante preparado para a luta.

O último depoimento é de uma mulher, cabo da PM, da equipe de para-médicos:

- O pior mesmo foram as pedradas. Mas não tem jeito, em manifestações sempre acontecem esses acidentes – disse a cabo (...) enquanto medicava um soldado que havia sido atingido no joelho por uma pedra portuguesa.

A declaração da cabo naturaliza o clima de violência e agressividade dos manifestantes, e mostra o lado humano da corporação, no momento em que a policial cuidava do companheiro, vítima da violência provocada por uma pedra portuguesa como a que estava nas mãos do primeiro estudante ouvido.

O clima belicista presente no título e no corpo da matéria analisada aparece nos editoriais, colunas, e reportagens de boa parte da cobertura do leilão da Vale. Esse discurso militarizado é estudado por Fairclough (2008) dentro da complexidade de estilos presentes na reportagem, como o modo retórico, em que o objetivo é dar informação. O fornecedor de notícias é construído como fonte de conhecimento e informação, o leitor é um recipiente passivo da mesma e a reportagem consiste em “asserções categóricas autoritárias que os jornais tipicamente fazem sobre os eventos, apesar do fato de que

esses eventos são usualmente de um caráter incerto e abertos a várias interpretações”, explica (2008, p.165-166).

Em sua análise de matérias do *The Sun*, ele destaca o discurso militarizado da criminalidade, construído por meio da metáfora de criminosos “em guerra” com a sociedade, e da sociedade tendo de mobilizar suas forças armadas para “combatê-los”. Fairclough acentua que as metáforas estão presentes em todos os tipos de linguagem e discursos, até mesmo nos discursos científico e técnico e estão longe de ser apenas “adornos estilísticos superficiais do discurso” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 241), pois ajudam a estruturar o modo como agimos e pensamos. Segundo o autor, algumas metáforas estão tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura que as pessoas deixam de percebê-las e consideram difícil escapar delas em seu discurso, pensamento e ação, e cita Lakoff e Johnson, que analisam a construção metafórica de uma discussão como uma guerra, refletida em afirmações como “ele atacou o ponto fraco no meu argumento”, “suas críticas foram direto ao alvo” ou “eu demoli seu argumento” (LAKOFF, G. E JOHNSON, M., 1980, p.4 *apud* FAIRCLOUGH, N., 2008, p.241).

Foi esta a estratégia discursiva escolhida e abundantemente utilizada por *O Globo* na cobertura do processo de venda da Vale, após uma guinada no enfoque, na edição de 23/04/1997, que passou a adotar um estilo mais agressivo, e que, por fim, transformou-se em discurso militarizado. Até esta data, a cobertura jornalística guardava o tom sóbrio, técnico e objetivo típico da editoria de Economia, com títulos que demonstram o tipo de abordagem dado às matérias. A técnica jornalística recomenda que o título anuncie a notícia, concentrando-se no fato que provavelmente despertará mais atenção (GARCIA, 1986, p. 37). Seguem exemplos da cobertura do evento antes da mudança na estratégia discursiva do jornal:

Aprovado no Senado projeto que muda Lei das SA (11 abr., p.23)
CSN na frente (Panorama Econômico, 12 abr. 1997, p.24)
Fundos devem participar com a CSN do leilão da Vale (12 abr., p.27)
ABI e OAB irão ao STF contra a venda (12 abr.1998, p.27)
Lance decisivo (Panorama Econômico, 13 abr. 1997)
Vale: Votorantim e Anglo fecham consórcio (15 abr., p. 31)
OAB leva hoje ao STF ação contra venda da estatal (15 abr. 1997, p.31)
A Vale pode parar (Panorama Econômico, 22 abr. 1997, p. 24)
BNDES já admite adiar o leilão da Vale (22 abr. 1997, p. 25)
Em Ouro Preto, ‘sem calças’ protestam contra a venda da estatal (22 abr. 1997, p.25)

A seguir, exemplos de títulos da fase intermediária, em que a preferência recaiu sobre as metáforas associadas a lutas.

“Governo ganha um *round* no STF (24/04/1997, p.27)

“Queda de braço” (Panorama Econômico, 24/04/1997, p.28)

“Consórcios dão a partida na briga pela Vale (25/04/1997, capa)

“É dada a largada na briga pela Vale” (25/04/1997, p.19)

Mas à medida em que os dias passam e os processos contra a venda vão se acumulando, o tom belicista se agudiza. Com o novo enfoque, o discurso militarizado será empregado não para o combate ao crime, como no exemplo de Fairclough, mas para o combate às ideias. Na primeira matéria a ensaiar o novo tom, publicada ainda em 23/04, o discurso é articulado com um apelo apenas metafórico à mobilização, presente também no *lead*:

A primeira batalha na guerra da Vale

Começou ontem a guerra jurídica da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, marcada para o próximo dia 29. O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo tribunal Federal, concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado por um grupo de 22 deputados federais e um senador, que retira do domínio da Vale uma área de 411.900 hectares, localizada no Canadá. No Canadá, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o Governo não pretende adiar o leilão. (*O Globo*, 23 abr. 1997, p. 23⁷⁰)

A partir de 27/04/1997, uma nova etapa tem início na cobertura, na qual os títulos e textos tornam-se abertamente militarizados: “Batalha final” (Panorama Econômico, 27/04/1997, p. 42), “Cartas ao BNDES deram munição para campanha na TV” (27/04/1997, p. 44), “Uma batalha judicial até o último minuto” e o box “A batalha dos tribunais” (27/04/1997, p. 49) são alguns entre outros exemplos que serão mostrados a seguir. Em 29/04/1997, dia marcado para o leilão, *O Globo* preparou uma edição que prima pela militarização do discurso, a começar pela capa, que traz a manchete em cinco colunas “Guerra de liminares deixa o leilão da Vale em suspenso”, com foto da manifestação.

⁷⁰ Ver em Anexos.

Guerra de liminares deixa em suspenso leilão da Vale

BNDES diz que recorrerá ao longo do dia e tentará realizar a venda até às 17h

Fernando Mala



MANIFESTAÇÃO CONTRA a privatização da Vale do Rio Doce na porta da Bolsa do Rio, na Praça XV: a polícia tenta conter o deputado Lindberg Farias, do PC do B. O local está cercado

• Uma enxurrada de ações na Justiça e de liminares contra a venda da Vale do Rio Doce, na Bolsa do Rio, fez com que o BNDES decidisse deixar em aberto o horário do leilão marcado para hoje, já que não podia mais garantir no final da noite de ontem a sua realização. Mesmo sabendo que ao longo do dia terá de cassar pelo menos mais quatro liminares de juizes em todo o Brasil — já conseguiu cassar cinco — o presidente do BN-

DES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, anunciou, após se reunir com o presidente Fernando Henrique, que os advogados do banco atuarão nos fóruns o dia inteiro e que o Governo está trabalhando com a hipótese de realizar o leilão até as 17h. Ao todo, informou o vice-presidente do banco, Pio Borges, até a tarde de ontem tramitavam na Justiça 103 ações contra a privatização e nove liminares haviam sido concedidas: "Vamos tra-

balhar a noite toda para conseguir realizar o leilão hoje, fazendo agravos e todos os recursos jurídicos possíveis", disse o vice-presidente do BNDES. A noite, houve confronto entre o Batalhão de Choque da PM e manifestantes: o protesto na Praça XV foi dissolvido com bombas de efeito moral. Estão previstas para hoje várias outras manifestações no local. Páginas 25 a 35 e Panorama Econômico

u-
si-
o-
m-
is.
ob
de
ã-
la-
las
ca-
17



SEGUNDO_CADERNO

Zé Renato grava Elton Medeiros

• Depois de gravar CDs dedicados à obra dos veteranos Silvio Caldas e Zé Kétti, o cantor e compositor Zé Renato prepara um disco-tributo só com músicas do sambista Elton Medeiros e que inclui a participação de Mariana de Moraes. Integrante do Boca Livre, Zé Renato vai gravar com o grupo um CD para comemorar os 20 anos de atividade do quarteto.

• Sérgio Britto estréia no Teatro Dellín o musical "Cafona sim, e daí?", com canções que traduzem o sentimentalismo nacional. "A falta de objetividade dessas músicas faz parte do Brasil e ajuda a explicar nossa decadência. Até a cafonice está decadente", diz o diretor. O repertório inclui músicas de autores como Odair José, Rossi Pinto e até Noel Rosa.

Hoje, nas bancas
Enciclopédia Visual

Assimantes compram a capa e recebem a coleção completa

Na foto destaca-se o ex-“cara-pintada”, deputado Lindberg Farias, do PC do B, que está sendo contido por trás por dois homens não identificados e pela frente por policiais. Apesar da violência da ação, não há qualquer declaração do deputado no jornal.

A chamada dá informações sobre a burocracia a ser enfrentada pelo Governo para conseguir realizar o leilão. Só nas últimas cinco linhas há o relato da manifestação, ocorrida na noite anterior, quando houve “confronto entre o Batalhão de Choque e manifestantes, e o protesto foi dissolvido com bombas de efeito moral”. A guerra promovida pelo jornal apenas no plano das ideias agora ganha as ruas, com o uso de munição real.

Chico Caruso acompanha o clima belicista, ao escolher para cenário de sua charge uma típica cidade do faroeste americano, em que Fernando Henrique Cardoso dorme tranquilamente, enquanto é observado por personagens conhecidos da política. Por suas vestimentas, é possível identificar o papel representado por cada um nessa “história”: o presidente veste uma roupa típica dos “mocinhos” e xerifes do Velho Oeste e seu revólver descansa no coldre, enquanto José Sarney, Itamar Franco, Paulo Maluf, Luiz Inácio Lula da Silva e outros, com lenços pretos sob o queixo ou máscara, acessórios tradicionalmente identificadores dos “bandidos”, estão com espingardas em punho. Esse “bando” que parece tocaiá Fernando Henrique, composto na vida real por políticos com trajetórias tão diferentes, se uniram, também por motivos diferentes, na luta contra a venda da Vale.

Nesta edição, na página 4, a coluna de Marcio Moreira Alves⁷¹, “A guerra da Vale” comenta, entre outros assuntos, os motivos pelos quais a campanha contra a privatização não motivara as massas como a campanha “O Petróleo é nosso”, iniciada em 1946. Na lista estão “a diversidade dos militantes da causa, que junta velhos lutadores pela democracia com os algozes militares; a idade avançada de muitos dos adversários mais conhecidos da venda, incapazes de motivar os jovens; a contínua popularidade do Governo, que promove o negócio; e finalmente a disparidade dos recursos de publicidade empregados na defesa e no ataque ao projeto”. Motivos mais que suficientes para explicar a tranquilidade do xerife criado por Caruso.

⁷¹ Jornalista e ex-deputado, seu discurso na Câmara Federal, proferido em 02/09/1968, foi considerado ofensivo “aos brios e à dignidade das Forças Armadas” e usado como pretexto pelo governo militar para fechar o Congresso Nacional, após seus companheiros se negarem a cassá-lo. Com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1969, Márcio Moreira Alves foi cassado e saiu clandestinamente do país, só retornando em setembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1072670-5601,00.html>. Acessado em 19/07/2011.

A título de curiosidade, na mesma página da coluna de Alves, a principal notícia, “Emendas mudam texto aprovado na Câmara e atrasam emenda da reeleição”, informa que, “apesar dos esforços do Governo, a emenda da reeleição não deverá ser votada no primeiro turno pelo plenário do Senado na próxima semana e terá que voltar para a Comissão de Constituição e Justiça”. A emenda constitucional, aprovada poucos dias antes pela Câmara, era um dos trunfos do Governo para garantir a continuidade das reformas do Estado, a “marca mais forte do Governo Fernando Henrique”, segundo o editorial “A força das reformas”, publicado em 02/05/1997⁷², em que *O Globo* se posiciona claramente sobre a privatização.

Nas páginas internas ainda da edição de 29 de abril, o clima de violência se acentua: na página 25, “Tribunais ameaçam venda da Vale”, e na página 28 três matérias e um infográfico mantêm a abordagem: “Manifestantes e PM se enfrentam no Centro”, com o subtítulo “Confronto entre policiais e opositores à venda da Vale em frente à sede da Bolsa de Valores acaba com um preso e um ferido”; “Esquema de segurança reúne 800 homens”, com o subtítulo “Polícia acredita que seus homens vão superar em número os manifestantes”; o infográfico “O mapa da segurança”, que descreve o esquema usado pela polícia para proteger a Bolsa do Rio dos manifestantes; e “Pancadaria, cena comum no passado”.

Esta matéria descreve os protestos ocorridos durante as privatizações de Usiminas, Acesita e CSN com frases como “A Rua Primeiro de Março se transformou em uma praça de guerra”; “Pedras e ovos foram atirados contra os investidores”; “Apesar do esquema policial, manifestantes agrediram representantes de bancos e corretoras envolvidos no negócio”; além de “A polícia foi tímida” e “um segurança chegou a dar tiros para o alto, para afastar manifestantes que tentavam invadir o prédio”, em uma estratégia que procura naturalizar, ao mesmo tempo em que critica, a violência utilizada pelos manifestantes nesses protestos e deixar à polícia um papel de guardião da ordem e do patrimônio. Por fim, a matéria informa que, mesmo com toda a resistência dos manifestantes, as três estatais foram privatizadas.

Um dia após o novo adiamento do leilão, *O Globo* editou a principal chamada em seis colunas com a manchete “Governo perde na Justiça e não consegue fazer o leilão da Vale⁷³” e o subtítulo “Dia de enfrentamentos nos tribunais e nas ruas. Protesto teve mais

⁷² Ver texto completo em Anexos.

⁷³ Ver em Anexos.

de 4 mil pessoas”, na qual a principal foto ocupa quatro colunas de aproximadamente 30 cm, que mostra o confronto entre o Batalhão de Choque da PM e os manifestantes, cujo saldo foi de 20 feridos.

A Economia repete o discurso militarista na edição, mas no texto de abertura do caderno a narrativa de Cecília Costa dá uma conotação heroica para a participação do Governo no processo:

Antetítulo: *Confronto entre batalhão de choque da Polícia Militar do Rio e manifestantes resulta em 20 feridos*

Título: **A batalha nas ruas e nos tribunais**

Subtítulo: *Governo enfrenta oposição nas ruas e nos tribunais mas não desiste de vender a Vale*

Um dia de choques, enfrentamentos e **resistência do Governo**. Assim ficará conhecido o dia 29 de abril na história das privatizações brasileiras. **Apesar da batalha campal** nas cercanias da Praça Quinze, que resultou em mais de 20 feridos, e **da guerra jurídica** nos tribunais, o **Governo não desistiu em nenhum momento** de vender a Vale do Rio Doce. **Durante toda a manhã e ao longo da tarde, os advogados do BNDES trabalharam** junto à Justiça para derrubar as liminares já existentes e as novas, que não pararam de chegar à Bolsa do Rio. **E o trabalho continuou noite adentro.**

Fora das paredes do prédio da Rua do Mercado, pela manhã, sobretudo, **ocorreu a mais violenta manifestação realizada no Brasil contra uma privatização, com palavras de ordem nacionalistas, em defesa do solo brasileiro, e xingamentos contra o presidente Fernando Henrique Cardoso**. Houve modernidade e tradição nos protestos. Modernidade pela presença dos *skinheads* – os **carecas anarquistas** – que foram o **estopim** do choque com a polícia, e tradição com **a volta das velhas armas de 1968, de um lado do front**, como estilingues e bolas de gude, e **do carro Brucutu, do outro lado**, lançando jatos **para esfriar os ânimos**. A polícia, depois do **embate** com representantes da CUT, PT, PC do B e líderes de entidades civis, encontrou uma arma carregada no chão. **No embate com os policiais**, um dos manifestantes quase perdeu três dedos: tiveram que ser reimplantados. Nem a reação à venda da Usiminas, primeira grande siderúrgica a ser privatizada no país, foi tão violenta. **As armas na ocasião foram apenas pedras e ovos.**

Às 18h30, mostrando-se disposto a ir até o fim na briga, o presidente do BNDES Luiz Carlos **Mendonça de Barros, anunciava a intenção de fazer a privatização ainda ontem, de qualquer jeito.** (...) (*O Globo*, 30 abr. 1997, p. 21)

A repórter opta por um *lead* fora do padrão e uma estrutura de texto que subverte a técnica da pirâmide invertida para transformar a matéria em uma narrativa cuja abertura e encerramento tem o Governo como principal personagem. A matéria começa com uma afirmação curta, de impacto, que ressalta a resistência do Governo frente às adversidades daquele dia. Em seguida, a determinação e seriedade do Governo são novamente

ressaltadas pelo árduo trabalho de sua equipe de advogados, que trabalhou toda a manhã, ao longo da tarde e adentrou a noite. A narradora agora faz uma pausa e vai para as ruas, onde descreve a violência fora dos ambientes tranquilos e seguros de onde o Governo comandou as ações e em nenhum momento pensou em desistir do leilão.

Nas ruas, tal como na charge de Chico Caruso, há uma heterogeneidade de personagens protestando com palavras de ordem nacionalistas, mas também com xingamentos ao chefe da nação, numa associação ardilosa. Para combater a modernidade e a tradição que se uniram em defesa da estatal, munidos de armas comuns nos protestos ocorridos em 1968 em pleno regime militar, a polícia resolveu usar, em pleno governo democrático, “o carro Brucutu”. Mas a narrativa neste ponto minimiza o simbolismo do blindado usado para combater as manifestações outrora proibidas informando que os jatos d’água foram lançados “para esfriar os ânimos”. A repórter relata a principal baixa entre os manifestantes, antes de retomar sua narrativa em que, finalmente, personifica o governo e sua atitude heroica de resistência: Luiz Carlos Mendonça de Barros, mesmo após um dia complicado como o descrito pela reportagem, ainda está disposto a ir “até o fim da briga” e realizar o leilão, “de qualquer jeito”, num rompante digno de personagens da ficção e não de um presidente de uma das mais importantes instituições financeiras do país.

Na página foi editada ainda um minieditorial, que critica a “enxurrada de pedidos de liminar” contra a venda da Vale, que paralisam o poder Executivo e cujo título é “Arma política”, numa repetição quase enfadonha dessa estratégia de militarização do discurso que ainda perduraria por várias edições. Ainda no dia 30 de abril, as seguintes reportagens acompanharam esta estratégia: Bombas de retardo (Panorama Econômico, p.22), Brigas e correrias no protesto contra a privatização, Discurso de paz, munição bem pesada, O esguicho do Brucutu (p.25); Flores e violência marcam clima da manifestação (p.26), Cenas de violência na hora de protestar contra a venda de empresas públicas (p.27); Uma guerra de opiniões na Internet (p. 29).

A militarização das edições é atenuada nos dias seguintes, voltando no dia 3 de maio: “Uma metralhadora contra e a favor do governo” (p. 25); “Faltou estratégia” (04/05/1997, p.46); “STJ dá vitória parcial ao Governo” e “Uma batalha de mais de 100 ações” (06/05/1997, p.19).

Em 7 de maio, *O Globo* noticia a realização do leilão em sua primeira página: “Vale é vendida com ágio de 20% e terá controle de capital nacional”, em seis colunas, e

a foto do vencedor, Benjamin Steinbruch, além do editorial “Ameaça vencida”. Nas páginas internas, os últimos títulos da estratégia discursiva adotada pelo jornal: “Duas tréguas na batalha das liminares permitiram venda da Vale do Rio Doce” (p.22), “BNDES gasta muito mas sai vitorioso na guerra de liminares” e “Bandeira de Mello não desiste: vai ao STJ” (p. 26). Na página 28, a reportagem de Letícia Helena e Nelito Fernandes relata a última batalha.

A PRIVATIZAÇÃO DO GIGANTE: Anarquistas provocam brigas, queimam bandeira do PC do B e PM intervêm para evitar a baderna

Bate o martelo na bolsa: choro e confusão na rua

Na hora do almoço, confronto entre policiais e alunos do Pedro II, em frente à Assembléia Legislativa, deixa sete feridos

Letícia Helena e Nelito Fernandes

• Perdição a batalha contra o governo na privatização da Vale do Rio Doce, o exército de manifestantes que fazia vigília nas escadarias da Assembléia Legislativa rachou. De um lado, entrincheirou-se um grupo com cerca de 30 anarquistas — insuflados por sindicalistas mais radicais que defendiam um protesto na frente da Bolsa de Valores. Do lado oposto, ficaram os militantes dos partidos de esquerda e os estudantes, que puxaram uma passeata até a Cinelândia. Durante uma hora e meia, os anarquistas provocaram toda sorte de confusões: três deles foram detidos, um deles ferido com uma pedrada. Na hora do almoço, em outro tumulto, envolvendo estudantes do Pedro II e policiais, sete pessoas saíram feridas — quatro policiais, dois manifestantes e um cinegrafista. O comando da vigília prometeu novo protesto para hoje, a partir das 9h, na Alerj.

Policia soltou os cachorros nos estudantes do Pedro II

O primeiro confronto, por volta do meio-dia, durou dez minutos: PMs tentaram impedir que alunos do Colégio Pedro II fechassem a Rua Primeiro de Março. Os PMs alçaram os cachorros — 13 pastores alemães e um rottweiler — para cima dos garotos, que reivindicaram jogando pedras.

O soldado José Ricardo Pimentel levou uma pedrada nas costas, o soldado Getúlio Paulo de Andrade foi atingido na perna, o cabo Luiz Carlos da Silveira, no supercílio e o sargento Marcos Oliveira, no rosto. Joaquim Manuel da Silveira e o estudante



A FUNCIONÁRIA PÚBLICA Sonimar Mello, que participava da vigília contra o leilão, chora descontroladamente após ouvir o anúncio de que a Vale fora vendida

Théo Cunha, de 19 anos, do Pedro II, foram mordidos nas mãos. O cinegrafista da CNT Júlio Motta levou uma pedrada na mão.

No fim da tarde, assim que o deputado Ciro Garcia anunciou a venda, um clima de velório tomou conta dos manifestantes.

— Não acredito que isso aconteceu — balbuciava, aos prantos,

a funcionária da Petrobras Sonimar Mello.

Às 17h50m, um grupo avançou contra uma equipe da TV Bandeirantes. Houve empurra-empurra e os ânimos custaram a serenar. Simultaneamente, os manifestantes que defendiam a passeata até a Cinelândia começaram a caminhar, provocando a ira da facção

que queria avançar na direção da Bolsa de Valores — onde a polícia montava guarda até com cavalos. O trânsito na Rua Primeiro de Março foi interrompido.

A PM intercedeu para evitar o engarrafamento e os manifestantes jogaram latas. Vinte minutos depois, a polícia liberou a rua, mas só às 18h39m os anarquistas

resolveram engrossar a passeata. Com as camisas enroladas na cabeça para esconder o rosto, eles seguiram pela Rua da Assembléia gritando palavras de ordem e foram recebidos com sacos de água jogados dos prédios.

No meio do tumulto, um comunista histórico, Severino Plínio da Silva, de 70 anos, passou mal.

— Chega de palavras, é hora de agir — gritou Severino, defendendo a luta armada para “acabar com essa covardia” e ameaçando desmatar.

Anarquistas partiram para a briga já na Cinelândia
Os anarquistas seguiram pela Rua Branco e, ao chegarem à Cinelândia, começaram a xingar os outros manifestantes, com gritos de “fascistas, fascistas”. Do carro de som, os oradores pediam para os militantes não aceitarem provocações. Até que, às 19h10m, os anarquistas partiram para a briga — os mastros das bandeiras viraram armas. Eles queimaram uma bandeira do PC do B, provocando correria, acompanhada de perto pelos meninos de rua.

Um engraxate foi detido e, ao defendê-lo, o sindicalista Antônio Carlos Guilherme chegou a ser agredido por um PM — que se identificou como Capitão Pires, do 5º BPM (Praça da Harmonia). O Major Leonardo Moreira, um dos responsáveis pelos 950 policiais de prontidão durante todo o dia, negou a agressão.

Um rapaz, que se identificou como Maurício, também foi detido e revistado. Os policiais entraram ainda num ônibus da linha 247 (Camarista Méier—Passeio), procurando outros arruaqueiros, mas não encontraram ninguém.

O vereador Edson Santos (PT), tentou acalmar os ânimos — conseguiu evitar que a PM, aclamada com gritos de “assassinos” pelos anarquistas, batesse nos brigões. Às 20h05m, a manifestação acabou. Os detidos foram levados para a 1ª DP (Santa Luzia). ■

COLABOROU: Antônio Werneck

Desde a primeira linha e até o último parágrafo o discurso militarizado é utilizado à exaustão.

Perdição a **batalha** contra o governo na privatização da Vale do Rio Doce, o **exército** de manifestantes que fazia **vigília** nas escadarias da Assembleia Legislativa rachou. De um lado, **entrincheirou-se** um grupo de cerca de 30 anarquistas, insuflados por sindicalistas mais radicais que defendiam um protesto na frente da Bolsa de Valores. Do lado oposto, ficaram os militantes dos partidos de esquerda e os estudantes que puxaram uma passeata até a Cinelândia.(...) Durante uma hora e meia os anarquistas provocaram toda a sorte de confusões: dois deles foram detidos e um deles ferido com uma pedrada.

O primeiro **confronto**, por volta do meio-dia, durou dez minutos. Joaquim Manoel da Silveira e o estudante Théo Cunha, de 19 anos, do Pedro II, foram mordidos na mão.(...) No fim da tarde, assim que o deputado Ciro Garcia anunciou a venda, um clima de velório tomou conta dos manifestantes.

- Não acredito que isso aconteceu – balbuciava aos prantos a funcionária da Petrobrás Sonimar Mello. (...)

No meio do tumulto, um comunista histórico, Severino Plínio da Silva, passou mal.(...)

Os anarquistas seguiram pela Rio Branco e, ao chegarem à Cinelândia, começaram a xingar os outros manifestantes, com gritos de “fascistas, fascistas”. (...) Até que, às 19h10, os anarquistas partiram para a **briga** – os mastros das bandeiras viraram **armas**.

O vereador Edson Santos (PT) tentou acalmar os ânimos – conseguiu evitar que a PM, aclamada com gritos de “assassinos” pelos anarquistas, batesse nos **brigões**. Às 20h05, a manifestação acabou. Os detidos foram levados para a 1ª DP (Santa Luzia).(O Globo, 7 abr.1997, p. 28)

O relato do dia da derrota dos manifestantes pode ser interpretado como uma metáfora do que foi a campanha pela manutenção da Vale como uma estatal, por sintetizar algumas falhas na estratégia dos estatistas: falta de afinidade política e ideológica entre os defensores do modelo, desorganização e radicalismo na defesa de ideias consideradas antigas. Com perfis muito diversos, aqui eles aparecem como “anarquistas” (palavra empregada na reportagem como sinônimo para encenqueiros, equívoco também cometido na matéria analisada na página 123), estudantes, um antigo comunista, um político petista, um sindicalista, uma funcionária pública e “uma pessoa que se identificou como Maurício”. O que caracteriza esta matéria é que, após o “final feliz de uma novela que se estendia desde o dia 29”⁷⁴, os manifestantes ganham pela primeira vez o direito de aparecer no noticiário como *pessoas*. Até então, eles surgiam nas reportagens como uma massa informe e anônima, e só em alguns momentos eram identificados, como na matéria “Discurso de paz, munição bem pesada”, a primeira a ser analisada neste bloco.

Agora, na condição de perdedores, vários nomes emergem, à exceção dos “anarquistas” que evitaram ser identificados usando as camisas como máscaras. Joaquim Manoel da Silveira e o estudante Théó Cunha, o ex-deputado Cyro Garcia (um dos fundadores do PSTU, em 1994), a funcionária da Petrobras Sonimar Mello, o “comunista histórico” Severino Plinio da Silva, o sindicalista Antonio Carlos Guilherme, o vereador do PT, Edson Santos, e até mesmo “um rapaz que se identificou como Maurício” ganham visibilidade ao serem nomeados, enquanto a funcionária da Petrobras Sonimar Mello tem direito até a foto, no flagrante de seu choro compulsivo.

⁷⁴ Frase usada no texto da manchete de primeira página “Vale é vendida com ágio de 20% e terá controle de capital nacional”. Veja em Anexos.

3.3 RAZÃO VERSUS EMOÇÃO

Foram muitos os exemplos e análises realizados até agora que mostram que o jornalismo, em suas tentativas de “explicar” a realidade para o seu leitor, recorre a estratégias discursivas que o distanciam do ideal da objetividade e o enveredam por vários caminhos, entre os quais o da emoção. Em coberturas mais complexas, como as da venda da Vale e da crise de 2008, essa estratégia serve a interesses que passam necessariamente pelo contexto político e econômico em que os jornais estão inseridos, seja no Brasil, na França ou nos Estados Unidos, e que não cabem nos conceitos de neutralidade e objetividade da informação.

Tanto em 1997 quanto em 2008, um valor como o nacionalismo, por exemplo, que desperta fortes emoções, é amplamente usado nos meios de comunicação para manipular a sociedade, os leitores e eleitores, com o objetivo de sensibilizá-los em favor das argumentações dos interessados. Seja para evitar a privatização de uma empresa estatal, considerada patrimônio do povo, mesmo que este povo não consiga perceber qualquer vantagem para sua vida no fato de a empresa pertencer ou não ao Governo, seja para mostrar a outro povo que o gasto de centenas de bilhões de dólares de dinheiro público com uma empresa privada é necessário para protegê-lo de uma crise muito pior – estratégia utilizada pelo presidente dos Estados Unidos, por exemplo. Ou, ainda, para provar aos adversários políticos que um governo que em 2002 começara completamente desacreditado estava apto a resistir à crise e a mostrar que o Brasil podia dar lições ao mundo, argumentação usada pelo presidente do Brasil.

A emoção também vai aflorar nas coberturas jornalísticas, em edições que têm objetivos específicos a cumprir, e que podem ser tanto o aumento nas vendas de exemplares e do espaço publicitário, quanto produzir efeitos de sentido que ajudem na “venda” de ideias que sejam de interesse do jornal, tanto políticos quanto econômicos, como visto no capítulo 2.

3.6.1 PATRIOTISMO À FLOR DA PELE

Enquanto nos Estados Unidos e Europa a crise econômica provocava grandes estragos em poucas horas, no Brasil, as autoridades econômicas e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desafiavam todas as regras do bom senso com declarações sobre os

efeitos da crise no Brasil. Embora alguns especialistas internacionais e nacionais admitissem que o país estava em condições muito melhores para enfrentar a crise do que jamais estivera, o que se via nos mercados mundiais era uma crise como jamais houvera. Pelo menos desde a que sucedeu o *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929.

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925)

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2008 • ANO LXXXIV • Nº 27.434

ROBERTO MARINHO (1904-2003)

O novo 11 de Setembro do mercado

Após a maior concordata nos EUA, Mantega tranqüiliza: 'Em outra situação, estaríamos de quatro'

• O mercado financeiro viveu ontem o abalo de um novo 11 de Setembro. Em menos de 24 horas, o quarto maior banco de investimentos americano, o Lehman Brothers, sem comprador à vista, pediu concordata para evitar sua quebra. Pouco depois, o Bank of America arrematou o Merrill Lynch por US\$ 50 bilhões. A seguradora AIG, a maior do mundo, viu suas ações caírem mais de 60% e conseguiu autorização para captar até US\$ 20 bilhões de suas subsidiárias para cobrir perdas. Nesse cenário sombrio, as bolsas americanas registraram as piores quedas, em pontos, desde 11 de setembro de 2001. O índice Dow Jones caiu 4,41% e o S&P 500 re-

cou 4,71%. No Brasil, a queda percentual da Bolsa de Valores de São Paulo foi a maior em sete anos: 7,6%, a pior entre os grandes mercados no mundo. O dólar subiu 1,59%, fechando a R\$ 1,808. Apesar dos números ruins, o ministro Guido Mantega afirmou: "Em outra situação, estaríamos de quatro." Diante do risco de contágio da crise imobiliária americana, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco da Inglaterra injetaram o equivalente a US\$ 52 bilhões para resguardar bancos europeus. O Federal Reserve (banco central americano) anunciou medidas para dar liquidez às instituições. Páginas 21 a 26, Merval Pereira e Negócios & Cia



EM MENOS DE 24 HORAS

- 1 O banco de investimentos Lehman Brothers, quarto maior dos EUA, pede concordata por causa das perdas no mercado imobiliário americano. A decisão é tomada na madrugada (por volta de 3h30m da manhã no Brasil).
- 2 O Bank of America compra o Merrill Lynch, também atingido pela crise, por US\$ 50 bilhões.
- 3 Bolsas pelo mundo despencam. Nos EUA e no Brasil, as percentuais são semelhantes aos registrados no 11 de Setembro de 2001.
- 4 AIG tenta captar US\$ 40 bi e suas ações caem 60,79%.
- 5 Pela primeira vez em seis anos, o Banco Central da China corta a taxa básica de juros, de 7,47% para 7,20%. O objetivo é evitar a desobscureção da sua economia.
- 6 Fed compra US\$ 70 bilhões de títulos bancários para evitar o colapso nos mercados.
- 7 Dez grandes bancos criam fundo de US\$ 70 bilhões para socorrer os que enfrentam dificuldades.
- 8 Bush faz pronunciamento para falar da crise e diz que governo está tomando medidas para evitar que ela se agrave.

Letreiro da ABC News no centro de Nova York mostra o último de desânimo nos EUA: "soluções continuam em Wall Street"



EDITORIAL

• Ter um colchão de amortecimento numa hora dessas não tem preço para a economia brasileira. Página 6

China corta os juros pela 1ª vez em seis anos

Página 24

Seguradora AIG tomará US\$ 20 bi de subsidiárias

Página 21

COLUNAS, ARTIGOS E ENTREVISTAS

- MIRIAM LEITÃO: Países emergentes terão mais dificuldade de se financiar, e o Brasil está com crescente déficit em transações correntes. Página 22
- ILAN GOLDFAIN: No Brasil, os excessos correm soltos: os gastos do governo crescem à taxa que não são sustentáveis. Página 7
- PAUL KRUGMAN: O sistema financeiro quebra hoje ou nos próximos dias? Actio que não quebra, mas não tenho certeza. Página 22
- PAULO VIEIRA DA CUNHA: É um ajuste necessário aos excessos de risco e alavancagem. Nada disso existia em 1929. Página 26

A primeira edição após a quebra do Lehman Brothers traz na capa oito chamadas sobre a crise, além de um gráfico que resume os acontecimentos mais graves do dia anterior, como a queda das bolsas em todo o mundo, a compra de títulos públicos pelo Fed, o corte da taxa de juros pela China, a criação de um fundo para socorrer os bancos em dificuldades, a queda de 60,79% nas ações da AIG. No centro da página, charge de Chico Caruso mostra uma bolsa prestes a acertar a cabeça do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que diz: "Até aqui, tudo bem...". A charge refere-se à sua declaração na véspera, exposta no texto da chamada. "Apesar dos números ruins, o ministro Guido Mantega afirmou: 'Em outra situação, estaríamos de quatro'", que deu início a uma série de outras, que foram ganhando toques nacionalistas à medida que a crise avançava.

Ninguém era capaz de negar que o país estava mais bem preparado: o editorial de *O Globo* neste dia, “Reflexos da crise” (p.6) admitia “que o Brasil está muito mais resistente a crises que no passado” e ressaltava o conforto de se ter reservas de mais de US\$ 200 bilhões: “Ter um colchão de amortecimento numa hora dessas não tem preço para a economia brasileira”. Mas o economista Ilan Goldfajn, o próprio presidente do Banco Central, Henrique Meirelles alertavam que o país não estava imune ao contágio pela crise. Em 17/09/2008, uma nova declaração do Governo, desta vez dada pelo presidente Lula, provocava polêmica. Perguntado sobre a crise, ele respondeu “Que crise? Vai perguntar para o Bush” . A frase foi para a primeira página, junto com a manchete: “EUA estatizam 3ª maior seguradora do mundo”, na mesma edição em que o economista Rogério Studart, do Bird, afirmava em entrevista na página 28 (analisada em 3.1.3) que “há elementos reais para sermos otimistas”, em relação à situação do Brasil frente à crise.

No dia 18 de setembro, a frase do presidente Lula volta à primeira página, transformada em vinheta: “Crise? Que crise?” e a manchete novamente se refere à declaração, antes de fazer um resumo do dia tumultuado nos mercados financeiros, em que se destacaram novas quedas das bolsas mundiais, com a Bovespa fechando em baixa de 6,74%. Em matéria na página 29, *O Globo* reproduz as declarações do presidente à TV Brasil, na qual Lula dá as razões para o seu otimismo.

- Se rarear o crédito internacional e os empresários tiverem dificuldade para tomar dinheiro emprestado, nós vamos ter que (...) arrumar mais dinheiro para que o BNDES possa emprestar.[...] Não é que a gente não deva ter cuidado. Mas até agora as coisas estão caminhando bem, os bancos brasileiros não estão metidos no subprime, portanto é uma tranquilidade para o Brasil. Mas todo cuidado é pouco.
Lula afirmou que o Brasil está numa situação privilegiada e garantiu que não é intenção do Governo tomar medidas que inibam o crescimento da economia. [...]

Em 19 de setembro, outra declaração do presidente vai para a primeira página: “Bancos importantes que passaram a vida dando palpites sobre o Brasil estão quebrando”. Na página 29, a manchete é “Lula lamenta quebra de ‘palpiteiros’ dos EUA. O presidente Lula é visto na foto cercado por pessoas, durante evento que a reportagem não revela,

mas que se trata da inauguração da plataforma P-53, no Rio Grande (RS), construída para operar no Campo de Marlim Leste, na Bacia de Campos⁷⁵.

ABALO GLOBAL: Miguel Jorge admite que exportações podem cair em 2009; BB já sente primeiros reflexos da crise

Lula lamenta quebra de 'palpiteiros' dos EUA

Irônico, presidente afirma que grandes bancos estrangeiros transformaram o sistema financeiro em um cassino

Maria Lima*, Geralda Doça e Patrícia Duarte

*Enviada especial RIO GRANDE (RS) e BRASÍLIA

• O presidente Lutz Inácio Silva da Silva afirmou ontem que não permitirá que o Brasil seja vítima da "jogatina" de grandes bancos estrangeiros que, segundo ele, transformaram o sistema financeiro em um cassino. Com ironia, Lula comentou o fato de os grandes bancos americanos que hoje estão quebrando serem os mesmos que, durante os últimos anos, foram responsáveis por indicar o nível de risco para os investidores no Brasil. Ele chamou essas instituições de "palpiteiros".

— Eu vejo, com uma certa tristeza, bancos muito importantes que passaram a vida dando palpites sobre o Brasil, que passaram a vida dizendo o que a gente deveria ou não fazer, que passaram a vida dizendo o risco deste país, que passaram a vida fazendo propaganda para investidores sobre se o Brasil era ou não confiável, como se eles fossem os superinteligentes, e nós os supercolados. E com muita tristeza que esses palpiteiros estão quebrando, estão entrando em concordata — afirmou o presidente.

Lula afirma que Brasil está sólido, apesar da crise

Lula disse ainda que esses bancos determinaram, nos últimos anos, que o capital não pudesse circular livremente pelo mundo, gerando empregos e riqueza.

— As pessoas transformaram alguns setores do sistema financeiro em cassino, perderam na roleta, e nós não queremos permitir que o Brasil seja vítima da jogatina de algumas pessoas que davam palpite sobre tudo no Brasil e, de repente, quebraram. Isso significa que eles não tinham a certeza que eles não estavam a gente agir de uma forma que eles não agiram. Eu lamento que esses bancos tenham quebrado, mas posso dizer para vocês que o Brasil está sólido — disse Lula.

O presidente acrescentou que uma das vantagens do Brasil é que a economia está lastreada por parcerias comerciais diversificadas e que apenas 15% são vinculadas aos Estados Unidos. E prometeu viajar o mundo vendendo o que puder para evitar um impacto maior da crise americana por aqui.



LULA, EM RIO GRANDE (RS): "Não queremos permitir que o Brasil seja vítima da jogatina de algumas pessoas que davam palpite sobre tudo"

Precisa de emprego? US\$ 17 mil por hora

Nicholas Kristof

• Você é capaz de assumir uma empresa de 158 anos em perfeitíssimas condições e torná-la piô? Você deveria fazer como Richard Fuld, o presidente do Lehman Brothers. Ele levou para casa quase meio bilhão de dólares em compensação entre 1993 e 2007. Ano passado, ganhou cerca de US\$ 15 milhões, de acordo com o Equilar, uma empresa que faz pesquisas sobre salários de executivos. Isso significa cerca de US\$ 17 mil por hora. Se você é capaz de jogar uma empresa no chão por anos, então, ligue para o Lehman Brothers. Fico feliz em anunciar que não tenho endereço — disse Fuld. Fuld — é o ganhador do

meu prêmio por baixa governança corporativa. Um dos grandes problemas nacionais é o aumento da desigualdade, exacerbada por executivos ajudando a si mesmo com o dinheiro de acionistas.

134.30 anos, presidentes ganhavam geralmente de 30 a 40 vezes o salário de um funcionário médio. No último ano, o salário de presidentes de grandes companhias públicas foi 344 vezes maior que o de trabalhadores médios.

John McCain acredita que o problema dos executivos é ganância. É claro que são gananciosos. Todos somos. O verdadeiro problema é de governança corporativa, que permite uma vigilância muito fraca sobre a ganância de executivos como Fuld.

Estes colossais pagamentos são em parte resultado de subsídios de contribuintes. Estudo divulgado há algumas semanas pelo Instituto para o Estudo de Políticas, em Washington, encontrou cinco elementos no código tributário que incentivam o pagamento excessivo a executivos, que custam US\$ 20 bilhões por ano. O valor é suficiente para extermínio os vermes de todas as crianças do mundo e reduzir a mortalidade materna mundial em dois terços. Realmente acreditamos que executivos merecem mais os dólares de impostos que crianças doentes?

Talvez seja compreensível que executivos sejam pagos por seu sucesso, mas por que pagar quantias extraordiná-

rias quando fracassam? E Stanley O'Neal, ex-diretor executivo da Merrill Lynch, se aposentou ano passado depois de levar a empresa para o penhasco, e saiu com US\$ 161 milhões.

Existem amplas discussões técnicas para evitar o pagamento exagerado a executivos que deveriam avançar. Podemos também aprender com Grã-Bretanha e Austrália que oferecem mais direitos aos acionistas que os EUA. Quanto ao senhor Fuld, infelizmente ele não quis comentar esta coluna. Receber US\$ 17 mil por hora, talvez para ele não vallesse perder tempo com isso.

DEBORA FERREIRA, do New York Times

— Aconteceu o tempo de as pessoas ficarem esperando que os compradores venham aqui. Nós temos que colocar nossos produtos em cima da cabeça e ir atrás de novos mercados. Eu tenho o maior orgulho de ser o garoto-pro-

paganda dos produtos brasileiros, quaisquer que sejam eles. Eu estou à disposição deles para viajar o continente africano vendendo máquinas, tratores, biodiesel, o que tiver para vender. Eu não terei nenhum problema em ser o mas-

cate do Brasil, para colocar os seus produtos no mundo, para enfrentar a crise financeira americana — disse Lula.

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, também concordou que a crise americana é forte e terá um impacto global.

Mas considera que a situação do Brasil lhe permitirá enfrentá-la sem maiores sobressaltos. Dilma disse que, no passado, em outras crises como a da Rússia, a economia brasileira entrou em estresse absoluto e as reservas brasileiras

caíram para patamares de apenas US\$ 14 bilhões.

— Não é possível dizer que a situação é um passelo, mas também não é nenhuma catástrofe como aconteceu no passado — disse a ministra.

Já o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, reconheceu que o agravamento da crise americana poderá afetar as exportações brasileiras em 2009. Em sua avaliação, o principal fator está na queda dos preços das commodities minerais, como gasolina, ferro-ligas, petróleo, entre outras.

— Uma eventual recessão americana pode ter efeitos secundários que, no fim, podem atingir as exportações — afirmou Miguel Jorge, para quem não deve haver impactos significativos no comércio exterior brasileiro neste ano.

BB: linhas de crédito estrangeiras mais escassas

O ministro fez a declaração após participar do anúncio do chamado drawback verde-amarelo, que permitirá a suspensão de tributos como Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), PIS e Cofins na compra de insumos para fabricação de produtos destinados à exportação. A medida entrará em vigor a partir de 1º de outubro e faz parte da nova política cambial.

A estimativa do governo é que o número de empresas a serem beneficiadas pelo regime suba de 2.283 para cinco mil nos próximos meses. Segundo a secretaria da Receita Federal, a Maria Vaira, não há impacto na arrecadação.

Mas o maior adoid do Banco do Brasil é começar a sentir o impacto da crise financeira mundial, mas acredita que ainda vai cumprir a meta de girar neste ano US\$ 14 bilhões em contratos. O diretor de comércio exterior do BB, Nilo José Panazzolo, explicou que houve redução nos prazos dos financiamentos de 360 dias para 180 dias e nos recursos disponíveis para empréstimos. Ele reconheceu que o acesso a linhas internacionais está mais difícil e que o banco enfrenta mais dificuldades para contratar.

• BANCOS REDEM PRAZO E SOBEM JUROS PARA CRÉDITO. na página 11

O GLOBO NA INTERNET
Se o computador que o Brasil é
está afetado pela crise
www.globo.com.br/economia

OPINIAO

AVISO

- INCLIL ACENAR com cenários cor-de-rosa em que a crise é apenas financeira, descolada da economia real.
- A PARALISIA do crédito em escala mundial é tamanho

que não há como evitar o contágio.

A QUEDA das cotações das commodities — atingindo o Brasil de frente — e o pedido de ajuda das montadoras americanas são um aviso.

'Noviça rebelde' de graça

Produtor britânico oferece ingresso a quem perdeu emprego por causa da crise

• LONDRES. O empresário e produtor teatral britânico Andrew Lloyd Webber está oferecendo ingressos gratuitos de alguns de seus musicais a funcionários de empresas do setor financeiro no Reino Unido que perderam seus empregos por causa da atual crise financeira, informou

⁷⁵PRESIDENTE Lula inaugura plataforma P-53. Disponível em http://oglobo.globo.com/economia/riogas/mat/2008/09/18/presidente_lula_inaugura_plataforma_p-53-548274959.asp. Acesso em 08/08/2011.

A diagramação da página e os títulos das matérias trazem informações que não se complementam. Ao contrário, tentam expor as contradições entre a foto de um presidente em clima de festa, que dá declarações irônicas sobre as quebras de importantes bancos internacionais, enquanto o Ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, e o diretor de Comércio Exterior do Banco do Brasil, Nilo José Panazzolo, informam que o cenário é preocupante. No *lead*, aparece a declaração enfática do presidente de que não permitirá que o Brasil seja vítima da “jogatina” de grandes bancos estrangeiros, “que, segundo ele, transformaram o sistema financeiro em um cassino”. Em seguida, o jornal reproduz a declaração irônica do presidente sobre os bancos:

- Eu vejo, com uma certa tristeza, bancos muito importantes que passaram a vida dando palpites sobre o Brasil, que passaram a vida dizendo o que a gente deveria ou não fazer, que passaram a vida medindo o risco deste país, que passaram a vida fazendo propaganda para investidores sobre se o Brasil era ou não confiável, como se eles fossem superinteligentes, e nós os supercoitados. É com muita tristeza que esses bancos estão quebrando, estão entrando em concordata – afirmou o presidente.

Lula enfatiza a defesa do país, que em outros tempos fora alvo das avaliações de algumas dessas instituições financeiras envolvidas com a crise. Em sua estratégia discursiva, personifica o Brasil e os bancos, que “passaram a vida” fazendo coisas que influenciavam a opinião de investidores sobre “se o Brasil era ou não confiável”. A matéria prossegue no mesmo tom de ironia, para em seguida Lula destacar as vantagens que o Brasil possui, por ter uma economia lastreada por parcerias comerciais diversificadas, das quais apenas 15% são vinculadas aos Estados Unidos.

- [...] Nós temos que colocar os nossos produtos em cima da cabeça e ir atrás de novos mercados. Eu tenho o maior orgulho de ser o garoto propaganda dos produtos brasileiros, quaisquer que sejam eles. [...] Eu não terei o menor problema em ser o mascote do Brasil, para colocar os seus produtos no mundo, para enfrentar a crise financeira americana – disse Lula.

Neste trecho, o presidente toma para si a responsabilidade para enfrentar a crise americana, dispondo-se a ser o mascote do Brasil, em outra imagem forte de apelo nacionalista. Logo abaixo, o minieditorial dá um “Aviso” à equipe econômica brasileira.

Inútil acenar com cenários cor-de-rosa em que a crise é apenas financeira, descoladas da economia real.
A paralisia do crédito em escala mundial é tamanha que não há como evitar o contágio.
A queda das cotações das *commodities* – atingindo o Brasil de frente – e o pedido de ajuda das montadoras americanas são um aviso.

Ao comentar os cenários amenos pintados pela equipe econômica, *O Globo* deixa claro que não concorda com o direcionamento dado pelo Governo às medidas para conter internamente a crise, já que ninguém está livre do contágio, segundo esta avaliação. O aviso é curto e direto, no melhor estilo: “depois não digam que não avisei”.

Enquanto as autoridades econômicas brasileiras e o presidente Lula dão declarações frequentes, que geram farto material jornalístico para *O Globo*, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, permanece calado desde o dia da quebra do Lehman Brothers. Sua volta ao noticiário ocorreu em 20 de setembro, para divulgar, junto com sua equipe econômica, o pacote que prometia estancar a crise, como mostra matéria do correspondente José Meirelles Passos.

ABALO GLOBAL: Rogoff diz que socorro será equivalente a um Brasil e meio

Governo dos EUA anuncia maior plano de ajuste financeiro desde os anos 30

Tesouro fala em centenas de bilhões e economistas calculam US\$ 2 tri

José Meirelles Passos

Correspondente

• WASHINGTON. Numa tentativa de estancar, o quanto antes, a turbulência que ameaça ruir de forma violenta o sistema financeiro dos Estados Unidos, o governo americano sugeriu ontem ao Congresso Nacional a maior e mais ampla intervenção federal nos seus mercados financeiros já realizada desde a época da Grande Depressão, nos anos 30.

— A intervenção do governo não é apenas justificada: ela é essencial — afirmou o presidente George W. Bush.

O secretário do Tesouro americano, Henry Paulson, disse que o custo desse ajuste chegará a "centenas de bilhões de dólares".

O objetivo é aprovar, até meados da semana, um pacote de medidas urgentes e de médio prazo. Ele será negociado com os parlamentares ao longo deste fim de semana, com a perspectiva de ser aprovado na próxima quarta ou quinta-feira:

— Isso vai acontecer, de uma forma ou de outra, em cinco ou seis dias. A idéia é a de estabelecer um chão firme sob o mercado — disse o vice-líder republicano na Câmara, Roy Blunt.

Em seguida, no entanto, ele acrescentou que se trata de uma iniciativa de emergência sem muitas garantias.

— Ainda é muito cedo para saber se a nova legislação (que dará vida ao pacote) é suficientemente boa para atingir o alvo — admitiu Blunt.

O custo será alto, alertou o próprio Bush, antecipando aos contribuintes que eles terão de pagar "uma parcela significativa" desse socorro de emergência ao setor privado.

— Esse é um momento fundamental para a economia dos EUA. Na história de nossa nação tem havido momentos que requerem que nos unamos, independentemente de nossas posições partidárias, para enfrentar grandes desafios. É este é um daqueles momentos — disse Bush ao anunciar a iniciativa, ladeado pelo secretário Paulson; pelo presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Ben Bernanke; e pelo chefe da Comissão de Valores Mobiliários (a SEC americana), Christopher Cox.

Parlamentares tiveram teleconferência

Os parlamentares, que terão que aprovar parte do pacote, foram informados das medidas pelas autoridades, via teleconferência em circuito fechado. Economistas como Kenneth Rogoff, ex-economista chefe do Fundo Monetário Internacional, acreditam que o ajuste do sistema financeiro americano poderá custar até US\$ 2 trilhões. Esse total leva em conta os quase US\$ 1 trilhão já gastos pelo



TROPA DE CHOQUE: Bush, à frente, com Ben Bernanke. Pouco atrás, Paulson, do Tesouro, e Cox, da SEC

O que foi divulgado ontem

MEDIDAS EMERGENCIAIS

• **AÇÕES A DESCOBERTO:** Foi decretada a suspensão temporária de venda de ações a descoberto de 799 ações do setor financeiro. A venda a descoberto acontece quando o investidor toma uma ação emprestada, pagando uma espécie de aluguel ao verdadeiro dono, e a vende no mercado. Quando chegar a data em que a ação tem que ser devolvida ao dono, o investidor recompra o papel. É uma estratégia adotada por quem aposta na queda da ação. Isso porque ele terá vendido o papel por um preço mais alto do que pagará na recompra — se a cotação subir, ele terá obtido prejuízo. A técnica precipita com frequência a queda das cotações. A medida tem validade de agora até 2 de outubro.

• **FUNDOS DE RENDA FIXA:** O Tesouro americano anunciou um programa para dar garantias temporárias para a indústria de fundos de renda fixa, em função do alto volume de resgates dos últimos dias (US\$ 169 bilhões). Até US\$ 50 bilhões poderão ser usados para cobrir as perdas desses fundos, de modo que o valor de seus ativos não caia abaixo de US\$ 1 por ação. Serão contemplados todos os fundos de renda fixa, de varejo e institucionais, que pagarem a taxa de adesão ao programa. A garantia de US\$ 50 bilhões será financiada pelo Fundo de Estabilização de Operações do Mercado Financeiro (Exchange Stabilization Fund), criado em 1934.

• **CRÉDITO:** O Fed vai dar mais empréstimos aos bancos comerciais para que eles financiem a compra de papéis de alta qualidade em poder dos fundos de renda fixa. A linha de crédito a ser oferecida aos bancos terá valor ilimitado. A medida visa a capitalizar os fundos e resgatar

a confiança dos investidores nesse mercado. O empréstimo será oferecido de tal forma que, se o valor dos papéis cair, o Fed absorverá a perda.

• **TÍTULOS:** O BC americano vai comprar dos bancos de investimento títulos de curto prazo emitidos pelas companhias de refinanciamento de hipotecas Fannie Mae e Freddie Mac (que foram estatizadas este mês), assim como os da rede de bancos federais de empréstimos imobiliários (Federal Home Loan Banks). Os fundos de renda fixa têm US\$ 69 bilhões investidos nesses títulos.

• **CRÉDITO IMOBILIÁRIO:** Fannie Mae e Freddie Mac estão autorizadas a aumentar as compras de títulos atrelados a créditos hipotecários. O Tesouro também vai ampliar seu programa de recompra destes títulos. Não foram divulgados valores.

O QUE DEPENDE DE APROVAÇÃO

• **ATIVOS PODRES:** O Tesouro está trabalhando com o Congresso para aprovar uma nova lei que permita remover do sistema financeiro os ativos podres, ou seja, papéis que não serão honrados pelos devedores. Ainda não está claro como isso será feito. Entre as opções em estudo está a criação de um fundo de US\$ 800 bilhões para a compra dos papéis. Outra possibilidade é um consórcio de US\$ 400 bilhões com a Federal Deposit Insurance Corp (órgão que assegura os depósitos bancários), para garantir os recursos investidos nos fundos de renda fixa. A ideia é não usar Fannie Mae e Freddie Mac para comprar os ativos podres. A equipe econômica do governo deve negociar o desenho final do plano com os parlamentares ao longo do fim de semana.

governo desde o início da crise.

Ou seja: o custo será equivalente a cerca de 14% do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA (ou quase uma vez e meia todo o PIB do Brasil). Ao justificar a sua medida, Bush — cujo governo é acusado de negligência por ter incentivado que o próprio mercado se auto-regulasse, em vez de as autoridades monitorarem o seu procedimento — procurou sair pela tangente:

— Haverá muito tempo para debater as origens desse problema. Agora é hora de resolvê-lo — disse ele.

A perspectiva de aprovação do pacote pelo Congresso é bastante favorável. Faltando apenas seis semanas para a eleição

presidencial, nenhum dos dois partidos quer se tornar um empecilho na resolução de um problema que, se não for atacado com urgência, poderá azedar ainda mais o padrão de vida dos americanos.

Partidos não querem ônus de vetar medidas

A aprovação, no entanto, não estará livre de queixas e retaliações — em especial do Partido Democrata — ao longo da discussão do pacote, cujos detalhes ainda são vagos. Paulson disse que evitara antecipar medidas específicas justamente para poder discutir com os parlamentares as idéias que ele têm em mãos. O que se sabe é que uma das providências prioritá-

rias seria a compra, pelo governo, de dívidas de todos os bancos que tiveram rombos por causa dos calotes no setor imobiliário — que detonou a explosão financeira, ao transformá-la numa crise de crédito.

— Está se falando muito de instituições financeiras com graves problemas mas o que temos de encarar, para valer, é o fato de que estamos vivendo agora uma crise de liquidez. Precisamos tanto de capital quanto de liquidez — disse ontem o vice-presidente sênior do Citicorp, Bill Rhoades. ■

O GLOBO NA INTERNET

Suspensão de venda a descoberto não precisa ser adotada no Brasil oglobo.com.br/economia

A página traz uma foto em que Bush é visto se retirando de algum lugar, juntamente com sua “tropa de choque”, conforme relata a legenda, em que é possível presumir um clima de preocupação entre as autoridades americanas. No lugar de apresentar informações precisas sobre as medidas que seriam adotadas, Bush apoiou-se em uma fórmula conhecida e testada com sucesso por ele e vários outros chefes de nação, o apelo ao patriotismo, como revela a reportagem.

WASHINGTON - Numa tentativa de estancar, o quanto antes, a turbulência que ameaça ruir de forma violenta o sistema financeiro dos EUA, **o governo americano sugeriu ontem ao Congresso Nacional a maior e mais ampla intervenção federal nos seus mercados financeiros já realizada desde a época da Grande Depressão, nos anos 30.**

- **A intervenção** do governo não é apenas justificada: ela é **essencial** – afirmou o presidente George W. Bush.

O secretário do Tesouro americano, Henry Paulson, disse que o custo desse ajuste chegará a “centenas de bilhões de dólares”. O objetivo é aprovar um pacote de medidas urgentes e de médio prazo. (...)

O custo será alto, alertou o próprio Bush, antecipando aos contribuintes que eles terão de pagar “**uma parcela significativa**” desse socorro de emergência ao setor privado:

- Este é um momento fundamental para a economia dos EUA. **Na história de nossa nação tem havido momentos que requerem que nos unamos, independentemente de nossas posições partidárias, para enfrentar grandes desafios. E este é um daqueles momentos** – disse Bush, ao anunciar a iniciativa, ladeado por Paulson, Bernanck e pelo chefe da Comissão de Valores Mobiliários (a SEC americana), Christopher Cox.

Os parlamentares, que terão que aprovar parte do pacote, foram informados das medidas pelas autoridades, via conferência, em circuito fechado. Economistas como Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, acreditam que o ajuste do sistema financeiro americano poderá custar US\$ 2 trilhões. Esse total leva em conta os quase US\$ 1 trilhão já gastos pelo Governo desde o início da crise.

Ou seja, o custo será equivalente a 14% do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA (ou quase uma vez e meia o PIB do Brasil). Ao justificar a sua medida, Bush – cujo governo é acusado de negligência por ter incentivado que o próprio mercado se auto-regulasse, em vez de as autoridades monitorarem o seu procedimento – procurou sair pela tangente:

- **Haverá muito tempo para debater as origens desse problema. Agora é hora de resolvê-lo** – disse ele. [...] (*O Globo*, 20 set. 2008, p. 30)

Os trechos em destaque assinalam as medidas mais importantes do pacote econômico e os momentos mais emocionais da fala de Bush, que precisava conquistar os votos dos adversários e aliados políticos para a aprovação das medidas, além do apoio da população, que vai pagar esta conta pesada, por meio de mais impostos e redução de

benefícios sociais durante um período indeterminado. Em sua preleção, Bush é pouco específico ao definir o tamanho da parcela que caberá ao contribuinte: esta tarefa é delegada a Paulson, que também não sabe informar o custo, calculando-o em centenas de bilhões de dólares, mesmo quando uma fonte credenciada, o economista Rogoff, naquele momento já tinha estimado o valor em US\$ 2 trilhões.

A estratégia discursiva utilizada pelo presidente americano evoca o patriotismo para tentar obter o apoio da população americana para medidas extremamente duras que passariam a ser tomadas, como o gasto de verbas públicas para salvar o sistema financeiro, e traz à memória “outros momentos da história” dos Estados Unidos, como os anos da Grande Depressão, quando o desemprego atingiu milhões de americanos. A estratégia é, num apelo patriótico, pedir a união do Congresso e do povo para que sejam aprovadas medidas que possam evitar que a história se repita. As memórias são assim reavivadas e atualizadas discursivamente para estabelecer um argumento discursivo que desloca a questão do campo econômico ou privado para o campo patriótico e coletivo.

Embora Bush recorra aos valores patrióticos para tentar obter entre os políticos o consenso na aprovação das medidas, o texto informa que o presidente não compareceu pessoalmente ao parlamento, optando por fazer uma apresentação via teleconferência. Esta atitude poderia ser interpretada como pouco apreço pelo Congresso, como também uma estratégia de relações públicas para evitar os questionamentos incômodos que os congressistas poderiam fazer, como fica patente na última declaração do presidente, de que haverá muito tempo para debater a origem do problema, atribuído à negligência de seu Governo. Naquele momento, era preciso evitar a todo custo uma situação constrangedora para o chefe da nação mais poderosa do mundo, que precisava conclamar o povo a aceitar o conteúdo do pacote como um remédio necessário para evitar uma crise como a dos anos 1930.

3.3.2 A EMOÇÃO QUE TRANSBORDA PELAS PÁGINAS

Até o dia 15 de setembro de 2008, o discurso da doutrina neliberal soava como música para quem participava da festa do crescimento, que nos Estados Unidos, principal locomotiva econômica mundial, já durava quase três décadas, apesar de algumas pausas forçadas da orquestra, quando ocorreram crises como a da Bolha da Internet, em 2000, ou a dos atentados às Torres Gêmeas, em 2001. Tal como a de 1929, que produziu

bibliografia extensa e ainda hoje suscita polêmicas a respeito de suas causas, duração e solução, a crise de 2008 já exhibe uma vasta lista de publicações, cada qual tentando, à sua maneira, explicar causas, desdobramentos, além de tentativas de apontar sugestões para evitar que novas crises venham a acontecer⁷⁶.

A perplexidade tomou conta não apenas de pessoas comuns, que não entendiam como operações complexas de bancos de investimento e déficits de países que deveriam estar praticando uma gestão responsável de suas economias poderiam ser capazes de virar o mundo de cabeça para baixo, derrubando preços de imóveis, ações e *commodities*, levando de roldão seus empregos e bens comprados com juros baixos, mas que agora revelavam-se impossíveis de pagar. Também as autoridades e os analistas econômicos, que respiravam dia e noite os ares dos mercados e davam previsões róseas sobre a economia mundial, estavam boquiabertos e davam declarações em que diziam não saber o que se passava.

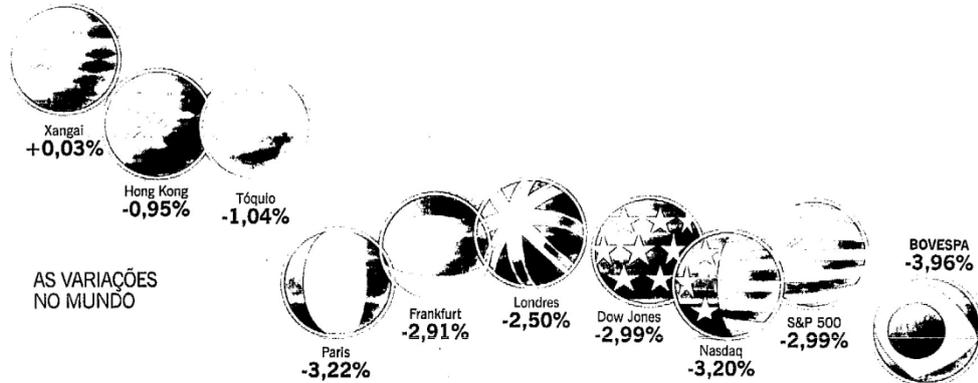
Num cenário como este, o jornalismo econômico deixou de lado a sobriedade costumeira e deu vazão a uma cobertura carregada de subjetividade, com emoções estampadas nos títulos, nas fotos e no material produzido pela editoria de arte, contribuindo para aumentar a dramaticidade do momento. Tal como ocorrera em 1997, durante a cobertura do leilão da Vale.

Fotos de operadores de mercado desesperados são usadas abundantemente, e nos títulos as emoções ganham uma dimensão que não há como não associar ao sensacionalismo tão condenado pelo jornalismo dito sério. A seguir, uma das reportagens em que esses recursos são utilizados por *O Globo*.

⁷⁶ CARDOSO, E. Bolha de livros sobre a crise financeira. *Valor Econômico*, São Paulo. Eu & Fim de semana, Ano 11, no. 509, 23-25 jul. 2010, p.30. Na coluna Ponto e Vírgula, Eliana Cardoso comenta alguns dos 21 livros publicados em menos de dois anos sobre a Crise de 2008, uma “lista incompleta”, segundo a economista.

ECONOMIA

AMEAÇA GLOBAL



E as bolsas do mundo derretem...

Temor de inflação e recessão derruba mercados. Bovespa cai 3,96% e dólar sobe 2,68%

Felipe Frisch*

RIO, FRANKFURT, LONDRES E NOVA YORK

As bolsas de valores do mundo todo foram abaladas ontem pelas perspectivas de mais inflação e menos crescimento econômico no mundo. Os temores partiram do Banco Central Europeu (BCE) e do Banco da Inglaterra (o banco central do país), que decidiram manter suas taxas de juros inalteradas, argumentando que o controle da alta do custo de vida é mais importante agora. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou com forte queda de 3,96%, para 51.408 pontos. Isso levou o índice de volta aos níveis de 21 de agosto do ano passado, perdendo, portanto, mais de 12 meses de rentabilidade. No ano, o índice já acumulou perda de 19,53% e, nos últimos cinco dias, de 8,82%.

Já o dólar voltou a ser negociado acima de R\$ 1,70, nível que não alcançava desde 2 de abril deste ano: a moeda fechou a R\$ 1,722, em alta de 2,68%. É a maior valorização em um dia desde 25 de julho de 2007. A pressão veio da saída de investidores estrangeiros do país e, principalmente, do movimento mundial de alta do dólar — na verdade, de queda das outras moedas, especialmente o euro.

Em Wall Street, os temores foram reforçados por dados macroeconômicos ruins da economia americana. O Dow Jones, da Bolsa de Nova York, fechou em queda de 2,99%, enquanto Nasdaq e Standard&Poor's (S&P) recuaram 3,20% e 2,99%, respectivamente. Na Europa, o FTSE, da Bolsa de Londres, fechou em queda de 2,5%. O DAX, de Frankfurt, caiu 2,9%, e o CAC, de Paris, 3,2%. Na Ásia, mesmo antes da decisão do BCE, as bolsas recuaram

pelo temor de desaceleração global. Em Tóquio, o Nikkei fechou em baixa de 1%. Taiwan perdeu 2,6%, Cingapura, 3%, e Hong Kong, 1%.

Para se ter ideia do estrago de ontem, apenas cinco ações das 66 que formam a carteira do Ibovespa — que reúne as ações mais negociadas do pregão e é o principal indicador da Bovespa — tiveram alta no dia. A maior queda entre esses papéis foi justamente das ações da BM&FBovespa (empresa controladora das Bolsas brasileiras), que caíram 11,34%, devido à queda do volume da Bovespa nos últimos dias. Isso reduz a receita para a Bolsa, proveniente e proporcional aos volumes de negócios executados.

Além disso, agora a ação sofre por ser o terceiro papel mais líquido de toda a Bolsa, já que passou a integrar o Ibovespa nessa posição a partir de setembro, explica Álvaro Bandeira, economista-chefe da corretora Ágora. A queda das ações da BM&FBovespa é também uma correção após as altas recentes, quando o papel estava prestes a entrar no índice e passou a ser comprado por muitos fundos que o acompanham.

Perdas importantes também foram sentidas pelas ações de siderúrgicas, Vale e Petróbras, com a continuidade da desvalorização das commodities (matérias-primas negociadas no mercado



TENSÃO DE operadores na BM&F: ação da BM&FBovespa caiu 11%

Internacional, como petróleo e aço, com forte peso no Ibovespa) no mundo. Este foi outro fator para a queda da Bovespa. Quando esses produtos estavam em alta, deixavam a bolsa brasileira no campo positivo, na contramão das demais. Agora, a Bovespa sofre duas vezes: pelas quedas das bolsas estrangeiras e pela desvalorização das matérias-primas.

— A atividade está fraca e a inflação está alta. É o pior dos mundos

— avalia Patrícia Branco, sócia da gestora de recursos Global Equity.

Os papéis da CSN caíram 7,57%, os da Gerdau Metalúrgica, 7,56%, e os da Usiminas, 7,15%. Já as ações preferenciais (sem direito voto) da Vale caíram 3,11% e as da Petróbras, 3,53%.

A previsão de queda na demanda devido à perspectiva de desaquecimento global fez os preços do petróleo caírem. Em Nova York, o barril do tipo leve americano recuou 1,34%, para US\$ 107,89, a menor cotação desde 4 de abril. Em Londres, o do tipo Brent caiu 1,65%, para US\$ 106,30.

O BCE e o Banco da Inglaterra mantiveram suas taxas de juros em 4,25% e 5%, respectivamente. O presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, disse que a autoridade monetária continuará concentrada no combate à inflação, mesmo depois de ter reduzido sua previsão para o crescimento das economias da União Europeia (UE) este ano, de 1,8% para 1,4%. Em agosto, a inflação ficou em 3,8%, e o objetivo do BCE é reduzir o índice para 2% — mas a projeção para o ano está em 3,4%. O BC Inglês enfrenta problema semelhante: sua meta de inflação é de 2%, mas as estimativas para 2008 são de 5%.

Contribuiu para o nervosismo as declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o BC americano) de

Dallas, Richard Fisher, de que a expansão da economia será pífla.

— Acho que é bastante provável que vamos enfrentar um crescimento anêmico no trimestre corrente e talvez nos dois seguintes — disse ele.

Mais demissões nos Estados Unidos

• O governo dos EUA informou que os pedidos de seguro-desemprego tiveram alta de 15 mil semana passada, atingindo 444 mil. As estimativas eram que recuassem de 429 mil para 420 mil. Atualmente, há 3,435 milhões de americanos recebendo seguro-desemprego, o maior patamar desde novembro de 2003. Já uma pesquisa da consultora ADP mostrou que as empresas eliminaram 33 mil postos de trabalho mês passado, acima das projeções, de 30 mil. Hoje o governo divulgará o índice de desemprego de agosto. Analistas prevêem que fique estável em 5,7%, com 75 mil demissões no mês.

Esses dados oliscaram a alta do setor de serviços, que representa quase 90% da economia americana. O índice do Instituto de Gerenciamento de Estoques passou de 49,5 para 50,6 pontos em agosto. Uma leitura acima de 50 indica expansão. ■

(*) Com Bloomberg News e agências internacionais

• MEGAINVESTIDOR ALERTA PARA 'TSUNAMI FINANCEIRO', na página 26

EXCLUSIVO NA INTERNET
Miriam Leitão: cala a ficha nos mercados
<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/>

A começar pelo título, que foge ao padrão jornalístico na forma, com a utilização de reticências, e no conteúdo, inclusive com o uso de uma metáfora para tentar transmitir ao leitor que o processo de queda está ainda em processo, a página é pura emoção. As bolsas do mundo todo foram abaladas pelas perspectivas de mais inflação e menos crescimento econômico no mundo: os temores partiram do Banco Central Europeu e do Banco da Inglaterra, que não reduziram suas taxas de juros, contrariando as expectativas

do mercado, para poderem controlar melhor a inflação, como recomenda o receituário neoliberal. A matéria também informava que os “dados macroeconômicos ruins da economia americana” haviam provocado queda nas bolsas dos EUA. Uma nota de 10 cm na mesma página informava: “Mais demissões nos Estados Unidos”. Uma foto com dois operadores da Bovespa com expressões visivelmente preocupadas ganhava mais emoção com a legenda: “Tensão de operadores na BM&F: ação da BM&F Bovespa caiu 11%”. Outras matérias passam a trazer títulos e fotos em que a prioridade na edição parece ser tocar a emoção do leitor: “Maior administrador global alerta para um tsunami financeiro”, “Pacote jumbo nos EUA”, “Dias sombrios no império”, “O novo 11 de setembro do mercado”, “Wall Street arrasta mercados⁷⁷”, “Bovespa despenca 7,59% e dólar fecha acima de R\$ 1,80”, “Mais de 113 mil vagas evaporaram nos bancos”, “Super-resgate para AIG”, “Pânico nos mercados⁷⁸”, “Dólar dispara e vai a R\$ 2”, “Do caos à euforia, alívio nas bolsas”, “E as bolsas do mundo derretem...”, “Nos EUA, economistas não vêem um fim à vista”⁷⁹.

Estes exemplos e os demais apresentados ao longo da pesquisa mostram que a tendência a apelar às emoções do leitor torna-se irresistível (e talvez inescapável) em momentos como o leilão da Vale e a crise de 2008, mesmo em um jornal considerado “sério”, produzido por uma editoria que se notabilizou por sua linguagem sóbria e técnica.

⁷⁷ Ver em Anexos.

⁷⁸ Ver em Anexos.

⁷⁹ Ver em Anexos.

4 CONCLUSÃO

Ao escolher uma área como a econômica para pesquisar e focar a investigação na estratégia discursiva usada pelos defensores do modelo neoliberal em dois momentos recentes, tinha plena consciência do desafio enorme que me propunha a enfrentar. Mas a complexidade das tramas que foram se desenrolando ao longo da investigação revelou-se muito mais fascinante e desafiadora, e a visão jornalística inicial foi ficando estreita demais para abarcar um universo muito mais cheio de nuances, com uma multiplicidade de perspectivas que ultrapassa a simplificadora premissa de ouvir “os dois lados da questão”.

Um dos primeiros desafios para o pesquisador é exatamente este: saber que não é possível abarcar todas as questões em uma pesquisa, por melhor que seja feito o recorte do *corpus*. Também, logo ficou claro para mim que, se na simples apuração de uma matéria a objetividade era um sonho inatingível por todo jornalista, alcançar todos os objetivos a que me propus no início da investigação seria também impossível. O tempo escasso, pressões de toda ordem fazem parte do trabalho do pesquisador, e de todas as pessoas – e nessas condições é que temos que seguir em frente.

À medida que a pesquisa progredia, os papéis exercidos pelo jornal *O Globo* e os jornalistas durante os dois episódios foram ganhando mais complexidade. As leituras de dezenas de matérias permitiram concluir que não há uma orquestração perfeita, afinada, voltada para obter matérias exatamente no mesmo tom. Obviamente, por uma questão mercadológica, o jornal conserva em seus quadros colunistas com opiniões muito diferentes das que ele defende. Mas não é disto que falo: algumas vezes, surgiam reportagens com posições mais conservadoras que o próprio jornal; em outras, mais progressistas, que nem mesmo a edição mais cuidadosa conseguia enquadrar completamente, pois, felizmente, nenhum manual é capaz de tirar do jornalista suas vivências e experiências pessoais, que fatalmente vai imprimir em seu trabalho.

Naturalmente, o enfoque que o repórter vai dar em sua matéria não consegue escapar da definição detalhada pela pautas – o que será ou não foco da cobertura – e da mão do editor, que ao ocupar um cargo de confiança dificilmente se arriscará a fugir do direcionamento editorial determinado pelo dono do jornal, por mais conflitante que seja sua escolha ideológica. Este direcionamento foi visto com clareza na cobertura do leilão da Vale, no qual foram silenciadas importantes vozes, com o objetivo de reduzir a capacidade de alcance das argumentações dos contrários à venda da Vale. Não foram ouvidos os funcionários da estatal ou seus representantes diretos e apenas os representantes institucionais indiretos eram pautados: Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e alguns políticos da oposição. Mesmo o espaço concedido a algumas vozes autorizadas sempre foi muito menor e servia apenas para compor a clássica norma de que o jornalista deve sempre ouvir “os dois lados da questão”, quando o que se tem são múltiplos ângulos a serem investigados.

O caso Vale pôde ainda mostrar que mesmo entre os consórcios não havia qualquer compromisso do jornal com uma neutralidade entre os participantes do leilão, tendo a cobertura sido francamente favorável ao candidato que acabou derrotado. *O Globo*, no entanto, rapidamente se reposicionou, aplaudindo o vencedor de um leilão que assinalava um marco na introdução de um modelo econômico apoiado pelas Organizações Globo.

Na crise de 2008 esta estratégia se repete e após fazer uma defesa do neoliberalismo no início da crise⁸⁰, o jornal voltou-se para uma cobertura pouco comprometida a defender as estratégias discursivas neoliberais, dando prioridade a acompanhar a forma como o Governo estava conduzindo a crise.

Fica claro que, para o jornal, o que importa é a sobrevivência como empresa, e o parceiro nessa empreitada pode ser tanto o regime militar, a quem deu apoio na primeira hora e até o início dos anos 1970, quanto o empresariado nacional, a quem apoiou em seguida, tornando-o visível para a sociedade, ou o internacional, que chega ao Brasil no fim dos anos 1990 para adquirir estatais, bancos e o que for considerado um bom negócio.

No momento em que esta pesquisa é concluída, a crise iniciada em 2008 volta a se agravar atingindo os países do sul da Europa, além de Grécia, mas os defensores do modelo econômico neoliberal, mesmo em meio à turbulência, após as adaptações

⁸⁰ Ver em Anexos o editorial “Nada de novo”, em 10 set. 2008.

necessárias para defender seus interesses, mantêm sob controle, não a economia mundial, mas sua retórica de que têm a solução para todos os problemas. Em plena crise, não faltam economistas neoliberais a negar (ao menos por hora) dogmas dos fundadores da doutrina, ou para afirmar que “uma regulação inteligente dos mercados é essencial”. Contam, para isso, com sua grande capacidade de articulação e o beneplácito dos meios de comunicação para continuar impondo sua hegemonia.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ABREU, Alzira A. *et alii*. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: *Mídia e Política no Brasil – jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 14-71.
- ALBUQUERQUE, Afonso. *Um outro ‘quarto poder’: imprensa e compromisso político no Brasil*, in *Contracampo* nº4. Niterói: IACS/UFF, 2000.
- ALBUQUERQUE, Afonso. “A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens”. Disponível em www6.ufrgs.br/limc/Afonso-Contracampo.pdf Acesso em 26/06/2011.
- ALBUQUERQUE, Afonso e SOARES, Rafael Fortes. “Notícias de notícias: Notícias do Planalto, memória e autoridade jornalística”. In: *Comunicação e Política: pela integração latino-americana*. Rio de Janeiro, volume XI, no. 1, nova série, janeiro- abril, 2004.
- ANDERSON, Perry. ‘Balanço do neoliberalismo’. In: SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ATEM, Guilherme Nery e VALE, Andréa Araújo do. *Recompondo a hegemonia – Uma análise do discurso sobre Estado e Capital na revista Época*. Trabalho inédito. Cópia mimeo, 2009.
- BAKER, Dean. *The Conservative Nanny State. How the wealthy use the government to stay rich and get richer*. Washington: Lightning Source Inc, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BAITELO JR., Norval. Vilem Flusser e a terceira catástrofe do homem ou as dores do espaço, a fotografia e o vento. *Flusser Studies 03*. Disponível em <http://www.flusserstudies.net/pag/03/terceira-catastrofe-homem.pdf>. Acesso em 11/08/2011.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BASILE; Sidnei. *Elementos de Jornalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Negócio, 2002.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos?*. Disponível em <http://humbertocapellari.wordpress.com/2006/06/20/o-consenso-de-washington-leia-com-atencao-e-interesse-redobrado-2/> Acesso em 18/01/2011.

BAUMAN, Zygmunt. Depois da Nação-estado, o quê? In: *Globalização: As Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BELLENGER, Lionel. *A persuasão e suas técnicas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BERGER, Christa. *Campos em confronto - Jornalismo e movimentos sociais. As relações entre o movimento sem terra e a Zero Hora*. Tese de Doutorado na ECA, USP - Maio de 1996. Disponível em www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-3.html Acesso em 13/05/2011.

BERNAYS, E.L. *Propaganda*. New York: Horace Liveright, 1928.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: *Bourdieu. Sociologia*. Renato Ortiz (org.) São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol.39. p.156-183. Tradução de Paula Montero. Disponível em antropologias.descentro.org/wp-content/plugins/.../download.php?id=4245 Acesso em 23/06/2011.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANCO, Rodrigo Castelo. In: *A crise de 2008 e a intervenção do Estado na economia*. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/porta1/questoes-ideologicas/83-artigo/638-a-crise-de-2008-e-a-intervencao-do-estado-na-economia>. Acesso em 02/09/2010

BRANDÃO, Helena H.N. *Introdução à Análise do Discurso*. São Paulo: Unicamp, 2002.

BREED, Warren. O Controle Social na Redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Néelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, p.152-166, 1999.

CALDAS, Suely. *Jornalismo Econômico*. São Paulo, Contexto, 2003.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos In: *Revista Econômica*, no.4, p.25-60, Dezembro/2000. Disponível em <http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/3-otaviano.pdf> Acesso em 28/09/2010.

- CARVALHO, Ney. *A Guerra das Privatizações*. São Paulo: Cultura, 2009.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHALABY, Jean K. O Jornalismo como uma invenção anglo-americana: uma comparação entre o desenvolvimento do Jornalismo francês e do anglo-americano da década de 1830 a década de 1920. *European Journal of Communication*, London, v.11 n.3, p. 303-326, 1996. Tradução para o port. por MTGF de Albuquerque. Rev. de A. de Albuquerque.
- CHARTIER, R. Usos & abusos da história oral. In: *A visão do historiador modernista*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.
- ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore L. *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press, 1998.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB Ed., 2001.
- FLUSSER, Vilem. *Filosofia da caixa preta – ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Hucitec, 1985. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/16343457/Vilem-Flusser-Filosofia-da-Caixa-Preta> Acesso em 20/09/2009.
- FLUSSER, Vilem. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- GANS, Herbert. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly, News Week and Time*. New York: Pantheon Group, 1979.
- GARCIA, Luiz. *O Globo. Manual de Redação e Estilo*. São Paulo: Globo, 1992.
- GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley [etc]: University of California Press, 1980. Introduction, p.1-18. Trad. de MTGF de Albuquerque e FFLA de Albuquerque. Rev. técn. de Afonso de Albuquerque.
- HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

- HAYEK, Friedrich A.V. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Neoliberal, 1990. Disponível em: <http://www.livrariaonline.org/wp-content/uploads/2010/08/Friedrich-Hayek-O-caminho-da-servidao.pdf>. Acesso em 12/09/2010.
- HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLSBACH, Ariane D. *Gente de toda parte foi ver o ex-metalúrgico virar presidente da República. A narrativa da posse de Lula na Folha de S.Paulo e em O Globo*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense em 2008. Disponível em http://www.uff.br/ppgcom/?page_id=385. Acesso em 04/06/2010.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. São Paulo: Edusp, 2000.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1985.
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LENE, Hérica. *A crise da Gazeta Mercantil; tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, em 2004. Disponível em http://www.uff.br/ppgcom/?page_id=385. Acesso em 18/04/2010.
- LENE, Hérica. *A emergência do capitalismo cognitivo*. Disponível em www.bocc.ubi.pt/pag/lene-herica-emergencia-do-capitalismo-cognitivo.pdf. Acesso em 23/08/2010.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal (ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero – A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LIPPMANN, W. “The press and the public opinion”. *Political Science Quarterly*, 46, jun./1931, p.170.
- LOPES, Fernanda Lima Lopes. *Auto-referência, discurso e autoridade jornalística*. Disponível em www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-fernanda-auto-referencia-discurso.pdf. Acesso em 21/06/2011.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a Ciência e o Saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise dos textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. v. III. São Paulo: Difel, 1986, p. 51-106.
- MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política ‘populista’ no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. v. III. São Paulo: Difel, 1986, p. 255-294.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia – Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Scritta: 1993.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hackker, 2002.
- MENDONÇA, KLEBER. *A punição pela audiência: Um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro: Faperj/Quartet, 2002.
- MENDONÇA, KLEBER. *Polifonia e poder: A interpretação política de um massacre de sem-terras*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, SP, jun. 2006.
- MIHM, Stephen e ROUBINI, Nouriel. *A economia das crises – Um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- MORAES, Dênis. *O planeta Mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.
- MORAES, Dênis. O capital da mídia na lógica da globalização. In: *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.187-216.
- NEGRÃO, João J. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.
- NOGUEIRA, Andréa S.V. *Jus Navigandi*. Algumas considerações sobre a linguagem persuasiva. <http://jus.uol.com.br/revista/texto/9467/algumas-consideracoes-sobre-a-linguagem-persuasiva>. Acesso em 30/07/2011.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. São Paulo: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Les Vérites de la Palice*. Paris: Maspero. Trad. bras. *Semântica e Discurso*, E. Orlandi et alii, Unicamp, 1975.

PERRY, Joelly. Pessimista de um ano atrás prevê mais perdas. *Valor Econômico (The Wall Street Journal)*, 23/01/2008.

PIGMAN, Geoffrey A. *Global Institutions: The World Economic Fórum – A multi-stakeholder approach to global governance*. Routledge, 2007.

PINTO, Aníbal. Um esboço histórico do experimento de Chicago. In *Revista de Economia Política*, vol.11, no.2 (42), abril-junho/1991. Disponível em www.rep.org.br/pdf/42-9.pdf. Acesso em 07-06-2011.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. *O Jornalismo econômico no Brasil depois de 1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RESENDE, A. Lara. *Em plena crise: uma tentativa de recomposição analítica*. Dezembro, 2008. Disponível em <http://iepecdg.com.br/?acao=textos>

RESENDE, Fernando. *O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico*. São Paulo: ECA/USP, 2002. Tese de doutorado. Artigo disponível em www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/resende2004.doc Acessado em 23/09/2010.

RIBEIRO, Ana P.G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 50 In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 31, 2003, 147-160.

RIBEIRO, Ana P.G. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RIBEIRO, Ana P.G. e HERSCHMANN, M. (orgs.). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV: 2006.

SADER, Emir. Desequilíbrios estruturais do capitalismo atual. *Carta Maior*. 11/09/2008. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=206 em Acesso em 07/07/2011.

SADER, Emir. O neoliberalismo acabou? Blog do Emir. *Carta Maior*. 26/09/2008. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=210. Acesso em 07/07/2011.

SADER, Emir. Novo campo teórico. *Carta Maior*. 17/01/2010. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=401
 Acesso em 07/07/2011.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007. De D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Theotônio dos. *Do terror à esperança*. Aparecida (SP): Ideias& Letras, 2004.

SCHUDSON, Michael. “A Política da Forma Narrativa: A Emergência das Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão”. In TRAQUINA, Nelson (orgs). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa, Editora Vega, 1993, p. 279-293.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a Notícia. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Dummus, 1991.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. 4. Economia e Cultura (1930-1964)*, São Paulo: Difel, 1986, p.209-245.

SODRÉ, Muniz. O globalismo como neo-bárbarie. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, p.19-40.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEWART, Donald. *Correntes do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

STEPHENS, M. *A History of News*, New York: Viking, 1988.

STIEGLER, Bernard. Greenspan, um proletário. Depoimento. 3, 4 e 5 de junho de 2011. São Paulo: *Valor. Eu&Fim de semana*. Entrevista concedida a Diego Viana.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1999.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992. 299 p Cap. 1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. p. 1-13. Traduzido para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque.

6 ANEXOS

CONSENSO DE WASHINGTON*

"Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin American Adjustment: Howe Much has Happened?*, visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina.

John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. E quem cunhou a expressão "*Consenso de Washington*", através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais:

Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;

Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura

Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributário, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos

Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;

Taxa de câmbio competitiva;

Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos á exportação, visando a impulsionar a globalização da economia;

Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;

Privatização, com a venda de empresas estatais;

Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;

Propriedade intelectual.

Embora tivessem, em princípio, caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias às novas regras. Para garantir e "auxiliar" no processo das chamadas reformas estruturais....., o FMI e as demais agências do governo norte-americano ou multilaterais incrementaram a monitoração – novo nome da velha ingerência nos assuntos internos – das alterações "modernizadoras".

Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

E, conforme o ex-embaixador Paulo Nogueira Batista, "apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado no consenso de Washington constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial caracterizado por empresas de pequeno porte e fornecedoras de produtos mais ou menos homogêneos. O modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo faz dois séculos. Algo que a Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, pregaria para uso das demais nações mas que ela mesma não seguiria à risca. No Consenso de Washington prega-se também uma economia de mercado que os próprios Estados Unidos tampouco praticaram ou praticam (...). O modelo ortodoxo de *laissez-faire*, de redução do Estado à função estrita de manutenção da 'lei e da ordem' – da santidade dos contratos e da propriedade privada dos meios de produção – poderia ser válido no mundo de Adam Smith e David Ricardo, em mercados atomizados de pequenas e médias empresas gerenciadas por seus proprietários e operando em condições de competição mais ou menos perfeita; universo em que a mão-de-obra era vista como uma mercadoria, a ser engajada e remunerada exclusivamente segundo as forças da oferta e da demanda; uma receita, portanto, de há muito superada e que pouco tem a ver com os modelos modernos de livre empresa que se praticam, ainda que de formas bem diferenciadas, no Primeiro Mundo" (Batista: 1995, pág. 119-120).

Na verdade, o Consenso de Washington representa, no contexto da América Latina, o mesmo movimento de contra-ataque do capitalismo em relação às conquistas dos trabalhadores. É desnecessário afirmar que aqui o pano de fundo é outro, que existem, quando muito, arremedos de Estados de Bem-estar e que a democracia, a muito custo, tenta fazer sua reentrada num continente marcado por sucessivos períodos de ditaduras declaradas ou disfarçadas, civis ou militares (com preponderância das últimas). Em suma, aqui na América Latina o conservadorismo propõe discussões e modelos pós-welfare para sociedades que nem sequer se aproximaram daquela configuração no que diz respeito a direitos sociais e distribuição de renda e onde, ao contrário, o Estado tem servido historicamente mais aos interesses das classes dominantes associadas-dependentes ou não do capitalismo mundial, do que aos setores subalternos."

*NEGRÃO, João José. *Para conhecer o Neoliberalismo*, São Paulo: Publisher Brasil, 1998, p.41-43

Disponível em <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html> Acesso em 12/09/2010.

AMEAÇA GLOBAL: Investidor defende ajuda também para pequenas financeiras

Maior administrador global de fundos alerta para um 'tsunami financeiro'

Bill Gross, da Pimco, diz que Tesouro dos EUA precisa usar seus recursos

Da Bloomberg News

• NOVA YORK. O governo americano precisa usar mais de seu dinheiro para ajudar os mercados a impedirem um "tsunami financeiro", que vem se formando rapidamente, afirmou ontem Bill Gross, que administra o Pacific Investment Management Co. (Pimco), o maior fundo de títulos de emergentes do mundo. Bancos, corretoras e fundos *hedge* estão se desfazendo de ativos, derrubando os preços de bônus, imóveis, ações e *commodities*, escreveu Gross no site da Pimco.

"Sem controle, uma fogueira de acampamento pode se transformar em um incêndio florestal, um ilustre mercado de urso pode se tornar um tsunami financeiro", afirmou Gross. "Se queremos prevenir uma liquidação de ativos em proporções históricas, precisamos de políticas que abram os balanços do Tesouro americano".

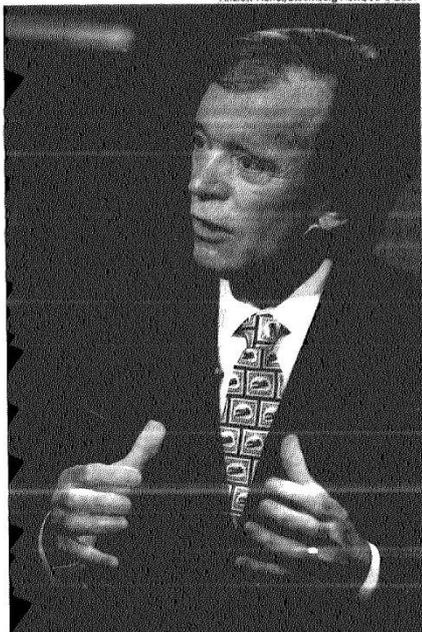
'O apetite por risco ficou anoréxico'

Segundo Gross, o governo precisa assumir o lugar de investidores privados que não têm recursos para comprar novos ativos. Ele reconheceu que tanto a Pimco como os bancos centrais e os fundos soberanos estão relutando em bancar financeiras depois das perdas já registradas desde o início da crise, no ano passado. Os maiores bancos e corretoras do mundo levantaram um capital de US\$ 364,4 bilhões para tentar compensar as baixas contábeis de mais de US\$ 500 bilhões.

"Há uma relutância cada vez maior da parte do mercado privado de arriscar seu capital", afirmou Gross. "A liquidez está secando; o apetite por risco ficou anoréxico; os preços de ativos, apesar de uma melhora temporária do mercado acionário, estão caindo; agora, até os preços do petróleo e outras *commodities* estão caindo".

Para Gross, o Tesouro não deveria ajudar só as gigantes hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac, mas as financeiras pequenas, de estrutura familiar, subsidiando os juros. Segundo ele, a queda nos preços dos imóveis é a maior desde a Grande Depressão.

Em junho, cerca de 61% das aplicações de Gross eram lastreadas em hipotecas garantidas por Fannie e Freddie, segundo o site da Pimco. ■



GROSS: "SEM controle, uma fogueira pode se tornar um incêndio"

Argentina deve mais, diz Clube de Paris

• BUENOS AIRES. O Clube de Paris, grupo formado por 19 países ricos, apoiou a decisão da Argentina de quitar sua dívida junto a esses credores. Mas afirmou que, na verdade, o total devido é de US\$ 7,9 bilhões, e não de US\$ 6,7 bilhões, número anunciado pela presidente Cristina Kirchner terça-feira.

Em entrevista ao jornal "La Nación", o secretário-geral do Clube de Paris, Xavier Musca, disse que os representantes farão uma reunião no dia 15 para discutir a dívida argentina. Fontes do grupo afirmaram ao jornal que os US\$ 6,7 bilhões correspondem apenas à dívida que venceu em 2001, sem considerar as multas pelo atraso.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), por sua vez, comemorou a decisão da Argentina.

ONU: juro alto freia desenvolvimento

Agência das Nações Unidas para comércio prevê PIB de 4,8% no Brasil

Henrique Gomes Batista

• BRASÍLIA. Em seu relatório anual sobre comércio e desenvolvimento, a Unctad (agência da ONU para o tema), fez críticas à elevação dos juros, como a que ocorre no Brasil atualmente, por considerar que tal medida é um risco ao desenvolvimento econômico. Apesar disso, o relatório de 2008 aponta que os países em desenvolvimento devem continuar crescendo em velocidade muito maior que a dos países ricos, apesar da turbulência financeira internacional e da alta da inflação.

Segundo o relatório, enquanto as nações em desenvolvimento vão crescer 6,4% em 2008, os países ricos devem apresentar expansão de apenas 1,6%, jogando a média do crescimento mundial para 2,9%. Em 2007, segundo dados preliminares da Unctad, o mundo cresceu 3,8%,

com os países desenvolvidos avançando 2,5% e aqueles em desenvolvimento, 7,3%. A Unctad estima que o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) brasileiro deva fechar 2008 com expansão de 4,8%.

Para Unctad, América Latina cresce pouco devido a juros

Assim, o Brasil terá expansão inferior à da América do Sul que, segundo o organismo, crescerá 5,3%. Porém, pela primeira vez na década, o Brasil ficará acima da média da América Latina, que deve crescer apenas 4,6%.

Apenas duas regiões devem apresentar aceleração na taxa de crescimento em 2008: a África, que passará de uma taxa de 5,8% em 2007 para 6%; e o Oriente Médio, cuja taxa deverá subir de 5,1% para 5,7%. O relatório aponta que, enquanto os países asiáticos conseguiram

crescer graças aos juros baixos, a América Latina vive momentos de pouco crescimento relativo devido aos juros altos.

— Em vez de adotar uma política monetária mais restritiva para atrair capital externo, os países devem optar por políticas de reinvestimento dos lucros das empresas e de direcionamento do crédito bancário interno para o desenvolvimento do setor produtivo. Para a Unctad, o investimento gera poupança, e não o contrário — afirmou Renato Baumann, diretor da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

A Unctad alerta que a falta de controle financeiro mundial, com forte volatilidade de capitais, é um risco extra ao crescimento global. Para Baumann, seria preciso criar uma "OMC (Organização Mundial do Comércio) financeira". ■

senac rio

Receita cobra débitos de

Aprovado no Senado projeto que muda a Lei das SA

Alterações garantem continuidade do processo de privatização, ao evitar disputas judiciais com acionistas minoritários

Roberto Cordeiro
Da Agência O GLOBO

BRASÍLIA. O Senado aprovou ontem o projeto de lei das sociedades por ações, que altera a Lei das Sociedades Anônimas e garante ao Governo a continuidade do processo de privatização, pois elimina o questionamento de acionistas minoritários na Justiça. O projeto deve ser sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso nos próximos dias.

A partir do projeto inicial, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, incluiu modificações de interesse do Executivo e removeu um dos últimos obstáculos para privatizar a Vale do Rio Doce, no fim deste mês, e demais estatais que estão na pauta para serem transferidas ao setor privado.

Serra admite necessidade de aperfeiçoar o texto

O senador José Serra (PSDB-SP), que foi o relator do projeto, disse que no futuro haverá necessidade de aperfeiçoar a lei e anunciou que apresentará projeto acolhendo sugestões de outros senadores, em especial no que se refere à emissão de debêntures por estados e municípios e ao maior rigor da contabilidade das empresas. Pela lei atual, os controladores são obrigados a comprar as ações dos minoritários em caso de cisão, fusão e incorporação da empresa, procedimento eliminado no novo texto.

O líder do Governo no Senado, Flávio Alvarães (PFL-ES), admitiu a artilharia do Planalto, mas assegurou que as mudanças eram necessárias para dar tranquilidade ao processo de privatização. Ele informou que o projeto recebeu o pedido de urgência — a matéria foi referendada na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) — para dar

maior agilidade às privatizações. O texto deveria passar pela Comissão de Constituição e Justiça, mas devido ao pedido de urgência, recebeu parecer no plenário pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que considerou a matéria constitucional.

Serra até lembrou ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que a proposta inicial foi do Fortunati, que era deputado do PT e hoje é vice-prefeito de Porto Alegre. Mas o projeto resolve apenas uma necessidade atual, e o próprio Serra deve apresentar outro, admitindo sugestões apresentadas por Suplicy — disse Alvarães.

Estatais poderão ser divididas sem ônus para a União

O texto aprovado elimina o direito de retirada nos casos de cisão clássica, ou seja, quando não são atingidos os direitos dos acionistas. Com isso, a União poderá dividir estatais sem pagar direitos aos minoritários, o que apressa o processo de privatização.

Suplicy protestou na CAE e no plenário, mas foi voto vencido. Ele queria que o projeto fosse discutido por mais três meses, com a participação de especialistas do mercado de capitais. Serra lembrou que a proposta inicial surgiu no PT e prometeu, no futuro, apresentar um novo projeto que atendesse às sugestões de Suplicy. Uma das modificações que este reivindicava era a inclusão de um dispositivo obrigando as empresas a dar maior transparência a seus balanços.

Haverá também mudanças na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Serra destacou três pontos: o conselho fiscal das SA está sujeito à pena de suspensão do exercício do cargo; a CVM poderá aplicar novas penalidades e multas mais altas; e o prazo de prescrição das infrações às normas legais será de oito anos. ■



SENADOR JOSÉ SERRA, relator do projeto: será preciso no futuro aperfeiçoar a lei, que nasceu de uma proposta do PT

O QUE DIZEM

AS NOVAS REGRAS

- **DIVIDENDOS:** As ações preferenciais receberão dividendos no mínimo 10% maiores que as ordinárias.
- **DISSIDENTES:** O reembolso para acionistas dissidentes pode ser estipulado com base no valor econômico da empresa.
- **ASSEMBLÉIA:** Os acionistas preferenciais poderão convocar assembleia geral e assembleia de instalação do conselho fiscal.
- **ALTERAÇÕES:** Os donos de ações preferenciais decidirão sobre modificação destes papéis.
- **FUSÕES:** Volta o direito de retirada em caso de fusão ou incorporação.
- **CISÃO:** Não há direito de retirada se a cisão não atingir direitos dos acionistas.
- **ADMINISTRADORES:** Benefícios e verbas de representação serão fixados em assembleia geral.
- **INCORPORAÇÃO:** Sociedades decorrentes de fusão, cisão ou incorporação devem ser abertas e promover negociação de ações no mercado em 120 dias.
- **OFERTA:** Deixa de ser obrigatória a oferta pública de compra de ações, com tratamento igual de acionistas controladores ou não.

BNDES faz primeiro empréstimo externo desde a moratória

26 bancos concederão US\$ 275 milhões para baratear crédito interno

Mônica Cistelli
Da Agência O GLOBO

BRASÍLIA. O BNDES fechou ontem a primeira operação de empréstimo externo desde a moratória pedida pelo Brasil em 1982. O financiamento obtido junto a 26 bancos será de US\$ 275 milhões e mostra o interesse dos investidores internacionais pelo país. A operação faz parte da estratégia do BNDES de captar recursos no exterior para baratear o financiamento às empresas brasileiras. O orçamento de 1997 do banco prevê a captação de US\$ 1 bilhão no mercado internacional.

O empréstimo, coordenado pelo Itaú Bankers Trust, terá prazo de oito anos com a opção de resgate antecipado pelos bancos no fim do terceiro ano. O diretor de Corporate Finance do Itaú Bankers Trust no Brasil, Mark Abrams, ressaltou que várias das instituições nunca operaram com o Brasil, o que mostra a confiança internacional na estabilidade econômica do país.

Remuneração vai variar de acordo com o risco Brasil

Segundo Abrams, o agravamento do déficit da balança comercial vem preocupando os analistas internacionais, mas não chega a interferir nos planos de investimento. Ele lembrou o esforço do Governo que, através do BNDES, vem oferecendo linhas mais baratas de financiamento à exportação.

O diretor financeiro do BNDES, Isaac Zagury, destacou que o financiamento tem um ponto inédito, lá que a estrutura de remuneração varia de acordo com o risco Brasil. Isso já proporcionou uma queda na taxa de juros paga aos bancos. Com a melhoria na classificação do risco de crédito do BNDES pela Standard & Poor's, divulgada na semana passada, a taxa caiu de 2% para 1,625% ao ano, mais a taxa Libor. ■

Rio fecha acordo que vai viabilizar venda do Banerj

Marco Aurélio Alencar afirma que vai oferecer o banco ao HSBC Bamerindus e ao Bank of America

BRASÍLIA. O Governo do Estado do Rio de Janeiro fechou ontem o acordo que viabiliza a privatização do Banerj. O contrato do empréstimo de R\$ 2,950 bilhões será assinado na próxima semana com a Caixa Econômica Federal (CEF), e os recursos liberados em cerca de duas semanas, após a aprovação do acordo pelo Senado e pela Assembleia Legislativa estadual. O edital para a venda do Banerj deverá ser publicado um mês após a assinatura do contrato com a CEF.

Marco Aurélio vai negociar venda com o HSBC Bamerindus

O secretário de Planejamento do Rio, Marco Aurélio Alencar, vai negociar a privatização do banco com o Hongkong and Shanghai Banking Corporation (HSBC), que comprou o Bamerindus, e com o Bank of America, que manifestou interesse em expandir seus negócios no Brasil.

— Vou oferecer o Banerj a estes bancos. Fiquei meio assustado no Rio de Janeiro com a privatização por ter ficado nas mãos de Bradesco e Itaú, que se sentiram meio donos do pedaço. Agora quero ver como vão se comportar com a concorrência internacional. A abertura do mercado para os bancos de varejo internacionais foi uma coisa fantástica, pois criou mercado para a venda das instituições financeiras estaduais — disse Marco Aurélio, que pretende procurar o HSBC também para negociar o gerenciamento do empréstimo da CEF.

Taxas de 2,5% foram reduzidas para cerca de 2%

A taxa adicional de 2,5% ao ano que a CEF queria cobrar foi eliminada, ficando apenas a taxa de 2% ao mês. A CEF não será necessariamente o agente financeiro durante os 30 anos do empréstimo. O estado vai pesquisar o mercado para ver quem pode oferecer a menor taxa. ■

BOMBRILO S.A.

CGC/MF 50.564.053/0001-03
NIRE 35300099711

COMPANHIA ABERTA FATO RELEVANTE

BOMBRILO S.A., em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 31, de 08.02.84, comunica aos senhores acionistas e ao mercado em geral que, em reunião realizada em 10 de abril de 1997, o Conselho de Administração aprovou proposta da Diretoria Executiva, visando a aquisição do controle acionário e de até 80% das ações representativas do Capital Social da empresa italiana *Cirio S.p.A.*, atuante no mercado de bens de consumo, no setor agroalimentar.

Tal decisão da Administração consolida a estratégia de a Bombril S.A. expandir suas atividades em um mercado globalizado e competitivo, gerando a expansão dos seus investimentos e a utilização de sinergias para a colocação de produtos nos mercados nacional e internacional.

Considerando que o valor da aquisição é da ordem de US\$ 380.000.000,00, o Conselho de Administração aprovou também proposta da Diretoria, objetivando um aumento de capital no valor de R\$ 330.000.000,00, mediante subscrição pública, com a emissão de quantidade de ações ordinárias e preferenciais na mesma proporção atualmente existente, ficando estabelecido que o preço de emissão e as condições da subscrição serão objeto de proposta específica, a ser apresentada oportunamente pelo Conselho de Administração.

A fixação do preço de compra da Cirio S.p.A. está suportado por laudos técnicos de avaliação emitidos pelo Swiss Bank Corporation Warburg Inc., de New York, e pelo ABN Amro Hoare Govett M&A Italia S.r.l., por solicitação da Bombril S.A.

O aumento de capital será colocado publicamente, aos atuais acionistas e ao mercado, sendo que o Grupo Cragnotti & Partners subscorverá integralmente o valor correspondente à sua atual participação acionária, investindo na empresa mais US\$ 120 milhões e mantendo 100% de sua participação do capital com direito a voto.

São Paulo, 10 de abril de 1997
BOMBRILO S.A.
EDOARDO BATTISTA
Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado

ALUGUEL
COMPUTADORES - IMPRESSORAS - FAX -
RENT A COMPUTER - 233-4579 / 253-8038 / 253-5608 - 253-5519

MODELADOR ABDOMINAL
A.B-TEC
PERCUTANEO E GANHE BARRIGUE
De R\$ 300,00
Por R\$ **69,00**
03 X R\$ 23,00 - R\$ 78,00
• Não força a colina
• Doloroso
• Garantia de 1 ano

FISIOTEC Entrega a Domicílio Frete a parte
253-8038 577-5267 595-7656 560-7150 925-5800 233-3528 719-9277

Valor Econômico

Data: 23/01/2008

Tipo: coluna

Título: **Pessimista de um ano atrás prevê mais perdas***

Joelly Perry

No ano passado, Nouriel Roubini foi o único pessimista entre os cinco economistas no painel inaugural do Fórum Econômico Mundial, nesta cidade nos Alpes suíços. Seus colegas previram que a economia mundial continuaria a crescer fortemente, sem superaquecer, um cenário róseo que os economistas apelidaram de "Goldilocks" (numa referência à personagem Cachinhos Dourados dos contos infantis). Roubini, presidente da Roubini Global Economics e professor de economia da Universidade de Nova York, objetou. "Cachinhos Dourados é ameaçada por três ursos feios", disse, prevendo um colapso do mercado de crédito "subprime", um fim ao crédito barato e um aumento do petróleo que travaria o consumo das famílias americanas. Na época, os "ursos feios" de Roubini provocaram mais riso que preocupação.

Mas Cachinhos Dourados já encontrou dois desses ursos, e crescem os sinais de que o terceiro - na forma de uma queda acentuada no consumo das famílias americanas - pode aparecer em breve.

Agora, Roubini está claramente pessimista. "2008 será um ano feio", diz. Para ele, a questão de se os Estados Unidos entrarão em recessão é estéril. "Agora o debate é: quão ruim vai ser? Acho que será extremamente severa." As condições do mercado financeiro vão piorar bastante: "Quando se somam todas as perdas, não apenas no 'subprime' mas também em breve em financiamento de automóveis, cartões de crédito, crédito estudantil, empréstimos alavancados e títulos de dívida de empresas, estamos diante de US\$ 1 trilhão em perdas no sistema financeiro." Essas enormes perdas, argumenta, implicam "um sério risco de uma crise financeira sistêmica. Não apenas nos EUA, mas em todo o mundo".

Roubini prevê quedas nos mercados mundiais. "Este é apenas o começo de um severo declínio no mercado de ações. As coisas ainda vão piorar muito. Eu estava certo um ano atrás e acho que estarei certo mais uma vez."

**The Wall Street Journal*, artigo publicado no *Valor Econômico* em 23/01/2008.

O Globo

Data: 01/05/1997

Tipo: chamada de primeira página – Manchete

Título: **Vale: Justiça impõe novo adiamento**

STJ pede até dez dias para analisar recurso, mas BNDES remarca o leilão para amanhã

O Governo manteve a Bolsa do Rio mobilizada ontem o dia inteiro, mas novamente não conseguiu fazer o leilão de privatização da Vale. O ministro Demócrito Reinaldo, do Superior Tribunal da Justiça (STJ), pediu pelo menos dez dias para julgar o recurso sobre conflito de competência que cassaria todas as liminares. Ele considerou que as informações do processo eram insuficientes. Mesmo com mais essa derrota jurídica, o Governo resolveu deixar claro, segundo o ministro Antônio Kandir, que tem pressa e, por isso, remarcou para amanhã o leilão da mineradora. Ontem mesmo os advogados do BNDES enviaram ao STJ, por avião, documentos autenticados, na esperança de que o ministro julgue a questão amanhã de manhã: "Ainda não temos o pedido formal dos documentos necessários, mas nos antecipamos. Esperamos que de manhã, na sexta, com os documentos nas mãos, o ministro dê o parecer", disse Kandir. Em encontro com governadores do PMDB, anteontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que nenhuma ação judicial fará seu governo desistir do leilão. Ele reclamou do partido, que fez campanha contra a privatização na televisão, e avisou que a Vale será vendida de qualquer maneira. Em São Paulo, ontem, Fernando Henrique disse ter certeza que os juízes não se deixarão levar por interesses ideológicos.

Páginas 17 a 21

AMEAÇA GLOBAL: Economistas vêem influência positiva para o Brasil

FMI e analistas elogiam intervenção em Fannie Mae e Freddie Mac

Medidas devem ajudar a tranquilizar o mercado financeiro mundial

José Melrelles Passos*, Nadja Sampalo e Ramona Ordoñez

• WASHINGTON e RIO. O pacote de ajuda anunciado ontem pelo governo americano às gigantes do setor hipotecário foi bem recebido por analistas. Eles avaliam que a intervenção na Fannie Mae e na Freddie Mac era inevitável e poderá ajudar a tranquilizar os mercados. O socorro também foi apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em nota, o diretor-gerente do Fundo, Dominique Strauss-Kahn, afirmou que o organismo ainda estava estudando os detalhes do pacote, mas elogiou a atitude, definindo-a como "uma ação decisiva", que ajudará a apoiar os mercados "e a perspectiva econômica e financeira".

Nun sinal de que os mercados financeiros devem receber bem as medidas, as ações da Bolsa de Nova York subiram quase 2% no pregão eletrônico de futuros ontem à noite.

Para especialistas brasileiros, ao ajudar a tranquilizar o mercado americano, o pacote do governo dos EUA será, por tabela, positivo para o Brasil.

— Este socorro foi importante porque acalma a economia americana e sinaliza para o mundo que a crise está sob controle — afirma Aloísio Araujo, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Analistas prevêem alta de 0,75 ponto percentual na Selic

Araújo explica que o mercado americano tem, por tradição, organismos reguladores fortes. Mas que, neste caso, demoraram a agir.

— O erro começou antes. As empresas eram privadas, mas tinham garantia implícita do governo americano, que deixou de agir quando deveria. Agora, era inevitável.



STRAUSS-KAHN, do FMI: ação ajudará na "perspectiva econômica"

O economista-chefe do FMI no Brasil, Roberto Padovani, acha que a intervenção é boa para os EUA e, se afetar o Brasil, será apenas a curto prazo, com a valorização do dólar pressionando o real. Padovani não acredita que as medidas influenciarão o Banco Central (BC) brasileiro na sua decisão sobre a taxa de juros. O BC se reúne esta semana para fixar a nova Taxa Selic e, para Padovani, deverá repetir a alta de 0,75 ponto percentual, como na última reunião.

Mas, para Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC, as me-

didias nos EUA poderão afetar negativamente o Brasil. Ele avalia que a crise americana está longe de terminar. E também prevê alta de 0,75 ponto percentual nos juros brasileiros.

— A economia mundial está reduzindo seu ritmo, e isso já se reflete no Brasil. Essa situação, aliada a uma alta exagerada dos juros, poderá desaquecer demais nossa economia.

Nos EUA, os candidatos à presidência apoiaram com ressalvas o socorro do governo. O democrata Barack Obama afirmou que se tratava de uma "me-

didia necessária", mas destacou que era preciso preservar os contribuintes. O republicano John McCain avaliou a medida como um "passo na direção correta", mas disse que, no futuro, Fannie e Freddie deveriam ser privatizadas, segundo declarações de seu conselheiro econômico Douglas Holtz-Eakin. O presidente George W. Bush afirmou que o socorro era necessário para evitar que Fannie ou Freddie fossem à falência, o que seria um "risco inaceitável".

(* Correspondente

No país, setor vive crescimento

• O mercado de Imóveis do Brasil está vivendo um momento diferente e não deve passar por turbulência semelhante à americana, diz o presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Adeim), José Conde Caldas. Ele afirma que o setor passa por um movimento de expansão na construção de imóveis, principalmente para a classe C. E frisa que o episódio nos EUA mostra que é preciso cuidado com a alavancagem: — Estamos pensando numa forma de avallar o potencial de crédito dos agentes financeiros para que não emprestem mais do que podem, entusiasmados com a demanda reprimida (Nadja Sampalo)

"LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL E INTERNACIONAL"

CONTRATAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA A REALIZAÇÃO DOS

GRANDES AQUEDUTOS

DA PROVÍNCIA DE SANTA FÉ - ETAPA I - TRECHO 1

PREÇO DO EDITAL:

\$303.409 (pesos argentinos)

ABERTURA

20/10/2008 - 11.00 horas

Salão Branco da Casa do Governo
Rua 3 de Febrero, 2849. Cidade de Santa Fé
Rep. Argentina

VENTA DE EDITAIS E CONSULTAS
Ministerio de Aguas, Servicios Públicos
e Medio Ambiente.

Avenida Almirante Brown, 4751
Santa Fé - Rep. Argentina

Teléfono: 0054 342 4573733

maspum@santafe.gov.ar

www.santafe.gov.ar



Crise imobiliária nos EUA ainda longe do fim

Para especialistas, socorro às gigantes de hipotecas é só 1º passo para equilibrar sistema

• NOVA YORK. A intervenção do governo americano nas gigantes do setor de hipotecas Fannie Mae e Freddie Mac poderá trazer mais estabilidade ao mercado financeiro mundial. E evitar um colapso do sistema hipotecário americano. Mas está longe de representar uma solução, pelo menos a curto prazo, para a forte crise pela qual atravessa o setor imobiliário nos EUA.

— Será um processo lento. É um pequeno passo na direção correta — avaliou William Larkin, gerente de Renda Fixa da Cabot Money Management, em Salem, Massachusetts.

Esta é a maior crise no mercado imobiliário americano desde a Grande Depressão, na década de 30. Os preços dos imóveis já caíram cerca de 20% nos Estados Unidos desde seu pico recente, em 2006.

Queda no preço dos imóveis afetou consumidores

O estouro da bolha imobiliária foi um duro golpe na capacidade de consumo dos americanos, que costumavam usar seus imóveis como garantias em empréstimos e, com os recursos, irem às compras. Foi também um golpe na própria economia americana que, movida a consumo, entrou em recessão.

Com a queda nos preços dos imóveis, muitos americanos se viram, repentinamente, com

atual de suas residências. Os analistas destacam que, apesar de positivo, o pacote anunciado ontem pelo Tesouro não mudará essa realidade:

— Nada foi feito para lidar com a questão da queda de preços de imóveis — destacou Peter Kenny, diretor-gerente da Knight Equity Markets em Jersey City, Nova Jersey.

A expectativa dos analistas é que o socorro às gigantes hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac consiga, pelo menos, estabilizar os preços de imóveis e tranquilizar o mercado financeiro — algo que os esforços anteriores do governo falharam em entregar. Se for eficaz em restaurar a confiança no sistema, a ação do Tesouro poderá reduzir os juros hoje cobrados nas hipotecas e permitir que, aos poucos, os mutuários consigam refinanciar suas dívidas.

— Até que a hemorragia no mercado imobiliário seja estancada, a economia e o mercado financeiro não vão se recuperar — afirmou Stephen Wood, estrategista sênior da Russel Investments em Nova York.

Analistas avaliam ainda que as medidas anunciadas pelo governo americano ontem serão acompanhadas com lupa por outras vítimas de bolhas imobiliárias, como o Reino Unido, que também enfrenta uma crise, com preços de residências em queda e alta nos

Sua saúde sempre em primeiro plano.



2212-1000
Niterói 2613-3024



Amil



OPINIÃO

O ÁLIBI DE NÃO PENSAR

• O LEILÃO da Vale do Rio Doce marca provavelmente a última presença em cena de uma idéia que faz carreira bem mais longa do que merecia: a de que alguma coisa só é "do Brasil" se pertencer ao Estado.

AS ESTATAIS proliferaram, na década de 70, com base nesse conceito, que tem honestas raízes no temor de multinacionais onívoras e na falta de confiança na empresa nacional incompetente.

A REALIDADE, hoje, é um tanto mais complicada. Mas, parando para pensar, não é difícil perceber que a Vale é do Brasil enquanto aqui pagar impostos e criar empregos. E aqui investir e para cá trazer os dólares do que vender lá fora. E aqui tiver sua sede, e forem brasileiros os seus principais acionistas.

DE CERTO, qualquer estatal também é nacional. Mas o que interessará, então, será saber qual a empresa brasileira que melhor serve aos brasileiros: a que está livre para crescer e gerar mais recursos que ajudem o país, ou a que está manietada pela escassa capacidade de investir do Estado?

QUAL É, por exemplo, a melhor Companhia Siderúrgica Nacional? A estatal, quase parada e devendo uma fortuna em ICMS ao Rio de Janeiro, ou a particular, com fôlego para comandar um dos grupos habilitados a comprar a Vale?

TALVEZ NÃO se possa pedir a um *skinhead* da Praça Quinze que chegue às conclusões a que essas indagações conduzem. Mas só tem direito a esse álibi confortável quem, por opção de vida, não se acha obrigado a pensar no que faz.

ECONOMIA

ÀS VÉSPERAS DO LEILÃO: Ministro do STF concede liminar que tira do domínio da estatal área de 412 hectares em Carajá

A primeira batalha na guerra da Vale

Govorno diz que decisão não afeta o preço e por isso não vai adiar privatização da empresa

Regina Alvarez e Roberto Cordelro

BRASÍLIA

Começou ontem a guerra jurídica da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, marcada para o próximo dia 29. O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar ao mandato de segurança impetrado por um grupo de 22 deputados federais e um senador que retira do domínio da Vale uma área de 411.500 hectares, localizada em Carajás. No Canadá, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o Governo não pretende adiar o leilão:

— Não depende de mim adiar ou não o leilão da Vale. É uma questão que está na Justiça. Vivemos numa democracia. Os que se opõem podem usar destes expedientes legítimos e nós vamos à Justiça nos defender. Não cabe ao Governo postergar ou adiar nada.

A liminar suspende o decreto presidencial de 7 de março que deu a companhia o direito de uso dessa área, com base na Resolução 331, do Senado, de 1986. A decisão do STF não inviabiliza o leilão, mas pode influir no preço de venda da Vale, se não for modificada.

— O BNDES vai avaliar a extensão da decisão tomada pelo STF. O Governo tomará as medidas cabíveis para que a privatização da Vale tenha prosseguimento — disse no Canadá o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral.

Pouco antes de saber da decisão, o presidente tinha feito um apelo ao Judiciário para que não aceitasse os pedidos de liminar contra a privatização. No Senado, o Governo conseguiu novo fôlego, com a rejeição, pela segunda vez, do pedido de urgência para a votação do projeto de lei da senadora Júlia Marise (PDT-MG), que submete a venda da Vale à aprovação do Congresso.

BNDES já pediu ao Supremo que reconsidere a liminar

O Governo reagiu rápido. Os advogados do BNDES entraram ontem mesmo no STF com um pedido de reconsideração da liminar. O recurso baseia-se no princípio do direito adquirido e ressalta que a decisão do Senado, autorizando a transferência de uma área da Vale para a Vale, é anterior à Constituição de 1988; portanto, não poderia ser modificada pelo novo texto constitucional.

O mandato de segurança impetrado pelos parlamentares considera que a Constituição submete à prévia aprovação do Congresso a concessão de áreas públicas de mais de 2.500 hectares, e a inscrição no registro de imóveis da referida área, em nome da Vale, só ocor-



MINISTRO MARCO Aurélio Mello: "Os compradores da Vale não poderão considerar essa área enquanto não houver decisão final"

reu em março deste ano, após a assinatura do decreto presidencial. O mandato diz ainda que a resolução do Senado condiciona a concessão da área à inscrição no registro de imóveis.

— A matéria está *sub judice*. Se ocorrer o leilão, os compradores da Vale estão obrigados que enquanto não houver decisão final não podem considerar essa área — disse o ministro Marco Aurélio, após conceder a liminar.

Ele afirmou que não será possível julgar o mérito do mandato de segurança até a data do leilão, pois pretende pedir informações à Presidência da República e ao Ministério Público. Marco Aurélio também é relator de uma ação de inconstitucionalidade impetrada pela Or-

dem dos Advogados do Brasil, que não será julgada agora, segundo informou.

A liminar concedida ontem provocou também uma guerra de contra-informações. Enquanto a deputada Maria do Socorro Coelho (PCdoB-PA) afirmava que a área de 411 mil hectares era estratégica para as explorações da Vale, os representantes do Governo procuravam desqualificar a área, considerando-a sem valor comercial. O próprio advogado do BNDES Luiz Roberto Magalhães usou esse argumento, ao entrar com recurso contra a liminar no STF. No recurso, o banco pede que a liminar, se for mantida, seja transformada em agravo regimental. Com isso, ela seria imediatamente submetida ao plenário do STF e

à opinião dos outros dez ministros.

— A decisão da Justiça é para ser respeitada, mas o BNDES vai contestar o mérito. Vamos repassar todas as informações aos consórcios e acredito que a decisão não deve alterar o interesse dos consórcios no leilão — disse o ministro do Planejamento, Antônio Kandir.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), um dos co-autores da ação, disse que está preparando outras duas ações contra a privatização da Vale.

COLABOROU Luis Costa Pinto, de Ottawa

• BNDES GARANTE QUE LEILÃO DA VALE SERÁ MESMO NO DIA 29, APESAR DA DECISÃO DO STF na página 24

O polêmico 'senhor voto vencido'

• As posições do ministro Marco Aurélio Mello já fazem parte do folclore recente da mais alta corte do país, a ponto de seus colegas no Supremo Tribunal Federal já terem dado a ele o apelido de "senhor voto vencido". Em apenas sete anos no STF, ele é o mais jovem, o mais veloz e o mais polêmico dos 11 membros do tribunal. Por duas vezes, Marco Aurélio conseguiu paralisar o Congresso Nacional. Em 1993, suspendeu, na véspera, o início dos trabalhos da revisão constitucional. No ano passado, sustou a tramitação da reforma da Previdência, abrindo uma crise com o Governo. Nas duas, acabou mesmo sendo voto vencido.

Detalhista, ele é o único que grava todos os votos, para que depois sejam colocados no papel por seus assessores. E, nas sessões do tribunal, Marco Aurélio não costuma se intimidar. Aos 50 anos, é um dos poucos que discutem com o ministro Moreira Alves, o mais antigo da corte.

— Se ser polêmico é atuar espontaneamente, então sou polêmico. Será que sou liberal ou o Supremo é que é conservador? — pergunta Marco Aurélio.

Há um ano, o ministro escandalizou entidades de direitos humanos ao proferir um voto absolvente do homem acusado de ter estuprado uma menina de 12 anos. Marco Aurélio argumentou que houve concordância da vítima.

Com apenas 35 anos, Marco Aurélio já ocupava uma cadeira de ministro do Superior Tribunal do Trabalho. O "senhor voto vencido" chegou ao STF em 1990, indicado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, de quem é primo. No ano passado, comandou a coordenação das eleições para prefeito, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na ocasião, lançou a ideia de um plebiscito em torno do projeto de reeleição. Como de hábito, suas ideias não vingaram.

O Globo

Data: 02/05/1997

Página: 17

Tipo: editorial

Título: **A força das reformas**

A intensa e bem articulada campanha contra a privatização da Vale não se desenvolve solta no espaço. Sequer existe a pretensão de representar divergência específica contra ato do governo. Na verdade, com suas palavras de ordem repetidas nas mais diferentes assembleias e com suas faixas presentes nas mais contraditórias assembleias, a campanha da Vale mais se parece com a argamassa que solidifica uma vasta campanha contra o Governo.

Seria paranoia falar em conspiração, mas de certo é ingênuo acreditar em coincidência. O que existe, e tem sua cabeça de proa, no momento, na tentativa de impedir a venda da estatal, é o esforço de diferentes setores – cada qual com seus motivos – para impedir que uma administração reformista atinja seus objetivos.

Sem dúvida, o compromisso com a reforma do Estado é a marca mais forte do Governo Fernando Henrique. A meta é coerente com a trajetória da equipe que, com o Plano Real, trouxe estabilidade à economia nacional, uma estabilidade que permite a ação reformista e também a exige, para se tornar duradoura.

O ímpeto reformista é ameaça evidente a todas as conquistas do corporativismo no país. Um Estado simplificado, entregue às suas tarefas essenciais e dedicado à eficiência não pode conviver com os privilégios de grupos e indivíduos que se habituaram a prosperar não como seus servidores, mas como clientes privilegiados.

A corporação esteja ela na estrutura burocrática ou na máquina política, nos tribunais ou nas assembleias, opõe-se, naturalmente, e, em muitos casos, inconscientemente, a um governo reformista.

De outra parte, as reformas são benéficas para o país. E todas as pesquisas de opinião, nos últimos anos, têm mostrado que o país sabe disso. Ele o mostra tanto quando aprova as reformas, como quando reafirma sua confiança no Governo que luta por elas.

Nesse quadro, a oposição política vê o êxito de todas as políticas oficiais como obstáculo direto às suas pretensões de chegar ao poder. É uma constatação que une no mesmo palanque partidos e movimentos que nada têm em comum, a não ser uma necessidade visceral de ver o Governo fracassar. Mesmo que isso signifique jogar o espírito público pela janela e sabotar toda e qualquer reforma, toda e qualquer iniciativa que aproxime o Governo de seus objetivos declarados.

Não é, deve-se repetir, uma conspiração. Mas é uma comunhão dos diferentes diferentes e dos contrários, servindo ao mesmo fim. Assim, não se deve estranhar que faixas contra a venda da Vale enfeitem marchas de sem-terras. Nem que magistrados afirmem em discursos a estratégia que desenvolvem em liminares: aquela que engessa um Executivo que incomoda.

As muitas frentes de ofensiva criam a impressão de um Governo sob cerco. Não é inevitável, no entanto, que a impressão se torne realidade. Porque a opinião pública não apenas apoia os caminhos escolhidos pelo Governo. Ela exige que eles sejam percorridos. O verdadeiro vínculo não é entre o Planalto e a nação, e sim entre esta e as reformas que ela sabe indispensáveis.

Não há frente ampla de interesses contrariados – seja ela consciente ou produto de circunstância – que tenha força para quebrar este vínculo.

Governo perde na Justiça e não consegue fazer o leilão da Vale

Dia foi de enfrentamentos nos tribunais e nas ruas. Protesto teve mais de 4 mil pessoas



CONFRONTO ENTRE o Batalhão de Choque da Polícia Militar e manifestantes contra a venda da Vale na Av. Primeiro de Março: saldo foi de vinte feridos

● O Governo, após ter recorrido ontem à noite sem sucesso ao Superior Tribunal da Justiça (STJ) para derrubar a liminar concedida em São Paulo a oito juristas, se viu obrigado a adiar para hoje o leilão de privatização da Vale do Rio Doce. O STF não só deferiu o pedido, devolvendo a ação para o Tribunal Regional Federal paulista, como também adiou para hoje o julgamento de um super-recurso do BNDES que visa a cassar todas as limitações que surgirem no país. Ao longo de todo dia, por causa da decisão de vender a Vale, o Governo viveu derrotas, vitórias, choques e confrontos nos tribunais e nas ruas. A manifestação na Praça Quinze foi a maior da história das privatizações: o saldo foi de vinte feridos, entre participantes dos protestos, policiais e jornalistas. De início, era para ser pacífica. Mas dez *skin-heads* iniciaram a confusão, agredindo os policiais. À tarde, a PM, que usou um "Brucutu", carro com jatos d'água, para acalmar os ânimos e bombas de efeito mo-

ral, chegou a encontrar uma arma carregada no chão. Durante todo o dia os advogados do BNDES trabalharam para derrubar as limitações contra a venda da mineradora, mas à noite, além da dos oito juristas, ainda restava uma em São Paulo, mais duas já concedidas no Rio e outra sendo examinada. A que estava dando mais dor de cabeça, segundo informou o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, era a dos oito juristas liderados por Celso Bandeira de Mello. Depois de ter recorrido ao TRF de São Paulo e de ter perdido, tentado recorrer ao plenário deste tribunal — também sem sucesso, já que só se reunirá no dia 8 de maio — a Advocacia Geral da União entrou com o recurso no STJ, mas também perdeu. Com a derrota, o BNDES viu-se obrigado a aceitar o inevitável: o leilão teve que ser adiado. No final do dia, o placar jurídico, segundo o vice-presidente do BNDES, Pio Borges, acabou sendo de 19 X 21, contra o Governo. **Páginas 21 e 31**



POLICIAIS AFASTAM uma senhora que participava da manifestação

LEILÃO SUB JUDICE: Movimentos contrários à venda da Vale prometem reunir de dez mil a 40 mil pessoas no protesto de hoje



POLÍCIA TENTA conter manifestantes em frente à sede da Bolsa de Valores, na Praça Quinze, no Centro do Rio: cerca de 200 pessoas foram ontem ao local protestar contra a privatização da Vale do Rio Doce, marcada para hoje

Manifestantes e PM se enfrentam no Centro

Confronto entre policiais e opositores à venda da Vale em frente à sede da Bolsa de Valores acaba com um preso e um ferido

Ledice Araujo e Andréa Dunningham

O confronto entre a Polícia Militar e trabalhadores que fazem oposição à venda da companhia Vale do Rio Doce começou com mais de 15 horas de acalorada negociação em frente ao prédio da estatal. No início da noite de ontem, cerca de 200 pessoas faziam manifestação em frente ao prédio da Bolsa de Valores. As negociações entre os manifestantes e os policiais militares. Com ordens de deixar a praça desimpedida após as 18 horas, os PMs fizeram um cordão de isolamento e começaram a empurrar os manifestantes com casquetes. O presidente da União Brasileira de Estudantes (UBE), Kerison Lopes, foi ferido no nariz e na boca. O trabalhador Rui Pereira da Silva, ligado ao Movimento Sem Terra (MST), foi preso sob a acusação de ter agredido um policial.

Cerqueira autorizou prorrogação e acalmou ânimos
A confusão durou cerca de dez minutos e só terminou com a chegada de um grupo de parlamentares e líderes de partidos de oposição ao local. O presidente do PT no Rio, Godofredo Pinto, o deputado Paulo Ramos (PDT) e a presidente da CUT no estado, Iliá Mirelho, chegaram ao local informando que o secretário estadual de Segurança, Newton Cerqueira, havia permitido a prorrogação das manifestações até às 21h. O prazo responsável pela ação policial, Coronel Lindolfo, pegou o microfone de um carro de som e avisou sobre a prorrogação, acalmou os ânimos.

Os manifestantes que entraram em confronto com a Polícia chegaram a Praça Quinze por volta das 19h e se posicionaram na Rua do Mercado, área que estava cercada justamente para impedir a aglomeração de manifestantes. O grupo vinha de uma manifestação em frente à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na Avenida Chile, onde os manifestantes queriam um bonéce representando o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Francisco Smedillo, diretor do Movimento de Defesa da Empresa Nacional (Modecom), a manifestação teve o objetivo de manter a mobilização da população contra a venda da Vale.

O movimento contra a privatização reúne 250 entidades, que estão animadas quanto a suspensão do leilão.

Se o Governo não cancelar a venda, a suspensão da venda — disse Smedillo. O grupo ligou-se ao prefeito e contrários à venda da Vale, se manteve em alerta durante toda a tarde e noite de ontem no Centro do Rio. Logo após o confronto de ontem, cerca de 200 manifestantes foram detidos, uma desfilada da 2ª Vara da Justiça Criminal permitindo a manutenção do grupo no local, porém a decisão não foi aceita pelo comandante da PM, Durasil Corval, segundo ele, a Polícia estava amparada no artigo 144 do Código Penal, que dá ao órgão o direito de tomar medidas preventivas para manter a ordem.

Durante todo o dia, líderes de partidos e movimentos de oposição ao Governo foram à Praça Quinze para fortalecer a manifestação. O prédio de Campos, Anthony Garotinho (PDT), também esteve presente. Segundo ele, por ser uma empresa eficiente e lucrativa a Vale jamais poderia ser entregue a empresas privadas e multinacionais.

O presidente da União Brasileira de Estudantes, Kerison Lopes, disse que é preciso apresentar o governo pois, segundo ele, não estavam sendo respeitadas as ações judiciais que determinaram a suspensão do leilão.

Barbosa Lima Sobrinho deverá participar dos protestos

Os protestos contra a venda da Vale prometem ser ainda maiores hoje. Segundo o presidente do PT no Rio, Godofredo Pinto, estão chegando ônibus com manifestantes de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, para reforçar o protesto. Os organizadores esperam reunir de 10 mil a 40 mil pessoas hoje no Centro do Rio.

Segundo Pinto, a manifestação será pacífica e terá a participação do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho. Ao lado de personalidades como Oscar Niemeyer, o ex-governador Leonel Brizola e o presidente nacional do PT, José Dirceu, Lima Sobrinho vai caminhar do prédio da ABI, a partir de 9h, até o prédio da Assembleia Legislativa, na Rua Primeiro de Março, próximo à Bolsa do Rio.



FORÇA POLICIAL VIRÁ DE SEIS BATALHÕES
Do total de policiais, 90 saíram do Batalhão de Choque e estão equipados com escudos, granadas de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Um número não determinado de PMs do P2, o serviço secreto da corporação, e mais 12 do Batalhão de Polícia Montada, também fazem parte do esquema de segurança.

Esquema de segurança reúne 800 homens

Polícia acredita que seus homens vão superar em número os manifestantes

O esquema de segurança para o leilão da Vale é composto de pelo menos 800 homens da Polícia Militar. Desde ontem, dezenas delas já se encontravam no local. Mas o esquema de segurança vai começar a funcionar mesmo a partir das 5h de hoje, com a formação de uma barreira em torno do prédio da Bolsa de Valores, na Praça Quinze, para que investidores e autoridades possam circular livremente. A PM quer evitar os constrangimentos que marcarão outros leilões, como o da Usiminas, em 1991, quando houve agressões físicas.

Quem quiser protestar democraticamente vai ter seu direito garantido, mas não permitiremos excessos — afirmou o comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Pedro Patrício Filho, que coordena as operações. O tenente-coronel está confiante de que seus homens vão superar em número os manifestantes. Seu otimismo está baseado em informa-

ções colhidas por agentes da P2, o serviço secreto da corporação, que há algum tempo conseguiram infiltrar nas organizações de oposição à venda. Segundo tais informações, os protestos não conseguirão a adesão esperada. Limitando-se a um número pequeno, embora barulhento, de manifestantes.

Corredor da PM garantirá entrada no prédio da bolsa
Dos 800 homens, 650 vão permanecer nas imediações do prédio da bolsa e parte deles formará um corredor humano na entrada para garantir o acesso pela Rua do Mercado. Esses 650 homens virão de quatro batalhões da PM, além do Batalhão de Choque e do Batalhão de Polícia Montada. Outros 150 ficarão circulando em patrulhas motorizadas ou a pé, num triângulo formado pela Rua Primeiro de Março, pela Avenida General Justo e pela Praça da Candelária. Esse triângulo será uma espécie de fronteira avançada, que permitirá detectar com

antecedência ações que possam se refletir na área do leilão. Segundo o tenente-coronel Patrício, a PM vai para o leilão com um armamento convencional: casquete de madeira e revólver. A tropa de choque, com 90 homens, terá ainda um escudo de proteção. Doze homens estarão montados em cavalos. O esquema será reforçado por bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de cães. A Guarda Municipal promete aparecer. O Corpo de Bombeiros do Campo de Santana está de prontidão mas não presente no local, devido à proximidade com a Praça Quinze.

Para quem precisa utilizar o terminal das barras, o esquema de segurança aumenta as dificuldades criadas pelas obras da Prefeitura. É desconfortável o uso de automóveis. Chegar ao local a pé, num triângulo formado pela Rua Primeiro de Março, pela Avenida General Justo e pela Praça da Candelária, pode conduzir a becos e vielas que em alguns trechos têm menos de 30 centímetros de largura. Utilizar a Rua São José, que está desimpedida, é a opção.

Poncaderia, cena comum no passado

Desde o início do programa de desestatização, a Praça Quinze tem sido um dos pontos de confronto entre os manifestantes e a polícia. A maior manifestação aconteceu já na primeira venda de uma estatal, terminada em radicalismo e pancadaria. Em 1991, a privatização da maior siderúrgica do país, a Usiminas, era cercada tanto para o Governo Collor quanto para o defensor do controle estatal. Aquele era o primeiro mês que se preparava para o leilão, mas as autoridades não se preocuparam em impedir o fogo dos opositores, liderados pela CUT e por partidos de esquerda. Resultado: a ação da Polícia Militar foi limitada, e horas antes do leilão a Praça Quinze já estava tomada por manifestantes.

A Rua Primeiro de Março foi fechada à força e se transformou numa praça de guerra. Investidores não puderam entrar e a Bolsa de Valores e muitos foram agredidos. Pedras e outros objetos foram arrojados e a segurança chegou a dar um passo atrás para afastar manifestantes que tentavam invadir o prédio. A polícia foi adiada com um bloqueio de pessoas que não permitiram a entrada de mais de 200 pessoas para o leilão.

Na venda da Acesita, um ano depois, a Polícia montou o terminal das barras, o esquema de segurança aumentou as dificuldades criadas pelas obras da Prefeitura. É desconfortável o uso de automóveis. Chegar ao local a pé, num triângulo formado pela Rua Primeiro de Março, pela Avenida General Justo e pela Praça da Candelária, pode conduzir a becos e vielas que em alguns trechos têm menos de 30 centímetros de largura. Utilizar a Rua São José, que está desimpedida, é a opção.

Vale é vendida com ágio de 20% e terá controle de capital nacional

Liminar concedida por juíza na 9ª Vara do Rio depois do leilão deixa resultado em suspenso

• Foi uma surpresa. Após uma nova batalha judicial que durou o dia inteiro, à tarde, aproveitando uma brecha na Justiça — a segunda do dia — o Governo conseguiu enfim vender a Vale do Rio Doce. O vencedor não foi o favorito Antônio Ermírio de Moraes, que tinha como aliados a Nippon Steel e a Anglo American. Quem levou a Vale, pagando ágio de 19,99%, em cinco minutos de pregão, foi o Consórcio Brasil, liderado pela CSN e por fundos de pensão, que ofereceu R\$ 32 por ação, pagando no total R\$ 3,3 bilhões. O empresário Antônio Ermírio informou que tinha entrado na disputa disposto a pagar até R\$ 31,30 por ação. Chegou a oferecer R\$ 31,80, mas quando se preparava para dar o lance que cobriria o da CSN, foi impedido pelo sócio japonês. Anunciado o resultado, Ermírio disse que se retira de novo para seus próprios negócios e citou Machado de Assis: "Ao vencedor, as batatas". Já Steinbruch anunciou que durante os primeiros seis meses de gestão a empresa será analisada e não haverá demissões. Ele descartou a possibilidade de desmembrar a Vale. O final feliz de uma noveja que se estendia desde o dia 29 de abril teve o seu brilho ofuscado novamente pela Justiça. O resultado está em suspenso devido a uma liminar concedida pela 9ª Vara do Rio. Para derrubá-la, o Governo conta agora com forte argumento: o capital do consórcio vencedor é predominantemente nacional, ao contrário do outro consórcio que tinha maciça participação estrangeira. Só os fundos de pensão que entraram no leilão passam a deter 20% do controle e a CSN terá 16,3%. A batalha nas ruas também continuou até o último minuto, se estendendo após o término do leilão.

Páginas 21 a 31



BENJAMIM STEINBRUCH, principal executivo do consórcio liderado pela CSN: 'Entramos no leilão para ganhar. Teríamos pago mais'

OPINIÃO

AMEAÇA VENCIDA

O LEILÃO da Vale do Rio Doce não chegou a ser festivo como merecia, mas financeiramente todo o esforço e todo o suspense foram compensados de forma extraordinária por quase 20% de ágio. O consórcio vencedor está habilitado a multiplicar os negócios da companhia, tornando-a ainda mais eficiente e lucrativa — e, portanto, mais útil ao Brasil.

SERIA AGRADÁVEL dizer que ontem chegou ao fim uma batalha dura mas leal. Só não seria a verdade. Porque foi montada, contra uma iniciativa crucial para a economia do país, uma ofensiva juntando forças e pessoas que tinham em comum apenas o intuito de enfraquecer o Governo.

E PORQUE, para atingir esse fim, tentou-se transformar os tribunais em instrumento de manobra política, com absoluto desprezo pelo risco que isso trazia para o equilíbrio entre os poderes da República.

SUPERADA A ameaça, deve o Governo partir com agilidade para a etapa de venda das ações restantes ao público. E, com a mesma tenacidade, redobrar o esforço para levar adiante o programa de desestatização nos setores elétrico e de telecomunicações.

O Globo

Data:16/09/2008

Tipo: chamada de primeira página - manchete

Título: **O novo 11 de Setembro do mercado**

Subtítulo: Após a maior concordata nos EUA, Mantega tranquiliza: 'Em outra situação, estaríamos de quatro'

O mercado financeiro viveu ontem o abalo de um novo 11 de Setembro. Em menos de 24 horas, o quarto maior banco de investimentos americano, o Lehman Brothers, sem comprador à vista, pediu concordata para evitar sua quebra. Pouco depois, o Bank of America arrematou o Merrill Lynch por US\$50 bilhões. A seguradora AIG, a maior do mundo, viu suas ações caírem mais de 60% e conseguiu autorização para captar até US\$20 bilhões de suas subsidiárias para cobrir perdas. Nesse cenário sombrio, as bolsas americanas registraram as piores quedas, em pontos, desde 11 de setembro de 2001. O índice Dow Jones caiu 4,41% e o S&P 500 recuou 4,71%. No Brasil, a queda percentual da Bolsa de Valores de São Paulo foi a maior em sete anos: 7,6%, a pior entre os grandes mercados no mundo. O dólar subiu 1,52%, fechando a R\$1,808. Apesar dos números ruins, o ministro Guido Mantega afirmou: "Em outra situação, estaríamos de quatro." Diante do risco de contágio da crise imobiliária americana, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco da Inglaterra injetaram o equivalente a US\$52 bilhões para resguardar bancos europeus. O Federal Reserve (banco central americano) anunciou medidas para dar liquidez às instituições.

Páginas 21 a 26, Merval Pereira e Negócios & Cia

O Globo
Data:16/09/2008
Página: 21 (2o clichê) - Manchete
Tipo: reportagem – manchete

ABALO GLOBAL

Antetítulo: Wall Street arrasta mercados

Título: **Após quebra histórica de banco, bolsas têm pior queda desde o 11 de Setembro**

NOVA YORK e WASHINGTON

Wall Street foi ontem o epicentro de um abalo global, com o colapso do banco de investimentos Lehman Brothers, depois de três dias de discussões entre representantes do governo e banqueiros, e a compra do Merrill Lynch pelo Bank of America (Bofa), por US\$50 bilhões. A Bolsa de Nova York teve seu pior dia desde o atentado ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001. O índice Dow Jones caiu 501 pontos, ou 4,41% em pontos, foi a maior queda em sete anos, e percentualmente, desde 19 de julho de 2002. O S&P 500 recuou 4,71%, e o Nasdaq, 3,60%. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou a maior queda global: 7,59%, o pior desde o 11 de Setembro.

O presidente americano, George W. Bush, e o secretário do Tesouro, Henry Paulson, fizeram pronunciamentos tentando tranquilizar os americanos. Prevendo pânico nos mercados, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) anunciou, na madrugada de ontem, a adoção de medidas para garantir liquidez às instituições financeiras, e um consórcio de bancos criou um fundo de US\$70 bilhões. E a seguradora American International Group (AIG) tentou obter empréstimos, mas não conseguiu evitar que a agência de classificação Fitch rebaixasse sua nota de "AA-" para "A".

“Ajustes no mercado financeiro podem ser dolorosos, tanto para as pessoas envolvidas como para os empregados das firmas afetadas” disse Bush. “Mas, a longo prazo, estou confiante de que nossos mercados de capital serão flexíveis e resilientes e podem lidar com esses ajustes”.

Paulson assegurou que nunca pensou em usar dinheiro público para salvar o Lehman, pois isso estimularia outras empresas a assumirem comportamento de risco. E disse que os americanos podem confiar na solidez do sistema financeiro do país:

“Estou comprometido com os reguladores aqui e no exterior, e com os legisladores do Congresso, a tomar as medidas adicionais necessárias para manter a estabilidade e a ordem do nosso sistema financeiro”.

Por volta das 3h30m de ontem, o Lehman entrou com pedido de falência pelo Capítulo 11 da legislação americana, processo semelhante ao da concordata no Brasil, pois garante proteção contra credores. Foi a maior falência da História americana em valor de ativos, dizem Bankruptcydata.com e Bloomberg News. O Lehman tem US\$639 bilhões, seis vezes mais que a WorldCom e dez vezes mais que a Enron. As ações do Lehman despencaram 94% ontem, para US\$0,21. Ontem, pouco antes da meia-noite, o "Wall Street Journal" informava que o Lehman Brothers estaria negociando venda de parte de seus ativos para o britânico Barclays.

O Lehman é a mais nova vítima do estouro da bolha imobiliária. A crise das hipotecas de alto risco (subprime) começou quando o Fed elevou os juros básicos de 1% para 5,25% anuais, entre maio de 2004 e junho de 2006. As prestações subiram e a inadimplência disparou. Fundos de bancos que tinham investido em papéis lastreados em subprime começaram a enfrentar problemas de caixa.

Paulson e os presidentes da Securities and Exchange Commission (SEC, que regula o mercado acionário), Christopher Cox, e do Fed de Nova York, Timothy Geithner, passaram o fim de semana reunidos com banqueiros para achar, em vão, uma saída para o Lehman.

Fed pede a Goldman e JP que salvem AIG

A AIG conseguiu ontem autorização do estado de Nova York para tomar US\$20 bilhões emprestados com suas subsidiárias, mas não uma linha de US\$40 bilhões do Fed. Segundo o "Wall Street Journal", o BC americano pediu que Goldman Sachs e JPMorgan colocassem à disposição da AIG entre US\$70 bilhões e US\$75 bilhões em empréstimos. As ações da seguradora despencaram 61%.

O Fed injetou ontem mais US\$70 bilhões no sistema bancário, o maior volume desde o 11 de Setembro. Na abertura dos mercados asiáticos hoje, fim da noite de ontem no Brasil, a Bolsa de Tóquio caía 4,5%.

**BCS EUROPEUS INJETAM US\$52 BI NO MERCADO, na página 22
INCLUI QUADRO: OS PREJUÍZOS NO SETOR**

ECONOMIA

ABALO GLOBAL

Wall Street arrasta mercados

Após quebra histórica de banco, bolsas têm pior queda desde o 11 de Setembro

NOVA YORK E WASHINGTON

Wall Street foi ontem o epicentro de um abalo global, com o colapso do banco de investimentos Lehman Brothers, depois de três dias de discussões entre representantes do governo e banqueiros, e a compra do Merrill Lynch pelo Bank of America (BoA), por US\$ 50 bilhões. A Bolsa de Nova York teve sua pior dia desde o atentado ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001. O índice Dow Jones caiu 501 pontos, ou 4,41% — em pontos, foi a maior queda em sete anos, e percentualmente, desde 19 de julho de 2002. O S&P 500 recuou 4,71%, e o Nasdaq, 3,60%. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou a maior queda global: 7,59%, o pior desde o 11 de Setembro.

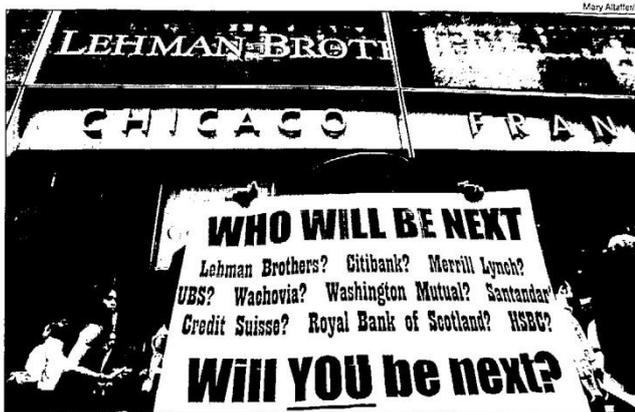
O presidente americano, George W. Bush, e o secretário do Tesouro, Henry Paulson, fizeram pronunciamentos tentando tranquilizar os americanos. Prevendo pânico nos mercados, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) anunciou, na madrugada de ontem, a adoção de medidas para garantir liquidez às instituições financeiras, e um consórcio de bancos criou um fundo de US\$ 70 bilhões. E a seguradora American International Group (AIG) tentou obter empréstimos, mas não conseguiu evitar que a agência de classificação Fitch rebaixasse sua nota de "AA-" para "A".

— Ajustes no mercado financeiro podem ser dolorosos, tanto para as pessoas envolvidas como para os empregados das firmas afetadas — disse Bush. — Mas, a longo prazo, estou confiante de que nossos mercados de capital são flexíveis e resilientes e podem lidar com esses ajustes.

• Paulson assegurou que nunca pensou em usar dinheiro público para salvar o Lehman, pois isso estimularia outras empresas a assumirem comportamento de risco. E disse que os americanos podem confiar na solidez do sistema financeiro do país.

— Estou comprometido com os reguladores aqui e no exterior, e com os legisladores do Congresso, a tomar as medidas adicionais necessárias para manter a estabilidade e a ordem do nosso sistema financeiro.

Por volta das 3h30m de ontem, o Lehman entrou com pedido de falência pelo Capítulo 11 da legislação americana — processo semelhante ao da concordata no Brasil, pois garante proteção contra credores. Foi a maior falência da História americana em va-



"QUEM SERÁ o próximo?", pergunta o cartaz de um manifestante na porta do Lehman, expressando o temor de novas falências

OS PREJUÍZOS NO SETOR

BANCO	PERDAS (em US\$ bilhões)*
1 Citigroup	55,1
2 Merrill Lynch	52,2
3 UBS	44,2
4 HSBC Holding	27,4
5 Wachovia	22,7
6 Bank of America	21,2
7 Washington Mutual	14,8
8 IKD (Alemanha)	14,6
9 Morgan Stanley	14,4
10 JPMorgan Chase	14,3
11 Royal Bank of Scotland	14,1
12 Lehman Brothers	13,8

Prejuízos e baixas contábeis de mais de cem dos maiores bancos e seguradoras no mundo desde o início da crise.

TOTAL US\$ 514,5 bilhões

*até 12/9/08 FORTÉ ECONOMIA

CORPO A CORPO

MAURO LEOS

'Outras instituições vão desaparecer'

• De Nova York, o executivo-sênior de crédito para América Latina da Moody's, Mauro Leos, compara o dia de ontem a um 11 de Setembro do mercado financeiro, tamanho o desespero das manchetes dos jornais americanos sobre a quebra de grandes instituições financeiras, evento que "essa geração" nunca viu e que deve chegar à economia em 2009.

Felipe Frisch

O GLOBO: Qual o impacto da situação dos bancos americanos na economia real e no Brasil?
MAURO LEOS: O maior impacto é a incerteza gerada, que vemos por meio dos fluxos de saída de capitais. Aumenta a percepção de risco. Mas, no ano que vem, vamos ter que lidar com o impacto na economia real, em termos de consumo e de crescimento. Por enquanto, só estamos tendo dificuldades nas instituições financeiras. A América Latina deve crescer um ou dois pontos percentuais a menos por ano.

• Mas o mercado não sabia desses problemas?
LEOS: Sabíamos que havia problemas, mas não tão grandes. Ninguém esperava que o Merrill Lynch fosse ser vendido, ou que o Bear Stearns fosse desaparecer. Se você olhar as manchetes dos jornais de hoje (ontem) nos EUA, parece que foi o 11 de Setembro financeiro. É algo que nunca foi sentido por essa geração, as pessoas estão chocadas.

• Qual o futuro?
LEOS: Outras instituições vão desaparecer. Isso tem impacto de médio prazo, pois menos bancos irão emprestar. As únicas economias em crescimento são as emergentes. Isso é diferente do que conhecemos, a economia mundial vai depender desses países.

tor de ativos, dizem Bankruptcydata.com e Bloomberg News. O Lehman tem US\$ 639 bilhões, seis vezes mais que a WorldCom e dez vezes mais que a Enron. As ações do Lehman despencaram 94% ontem, para US\$ 0,21. O Lehman é a mais nova vítima

do estouro da bolha imobiliária. A crise das hipotecas de alto risco (subprime) começou quando o Fed elevou os juros básicos de 1% para 5,25% anuais, entre maio de 2004 e junho de 2006. As prestações subiram e a inadimplência disparou. Fundos de ban-

cos que tinham investido em papéis lastreados em subprime começaram a enfrentar problemas de caixa. Paulson e os presidentes da Securities and Exchange Commission (SEC, que regula o mercado acionário), Christopher Cox, e do Fed de Nova

York, Timothy Geithner, passaram o fim de semana reunidos com banqueiros para achar uma saída para o Lehman. Mas, no domingo, potenciais compradores desistiram, e o BoA fechou a compra do Merrill.

Fed pede a Goldman e JP que salvem AIG

• A AIG conseguiu ontem autorização do estado de Nova York para tomar US\$ 20 bilhões emprestados com suas subsidiárias, mas não uma linha de US\$ 40 bilhões do Fed. Segundo o "Wall Street Journal", o BC americano pediu que Goldman Sachs e JPMorgan colocassem à disposição da AIG entre US\$ 70 bilhões e US\$ 75 bilhões em empréstimos. As ações da seguradora despencaram 61%.

O Fed injetou ontem mais US\$ 70 bilhões nas reservas do sistema bancário, o maior volume desde os atentados do 11 de Setembro. Logo após a abertura dos mercados asiáticos hoje — fim da noite de ontem no Brasil —, o Banco do Japão anunciou injeção de 1,5 bilhão de ienes (US\$ 14,4 bilhões). A Bolsa de Tóquio caiu 4,5%.

• BCS EUROPEUS INJETAM US\$ 52 BI NO MERCADO, na página 22

DOW JONES (Nova York)
9h30m
Abertura
11.056
pontos

BOVESPA
10h
Abertura
49.218
pontos

ECONOMIA

ABALO GLOBAL

Pânico nos mercados

Temores de novas quebras de bancos fazem Bovespa cair 6,74% e dólar subir a R\$ 1,868

Felipe Frisch*

RIO, NOVA YORK, TÓQUIO e LONDRES

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) viveu novo dia de pânico ontem, após a divulgação do plano do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) para salvar seguradora AIG. Prevaleceu a idéia de que o rumo é maior do que se pensa — para o Fed dar uma ajuda de US\$ 85 bilhões — e de que outras instituições podem quebrar. Com isso, o principal indicador da Bolsa, o Ibovespa, teve queda de 6,74%, para 45.908 pontos, o menor fechamento desde 2 de abril de 2007. Nenhuma das 66 ações que compõem o índice teve valorização. A queda representou o segundo pior dia do ano, só perdendo para o recuo de 7,33% da segunda-feira, o pior desde o 11 de Setembro de 2001. Em Nova York, o Dow Jones caiu 4,06% para 10.609 pontos, o segundo maior recuo em pontos do ano. Na Rússia, as negociações na bolsa foram suspensas depois que ações de dois grandes bancos caíram 20%.

Com a queda de 6,74%, o Ibovespa fechou em 12,38%, esta já é a pior semana desde 26 de julho de 2007, quando caiu 12,91% devido aos temores do mercado sobre a possibilidade de vitória de Lula nas eleições presidenciais. Com investidores em busca de proteção, o dólar teve novo dia de alta: 2,41%, para R\$ 1,868, a maior cotação desde 21 de setembro de 2007. Na semana, a moeda registra alta de 5%.

Bolsa tem ordem de venda de R\$ 1 bilhão em ações a 15 minutos do fim do pregão

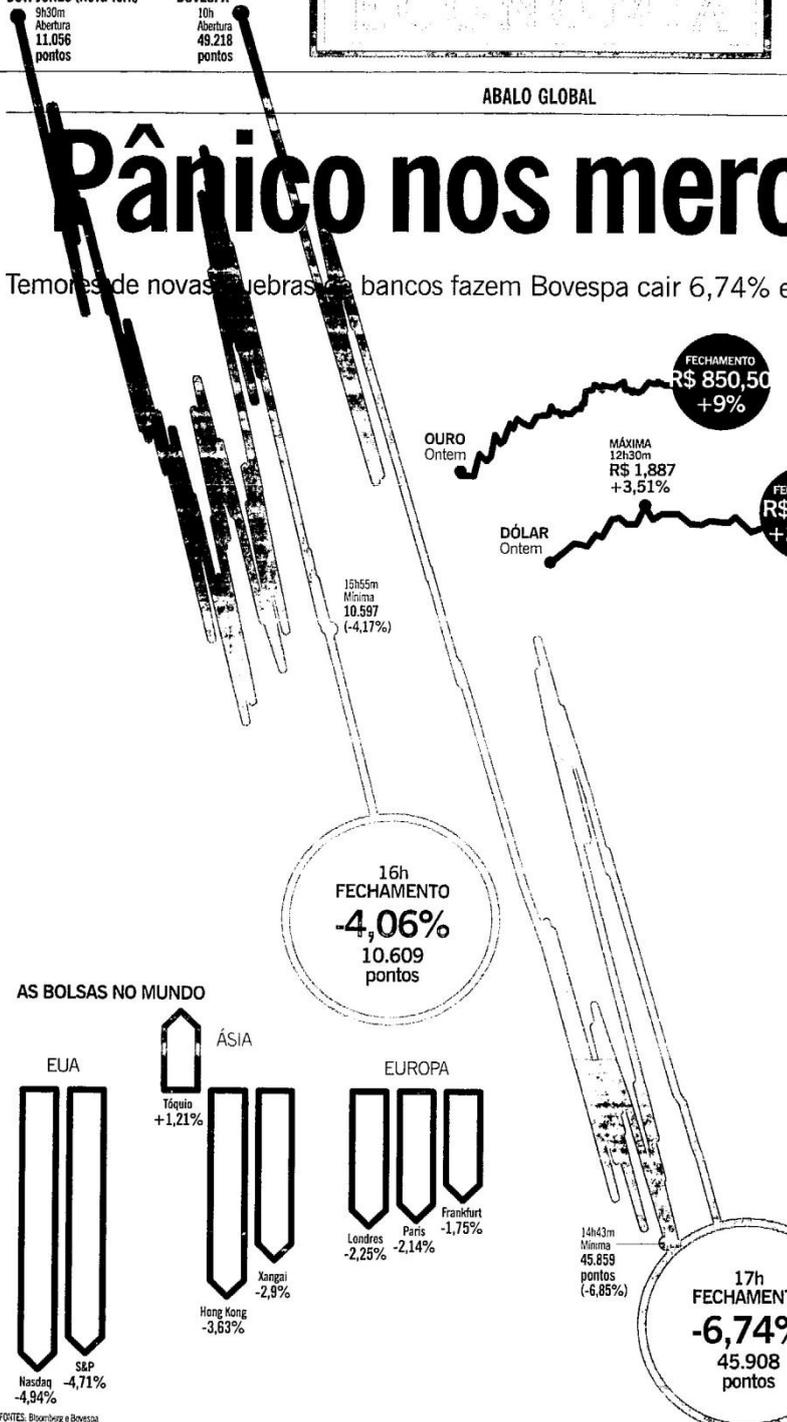
Parte da alta no Brasil é atribuída a investidores retrahindo recursos do país, avalia o analista Mário Paiva da corretora Liquidex. Uma mostra disso foi o surgimento de uma ordem de venda de R\$ 1 bilhão em ações nos últimos 15 minutos na Bovespa, segundo operadores, as vendas foram capitaneadas pela corretora do Morgan Stanley, alimentando rumores de que podem representar a saída de estrangeiros ou do próprio banco, também em dificuldades nos Estados Unidos. Com isso, a queda, que era de 4,53%, se acentuou, e o volume do dia chegou a R\$ 7,458 bilhões, bem acima da média diária recente de R\$ 5 bilhões. A saída de estrangeiros da Bolsa já alcança R\$ 17 bilhões no ano até o dia 12. As vendas foram mais fortes nas ações de Vale e Petróbras: 7,98% e 4,79%, respectivamente, no caso das preferências (PN, sem direito a voto).

Tudo se comportou de maneira irracional, sem ninguém olhar preços, apenas "zerando" posições (vendendo os papéis comprados). Pode ser a maior crise financeira desde 1929, só que com o mercado centenas de vezes maior — avaliou Gustavo Alcântara, gestor da SLW Asset. Os bancos centrais (BCs) de Japão, Austrália e Índia injetaram mais US\$ 33 bilhões no sistema financeiro ontem, elevando para US\$ 385 bilhões o volume total liberado por BCs esta semana.

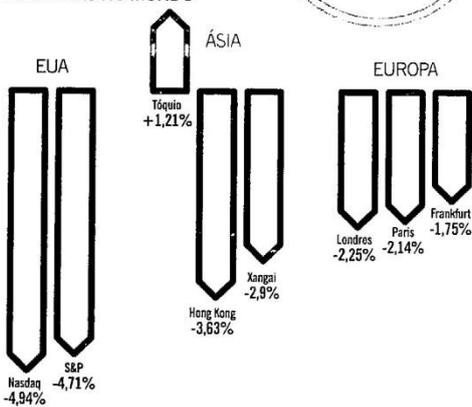
O banco britânico Barclays anunciou ontem que comprará ativos do Lehman Brothers nos EUA por US\$ 1,75 bilhão. A operação, sujeita à aprovação de órgãos reguladores americanos, inclui a sede do Lehman em Nova York. Os ativos estão estimados em US\$ 72 bilhões e os passivos, em US\$ 68 bilhões. Segundo o "Wall Street Journal", o Barclays não comprará negócios imobiliários.

* Com agências internacionais

• OURO E PETRÓLEO TÊM ALTAS RECORDES NO DIA, na página 24



AS BOLSAS NO MUNDO



FORTES: Bloomberg e Bovespa

ABALO GLOBAL: 'Cada período de 30 minutos de operações na bolsa pode ser o último', diz estrategista americano

Nos EUA, economistas não vêem um fim à vista

Falta de clareza do pacote de socorro ao mercado pode fazer com que desconfiança entre os bancos se mantenha

José Melrelles Passos
Correspondente

● WASHINGTON. Certeza, nunca mais. Desfaz-se o mito. As habituais, e já tradicionais, autoafirmações de grandeza dão lugar a dúvidas. Tio Sam, o gigante, cada dia mais, os americanos, tratando de buscar maneiras de se situar depois dos constantes choques de realidade.

— Há uma crescente percepção de que não há um fim à vista para essa crise — disse Edward Yardeni, economista-chefe do Deutsche Bank, em Nova York.

Até mesmo a perspectiva de um pacote de medidas sem precedentes, que está sendo negociado com o Congresso, não estimula grandes esperanças, segundo ele.

— O impacto positivo dessas arruaçadas do governo, desses resgates e salvamentos de emergência está claramente se desgastando — disse.

— Acho que cada dia agora é *sui generis*. Cada período de 30 minutos de operações na bolsa pode ser o último — constatou, apavorado, Douglas M. Peta, estrategista de mercado da firma de corretagem J. & W. Seligman & Company.

Para banqueiro, pior ainda está por vir

O veterano banqueiro Bill Rhodes, atualmente vice-presidente sênior do Citicorp, também anda preocupado. Esta é a pior crise que ele já viu em sua longa carreira. Rhodes disse que jamais viu uma falta de confiança mútua tão grande entre as próprias instituições financeiras. Tanto é que houve



Fotos de APF, AP e Reuters

um congelamento de empréstimos entre elas próprias. E as que ainda arriscam tais operações realizaram uma substancial elevação nas taxas de juros. Uma desconfiança que a outra vai quebrar e dar calote.

— Por enquanto estamos numa bolha, ainda não vimos o impacto disso tudo na economia real — ressaltou o banqueiro, insinuando que o pior ainda estaria por vir.

As empresas do setor financeiro nos EUA foram entregues à sua própria sorte há oito

anos, sob a doutrina da autorregulação — tão apreciada pelo presidente George W. Bush. As interferências do governo foram relegadas ao mínimo. O problema, percebe-se agora, é que o monitoramento também seguiu essa trilha.

As intervenções realizadas até aqui pelo Departamento do Tesouro e pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) foram recebidas com reservas. Por um motivo específico: a falta de clareza das regras que começaram a ser

GANGORRA DOS mercados nos últimos dias, o *subprime* das bolsas espalhou pânico pelo mundo e levou operadores a momentos de eufria.

impostas, às vezes de forma improvisada, na tentativa de estabilizar os mercados.

— A incerteza aumenta quando o banco central muda constantemente as regras e quando falha em se explicar claramente. O resultado disso

é que os agentes do mercado adotam o que vêem, e então há um aumento no *premiun* (taxa suplementar) por incertezas — disse David Kotok, chefe de investimentos da Cumberland Advisors.

Há um consenso de que a crise financeira entrou numa nova fase, mais perigosa para o sistema, uma vez que os investidores tendem, agora, a buscar alvos mais seguros, como o ouro.

Bursa de investimento seguro fragiliza economia

Isso reduz as operações estilo cassino de Wall Street. Essa busca de segurança compromete ainda mais uma economia já fragilizada, tornando mais caro para as empresas o financiamento de suas operações diárias, que costumam bancar por meio dos negócios do dia-a-dia na cranda das bolsas.

— Pode ser que estejamos testemunhando a maior destruição da riqueza financeira que o mundo jamais viu. Riqueza corporativa, Riqueza imobiliária, Riqueza bancária, Riqueza privada, Riqueza de pensões — argumentou Steven Pearlstein, colunista econômico do "Washington Post".

Segundo ele, a crise financeira vai mais do que psicologia em todos os setores. Pode ser mesmo um caso de choque de realidade.

— O que realmente está acontecendo no nível mais fundamental é que os Estados Unidos estão num processo de sereno borçalesco, por seus credores estrangeiros, a começar a viver de acordo com os meios de que dispõem sem dinheiro barato. ■

O Globo
Data:10/09/2008
Tipo: Editorial
Página: 6
Título: Nada de novo

Nada de novo

Prova da amplitude do horizonte de incertezas diante da crise americana com ramificações mundiais foi a mudança de humor de segunda-feira para terça. No primeiro dia útil da semana, já conhecida a operação de resgate das financiadoras de hipotecas Fannie Mae e Freddie Mac, os mercados, com exceção de Brasil e China, subiram, impulsionados pela *forte sinalização da Casa Branca de que não permitirá uma crise sistêmica*.

No dia seguinte, ontem, quase todos os 300 pontos de alta do índice Dow Jones galgados na véspera se esfumaram, por causa dos temores diante do futuro do grupo Lehman Brothers, proprietário de importante banco de investimento. A suspensão de negociações com investidores coreanos para capitalizar a empresa fez a cotação das ações da holding do grupo despencarem 45% em Wall Street.

Não será surpresa se outra operação de socorro for deflagrada. Pois tem sido assim desde que o Federal Reserve (Fed) o BC americano, patrocinou o salvamento do Bear Stearns, associado ao JP Morgan. O Bear Stearns foi uma das primeiras pedras a cair no dominó da explosão da bolha no mercado imobiliário dos Estados Unidos, em cuja centelha havia um coquetel composto por *má avaliação de riscos, ganância de executivos em busca de bônus a qualquer preço, falhas de regulação, má-fé*, tudo isso incrementado pela alta dos juros pelo Fed.

No Brasil, a crise tem inspirado críticas ao “neoliberalismo”, termo usado no debate político-ideológico para designar propostas a favor da liberdade de mercado, em oposição à estatização e autarquia da economia. Em Brasília, houve quem decretasse o “fim do neoliberalismo”. Seja o que isso signifique, a História não dará marcha a ré rumo ao *fechamento da economia*, tabelamento de preços e câmbio etc. *A realidade já tratou de soterrar este tipo de visão. O que faz agora os Estados Unidos, fez o Brasil na implementação do Real, e pelos mesmos motivos: evitar a quebra do sistema financeiro e, por decorrência, uma depressão e seus desdobramentos* – desemprego cavalariço, miséria e pobreza profundas, sem considerar os reflexos políticos nada desejáveis de uma crise com esta dimensão. *A criação do Proer, na era FH, sob fogo cerrado do PT*, teve esse objetivo. O sistema bancário nacional tinha de ser reformulado, para conseguir sobreviver sem os ganhos ilusórios da inflação. Isso aconteceu sem maiores traumas, e *hoje o governo pode se vangloriar da segurança dos bancos brasileiros*.

Nada há de novo na forma de os estados nacionais reagirem ao risco de grave insolvência financeira.